



Caderno Virtual
de Turismo

ISSN 1677-6976

Editorial

2016 o ano dos megaeventos esportivos e das grandes incertezas

Entrevista

O sentido do acolhimento na hospitalidade: entrevista com Conrad Lashley | Leandro Benedini Brusadin

Artigos Originais

A questão dos desastres em destinações turísticas: o caso da destinação Costa Verde e Mar em Santa Catarina

Avaliação da Gestão do Destino Turístico Recife

Evaluación de los Recursos Turísticos Naturales del Municipio de San Pedro Lagunillas, Nayarit, México, a partir de la metodología multicriterio

Turismo de mergulho: análise do comportamento de viagem dos mergulhadores brasileiros

Ser Mochileiro: uma constituição social e pessoal do “mochilar”

A paisagem da cidade histórica e turística: fenomenologia da experiência estética

O Caminho de Santiago em Gaia. Itinerário religioso – itinerário turístico

Diagnóstico das trilhas “Abraão – Pouso”, “Pouso – Lopes Mendes” e Apa dos Tamoios em Ilha Grande, Angra dos Reis, RJ

Turismo de Base Comunitária e Patrimônio Cultural Imaterial no Nordeste Brasileiro

Turismo de Base Comunitária: uma possibilidade pensada com moradores do Bairro Alto do Cruzeiro, em São Luiz do Paraitinga/SP

Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas

As dinâmicas das redes no campo do turismo: uma aposta na diversidade

Resenha de Livro

Manual de hospitalidade, na prática: resenha do livro *The Routledge Handbook of Hospitality Studies* de Conrad Lashley | Ana Paula Garcia Spolon



CADERNO VIRTUAL DE TURISMO

Editor chefe:

Roberto Bartholo | Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Editores científicos:

Ivan Bursztyn | Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Aguinaldo Cesar Fratucci | Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil

Luis Tadeu Assad | Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS), Brasília, DF, Brasil

Editora executiva:

Fernanda Tavares Barcelos | Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Assessoria de comunicação Científica:

Juliana Gonçalves Reis | Estúdio científico editorial, Brasil

Produção editorial:

Flávio Silva Ramos | Editora IABS, Brasília, DF, Brasil

Revisão e normatização:

Stela Máris Zica | Editora IABS, Brasília, DF, Brasil

Diagramação:

Rodrigo Torres | Toro Criativo, Brasília, DF, Brasil

Conteudistas:

Isabela Rosa Sette | Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS), Maceió, AL, Brasil

Jannyne Lima de Meira Barbosa | Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS), Maceió, AL, Brasil

Marcela Pimenta Campos Coutinho | Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS), Maceió, AL, Brasil

Mauro Knupfer Coutinho | Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS), Maceió, AL, Brasil

Caderno Virtual de Turismo – Universidade Federal do Rio de Janeiro , v. 16, n. 3, dez. 2016. – Rio de Janeiro-RJ.

Quadrimestral - ISSN 1677-6976

CDU 005

304

Conselho editorial:

Arminda Campos , Universidade Estadual Paulista (UNESP), Guaratinguetá, SP, Brasil
Carla Martins Cipolla, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Davis Gruber Sansolo, Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Vicente, SP, Brasil
Giovanni de Farias Seabra, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, Brasil
Guilherme Lohmann, Southern Cross University (SCU), Gold Coast, Austrália
José Manoel Gonçalves Gandara, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil
Ladislau Dowbor, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, SP, Brasil
Lionello F. Punzo, Università degli Studi di Siena (UNISI), Siena, Itália
Marco Garrido Cumbreira, Universidad de Sevilla (US), Sevilha, Espanha
Marta de Azevedo Irving, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Marutschka Martini Moesch, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil
Maurício César Delamaro, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Guaratinguetá, SP, Brasil
Mirian Rejowski, Universidade Anhembi Morumbi (UAM), São Paulo, SP, Brasil
Mugendi K. M'Rithaa, Cape Peninsula University of Technology (CPUT) Cape Town, África do Sul
Raúl Valdez, Universidad de las Américas Puebla (UDLAP), San Andrés Cholula, Puebla, México
Rita de Cássia Ariza da Cruz, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil
Rodrigo de Azeredo Grünwald, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, PB, Brasil
Susana Gastal, Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, RS, Brasil



Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/>), permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.

Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal), já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado. Porém deve-se observar que uma vez aprovado pelos avaliadores, o manuscrito não poderá sofrer mais alterações. Caso o autor deseje fazê-lo, deverá reiniciar o processo de submissão.



SUMÁRIO

Editorial

- 2016 o ano dos megaeventos esportivos e das grandes incertezas 6
Roberto Bartholo, Ivan Bursztyn, Aguinaldo Cesar Fratucci e Luis Tadeu Assad - <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1399>

Entrevista

- O sentido do acolhimento na hospitalidade: entrevista com Conrad Lashley 9
Leandro Benedini Brusadin - <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1290>

Artigos Originais

- A questão dos desastres em destinações turísticas: o caso da destinação Costa Verde e Mar em Santa Catarina 15
Marcelo Mariano Rocha e Antônio Marcos Mattedi - <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.0952>
- Avaliação da Gestão do Destino Turístico Recife 30
Nathália Körössy e Luciana Araújo de Holanda - <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.0986>
- Evaluación de los Recursos Turísticos Naturales del Municipio de San Pedro Lagunillas, Nayarit, México, a partir de la metodología multicriterio 43
Daniela Arciniega Camarena, Maribel Osorio García e Hector Hugo Regil García - <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.0987>
- Turismo de mergulho: análise do comportamento de viagem dos mergulhadores brasileiros 61
Raphael Younger Gonçalves Rowe e Glauber Eduardo de Oliveira Santos - <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1061>
- Ser Mochileiro: uma constituição social e pessoal do “mochilar” 76
Denise Falcão - <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1066>
- A paisagem da cidade histórica e turística: fenomenologia da experiência estética 91
Arley Andriolo - <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1068>
- O Caminho de Santiago em Gaia. Itinerário religioso – itinerário turístico 106
Graça Nunes da Ponte, María de la Cruz del Río Rama e José Álvarez-García - <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1074>
- Diagnóstico das trilhas “Abraão – Pouso”, “Pouso – Lopes Mendes” e Apa dos Tamoios em Ilha Grande, Angra dos Reis, RJ 123
Luana de Oliveira Rodrigues, Sônia Vidal Gomes Gama e Achilles D’Ávila Chirol - <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1075>
- Turismo de Base Comunitária e Patrimônio Cultural Imaterial no Nordeste Brasileiro 141
Cassiana Panissa Gabrielli e Gabriela Nicolau dos Santos - <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1168>

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO





Turismo de Base Comunitária: uma possibilidade pensada com moradores do Bairro Alto do Cruzeiro, em São Luiz do Paraitinga/SP 155
Mariana Tomazin e Patrícia Alves Ramiro - <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1175>

Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas 172
Nathalia Hallack Fabrino, Elimar Pinheiro do Nascimento e Helena Araújo Costa - <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1178>

As dinâmicas das redes no campo do turismo: uma aposta na diversidade 191
Rafael Ângelo Fortunato e Marília Lima Garcez - <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1181>

Resenha de livro

Manual de hospitalidade, na prática: resenha do livro *The Routledge Handbook of Hospitality Studies* de Conrad Lashley 203
Ana Paula Garcia Spolon - <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1411>



2016 o ano dos megaeventos esportivos e das grandes incertezas

2016 the year of mega-sport events and the great uncertainties

2016 el año de mega eventos deportivos y de gran incertidumbre

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1344>

Roberto Bartholo < bartholo@pep.ufrj.br >

Editor chefe do Caderno Virtual de Turismo. Professor do Programa de Engenharia de Produção da COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Ivan Bursztyn < ivan@gastronomia.ufrj.br >

Editor científico do Caderno Virtual de Turismo. Professor do curso de gastronomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Aguinaldo Cesar Fratucci < acfratucci@gmail.com >

Editor científico do Caderno Virtual de Turismo. Professor do Programa de pós-graduação em Turismo da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

Luis Tadeu Assad < assadmar@iabs.org.br >

Editor científico do Caderno Virtual de Turismo. Diretor presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS), Brasília, DF, Brasil.

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; FRATUCCI, A.C.; ASSAD, L.T. 2016 o ano dos megaeventos esportivos e das grandes incertezas. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p.6-8, dez. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



O ano de 2016 está terminando e, certamente entrará para a história do turismo brasileiro como o ano dos megaeventos esportivos sediados na cidade do Rio de Janeiro. Paralelo ao momento atual denso, intenso e turbulento das nossas condições políticas, sociais e econômicas, o turismo brasileiro manteve-se ativo e, diretamente influenciou e foi influenciado pela realização dos Jogos Olímpicos e Jogos Paralímpicos, nos meses de agosto e setembro.

Nesse contexto, a cidade do Rio de Janeiro, principal destino turístico brasileiro, foi território de grandes transformações urbanas que culminaram com o desvelamento de novos cantos, recantos e paisagens, quase que esquecidas e escondidas do carioca. Processos de reestruturação urbana, de refuncionalização de diversos fixos, de reorientação de fluxos e também, de gentrificação em algumas das áreas atingidas pelos primeiros, foram desenvolvidos pelos grupos gestores da cidade, nem sempre de maneira participativa. Muito do passado da cidade do Rio de Janeiro ganhou a oportunidade de se “revelar”: o cais do Valongo, a área da pequena África, a praça da Harmonia, o morro da Conceição ficaram mais acessíveis e instigam e estimular a todos a caminhar pelos seus caminhos prenhes de histórias, estórias e, por que não, de lendas. Um novo espaço foi (re)construído na zona portuária da cidade e criou uma nova área turística que, imediatamente foi apropriada pelos moradores, pelos visitantes e pelo mercado turístico nacional e internacional..

Ruas, avenidas e becos, antes vazios nos finais de semana e depois do entardecer agora se mostram plenos de vida, de movimento e de pessoas ávidas por descobri-los e vive-los. Resta saber se e como todo esse movimento se manterá na linha do tempo. Qual será seu horizonte temporal sustentável? Finda a curiosidade, os moradores, os visitantes e o mercado manterão seu interesse pelo agora famoso Bulevar Olímpico? E as visitas guiadas pela área do Cais do Valongo, dos Jardins Suspensos do Valongo, do Largo da Prainha, da Pedra do Sal continuarão depois do próximo verão? O interesse pelo Museu do Amanhã, imenso exemplar pós-moderno ficando no píer até então abandonado da Praça Mauá, e o Museu de Artes do Rio de Janeiro -Mar, terá a mesma intensidade no próximo ano:

Questões que ainda não têm respostas, mas que precisam ser estudadas e respondidas. Tudo ainda está à espera de estudos e pesquisas e, principalmente, de resposta para aquela questão que paira ainda no ar: quem ganhou e quem perdeu com todo esse movimento?

Novo ano, nova administração municipal, cenário econômico e político mais que conturbado, fazem do nosso futuro próximo um momento de grandes incertezas.

Dando continuidade ao cumprimento de nossa principal missão de divulgação eletrônica de artigos originais e resenhas críticas de estudos voltados para o debate do turismo como vetor de desenvolvimento social, o presente número do Caderno Virtual de Turismo traz doze artigos inéditos e uma entrevista com o professor Conrad Lashey da Stenden University of Applied Science da Holanda, além de uma resenha do seu novo livro, *The Routledge Handbook of Hospitality Studies*, lançado recentemente sobre o tema da hospitalidade, com estudos de casos de todos os cantos do planeta.

Nos artigos ora publicados temos a oportunidade de navegar por áreas temáticas distintas, mas que se tangenciam ora do ponto de vista metodológicos, ora do ponto de vista de suas construções teóricas. O Turismo de Base Comunitária volta a compor o conjunto do Caderno, com mais quatro pesquisas que se alternam em apresentar metodologias de planejamento participativo e questionamento entre as reflexões teórico-conceituais e a realidade empírica de localidades que aderiram a essa modalidade de desenvolvimento turístico.

A presença de dois artigos internacionais trazendo discussões sobre o turismo em Portugal e no México, contribuem para o esforço de internacionalização do Caderno Virtual de Turismo e nos brindam

com estudos específicos, porém, atuais e instigantes. Do México temos um estudo sobre a avaliação dos recursos turísticos naturais do município de San Pedro Lagunilhas, no estado de Nayarit, na costa ocidental daquele país, a partir de metodologia de avaliação multicritérios (EMC). O artigo dos pesquisadores da Universidades de Vigo e Extremadura, na Espanha, por sua vez, nos levam a refletir sobre um dos muitos caminhos de peregrinação para San Thiago de Compostela. A partir de pesquisa de campo, os autores nos apresentam as potencialidades do trecho do Caminho no município de Vila Nova de Gaia, Portugal, indicando algumas necessidades de intervenção para tornar a experiência do peregrino-turista mais confortável e complexa.

A questão da experiência e do comportamento permeiam dois artigos que se voltam para o estudo do comportamento e das características socioculturais dos turistas e visitantes de dois segmentos bastante específicos e ainda pouco estudados pela academia: os turistas de mergulho e os mochileiros no Brasil.

Outra questão atual e pertinente que pode ser observada em dois artigos que tratam de objetos empíricos distintos, porém, com pontos de contato, é a da influência dos desastres naturais nos processos de planejamento e reestruturação de destinos turísticos. A região da Costa Verde e Mar de Santa Catarina e o município paulista de São Luiz do Paraitinga são o foco desses estudos que se tangenciam por analisar os efeitos de desastres naturais recentes sobre suas atividades turísticas.

Esse universo de investigação amplo e instigante é complementado pela entrevista com o professor Conrad Lashley, realizada pelo pesquisador Leandro Brusadin, da Universidade Federal de Ouro Preto, nos leva a refletir sobre o sentido do acolhimento nos estudos da hospitalidade. Salientando a urgência das nossas universidades estimularem o desenvolvimento do pensamento crítico nos alunos, professor Lashley nos indica que educar “não é só preparar as pessoas para a indústria, é educá-las como seres humanos, dar-lhes certas ferramentas que permitam questionar, independentemente de onde possam estar trabalhando”.

Boa leitura !



O sentido do acolhimento na hospitalidade¹

Entrevista com Conrad Lashley^a

The sense of the host in hospitality: interview with Conrad Lashley

El significado del acogimiento en la hospitalidade: entrevista con Conrad Lashley

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1290>

Leandro Benedini Brusadin <leandro@turismo.ufop.br >



Departamento de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto, MG, Brasil.

Resumo biográfico

^aProfessor e Pesquisador de Hospitalidade na Stenden University of Applied Sciences, Leeuwarden, Holanda. Editor da Revista “Hospitality Review” e autor do livro “Em Busca da Hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado” cujas discussões tornaram-se primordiais para a formação do campo de estudo da hospitalidade no Brasil e na Europa. A sua área de atuação consiste na compreensão da hospitalidade enquanto eixo social, privado e comercial. A formação do pesquisador consiste

em Relações Industriais (MA – *University of Warwick*), Ciências Sociais (BA – *Open University*), Educação (*University of Leeds*) e Diploma Nacional em Catering and Hotel Keeping (*Huddersfield College of Technology*).

<https://es.linkedin.com/in/jordi-tresserras-juan-21610934>

¹Entrevista realizada na Stenden University of Applied Sciences, em 03 de junho de 2015, como etapa da pesquisa de Pós-Doutorado concluído na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) com utilização de recursos tipo custeio do CNPq.

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

BRUSADIN, L. B. O sentido do acolhimento na hospitalidade: entrevista com Conrad Lashley. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 9-14, dez. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



Por que o senhor se interessou por estudos acerca da hospitalidade na perspectiva humana do anfitrião?

Por quê? Bem, eu creio que por uma série de razões. A primeira é que se você simplesmente olha de uma perspectiva educacional, os cursos estão voltados a questões práticas, ao fazer, ao fazer plano de *marketing*, ao conselho gestor, a esse tipo de coisa. E, se não tomamos cuidado, cria-se uma mentalidade inquestionável. Portanto, a partir de uma perspectiva educacional, temos de estimular os alunos a questionar sob uma visão crítica. E aí, com isso em mente, uma das coisas que o estudo sobre hospitalidade proporciona é abrir o campo para as Ciências Sociais para que possamos olhar para a Antropologia, para que possamos ver como as culturas diferentes recebem hóspedes e as obrigações com as quais precisamos lidar. Isso nos fornece, então, uma entrada para um pensamento mais crítico porque o que queremos que seja nosso *modus operandi*, podemos ver que é algo global, sabe, há obrigações mundiais para receber e acolher o novo. Então, de qualquer forma, esta é realmente minha perspectiva. É, primeiramente, um ponto de vista educacional, oferecer aos alunos algumas ferramentas para desenvolver o pensamento crítico e, então, por outro lado, as Ciências Sociais são o caminho adiante, penso eu, em última instância, que podemos criar pessoas que serão profissionais reflexivos denominados “profissionais filosóficos”. Portanto, temos essa forma de educar as pessoas porque, para mim, não é só preparar as pessoas para a indústria, é educá-las como seres humanos, dar-lhes certas ferramentas que permitam questionar, independentemente de onde possam estar trabalhando.

O que você pensa sobre os debates acadêmicos relativos ao acolhimento na atualidade?



Para começar, o setor hoteleiro é apenas uma parte da indústria da hospitalidade se pensarmos na palavra “hospitalidade” como um substantivo coletivo para nos referirmos à prestação de serviços alimentícios, de bebidas e serviços de acomodação. Então, embora a maioria dos programas e até mesmo aqui [Stenden University of Applied Sciences, em Leeuwarden, na Holanda] tenha “hotel” no título, de fato, podemos nos remeter a boates, podemos nos remeter a grupos de bares, a contratos de buffet, a serviços hospitalares, negócios escolares e assim por diante. E, desse modo, a ideia é que o que a hospitalidade faz, de certa forma, é nos estimular a ver o mundo a partir dessa perspectiva amplamente aceita, de modo que não estejamos apenas nos remetendo a hotéis. Fizemos uma pesquisa no Reino Unido há alguns anos que analisou as trajetórias de carreira e um número muito grande de pessoas que começaram a trabalhar em hotéis e que queriam terminar seu curso, mas, em seguida, largaram e passaram a trabalhar em outras indústrias. Então, uma das coisas que eu fiz nos programas que coordenava na época era proporcionar estímulos às pessoas em relação a alguns desses outros setores porque acreditamos que o título “hotel”, se não tivermos cautela, limita as opções e acabamos não dando impulso o bastante para os alunos. Certamente esses outros setores podem oferecer melhores opções de carreira uma vez que se assume responsabilidades familiares em tempo integral. Diversas vezes eu pergunto às pessoas como lidam com as famílias; elas preferem horários regulares de trabalho, ou seja, cinco vezes na semana. Então, todas essas razões significam que não deveríamos estar tão ligados ao nome “hotel”.

Que dificuldades você ainda encontra para o desenvolvimento de debates acadêmicos sobre a hospitalidade no mundo??

É isso, novamente, devido a essa ligação com o mundo de trabalho, se não tivermos cuidado, tudo é julgado de acordo com a contribuição para o desenvolvimento dessas pessoas em seu trabalho futuramente. Logo, a ideia é deslocar, se preferir, abrir o campo de estudo para que não estejamos tão suscetíveis a essa tirania da relevância e, de fato, começar a olhar para uma introdução de cursos ou módulos que, de fato, ajudem os alunos a pensar. Quero dizer, eu falei de Antropologia como uma opção, mas por que não avançar os estudos? Muito dos estudos sobre a hospitalidade tem a ver com *performance*. Então, talvez possamos aprender com as escolas de teatro. Talvez possamos aprender com a Arte. Uma das coisas que possuo e que mais me orgulham é um quadro que foi pintado para mim por meus alunos há muito tempo quando mudei da Educação Continuada porque lutei para que eles tivessem Arte em seu conteúdo de diploma, já que eu via a relevância da Arte na apresentação de uma mesa de comida, na decoração de restaurantes, etc.

Os Domínios Social, Privado e Comercial da Hospitalidade dos quais você trata podem ser usados com efeito didático e como paradigma para o estudo de hospitalidade. Que importância você acredita que o seu estudo tem alcançado?

Eu creio que, obviamente, o aspecto cultural faz pelo social, ou seja, o sociocultural, realmente faz é abrir o estudo das sociedades e buscar similaridades e diferenças. No setor privado a maioria das pessoas estaria vivenciando pontes propícias à hospitalidade, seja como anfitriãs, seja como hóspedes. Então, novamente, como educadores, somos levados a isso. Como é nessas circunstâncias? Quais são as regras? Quais os limites? O que quero dizer, por exemplo, na Inglaterra, se vou à casa de alguém para jantar, normalmente eu levo umas duas garrafas de vinho, geralmente minha esposa leva chocolates, ou sobremesa, ou flores, mas, em algumas culturas isso é um insulto. Logo, é essa coisa de questões de código. Portanto, estudar a cultura privada nos dá formas de pensar mais criticamente sobre a cultura comercial. Mas, bem, deixe-me fazer isso, essa coisa de estudar por conta própria, nós, acadêmicos, não deveríamos ter receio de estudar as coisas de que precisamos, é necessário ampliar conhecimento. Por outro lado, quando se estuda essas áreas, podemos ver como há relevância para o setor comercial. Porque se começarmos a pensar em anfitriões e hóspedes e a hospitalidade e, talvez, em tirar vantagem competitiva fazendo os clientes se sentirem realmente bem-vindos, então podemos ter essa vantagem competitiva entre esses domínios. É um modelo bem simples.

Há somente um efeito didático baseado em um modelo?

Sim, é simplesmente um modo real de como ajudar a pensar, pensar mais; é bem simples. Mas te faz refletir sobre essas áreas que trazem informações sobre isso.

Como a hospitalidade poderia ser mais bem aproveitada nos contextos privados e comerciais?

Bem, esta é outra questão bastante interessante porque claramente e eu tenho defendido “como se pode ajudar a própria hospitalidade quando se tem um preço? “Gostaria de outra taça de vinho, senhor? Sim, por favor. Bem, são 5 euros.” Isso cria uma coisa do tipo: “não disponho de 5 euros para uma taça de vinho”. Então cria-se uma coisa menos hospitaleira possível. Com isso dito, pessoas como Elizabeth Telfer defendem e eu acredito que ela esteja certa é que, de fato, não é assim tão simples, que há pessoas que estarão designadas para o trabalho em dados setores, como empresários ou como os que servem vinho que são hospitaleiras, que realmente sentem a vontade de querer agradar o hóspede porque é assim que elas são. E não é tão óbvio quanto eu inicialmente descrevia porque vejo que há possibilidades e que isso me faz refletir sobre minhas próprias experiências, sobre as pessoas com quem tive relações comerciais e, então, eu ofereceria mais por sua disposição para ser um bom anfitrião. Quero citar como exemplo quando fui para uma parte remota da Sardenha [Itália] pela primeira vez com minha esposa como turistas comuns. Naquele momento, eu falava um pouco de italiano, nada além do básico para me virar. Quando partimos, o cara veio do restaurante onde tínhamos feito uma refeição algumas vezes e trouxe-nos duas garrafas de azeite de oliva, o anfitrião em cujo apartamento nos hospedamos nos presenteou com duas garrafas de vinho. Esse tipo de coisa não é uma fórmula, não é como uma barganha: “se você gastar, você ganha isto”. Foi tudo muito genuíno, sabe? Quero dizer que criou-se um sentido de acolhimento mais genuíno do que se teria no setor comercial e suas fórmulas.



Você acredita que as mulheres possuem mais vocação para a hospitalidade?

Eu penso que ser anfitrião está além de uma questão de gênero, independe de gênero porque tem a ver com fazer o outro se sentir bem-vindo. Agora, eu sei que em algumas culturas acontece muito de ser conduzido pelo homem da casa e, mesmo na Inglaterra, tem-se uma situação – se você vai à casa de alguém, em muitos casos com que me deparei, não é sempre, mas na maioria dos casos, você vê que o homem serve a

bebidas e a mulher cuida da comida. No entanto, há exemplos em que os homens frequentemente cuidam da comida. Eu mesmo costumava fazer isso. Então, quando tenho hóspedes, faço a comida. Agora eu simplesmente como fora e deixo alguém cuidar da louça. Acho que esses papéis de gênero são interessantes e, de fato, algo para se observar e para se ter consciência de expectativas culturais diferentes. Estamos trabalhando com autoridades locais porque em 2018 Leeuwarden [Holanda] será a Capital Europeia da Cultura e há uma série de questões sobre como recebermos as pessoas, particularmente de herança confuciana. Então, se recebemos chineses, como eles esperam ser tratados? Devemos disponibilizar hashi? Como eles esperam ser tratados, por quem esperam? Todas essas coisas é que precisamos desvendar para que, quando eles vierem, se sintam bem recebidos em seus termos, não em nossos termos.

O mercado usa a virtude da hospitalidade para se reproduzir. Isso pode ser considerado um processo ético?

Bem, só se for genuíno. Acho que este é o ponto sobre as pessoas: será que elas são genuinamente hospitaleiras? Quero dizer, em nossa pesquisa, um de meus alunos de pós-doutorado desenvolveu esse instrumento de mensuração, identificando as pessoas que pareciam ser genuinamente hospitaleiras. Então, elas responderam um elenco de 13 perguntas. Pensamos que é uma minoria, mas não sabemos. Acharmos que, como essas pessoas parecem ser genuinamente hospitaleiras, poderiam treinar outras pessoas. Logo, esse negócio todo de como você passa isso adiante que depende de mais pesquisa, mas precisa de treinamento e umas das coisas que observamos é preparar um programa, provavelmente de meio período, e dar certificado aos participantes e algum tipo de bottom. Por exemplo, pode ser de um hotel, dizendo “anfitrião de Leeuwarden ou Friesland”, e aí você, de repente, tem um adesivo em um táxi que diz “anfitrião de Friesland”, camisetas dizendo “anfitrião de Friesland”, esse tipo de coisa. A ideia é tentar fazer disso um elemento de respeito porque a ideia do projeto de 2018 [em Leeuwarden] é fazer as pessoas se sentirem bem-vindas em seus próprios para que não vejamos um ao outro como uma ameaça. Você pode soar diferente para mim, você pode parecer diferente para mim, mas, na verdade, somos todos uma grande humanidade, é isso. E isso se adapta muito bem aos meus instintos comunistas.



É de fato possível associar a administração de hospitalidade com os estudos sociais e antropológicos do sistema de trocas de Marcel Mauss?

Eu acho que é possível e penso que, obviamente, os sistemas de doação geralmente têm a ver com hospitalidade por vocação e se manifestam de formas diferentes, mas, no fim das contas, se você observa a hospitalidade genuína, ela tem a ver com generosidade. Derrida falou sobre hospitalidade radical, eu falei de hospitalidade altruísta e todos estamos basicamente dizendo a mesma coisa que se trata de dar sem qualquer pensamento de ter algo de volta. Fazemos isso porque isso é o que fazemos.

Eu estive na França e entrevistei Anne Gotman . O que o senhor pensa a respeito desses estudos na abordagem dos estudiosos franceses?

Ah, muito bom! Bem, eu digo que é o caminho, estamos dizendo basicamente as mesmas coisas, podemos estar usando modelos e linguagem levemente diferentes, mas, em última instância, estamos dizendo coisas muito parecidas. Então, há sempre essa tendência a partir de um ponto de vista sociopsicológico de rejeitar o estranho. Por outro lado, depende de como você enxerga os limites. Mas essas são ideias muito similares, de fato a hospitalidade nos fornece uma maneira de pensar especificamente sobre o visitante, o estranho, mas, em último caso, esses ângulos são vistos na perspectiva de sexos e raças.

Você acredita que haja algum sacrifício de qualquer uma das partes – hóspedes ou anfitriões – no processo da hospitalidade contemporânea?

De certa forma você sempre se sensibiliza com as necessidades do outro de modo que, em alguns casos, você tem que se adaptar ao comportamento do anfitrião para suprir as expectativas do hóspede e, em contrapartida, o hóspede tem que se adaptar ao comportamento do anfitrião. Há um belo ditado italiano que fala que as visitas são como peixe – começam a feder depois de três dias. O dar não se trata de forma desprendida de modo que o anfitrião tem a obrigação de não dizer que fique!





A questão dos desastres em destinações turísticas: o caso da destinação Costa Verde e Mar em Santa Catarina

The issue of disaster in tourist destinations: the case of allocation and Green Sea Coast

La cuestión de desastres en destinos turísticos: el caso de la destinación de Costa Verde y Mar em Santa Catarina, Brasil

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.0952>

Marcelo Mariano Rocha <mmariano.rocha@gmail.com >

Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, SC, Brasil.

Antônio Marcos Mattedi <mam@furb.br >

Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, SC, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 14-jun-2014

Aceite: 10-jun-2016

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

ROCHA, M. M.; MATTEDI, A. M. A questão dos desastres em destinações turísticas: o caso da destinação Costa Verde e Mar em Santa Catarina. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 15-29, dez. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

O presente trabalho apresenta as implicações dos desastres sobre a atividade turística, em especial, abordando a destinação turística Costa Verde e Mar, em Santa Catarina. A destinação encontra-se localizada na Bacia Hidrográfica do Vale do Itajaí, uma região suscetível a desastres e com potencial para provocar sérios impactos para o *trade* turístico. Para analisar essa problemática, a pesquisa teve como metodologia o levantamento de dados qualitativos e quantitativos, bem como a análise de documentos oficiais sobre o turismo e os desastres em Santa Catarina. Concluiu-se que a atividade turística explorada na destinação possuiu total condição de ser afetada pelos desastres em virtude das condições ambientais, geológicas e hidrológicas existentes na região do Vale do Itajaí. Dessa forma, a efetivação desse fenômeno poderia proporcionar um grande prejuízo para o *trade*, bem como para economia da destinação turística.

Palavras-chave: Destinação Turística. Desastres. Turismo.

ABSTRACT

The present paper has been showing the implications of disasters on tourism, in particular, addressing the tourist destination Costa Verde e Mar, at Santa Catarina. The destination is located at the hydrographic basin of Vale do Itajaí, a susceptible area for disasters and with potential to cause serious impacts on the touristic trade. To analyze this problem, the research methodology was to survey of qualitative and quantitative data, as well as the analyze of official documents about the tourism and the disaster in Santa Catarina. It could be concluded that tourism activity exploited at the destination possessed overall conditions to be affected by disasters of environmental conditions, geological and hydrological existing in Vale do Itajaí region. Thus, the effectivity of this phenomenon could provide a great loss to the trade as well as to the touristic destination economy.

Keywords: Tourist Destination. Disaster. Tourism.

RESUMEN

El trabajo presenta las consecuencias de los desastres a las actividades turísticas, subrayando la destinación turística Costa Verde y Mar, en el estado de Santa Catarina. El destino se ubica en la Cuenca Hidrográfica del Valle del Río Itajaí, una zona propensa a ocurrencia de desastres que pueden impactar al trade turístico. Para estudiar la problemáticas, la investigación tuvo como metodología la búsqueda por datos cualitativos, cuantitativos y análisis de documentaciones oficiales sobre el turismo y los desastres en Santa Catarina. Se puede concluir que la explotación de la actividad posee grandes condiciones de sufrir impactos de desastres en virtud de las condiciones ambientales, geológicas y hidrológicas existentes en la zona del Valle del Itajaí. Sin embargo, la efectuação de ese fenómeno ofrecería grandes pérdidas al trade y a la economía del destino turístico.

Palavras clave: Destino Turístico. Desastres. Turismo.

Introdução

O setor turístico tem assumido um fator importante no desenvolvimento econômico de determinadas localidades. Assim, esse setor vem sendo tratado como segmento estratégico em função do seu poder gerador de divisas, principalmente para espaços que apresentam condições reais para a exploração de seus recursos, seja naturais e/ou culturais. No entanto, muitas vezes esse desenvolvimento é comprometido pela vulnerabilidade a desastres. Tal elemento, quando associado a fatores negativos, seja de ordem física, climática e/ou socioambiental, tende a proporcionar a iminência e, dependendo do grau de vulnerabilidade da localidade, poderá acarretar efetivação de intempérie.

Dentro disso, sobre o desenvolvimento do turismo, territórios que apresentam características negativas, como vulnerabilidade socioambiental, poderão se tornar turísticos em função da existência de atrativos naturais e/ou culturais. Muitas localidades ou destinos turísticos vêm surgindo, apresentando características de vulnerabilidade e, além disso, associam-se com práticas ambientais insustentáveis, proporcionando um aumento iminente de desastres. O segmento turístico é muito suscetível a intervenções externas, como guerras, epidemias, crises econômicas, aspectos climáticos, entre outros, podendo gerar impactos negativos para a dinâmica do setor. Territórios transformados em destinos turísticos em função dos elementos existentes, quando associados com características de desastres, podem se tornar um fator preocupante para o desenvolvimento do setor. Existem no Brasil e no mundo destinos que, além de apresentar todos os elementos necessários para o desenvolvimento do turismo, vêm demonstrando elementos, como, por exemplo, questões como vulnerabilidade socioambiental que pode vir a causar um desastre e, assim, trazer prejuízos para o setor.

Dentro dessa questão, Santa Catarina possui uma destinação turística denominada Costa Verde e Mar, sendo uma das localidades mais visitadas dentro do estado em função das belezas naturais existentes. No entanto, uma parcela dos municípios integrantes da Costa Verde e Mar encontra-se dentro de região da Bacia Hidrográfica do Vale do Itajaí-Açu que possui suscetibilidade a desastres devido às condições geológicas existentes. A pesquisa tem como pressuposto metodológico a realização de um estudo de caso da Destinação Turística Costa Verde e Mar, evidenciando por meio de referências bibliográficas e dados qualitativos e quantitativos sobre esses fenômenos. Dessa forma, pretende-se realizar uma análise e apresentar elementos sobre a relação dessa destinação com a iminência dos desastres sobre essa região turística Costa Verde e Mar.

Turismo e desastres: uma análise do processo de interferência sobre a atividade turística

O avanço do fenômeno turístico vem permitindo que diversas regiões com potenciais turísticos possam ter sua economia fortalecida por meio do *trade*. Dessa forma, os economistas vislumbraram, nesse segmento, um importante setor gerador de crescimento econômico e elevação das taxas de desenvolvimento de diferentes regiões. Dentro desse cenário, muitas localidades têm sua economia alicerçada no segmento do turismo e, assim, regiões têm na atividade turística uma fonte de entrada de recursos provenientes da demanda turística. “Entre 2004 e 2020, as previsões da Organização Mundial do Turismo (OMT) que viagens internacionais irão aumentar de 760 milhões de viagens por ano para 1,5 bilhão de viagens. Se as viagens domésticas forem incluídas, o total de 2020 será de 15 bilhões de viagens por ano” (MADITINOS; VASSILIADIS, 2008, p. 68, tradução nossa).

Esses dados apontam que o setor do turismo possui um enorme potencial de crescimento, “conquistando espaço definitivo junto aos diversos setores da economia, contribuindo para o desenvolvimento econômico e diminuindo as diferenças regionais” (SANTOS; HANAOKA, 2015, p.198). Diante disso, muitos destinos turísticos foram criados para serem comercializados e oferecidos ao mercado, assim se constituindo como um segmento importantíssimo para o desenvolvimento territorial. Devido aos elementos econômicos que o setor proporciona, territórios que possuem condições para o turismo passaram a ser direcionados e transformados em desígnio turístico e atribuídos para o consumo turístico sem levar em considerações as possíveis pressões ambientais que o setor poderia causar em virtude do enorme apelo comercial e econômico que o setor alcançou. Assim, destinações turísticas podem apresentar alguns aspectos de vulnerabilidade e passar a correr perigo de um desastre. Esse fenômeno, quando atinge determinado destino turístico, possui totais condições de desestruturar toda a dinâmica existente no setor e, assim, a capacidade de resiliência em curto espaço de tempo pode ficar comprometida.

Na última década, uma série de desastres naturais afetou severamente destinos turísticos. Os exemplos mais proeminentes incluem o tsunami no Oceano Índico em 2004, o furacão Katrina nos EUA (2005), o tsunami de Samoa (2009), as inundações na Austrália (2010/2011) e Christchurch (Nova Zelândia), terremotos em (2010-2011) (BECHEN; HUGHEY, 2013, tradução nossa). Os impactos dos desastres sobre a atividade turística podem abranger infraestruturas físicas (meios de hospedagem e transporte), *marketing* turístico (propaganda rádio e TV), perda do fluxo de turistas, diminuição da arrecadação, entre outros, gerando impactos econômicos sem precedentes para tais territórios. De acordo com Maditinos e Vassiliadis (2008, tradução nossa) o turismo é muitas vezes descrito como uma indústria frágil em que a demanda por viagens é altamente suscetível a inúmeros choques, tais como guerras, epidemias de doenças mortais, doenças contagiosas, incidentes de terrorismo, flutuações econômicas, instabilidade da moeda, crises de energia, e assim por diante.

Em consequência do avanço do processo tecnológico e crescimento vertiginoso do mercado, esses locais que foram turistificados passaram a ser vendidos e, conseqüentemente, atraindo visitantes. Rodrigues (2015) afirma que o conceito de turistificação em sua acepção mais geral e literal diz respeito à ação coordenada no sentido de tornar um espaço natural em espaço turístico, com uma nova funcionalidade aos espaços, como readequação e adaptação. O surgimento de um destino turístico está associado com aspectos tanto ambientais quanto culturais, e assim “depende fundamentalmente de espaços turísticos, que são notadamente de duas dimensões: espaços-natureza e espaços-patrimônio” (RODRIGUES, 2015, p. 88).

Como enfatiza Cruz (2002), os territórios que passaram a ser usados pelo turismo são, também, paradoxalmente negligenciados, pois o que é usado é o seu potencial passível de exploração pelo turismo e negligenciada, simultaneamente, a sua condição primeira de lugar da reprodução da vida. A partir do momento em que determinadas características do território que passou a ser turistificado são negligenciadas, localidades turísticas podem vir a apresentar elementos que venham propiciar a iminência de um desastre. Assim, essas localidades se tornam mais suscetíveis a abrigar esse fenômeno. Os desastres são determinados a partir da relação entre o homem e a natureza e resultam das tentativas humanas em dominar a natureza, que, em sua maioria, acabam derrotadas, sendo que, quando não são aplicadas medidas para a redução dos efeitos dos desastres, a tendência é aumentar a intensidade, a magnitude e a frequência dos impactos (KOBAYAMA, 2006).

O turismo é dependente de um ecossistema intacto e de estruturas institucionais que possam responder às necessidades da população local e visitantes. Portanto, a prevenção de catástrofes e gestão (por

desastres naturais e provocados pelo homem) deve ser uma parte essencial do plano de gestão integrada para qualquer destino (MADITINOS; VASSILIADIS, 2008, tradução nossa). Dentro disso, “no turismo, as preocupações de estabelecer políticas para o setor só aparecem quando este adquire importância econômica ou quando começa a causar transtornos” (SOLHA, 2006, p. 90). As questões que envolvem a gestão dos desastres sobre a atividade turística nas políticas públicas podem se tornar fator determinante entre o sucesso e o fracasso de determinada localidade turística que apresenta elementos de vulnerabilidade. “O turismo é altamente sensível a crises e elas se agravam quando associadas a desastres, e um sistema de proteção aos turistas e de recuperação das áreas turísticas deve ser implementado pelas autoridades competentes” (ZUCCO; MAGALHÃES, 2010, p. 603, tradução nossa).

Dessa forma, os impactos podem atingir diretamente os turistas, e para minimizar os impactos é necessário que ações emergenciais sejam implementadas. Como enfatizam Maditinos e Vassiliadis (2008):

[...] Os desastres aumentam as preocupações de turistas com segurança e proteção colocando pressão crescente sobre planejadores e gestores envolvidos com o turismo, impelindo-os a analisar o impacto das catástrofes sobre essa indústria e a desenvolver estratégias para lidar com as crises. A redução da eminência do perigo de um desastre depende, sobretudo, de ações pautadas e estabelecidas na concepção de uma nova cultura, enfatizada no campo ambiental e social, visando uma melhor integração entre os seres humanos e ambiente (MADITINOS; VASSILIADIS, 2008, p. 68, tradução nossa).

No entanto, fatores como a intervenção por meio de planejamento e gestão por parte das esferas governamentais trazem benefícios para diminuição dos riscos de desastres e, conseqüentemente, aumento da capacidade de resiliência em diversas áreas, como, por exemplo, o setor do turismo. Segundo Sansolo (2009), no segmento do turismo é necessária a realização de uma abordagem relevante e sistemática do ponto de vista de que o poder público em âmbito de todas as esferas tem que passar a adotar medidas que visem o melhoramento do *trade*.

Adotar quesitos, como a gestão dos desastres na atividade turística em determinadas localidades como medida preventiva contra possíveis impactos, pode se tornar uma ferramenta indispensável para muitas localidades turísticas que apresentam alguma característica de vulnerabilidade. Dessa forma, essa questão é enfatizada por Kobiyama (2006, p. 31) que em seus estudos destaca que:

Dentro dessas linhas de raciocínio o desastre está muito vinculado à questão da prevenção e do planejamento por parte dos responsáveis a fim de diminuir os riscos de um evento calamitoso. Quando um evento desse porte ocorre em uma destinação turística, os efeitos são sentidos a curto, médio e longo prazo, trazendo problemas e principalmente prejuízos para a localidade turística.

Assim, localidades turísticas que são afetadas por esses eventos passam a ter seus fluxos turísticos prejudicados em função da interferência desse fenômeno sobre determinada destinação turística. Dentro dessa abordagem, outra condicionante que pode vir a tornar elemento prejudicial para a gestão e prevenção na relação dos desastres na atividade turística são os interesses tanto privados (empresários) quanto estatais (esferas municipais, estaduais e federal).

Esses interesses podem se sobressair às necessidades de se implantarem ações de gestão contra esses fenômenos. O modelo de desenvolvimento econômico fez com que a atividade fosse explorada de uma maneira sem precedentes, sempre ignorando a lógica do planejamento e gestão da atividade. Dessa forma, espaços naturais foram transformados em destinos turísticos a fim de beneficiar a lógica capitalista de exploração e a obtenção de lucro para estados e municípios, esquecendo-se dos possíveis e futuros impactos que a atividade poderia gerar. Com o crescimento da atividade turística no mundo, o poder público, sobretudo no nível federal, passou a liderar o desenvolvimento do turismo por meio de políticas públicas

centradas na urbanização de espaços, tidos como potenciais ao desenvolvimento turístico” (SANSOLO, 2009).

Assim, o setor turístico se transformou em uma atividade extremamente importante no que tange a produzir renda, porém, houve um esquecimento das questões que norteiam os possíveis impactos gerados pela atividade. Essa preocupação inicial com questões econômicas fez com que as implementações de políticas públicas e de planejamento ficassem sempre em segundo plano nas esferas privadas e públicas.

Segundo Santos (2014), o destino turístico, enquanto espaço suporte, elemento físico em que o visitante permanece pelo menos uma noite, constitui-se como portfólio de serviços de apoio, de atrações turísticas, de produtos necessários ao provimento, tendencialmente completo, das vontades e desejos dos turistas nesse território. Todos esses elementos precisam estar organizados em torno de um trabalho contínuo de comunicação e imagem, já que a oferta no destino deve estar estruturada para cativar turistas menos envolvidos nas suas atrações e produtos, ganhando especial relevância a sua gestão estratégica, que deve envolver os agentes públicos e privados direta e/ou indiretamente ligados ao setor do turismo.

As ações de gestão e planejamento a médio e/ou longo prazo podem trazer benefícios para o setor, principalmente no que norteiam as questões que envolvem a entrada de divisas para estados e municípios. Segundo Ouriques (2003), em sua análise sobre o turismo na periferia do capitalismo, esclarece que o setor turístico “pode ser encarado como o último milagre do capitalismo mundial em sua jornada auto-expansivo. É inegável que a introdução do turismo na periferia acabou por gerar ‘ilhas de prosperidade’, criando um circuito privilegiado de consumo e padrão” (OURIQUES, 2003, p. 136). A partir do momento em que o setor turístico é afetado por alguns desastres, como uma catástrofe natural, acidente industrial, ataque terrorista, epidemia, entre outros, o cenário turístico até então perfeito e estruturado passará a demonstrar instabilidade em decorrência dos impactos gerados por esse fenômeno e, conseqüentemente, trazendo enormes prejuízos, principalmente os financeiros.

Assim, percebeu-se que as relações que envolvem o segmento turístico e as questões sobre os desastres são extremamente complexas e muito abrangentes. Economias de muitos territórios são sustentadas basicamente pela exploração do turismo e, no entanto, localidades vêm apresentando algum tipo de vulnerabilidade, que associada com fatores externos como questões climatológicas, físicas, entre outros, podem gerar intempéries afetando diretamente o *trade* turístico. Assim, o turismo se torna uma atividade vulnerável a mudanças repentinas e dependente de uma gestão eficiente e eficaz com o propósito de gerir e minimizar possíveis impactos negativos que possam atingir o setor turístico.

A problemática dos desastres em destinações turísticas

A necessidade da sociedade em ter uma atividade de lazer em função das relações de trabalhos acaba sendo fator preponderante ao desenvolvimento turístico. A partir desse contexto, a atividade está baseada principalmente na exploração dos recursos naturais e culturais inseridos dentro do espaço geográfico, que ao longo do tempo foi sendo produzido pelo homem por meio das inter-relações pessoais e estas com o meio abiótico e biótico circundante. Analisado sob esse prisma, o conhecimento sobre os espaços turistificados constitui-se em elemento essencial para o desenvolvimento do *trade*. Esse segmento procura comercializar os potenciais turísticos de determinado território e, dessa forma, busca vender esses espaços para indivíduos dispostos a consumi-los, criando assim relações com o meio (espaço e autóctones) e com influência externa (turistas), atraindo fluxo de divisas para essas localidades.

Dentro da turistificação de espaços, entre eles os naturais, surgem destinações turísticas, localidades que detêm toda condição necessária para a realização da atividade turística. Tais destinações exercem um importante papel na economia da região em que ela está inserida, contribuindo para o desenvolvimento regional. Muitas destinações turísticas, além de contarem com todo atrativo necessário para o desenvolvimento do segmento do turismo, contam também com a iminência e muitas vezes com a consolidação de fenômenos como os desastres. Fatores como localização geográfica, características físicas, como geológicas, geomorfológicas, hidrológica e a questão de vulnerabilidade, podem vir a se tornar fatores que condicionem tais fenômenos, conseqüentemente, atingindo as destinações turísticas.

Observa-se um número crescente de catástrofes e crises que afetam a indústria do turismo, que vão desde incidentes naturais a influências de ações humanas. Nos últimos anos, a indústria global do turismo tem experimentado muitas crises e catástrofes, incluindo ataques terroristas, instabilidade política, recessão econômica, ameaças de biossegurança e desastres naturais (FAULKNER, 2001, tradução nossa). Muitas destinações, nacionais e internacionais, vêm apresentando a iminência dos desastres como fator preocupante sobre o turismo, conseqüentemente, correndo o risco de afetar a economia dessas localidades e, portanto, desestruturar toda a dinâmica do *trade*. Dentro desse contexto, podem-se citar exemplos de destinações turísticas que vêm convivendo com a ameaça e até mesmo com a efetivação dos desastres. Em suma, algumas destinações na Ásia e na América do Norte vêm tentando lidar com esse fator para diminuir a iminência dos impactos dos desastres sobre a indústria do turismo.

Alguns pesquisadores internacionais, como Chung-Hun Tsai, Cheng-Wu Chen, Perry W. Hystad, Peter C. Keller, Maditinos e Vassiliadis, vêm realizando investigações científicas sobre a relação entre os desastres sobre a óptica do setor do turismo e seus impactos. Alguns autores como Chung-Hung Tsai, Cheng-Wu Chen vêm concentrando suas pesquisas na Ásia, focando sua área de estudo sobre destinações turísticas e seus impactos associados com desastres na ilha de Taiwan. Em sua pesquisa mais recente, os autores vêm evidenciando uma problemática existente na ilha em que o turismo vem sendo fomentado pelo mercado turístico em localidades geograficamente inadequadas para o desenvolvimento do *trade*, passando a colocar em perigo o setor turístico e os turistas, devido ao grau de suscetibilidade em consequência da vulnerabilidade existente nesse território.

Segundo Tsai e Chen (2010, tradução nossa), para explorar plenamente os nossos recursos naturais, a maioria dos operadores de turismo, naturalmente, querem construir instalações turísticas em determinadas regiões ou perto desses locais com as mais belas paisagens, muitas vezes ao lado da montanha ou à beira-mar. O autor salienta que o “problema é que essas regiões são, de fato, caracterizadas por alto risco de desastres e falta de recursos para o trabalho de socorro ao público” (TSAI; CHEN, p. 471, tradução nossa). Em suma, o mercado turístico se preocupa basicamente com o retorno financeiro que a atividade poderá lhe proporcionar e, dessa forma, questões como a segurança, gestão e prevenção não são colocadas em pauta nas discussões.

Esses fatores se destacam em virtude de “Taiwan estar localizada na Zona Sísmica Circum-Pacífico, e, portanto, sujeita a terremotos frequentes. Nos últimos anos, tem havido, em média, mais de 200 abalos sísmicos por ano” (TSAI; CHEN, 2010, p. 472, tradução nossa). Devido à suscetibilidade física sobre a efetivação de um desastre provocado por abalos sísmicos, a ilha de Taiwan apresenta reais elementos de que o desenvolvimento do turismo precisa ser gerenciado levando em consideração essas condicionantes. Sobre as conclusões dos autores, expõem que:

A única maneira de diminuir a quantidade de danos e o impacto sobre as pessoas, empresas e governo, é contar com o preparo de redução de desastres ou medidas de dispersão de risco. É necessário identificar, avaliar, controlar e transferir o risco de desastre para a indústria do turismo por meio de uma abordagem adequada do risco e gestão de desastres. Também é importante para a construção seu modelo de avaliação de risco de desastres e gestão de estratégias superior para diminuir o impacto sobre os aspectos operacionais da indústria do turismo (TSAI; CHEN, 2010, p. 479, tradução nossa).

Dessa forma, pôde-se constatar que “existem muitos equipamentos turísticos localizados em regiões que também estão sujeitas a taxas de alta frequência de desastres naturais” (TSAI; CHEN, 2010, p. 478, tradução nossa) como terremotos. A destinação turística existente em Taiwan demonstra que o turismo tem na sua concepção a forma da voracidade turística. Esse fator não leva em consideração as atenuantes existentes, esquecendo-se das possíveis consequências ao setor e, principalmente, para aqueles que consomem essa mercadoria, ou seja, os clientes.

Segundo Toubes e Fraiz Brea (2012, tradução nossa), as estratégias de gestão da crise desenvolvidas em um destino turístico devem ser suficientemente amplas e abrangentes quando aplicadas em diferentes situações, não se limitando a casos específicos também. Devem levar em conta os elementos de prevenção, antes da crise, sendo uma parte essencial do planejamento da gestão estratégica da crise e que a preparação para uma crise em potencial é a chave para uma recuperação rápida e eficaz.

O estudo de caso apresentado da destinação turística na Ásia (Taiwan) demonstra que os desastres fazem parte do cotidiano da atividade turística nessa localidade. Com isso, pôde-se perceber que a ameaça dos desastres é fator claro em virtude das características existentes na destinação turística. Portanto, a gestão e a prevenção dos desastres tornam-se necessárias perante as condições existentes. No entanto, fica evidente que esses aspectos não estiveram presentes associados com o desenvolvimento do turismo. Esse fator coloca em perigo a continuidade do desenvolvimento do turismo nessa destinação, sendo que esse fenômeno prejudica a capacidade de resiliência da destinação e, sem salientar a falta de segurança com turista em virtude da ausência de um sistema de gestão que pudesse gerir essa problemática.

Estudo de caso da destinação turística costa verde e mar

Atualmente Santa Catarina tornou-se um dos destinos mais procurados no Brasil em função da diversidade, como as diversas paisagens naturais existentes. Para destacar as potencialidades e propor um desenvolvimento do *trade*, o Estado, por meio da institucionalização, criou regiões turísticas como medida de desenvolver o turismo no estado de forma regional. O mapa abaixo apresenta o território da destinação turística, a Costa Verde e Mar, que se constitui de um território composto pelos seguintes municípios: Luís Alves, Balneário Piçarras, Penha, Ilhota, Itajaí, Camboriú, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo e Bombinhas.

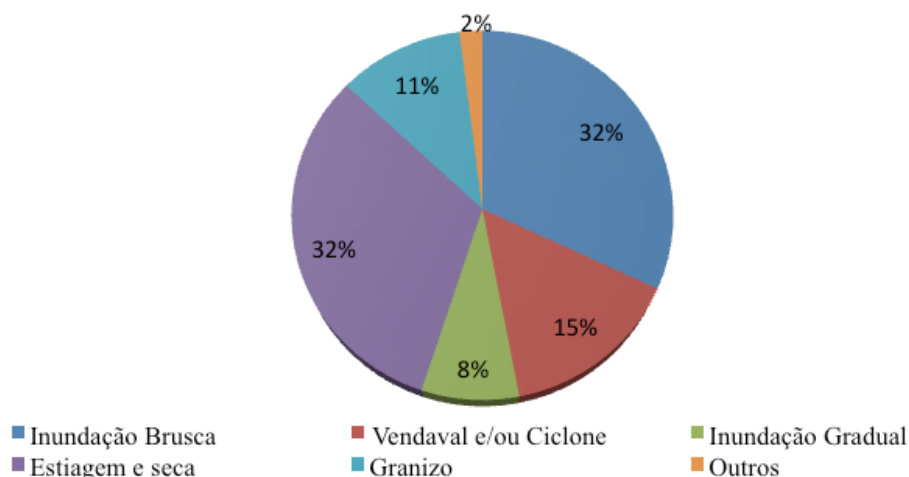


Figura 2 – Desastres mais recorrentes em Santa Catarina (1991 a 2010)

Fonte: UFSC (2013)

Na análise do gráfico, percebe-se que ao longo desse período foram registrados vários fenômenos associados às condições climáticas no estado que proporcionaram os desastres. Entre eles estão fenômenos como inundação gradual, estiagem e seca, vendavais e/ou ciclone e granizo. Os fenômenos citados como inundação brusca, estiagem e seca foram os mais recorrentes no estado, totalizando um percentual de 32% na questão da ocorrência desse fenômeno ao longo do período analisado. A Figura 3, sobre inundação brusca e alagamento por região brasileira, apresenta a ocorrência ao longo do período analisado.

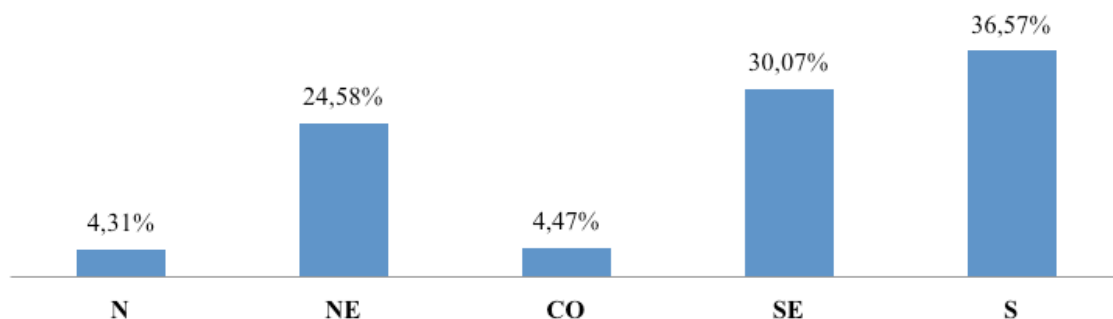


Figura 3 – Inundação brusca e alagamento por região

Fonte: UFSC (2013)

A análise do gráfico de ocorrências de desastres por região demonstra que a região Sul é a mais afetada por esse tipo de desastre, sendo o estado de Santa Catarina o mais afetado por esse fenômeno. No caso das inundações bruscas e alagamentos, são registrados a partir do aumento da precipitação, onde a vazão é ultrapassada e o escoamento da água fica comprometido. Assim, quando a quantidade de chuva é elevada, o nível dos rios aumenta, transpondo seus leitos. Dessa forma, a Figura 4 apresenta dados sobre a frequência mensal de inundação brusca no estado de Santa Catarina, no período de 1991 a 2010.

ceetibilidade a desastres, sendo que em um período curto de tempo aconteceram dois fenômenos que atingiram integralmente essa região, em 2008 e 2011. Na região do Vale do Itajaí, a população em geral sofre com enchentes e alagamentos constantes. Essa suscetibilidade às intempéries é devido às características geológicas da região, como estar em um Vale e pelo Rio Itajaí passar por toda a extensão da Bacia. Associado a esse fator, pode-se citar o aumento territorial e populacional que essa região sofreu e, assim, tiveram que se adaptar com os impactos que esse fenômeno passou a proporcionar, tais como: alagamentos, enchentes, deslizamentos de encostas que ao passar dos anos foram se tornando cada vez mais severos.

O desastre ocorrido em 2008 provocou uma série de devastação em função do alto nível de precipitação nas cidades que são cortadas pelo Rio Itajaí-Açu, assim “obrigando quatorze municípios catarinenses a decretar estado de calamidade pública e sessenta e três a decretar situação de emergência” (ESTADO DE SANTA CATARINA, 2009, p. 7). As regiões como o Médio e Baixo Vale do Itajaí sofreram de forma intensa com a força da natureza, deflagrando as inundações, alagamentos e os deslizamentos de encostas que trouxeram perdas de vidas humanas em algumas cidades. Após o fenômeno, foi “registrado 135 mortos, 78.656 desalojados e desabrigados, dos quais 27.404 desabrigados e 51.252 desalojados e 1,5 milhão de afetados” (ESTADO DE SANTA CATARINA, 2009, p. 8).

Assim, os municípios de Itajaí, Luís Alves, Ilhota e Navegantes, que integram a Costa Verde e Mar e ficam localizados na Bacia do Rio Itajaí-Açu, foram seriamente afetados em função dos impactos do desastre ocorridos em 2008 e 2011, como enchentes, alagamentos e deslizamentos de terras. Outras localidades como “Balneário Camboriú, considerado um destino indutor de desenvolvimento turístico regional” (ESTADO DE SANTA CATARINA, 2011, p. 15) poderia ter colocado seu fluxo em risco para o desenvolvimento do setor turístico. Assim, os municípios que possuem economias alicerçadas no turismo poderiam ter sofrido efeitos negativos desses impactos. Portanto, o conjunto de infraestrutura, como meios de transporte (aéreo e terrestre), meios de hospedagens, setor de serviços, lazer e entretenimento, são segmentos turísticos suscetíveis a sofrer enormes perdas na eminência e efetivação desse fenômeno.

Os possíveis impactos no setor do turismo proporcionado a partir de intempérie nos períodos de 2008 e 2011 seriam reflexos da ausência de planejamento e uma gestão cuidadosa pelo poder público, tanto nas esferas municipal, estadual e federal. Um plano de gestão e prevenção de desastres sobre a atividade turística na Costa Verde e Mar seria uma ferramenta de extrema importância, levando em consideração o histórico de desastre na região do Vale do Itajaí. A gestão dos desastres sobre essa vertente seria uma resposta imediata às questões como vulnerabilidade que propiciam a iminência desses fenômenos encontrada na destinação turística. A questão mais importante no momento atual para a operação do turismo e desenvolvimento é a forma de diminuir a perda decorrente de desastres (TSAI; CHEN, 2011).

No entanto, as pesquisas que vêm trazendo uma abordagem sobre os desastres e o setor do turismo são relativamente novas e, dessa forma, novas análises precisam ser realizadas para subsidiar estudos mais aprofundados. Essa preocupação de levantar esse debate sobre a destinação turística Costa Verde e Mar se pauta dentro da importância que essa destinação possui para o desenvolvimento regional do Vale do Itajaí e de Santa Catarina. Segundo Faulkner (2001), existe uma falta de investigação sobre crise ou fenômenos, como desastre na indústria do turismo, sobre os impactos dos tais eventos, tanto na indústria e organizações específicas, e as respostas da indústria do turismo para tais incidentes.

Existe uma ausência de dados tanto qualitativos quanto quantitativos sobre os possíveis impactos gerados pelos desastres nos municípios da Bacia do Vale do Itajaí e que fazem parte da destinação turística Costa Verde e Mar, em virtude da falta de pesquisas e implementações de políticas públicas realizadas pelo

poder público. Essa falta de dados sobre os possíveis impactos de intempérie sobre o turismo na destinação se dá pela ausência de medidas adotadas pelo poder público estadual e municipal que não deram a devida importância. A gestão das atividades turísticas precisa ser crescentemente planejada de modo estratégico e participativo, sempre com monitoramento, avaliação das ações e intervenções, com o propósito de ser atingido um desenvolvimento local e regional sustentável (SANTOS, 2014). Fica evidente que existe grande carência na gestão do turismo por parte do governo do estado, o qual se mostra ainda distante da realidade da Costa Verde e Mar como uma instituição que tem o objetivo de desenvolver o turismo regional. Assim, esta pesquisa se fundamenta na lacuna existente da falta de estudo existente no Brasil em função de “muitos estudiosos terem notado um aumento do número de catástrofes e crises, que afetam a indústria do turismo, que vão a incidentes naturais e influenciados pela ação humana” (MADITINOS; VASSILIADIS, 2008, p. 68, tradução nossa).

Dessa forma, surge a preocupação de estudos que possam viabilizar pesquisas sobre a implementação da gestão e dos possíveis impactos dos desastres sobre a destinação turística Costa Verde e Mar, sendo evidente “o desinteresse das entidades competentes pela formação de agentes intervenientes e do empresariado privado na conjugação de esforços de parceria e cooperação” (SANTOS, 2014, p. 82). Essa abordagem se faz necessária em função da suscetibilidade às intempéries que a região do Vale do Itajaí possui, sendo que tal destinação se encontra dentro de uma região suscetível a desastres. Contudo, as características físicas existentes na região do Vale do Itajaí propiciam a preocupação e evidencia a emergência de pesquisas alicerçadas na gestão e prevenção dos desastres sobre o setor do turismo.

Objetiva-se que esse trabalho seja um ensaio de futuras pesquisas que venha preencher essa lacuna existente no campo científico. Assim, a destinação turística Costa Verde e Mar apresenta todas as características para o desenvolvimento do turismo. No entanto, vários municípios que integram a destinação Costa Verde e Mar se encontram localizados na Bacia Hidrográfica do Vale do Itajaí e vêm apresentando diversos elementos comprovados sobre sua suscetibilidade para desastres, além de possuir um histórico que reafirma que a destinação turística Costa Verde e Mar se encontra dentro de uma área de intenso perigo.

Considerações finais

Os desastres são fenômenos que se constituem a partir de interferências externas, como alterações climáticas, características físicas de determinado território ou questões associadas com a vulnerabilidade socioambiental, entre outros fatores. Dessa forma, quando os desastres são estabelecidos ou propiciados por algumas de suas condicionantes, esse fenômeno passa a provocar e desestruturar todas as relações existentes no território atingindo diretamente a comunidade local. Contudo, procurou-se apresentar um aporte teórico sobre essa relação, a fim de evidenciar uma problemática existente, trazendo por meio de um estudo de caso a relação que pode existir entre a atividade turística e os desastres.

O presente estudo, a partir dessas concepções teóricas, pretendeu contribuir com reflexões acerca da problemática que envolve os desastres, território e destinações turísticas, evidenciando a destinação Costa Verde e Mar localizada no estado de Santa Catarina. A destinação turística Costa Verde e Mar apresenta diversas características que lhe dão a confirmação de ser uma das destinações turísticas mais procuradas por turistas no estado, em função das enormes belezas naturais e atrativos existentes nessa região. Porém,

alguns municípios dessa destinação encontram-se localizados dentro da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-Açu, a qual possui um histórico de desastres afetando várias cidades que integram a destinação. Essa região, conhecida como “Vale do Itajaí”, possui características físicas, como geológicas, geomorfológicas e hidrológicas associadas com fatores humanos, como, por exemplo, práticas ambientais inadequadas, que a partir de sua interação contribuiu para a ameaça e a consolidação dos desastres, como os acontecidos em 2008 e 2011.

Muitas cidades da destinação turística têm no turismo uma das principais arrecadações provenientes desse segmento. Assim, as políticas públicas estabelecidas na Costa Verde e Mar se fundamentam basicamente em apresentar as características da destinação, tentando buscar e abranger novos mercados e, conseqüentemente, atrair novos visitantes para os espaços turistificados com o propósito de consolidar essa destinação entre as mais visitadas do Brasil. Dessa forma, questões como a iminência dos desastres se tornam questões secundárias, não estando na pauta de discussão pelos gestores do setor a fim de implementar planos de gestão e planejamento elencando os desastres e o turismo.

Assim, tal ensaio se torna importante para que essa temática seja evidenciada e apresentada a partir de reflexões para que possa se tornar alvo de discussão. Dessa forma, nota-se que as pesquisas em nível regional e/ou nacional sobre a dinâmica do turismo e dos desastres ainda estão engavetadas em função de não haver uma percepção sobre os perigos iminentes que envolvem os impactos (sociais, econômicos e ambientais) dos desastres na atividade turística. Portanto, a presente pesquisa pretende iniciar uma discussão pautada em dois elementos encontrados no Vale do Itajaí, sendo a potencialidade desse território para o desenvolvimento do turismo e a suscetibilidade para a efetivação dos desastres.

Referências

BECKEN, S; HUGHEY, K. F. D. **Linking tourism into emergency management structures to enhance disaster risk reduction**. *Tourism Management*, v. 36, p. 77-85, June, 2013.

CRUZ, R. C. A. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual. In: BARTHOLO JÚNIOR *et al.* (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Plano Integrado de Prevenção e Mitigação de Riscos de Desastres Naturais na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí**, 2009. Disponível em: <<http://srv2.lemig.umontreal.ca/donnees/Projet%20Brasil/dados/3%20ovale/Plano%20desastres%20Bacia%20Itajai.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

_____. **Plano de Desenvolvimento Regional do Turismo do Estado de Santa Catarina Região Turística Costa Verde & Mar - 2010/2020 (PDLI)**, 2011. Disponível em: <http://www.sol.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1831&Itemid=54>. Acesso em: 10 abr. 2013.

FAULKNER, B. **Towards a framework for tourism disaster management**, *Tourism Management*, v. 22, issue 2, p. 135-147, April 2001.

HYSTAD, P. W; KELLER, P. C. **Towards a destination tourism disaster management framework: Long-term lessons from a forest fire disaster**. *Tourism Management*, v. 29, Issue 1, p. 151-162, February, 2008.

KOBIYAMA, M. **Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos**. Curitiba: Ed. Organic Trading, 2006.

MADITINOS, Z; VASSILIADIS, C. **Crises and disasters in tourism industry: happen locally, affect globally**. Management of International Business and Economics Systems, MIBES Conference 2008. Technological Institute of Larissa. School of Business and Economics, p. 67-76, july, 2008.

_____. **Local Crises and Natural Disasters: effects and consequences on the global tourism industry**. 2008, p. 67-76 Disponível em: <<http://mibes.teilar.gr/proceedings/2006/poster/Maditinos-Vassiliadis.pdf>>

OURIQUES, H. R. **A Produção do Turismo: fetichismo e dependência**. Presidente Prudente (SP): Tese (Doutorado em Geografia - Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) - Faculdades de Ciências e Tecnologias - Unesp, 2002.

REQUEBI, A. **Santa Catarina está entre os estados que mais registram desastres naturais**. Diário Catarinense, Florianópolis, p. 2, 25 maio. 2012. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2012/05/santa-catarina-esta-entre-os-estados-que-mais-registram-desastres-naturais-3767066.html>> Acesso em: 10 fev. 2014.

RODRIGUES; L. C. Turismo em espaços urbanos: processos de turistificação no Nordeste brasileiro e no Caribe mexicano. **Revista Iberoamericana de Turismo – Ritur**, Penedo, v. 5, Número Especial, p. 81-104, abr. 2015.

SANSOLO, D. G. Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil. In: BARTHOLO JÚNIOR *et al.* (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SANTOS, N. P. Turismo, gestão e território. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s. 66-s. 86, nov. 2014.

SANTOS, M. J.; HANAOKA, F. Turismo e desenvolvimento regional: atrativos turísticos. **Revista Observatório**, Palmas, v. 1, n. 2, p. 194-215, set./dez. 2015.

SOLHA, K. T. Política de Turismo: Desenvolvimento e Implementação. In: RUSCHMANN, D.; SOLHA, K. T. **Planejamento Turístico**. Barueri/SP: Manole, 2006. p. 89-100.

TOUBES, D. R.; BREA FRAIZ, J. A. **Desarrollo de una política de gestión de crises para desastres em el turismo**. Tourism & Management Studies, n. 8, p. 10-18, October 2012.

TSAI, C. H; CHEN, C. W. **The establishment of a rapid natural disaster risk assessment model for the tourism industry**. Tourism Management, v. 32, Issue 1, p. 158-171, February 2011.

_____. **An earthquake disaster management mechanism based on risk assessment information for the tourism industry - a case study from the island of Taiwan**. Tourism Management, v. 31, Issue 4, p. 470-481, august 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Atlas brasileiro de desastres naturais: 1991 a 2010**. 2. ed. rev. Amp. Florianópolis: CEPED UFSC, 2013.

ZUCCO, F. D.; MAGALHÃES, M. dos R. A. **Gestão de Riscos e Desastres naturais no Turismo: um estudo do município de Blumenau/SC**. Turismo em Análise, Balneário Camboriú, v. 21, n. 3, p. 594- 620, dezembro 2011.



Avaliação da gestão do destino turístico Recife

Assessment of Recife tourism destination management

Evaluación de la gestión del destino turístico Recife

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.0986>

Elizabete Regina de Santana < santana.ers@gmail.com >

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil.

Nathália Körössy < nathaliakorossy@gmail.com >

Departamento de Hotelaria e Turismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil.

Luciana Araújo de Holanda < luciana.holanda@ufpe.br >

Departamento de Hotelaria e Turismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 17-out-2016

Aceite: 20-ago-2016

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

SANTANA, E. R de.; KÖRÖSSY, N.; HOLANDA, L. A. de. Avaliação da Gestão do Destino Turístico Recife. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 30-42, dez. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

Dada a competição entre cidades na atração dos visitantes, o ordenamento do desenvolvimento turístico e a promoção de ações de *marketing* revestem-se de crescente importância. Visando assumir papel de líder estratégico nesse processo, são criadas Organizações da Gestão de Destino (OGDs). No Brasil, as OGDs são majoritariamente públicas, normalmente secretarias vinculadas diretamente ao quadro do Poder Executivo. Visto que não há amplo conhecimento sobre a atuação de OGDs brasileiras em nível municipal, o presente trabalho busca suprir essa lacuna ao elaborar uma proposta metodológica para avaliação da gestão de destinos e aplicá-la no município de Recife. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográfica, documental e de campo que consistiu em um estudo de caso qualitativo na Secretaria de Turismo e Lazer de Recife. Verificou-se que sua equipe técnica é qualificada; a gestão segue os princípios de descentralização, cooperação e corresponsabilidade; a maioria dos projetos foi realizada; há ferramentas de transparência pública; há grande dependência de recursos e falta uma marca turística da cidade. Conclui-se que a gestão turística do Recife atende parcialmente aos princípios de uma boa gestão de destino e precisa avançar em muitos aspectos.

Palavras-chave: Turismo. Gestão de Destino. Avaliação. Estudo de Caso. Recife.

ABSTRACT

As cities compete to attract visitors, destination management is an activity of growing importance on the local scale. So, Destination Management Organizations (DMO) are created with the aim to organize tourism development, promote marketing actions and be an strategic leader. Depending on the particularities of each country, a DMO may be public, private or shared responsibility. In Brazil, DMO are mostly public, usually Secretaries. Since there is no extensive knowledge about the performance of Brazilian DMO at the municipal level, this paper aims to fill this gap by developing a methodological proposal for the evaluation of destination management and applying it to the city of Recife. Therefore, bibliographical, documentary and field research were conducted. A qualitative case study in the Recife Secretary of Tourism and Leisure showed that its technical team is qualified, the management follows the principles of decentralization, cooperation and responsibility, most projects was carried out, there is public transparency tools however, there is heavy reliance on resources and lack a tourist brand of the city. Overall, Recife tourism management was evaluated as satisfactory.

Keywords: Tourism. Destination Management. Assessment. Case Study. Recife.

RESUMEN

Dada la competición entre ciudades en la atracción de los visitantes, la gestión de destinos se hace una actividad de creciente importancia en la escala local. Con el objetivo de ordenar el desarrollo turístico, promover acciones de marketing y asumir el papel de líder estratégico, son creadas Organizaciones de la Gestión de Destino (OGD) que pueden ser entidades públicas, privadas o de corresponsabilidad. En Brasil, las OGD son principalmente públicas, normalmente Secretarías vinculadas directamente al cuadro del Poder Ejecutivo. Dado que no existe un amplio conocimiento sobre el funcionamiento de OGD brasileñas a nivel municipal, este trabajo intenta llenar este vacío al mediante el desarrollo de una metodología para la evaluación de la gestión de destinos y su aplicación en la ciudad de Recife. Así, se realizó una investigación bibliográfica, documental y de campo que consistió en un estudio de caso cualitativo en la Secretaría de Turismo y Ocio de Recife. Los resultados mostraron que su equipo técnico está calificado, la gestión sigue los principios de la descentralización, cooperación y corresponsabilidad, la mayoría de los proyectos se llevó a cabo, hay herramientas de transparencia pública, sin embargo, hay una fuerte dependencia de los recursos y carecen de una marca turística de la ciudad. En general, la gestión del turismo de Recife fue evaluada como satisfactoria.

Palabras claves: Turismo. Gestión de Destinos. Evaluación. Estudio de Caso. Recife.

Introdução

O turismo, sob o ponto de vista econômico, é uma importante fonte de receita para os países em desenvolvimento. Em 2015, a Organização Mundial de Turismo (OMT) registrou 1,2 bilhão de turistas viajando pelo mundo, tendo sido gerados US\$ 1,5 trilhão em receitas de exportação do turismo internacional (UNWTO, 2015). Diante dessas estatísticas, as cidades turísticas competem pela atração de visitantes para, com isso, promover o desenvolvimento turístico local. Desse modo, a criação de novos produtos e experiências, ações de qualificação dos recursos humanos e campanhas promocionais em mercados internacionais são alguns exemplos da atuação dos destinos na busca pela ampliação de seus fluxos turísticos receptores (CHIAS, 2007).

Nesse cenário de acirrada concorrência, uma gestão integrada do turismo torna-se essencial. Entendida como a administração coordenada de todos os elementos que formam uma destinação, a gestão de um destino é realizada por uma Organização de Gestão de Destino (OGD), em inglês Destination Management Organization (DMO) (UNWTO, 2007).

Devendo assumir a responsabilidade pelo planejamento das ações de desenvolvimento turístico local e pela coordenação dos esforços dos diversos *stakeholders* envolvidos na atividade, tais entidades são criadas com a finalidade de gerir o turismo em uma determinada localidade, coordenando os diferentes aspectos do destino, criando um ambiente adequado e estratégias de *marketing* capazes de atrair os visitantes potenciais (UNWTO, 2007). Assim, pode-se dizer que as OGDs são entidades gestoras que assumem um papel importante no planejamento e promoção da competitividade dos destinos turísticos.

Nem sempre os destinos serão geridos por OGDs apenas públicas. Em alguns países verifica-se casos em que a gestão é mista (de corresponsabilidade entre o setor público e o privado), ou, ainda, exclusivamente realizada pelo setor privado. Desse modo, percebe-se que o governo não é o único responsável pelo desenvolvimento turístico, sendo necessário contar com a participação do *trade* e de todos os atores envolvidos, direta ou indiretamente. Portanto, o modelo de gestão de destinos vai depender de cada localidade, de suas especificidades e do grau de cooperação entre os agentes públicos e privados.

No Brasil, as OGDs de nível local são majoritariamente de responsabilidade pública, normalmente Secretarias vinculadas diretamente ao quadro do Poder Executivo Municipal. Contudo, pouco se conhece sobre a situação atual dessas OGDs, tampouco existe um panorama geral sobre a gestão municipal do turismo no país. O conhecimento sobre a dinâmica de trabalho e estruturas organizacionais desses órgãos ainda é bastante escasso na literatura científica, apresentando-se de forma dispersa e fragmentada. Isso porque, de acordo com Solha (2005), a maioria dos estudos sobre políticas públicas de turismo aborda as questões nacionais da atividade turística.

Como contribuição a esta temática, o presente artigo versa sobre a avaliação da gestão do turismo na escala local, apresentando os resultados parciais de um projeto de pesquisa de caráter exploratório-descritivo, desenhado com o objetivo de elaborar uma proposta metodológica para avaliação da gestão pública dos quatro destinos turísticos indutores de Pernambuco (Recife, Olinda, Ipojuca e Fernando de Noronha) e da gestão turística feita pelo governo estadual de Pernambuco. Neste artigo, apresenta-se o estudo de caso da Secretaria de Turismo e Lazer de Recife (Pernambuco), para o recorte temporal de janeiro a setembro de 2013.

Gestão do turismo na escala local

No atual cenário de expansão dos fluxos turísticos internacionais e de concorrência entre destinos, não basta que uma localidade apenas possua uma vocação turística traduzida em recursos naturais e culturais. Mais do que isso, é fundamental a implementação de ações planejadas em uma perspectiva integrada (BENI, 2002, 2006; OMT, 2003; PETROCCHI, 2009; VALLS, 2006) capazes de transformar recursos em produtos turísticos (CHIAS, 2007).

Desse modo, a gestão turística de um destino torna-se elemento essencial ao desenvolvimento turístico em um mercado altamente competitivo. Para González (2008), a gestão de um destino turístico pode ser compreendida como um conjunto de ações que buscam o desenvolvimento turístico de uma localidade. De igual modo, a OMT (2007) entende que a gestão seja o processo de administração coordenada de todos os elementos que formam um destino, tais como atrativos, infraestrutura, acesso, *marketing*, preços, etc.

Com a finalidade, portanto, de realizar a gestão de um destino, ou seja, de geri-lo, são criadas entidades específicas para coordenar os aspectos relacionados ao turismo e promover um ambiente de cooperação entre os *stakeholders* (UNWTO, 2007). Entre as funções fundamentais para a eficiência e visibilidade do destino a cargo de uma OGD estão: o investimento e financiamento de melhorias do turismo local, a gestão dos recursos e serviços, a busca pela qualidade da experiência dos visitantes, o combate à sazonalidade, a produção de informação, comunicação, o estabelecimento de parcerias entre o setor público e privado, o *marketing* e promoção, bem como o monitoramento do destino (RITCHIE; CROUCH, 2003).

Essas funções podem ser exercidas em quaisquer escalas, a depender da escala do destino em questão. Assim, há OGD que atua em nível nacional, estadual, regional e local. Apesar do fomento da atividade turística em nível nacional ser de extrema importância, o nível local merece também destaque, pois é nele que são criados os empregos e é onde o turismo tem destaque (COSTA, 2004). É justamente por isso que a criação de OGD local deve ser incentivada e ampliada, de modo que atenda diretamente aos anseios de desenvolvimento turístico local.

Considerando a importância da atuação de OGD local na promoção da competitividade turística de um município, a Federación Española de Municipios y Provincias (2008) estabeleceu um conjunto de princípios a serem levados em consideração no processo de gestão local da atividade turística por uma OGD: eficácia, eficiência, cooperação, responsabilidade/justiça, transparência, tendência para uma maior estabilidade e autossuficiência financeira, orientação ao mercado e transversalidade, tal como explicados no Quadro 1.

Quadro 1 – Matriz com os princípios da gestão de destinos turísticos

Eficácia	Nível ideal de realização dos objetivos definidos pela política municipal de turismo.
Eficiência	Otimização do uso e gestão dos recursos (financeiros e humanos) disponíveis.
Cooperação	Envolvimento e cooperação dos agentes envolvidos (público e privado) são pré-requisitos para o sucesso.
Responsabilidade/ Igualdade	Fórmulas e mecanismos que envolvam uma crescente responsabilidade dos agentes privados, tanto na tomada de decisão como no esforço financeiro, sempre sob o princípio da máxima igualdade.

Transparência	As entidades gestoras devem ser transparentes para a comunidade local em geral e ao setor de turismo, em particular, tanto em seus objetivos (quais são e graus de “ <i>performance</i> ” em sua realização), como em seus parâmetros financeiros.
Tendência para uma maior estabilidade e autossuficiência	Os novos modelos devem conduzir a uma maior estabilidade e previsibilidade na sua base financeira que permitam o horizonte de planejamento a médio e longo prazo de seus planos de desempenho e uma maior autossuficiência financeira.
Orientação ao mercado	Uma vez que a principal função dos agentes de fomento e promoção turística é de “vender” o destino, devem orientar-se para o mercado e ser competitivo. Em nível operacional e executivo, devem ter um foco próprio de uma empresa moderna, mas tendo em conta que são entidades de interesse público.
Transversalidade	Por natureza, o turismo é um setor transversal que afeta uma grande variedade de atores (públicos e privados). A meta seria conseguir para esses entes a máxima integração em seus participantes e órgãos de decisão.

Fonte: Adaptado de Federación Española de Municipios y Provincias (2008).

A busca pela adequação da atuação de uma OGD a esses princípios perpassa pelo envolvimento entre os diversos atores relacionados à atividade turística, sejam públicos ou privados. Nesse sentido, a governança, entendida como um processo de decisões entre setor público e privado que juntos vão tentar aprimorar a gestão e diminuir os conflitos que são causados pela atividade turística nos destinos (GONZÁLEZ, 2011), assume um papel fundamental.

Tais princípios representam um cenário ideal de atuação da OGD, consistindo, assim, em um norte a ser perseguido pela organização. Desse modo, devem ser aplicados não apenas na atuação da gestão, mas, também, como um mecanismo de avaliação da gestão. Nesse sentido, o monitoramento e avaliação da gestão de destinos ganham relevância visto que é mediante essas atividades que se pode verificar se a atuação da OGD na gestão do destino está atingindo ou não os resultados esperados. Trata-se de uma atividade essencial do processo de gestão e que deve ser realizada pela OGD que a realiza.

É justamente por considerar a relevância da atividade de avaliação que este artigo se propôs a realizar uma avaliação da gestão de um destino, a partir da análise da atuação de uma OGD local de natureza pública (Secretaria de Turismo e Lazer do Recife – Pernambuco).

Procedimentos metodológicos

De caráter exploratório-descritivo, este estudo busca não apenas descrever a dinâmica de uma OGD específica, mas também avaliar sua gestão turística. Com essa finalidade, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, na qual foram consultados livros e artigos nacionais e internacionais, que forneceu as bases para a construção de um framework de análise.

A avaliação da gestão municipal do turismo de Recife fundamentou-se na seleção de quatro princípios defendidos pela Federación Española de Municipios y Provincias (2008) para a promoção de uma gestão eficiente do turismo: cooperação, transparência, tendência à estabilidade e autossuficiência financeira e orientação ao mercado. À luz desses princípios, organizou-se uma matriz referencial para a pesquisa de campo, a partir do desenho de um conjunto de categorias e respectivos indicadores para conduzir a coleta de dados (Quadro 2).

Quadro 2 – Matriz referencial para pesquisa de campo

CATEGORIA ANALISADA	INDICADORES
Estrutura organizacional da OGD	Organograma; Composição dos cargos; Atribuições dos cargos; Orientação para o mercado.
Dotação orçamentária	Quantidade de recursos financeiros para investimento nas ações (valores para o ano corrente – 2013); Origem dos recursos; Formas de captação dos recursos externos (se houver); Distribuição, percentual e critérios para as atividades de cada setor do órgão; Estabilidade e autossuficiência financeira.
Estrutura física	Existência de estrutura física adequada ao funcionamento da gestão; Disponibilidade de tecnologias que auxiliam as atividades de gestão.
Natureza das ações realizadas	Existência de Planos (Estratégico, Desenvolvimento, <i>Marketing</i>); Programas; Projetos.
Monitoramento e avaliação da gestão pela OGD	Existência de mecanismos de monitoramento e avaliação dos projetos.
Transparência	Existência de uma ferramenta de consulta pública sobre a dotação e execução dos projetos.
Governança	Composição da instância; Atores da sociedade civil organizada; Atores representantes do poder público; Ano de criação e instalação da instância; Periodicidade das reuniões ordinárias; Temas/Assuntos discutidos no recorte temporal; Deliberações no período do recorte temporal da pesquisa; Existência de mecanismos de transparência da instância de governança; Cooperação/corresponsabilidade entre os atores.
Desafios para a gestão turística do destino	Tipos de desafios.

Fonte: as autoras (2013).

Com base nessa matriz, foi planejado o protocolo de operacionalização da pesquisa documental e de campo, com a definição dos instrumentos de coleta e da técnica de análise dos dados. Assim, o processo teve início com buscas no *site* da Prefeitura da Cidade do Recife, no intuito de acessar notícias e publicações sobre os projetos e ações realizados pela Secretaria.

Em seguida, houve a etapa de pesquisa de campo que consistiu em um estudo de caso qualitativo na Secretaria de Turismo e Lazer do Recife. Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada com o gerente-geral de Planejamento e Gestão e o gerente de Projetos Turísticos, em agosto de 2013. O critério de seleção dos entrevistados foi acesso e disponibilidade. Não se conseguiu marcar entrevista com o secretário-executivo de Planejamento e Gestão.

Para analisar os dados obtidos na pesquisa documental e nas entrevistas, foi utilizada a técnica da análise de conteúdo (BARDIN, 2009). Seguiram-se as fases de pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e interpretação, levando-se sempre em consideração a matriz de princípios da gestão de destinos turísticos (Quadro 1) e a matriz referencial para avaliação da gestão dos destinos (Quadro 2). Desse modo, foi possível avaliar a situação atual da gestão turística do Recife.

A Secretaria de Turismo e Lazer do Recife: breve caracterização

A Secretaria de Turismo e Lazer do Recife foi instituída pela Lei n. 17.855, de 03 de janeiro de 2013, marcando o início do mandato da nova gestão municipal (2013-2017). Até 2005, a pasta era exclusivamente de Turismo, passando a incorporar o lazer desde então.

Sob o comando do secretário de Turismo e Lazer e de dois secretários-executivos (Lazer & Turismo e Planejamento & Gestão), a Secretaria de Turismo e Lazer contava com um quadro funcional de 71 funcionários, entre cargos efetivos e comissionados, conforme ilustrado no organograma (Figura 1). Cabe ressaltar que o órgão contava com mais de 70% de turismólogos em seu quadro funcional, considerando a extrema importância da contribuição do Bacharel em Turismo ao fomento da atividade turística.

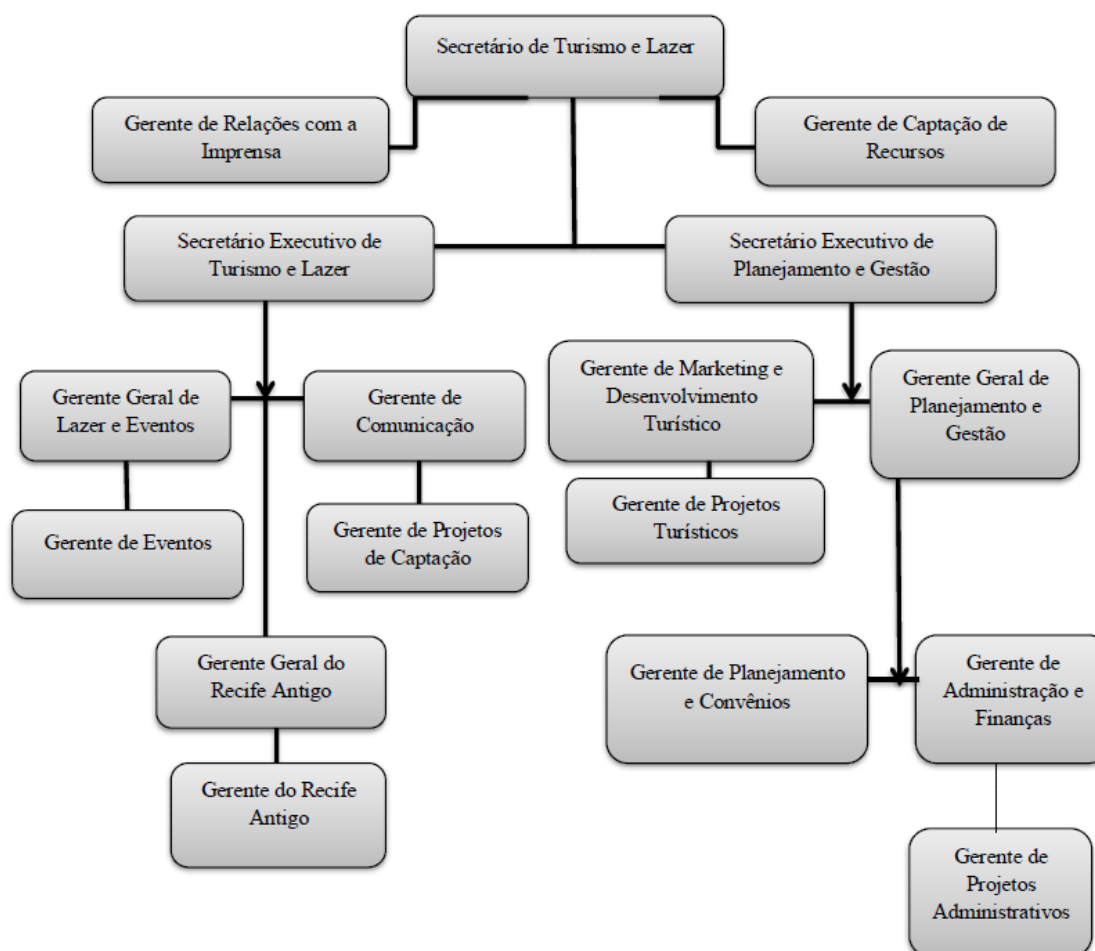


Figura 1 – Organograma da Secretaria de Turismo e Lazer do Recife

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Os recursos para a pasta de Turismo e Lazer são provenientes do Ministério do Turismo (MTUR) e do Tesouro. Os recursos oriundos do Tesouro são captados através da Lei Orçamentária Anual (LOA), que apresenta todo o quantitativo de recursos disponíveis para o ano inteiro. Também há os recursos provenientes da celebração de convênios, mediante a captação em programas abertos no Sistema de Convênios (Siconv) do governo federal. Em 2013, a pasta de Turismo recebeu do Tesouro o valor de R\$ 12.800.000 para as ações e atividades do órgão. Nesse montante, estão inseridas as despesas com pessoal, investimentos e projetos.

Com relação às ações realizadas pela Secretaria no primeiro semestre de 2013, verificou-se que o órgão elaborou Planos Operativos Anuais das ações a serem monitoradas pelo prefeito e Planos Operativos Anuais de ações internas a serem monitoradas pelo secretário. Além disso, a OGD dispunha de um plano estratégico de turismo, porém, disponível apenas para consulta interna, não tendo sido possível analisá-lo para a presente pesquisa. Nesse plano, segundo os entrevistados, constam não apenas a previsão das ações do novo governo, mas também as ações em continuidade planejadas pelo mandato anterior do Executivo.

Assim, nos primeiros meses do mandato da nova Secretaria, foram conduzidos cerca de 18 projetos nas áreas de *marketing* (campanhas promocionais, participação em eventos da área, etc.), desenvolvimento turístico (qualificação, sensibilização e sinalização) e lazer. Percebe-se, portanto, que a Secretaria de Turismo e Lazer vem realizando projetos e ações em diversos segmentos. Entre esses, oito foram voltados para o *marketing*, seis para o desenvolvimento do turismo e quatro para o lazer. Entre os projetos futuros, foram citadas ações relacionadas à promoção do Turismo de Base Comunitária (TBC) em algumas localidades da cidade, requalificação dos Centros de Atendimento ao Turista (CAT), qualificação da cadeia produtiva, entre outras. O monitoramento interno de todas essas ações é realizado todo mês na Secretaria de Turismo, com reuniões entre a equipe técnica e os gestores.

No que diz respeito à existência de ferramenta de consulta pública, verificou-se que não há um mecanismo específico mas, no *site* institucional da Prefeitura do Recife, no link do Portal da Transparência, são disponibilizadas informações sobre a dotação orçamentária para cada Secretaria e um demonstrativo das ações por programas do ano de 2013, ressaltando que nem todas as ações constam nessa ferramenta. No Portal da Transparência, constam também as receitas, as despesas, convênios, licitações e contratos, e demonstrativos contábeis e fiscais de todos os órgãos da Prefeitura do Recife. Ainda como um mecanismo de transparência das ações realizadas, pode-se citar o Relatório de Atividades da Secretaria de Turismo e Lazer 2013 que apresenta a atuação da Secretaria ao longo do ano.

Em relação à categoria da governança na gestão do turismo de Recife, identifica-se a existência do Conselho Municipal de Turismo (Conture), instituído em 1968 com a atribuição de formular e coordenar a política de turismo municipal. Essa instância de governança é vinculada à Secretaria de Turismo e Lazer do Recife, tendo como principais competências (de acordo com a Lei n. 9.927/68): a formulação de diretrizes básicas a serem obedecidas na política municipal, orientando convênios que venham a integrar em um plano geral de turismo; opinar na esfera do Poder Executivo, ou quando consultado pela Câmara Municipal do Recife, sobre anteprojeto de lei que se relacione com turismo; a proposição de procedimentos a serem adotados para a concessão de estímulos fiscais e financeiros; a declaração de centros e zonas prioritárias de interesse turístico na cidade do Recife e sua área metropolitana; entre outras.

Apesar de ser uma instância antiga, o Conture passou por períodos de inatividade entre 1979 e 1986 e de 1992 a 2007, quando foi reativado (HOLANDA; CARVALHO, 2008). Atualmente o Conture é composto por diversos atores, entre eles estão representantes do *trade* turístico, do governo estadual e do municipal. Há uma participação dos atores públicos e privados que tenham relação com a atividade turística para que possam discutir atividades para o setor.

O número atual de participantes do Conture é de 32 membros, sendo: 19 representantes do poder público e 13 da iniciativa privada. Atualmente, tais conselheiros atuam nas discussões sobre as ações da Secretaria, bem como na proposição de novas ações de turismo e lazer para a cidade. Com o acesso à Ata da primeira reunião do Conselho de 2013, foi possível constatar que 68% dos membros participaram, o

que demonstra interesse na gestão participativa. Também, verificou-se que a pauta da reunião trouxe o debate sobre as ações realizadas e que serão executadas.

Por fim, cabe comentar sobre os principais desafios a serem enfrentados pela OGD na gestão do turismo de Recife, sob a óptica dos entrevistados. Considerando que o período analisado pela pesquisa de campo correspondeu ao início do mandato da nova equipe gestora, os entrevistados apontaram como grande desafio a continuidade das ações planejadas do mandato anterior e o planejamento das novas ações para a pasta durante os quatro anos de mandato até 2017.

Foi mencionada também a dificuldade na organização interna da OGD que demanda melhorias na estrutura física de funcionamento do órgão. A dificuldade em conseguir levar a cabo aquilo que foi planejado “no papel”, mediante a captação de recursos, também foi mencionada. Outro fator que, na opinião dos gestores, atrapalha a implementação das ações planejadas consiste na burocracia inerente ao aparelhamento do Estado que implica em longos períodos de tempo com o processo de licitações. Trata-se de uma questão inerente à gestão pública.

A captação de recursos também foi citada como um desafio à gestão do turismo de Recife, bem como a atração da demanda turística para a cidade. Segundo um entrevistado, “a demanda ainda é baixa para a potencialidade da cidade”. Desse modo, considera-se que seja importante incrementar ações promocionais e de segmentação do público.

Percebe-se, pois, a intenção de captar uma demanda diferenciada para o município, mas para isso é necessário direcionar as ações de promoção e *marketing*, além de preparar a cidade para receber esse público. Como a gestão ainda é recente, muitos desafios irão surgir ao longo dos quatro anos de mandato da OGD.

Avaliação da gestão turística do Recife

Levando em consideração os princípios defendidos pela *Federación Española de Municipios e Provincias* (2008) e a realidade da Secretaria de Turismo e Lazer de Recife descrita no estudo de caso, propõe-se avaliar a gestão turística do Recife a partir do exame da atuação dessa OGD do âmbito público.

No que diz respeito ao princípio da **cooperação e corresponsabilidade**, observa-se a existência de um Conselho Municipal de Turismo, que integra o setor público e privado em prol do turismo local. Considerando ser indispensável a participação das entidades privadas na gestão de um destino, nas reuniões do Conture os dois setores discutem as estratégias para o desenvolvimento do turismo. Com a cooperação entre os responsáveis pela atividade turística, fica mais fácil gerir e desenvolver o turismo na localidade.

Nessa instância de governança, verificou-se que as ações de gestão da OGD são debatidas em conjunto com o setor privado, ficando a cargo de cada órgão enviar seus representantes para participarem das suas reuniões. É função da OGD articular e envolver o *trade* na gestão da atividade turística.

É indispensável que haja um compartilhamento das responsabilidades entre o setor público e privado. A contribuição deve ser igual para ambos os setores, tanto nas decisões quanto no esforço financeiro. Apesar da pesquisa de campo não ter acompanhado as reuniões do Conture, pode-se verificar, sob a óptica dos entrevistados, que o poder público acaba por assumir a maior responsabilidade (técnica e financeira) na condução das ações para o setor. Desse modo, apesar de existir um espaço para cooperação e compartilhamento das responsabilidades por meio da atuação do Conture, na realidade de Recife ainda é o setor público quem assume o desenvolvimento e implementação das ações.

Em relação à **transparência**, verificou-se a existência de um portal de consulta pública na página institucional da Prefeitura do Recife, onde é disponibilizado o orçamento anual para cada Secretaria. Nesse orçamento, é discriminado como será utilizado o valor que cabe ao órgão de turismo. Na pesquisa realizada nessa ferramenta, verificou-se que nem todos os programas e ações estão disponíveis.

Cabe ressaltar ainda como um mecanismo de transparência, o Relatório de Atividades da Secretaria de Turismo e Lazer (PREFEITURA DO RECIFE, 2013) que foi disponibilizado no primeiro semestre de 2013. De acordo com o próprio relatório, o objetivo do documento é proporcionar uma maior transparência à sociedade, demonstrando (ao menos no discurso) uma preocupação do órgão com o quesito transparência. Nesse documento, são destacados os principais projetos, ações e atividades do órgão em seus diferentes campos de atuação. Apresenta-se nele um detalhamento de cada ação executada e prevista, a forma de captar os recursos, o nome dos funcionários envolvidos, o cargo de cada um deles, as qualificações e as reuniões realizadas com os funcionários.

Contudo, a falta de divulgação do Relatório faz com que as pessoas não saibam da existência desse documento. Considerando que a população tem direito de saber quais as ações foram e serão realizadas na cidade do Recife e, portanto, a necessidade de se divulgar amplamente a existência do documento, sugere-se que o órgão também disponibilize esse documento em uma versão *on-line* e divulgue essa ferramenta de transparência para a sociedade, estudantes de turismo e pesquisadores, já que o intuito é proporcionar transparência.

O terceiro princípio diz respeito a uma maior tendência à **estabilidade e autossuficiência financeira** da OGD, ressaltando a importância do órgão ser mais independente quanto às suas arrecadações e fontes de recursos. No entanto, constatou-se que há uma grande dependência tanto dos recursos internos da Prefeitura do Recife quanto externos. Na pesquisa, verificou-se que, para pôr seus projetos em prática, a Secretaria de Turismo e Lazer de Recife precisa captar recursos internos e externos, e no caso de não haver a captação dos recursos financeiros, os projetos não são implementados.

Por não ter uma independência financeira, muitas ações demoram a se concretizar, já que dependem do estabelecimento de convênios e questões burocráticas. A demora na captação de recursos ocasiona uma quebra no desenvolvimento do turismo, deixando os visitantes e moradores insatisfeitos com a atividade turística local. Trata-se da realidade de qualquer OGD, de caráter público, no país. Uma possível alternativa seria a implementação de uma estrutura mista, com participação jurídica tanto do setor público quanto do privado, tal como é utilizado na gestão local do turismo de países como França e Espanha, por exemplo.

O último princípio avaliado se refere à **orientação ao mercado**. Observou-se que há uma grande participação do órgão em feiras de turismo, eventos e *workshops* voltados para jornalistas e agentes de viagens. Nesses eventos, são realizadas ações de *marketing* como a distribuição de materiais promocionais, demonstração do frevo e da gastronomia local. Porém, para posicionar o Recife no mercado nacional e internacional é imprescindível a criação de uma marca que identifique o destino.

Com uma marca definida, o destino fica mais competitivo e consegue atrair uma maior demanda para a localidade. É importante que os gestores tenham uma visão moderna e criem uma marca para posicionar o Recife enquanto destino competitivo, no estado, no Brasil e no mundo. Sabe-se que saem e entram

equipes de gestão a cada mandato do Executivo municipal e por questões políticas não é definida uma marca que identifique o destino Recife¹.

Face ao exposto, levando em consideração os princípios apresentados, pode-se concluir que a gestão turística do Recife, conduzida pela sua Secretaria de Turismo e Lazer, vinculada ao quadro do governo municipal, dentro do recorte temporal desta pesquisa, atende, ao menos parcialmente, aos princípios analisados. Vale ressaltar que por ser uma organização pública, nem tudo acontece rápido e há sempre dificuldades que impedem uma gestão mais eficiente.

Considerações Finais

Partindo da ideia que uma OGD deva exercer o papel de orientadora da atividade turística local, articulando com os diversos *stakeholders* (empresários, sociedade civil organizada, etc.) a política de turismo e compartilhando as responsabilidades entre o setor público e privado, o presente trabalho se propôs avaliar a gestão turística do Recife, a partir da análise da atuação da sua Secretaria de Turismo e Lazer, instituída no início de 2013.

De acordo com a matriz referencial de princípios da gestão de destinos turísticos, avalia-se que a gestão conduzida pela OGD:

- **Atende parcialmente ao princípio da cooperação e corresponsabilidade**, ao ter um Conselho Municipal de Turismo (Conture) com agentes públicos e privados trabalhando juntos para fortalecer o turismo local, contribuindo para o processo de gestão participativa do destino. Contudo, percebeu-se que ao poder público sempre tem cabido a maior responsabilidade na implementação e financiamento das ações de desenvolvimento turístico.
- **Atende parcialmente ao princípio da transparência pública**. Apesar de existir o Portal da Transparência e o Relatório de Atividades da Secretaria de Turismo e Lazer, nota-se que tais ferramentas ainda precisam de maior detalhamento de informações e de maior alcance no acesso dos cidadãos. Assim, seria interessante a criação de um portal de transparência exclusivo da Secretaria de Turismo e Lazer de Recife que contenha não apenas a prestação de contas do órgão, mas, principalmente, que divulgue as ações realizadas, em andamento e previstas e que seja um canal de interação com os *stakeholders*.
- **Não atende ao princípio da tendência a maior estabilidade e autossuficiência financeira**, visto que há uma grande dependência dos recursos internos à Prefeitura e externos, como do Ministério do Turismo. Em um eventual cenário de dificuldade dessas fontes, ficaria inviável a execução dos projetos elaborados pela Secretaria. Como sugestão, seria interessante fazer um benchmarking entre os países e cidades que tiveram êxito ao utilizar o modelo de gestão mista, com diferentes tipos de arrecadação e captação de recursos.
- **Atende parcialmente ao princípio da orientação ao mercado**. Percebeu-se que apesar de haver uma clara participação da OGD em feiras de turismo, eventos e *workshops* levando o material pro-

¹ Em 1993, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes desenvolveu um trabalho com uma agência de propaganda e publicidade criando a marca “Coquinho Alto Astral”, que seria o símbolo da cidade visando construir uma imagem positiva através do slogan “Recife Alto Astral”. Pela primeira vez se instituiu uma marca da cidade aprovada por lei. No entanto, por questões partidárias, não se deu continuidade a esse importante aspecto da promoção turística de um destino turístico (HOLANDA, 2003).

mocional da cidade, nota-se que o destino ainda não possui uma marca turística. É imprescindível que a gestão defina uma marca para o turismo do Recife que o posicione nos mercados nacional e internacional. Além disso, é importante a criação de uma página exclusiva para promover o turismo de Recife que seja atrativa, moderna, interativa e em várias línguas, com fotos dos atrativos, eventos, hotéis, restaurantes, mapa, telefones úteis, participação em feiras e eventos e as ações realizadas pela gestão turística, além da elaboração de um aplicativo para *smartphones*.

Ainda se verificou, no caso da Secretaria de Turismo e Lazer de Recife, a existência de uma equipe técnica qualificada e especializada, o que é imprescindível para a condução das atividades da gestão. Contudo, a estrutura física de trabalho, na opinião dos entrevistados, ainda pode ser considerada um entrave ao adequado funcionamento da OGD. Ao identificar as ações em curso e previstas, constatou-se um considerável número de projetos em implementação, embora tenha-se verificado como desafio a constante dificuldade na captação de recursos financeiros, demonstrando que o órgão não dispõe de autossuficiência financeira.

Assim, com base no exposto, conclui-se que a gestão turística de Recife, empreendida pela Secretaria de Turismo e Lazer, ainda precisa avançar na busca por melhorias na adequação de suas práticas aos princípios norteadores desta pesquisa. Face aos resultados apresentados, esta pesquisa pode ser útil como um instrumento de consulta aos gestores da OGD ao apresentar um breve diagnóstico da situação atual da entidade e uma avaliação da atuação da OGD no processo de gestão do destino, fornecendo-se assim um norte referencial do que seria uma atuação ideal.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 7. ed. rev. São Paulo: Senac, 2002.

_____. **Política e planejamento do turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

CHIAS, J. **Turismo, o negócio da felicidade**: desenvolvimento e *marketing* turístico de países, regiões, lugares e cidades. São Paulo: Editora Senac, São Paulo, 2007.

COSTA, C. Turismo e poder local. In: CONGRESSO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES, 14, 2004, **Actas...** Funchal, Portugal, 2004.

FEDERACIÓN ESPANOLA DE MUNICIPIOS Y PROVINCIAS. **Modelos de gestión turística local**: principios y practicas. Madrid: 2008.

GONZÁLEZ, M. V. La política turística: una arena de acción autónoma. **Cuadernos de Turismo**, n. 27, 2011, p. 953-969.

_____. Gestión de destinos: gobernabilidad del turismo o gobernanza del destino? In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DE TURISMO Y OCIO ESADE, 17, 2008, **Anales...** Barcelona, España, 2008. Disponível em: <<http://www.esade.edu/cedit/pdfs/papers/pdf5.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

HOLANDA, L. A. **Formação e institucionalização do campo organizacional do turismo no Recife-PE**. 208 f. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2003.

_____.; CARVALHO, A. R. M. Conselho Municipal de Turismo: para quê? para quem? In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 5, 2008, **Anais...** Belo Horizonte, ANPTUR, 2008.

LICKORISCH, L.; JENKINS, C. **Introdução ao Turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Turismo internacional: uma perspectiva global**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PETROCCHI, M. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 2009.

PREFEITURA DO RECIFE. **Conture reinicia discussões com o trade turístico**. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/conture-inicia-discussoes-com-trade-turistico>>. Acesso em: 22 ago. 2013.

_____. **Portal da Transparência**. Disponível em: <<http://portaltransparencia.recife.pe.gov.br>>. Acesso em: 22 ago. 2013.

_____. **Relatório de Atividades da Secretaria de Turismo e Lazer**. Secretaria de Turismo e Lazer, 2013.

RITCHIE, J. R. B.; CROUCH, G. I. **The competitive destination: a sustainable tourism perspective**. Estados Unidos: CAB International, 2003.

SOLHA, K. T. **Órgãos públicos estaduais e o desenvolvimento do turismo no Brasil**. 178 f. 2004. Tese. (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2004.

UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION. **A Practical Guide to Tourism Destination Management**. Madrid: UNWTO, 2007. Disponível em: <http://www.tdmszovetseg.eu/files/_tdmsz/download_files/12/unwto_practicalguide.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2013.

_____. **UNWTO Tourism Highlights: 2015 Edition**. Madrid, Spain: UNWTO, 2015. Disponível em: <<http://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284416899>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

VALLS, J. F. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Evaluación de los recursos turísticos naturales del municipio de San Pedro Lagunillas, Nayarit, México, a partir de la metodología multicriterio

Avaliação dos recursos turísticos naturais do município de San Pedro Lagunillas, Nayarit, México, a partir da metodologia multicritério

Evaluation of natural tourism resources of the municipality of San Pedro Lagunillas, Nayarit, Mexico, from the multi-criteria methodology

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.0987>

Daniela Arciniega Camarena < arciniega2190@gmail.com >

Universidad Autónoma del Estado de México (UAEMex), Cidade do México, México.

Maribel Osorio García < maribelosorio2@gmail.com >

Universidad Autónoma del Estado de México (UAEMex), Cidade do México, México.

Hector Hugo Regil García < regil_hh@yahoo.com.mx >

Universidad Autónoma del Estado de México (UAEMex), Cidade do México, México.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 31-out-2014

Aceite: 22-ago-2016

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

ARCINIEGA, D.; OSORIO, M.; REGIL, H. H. Evaluación de los Recursos Turísticos Naturales del Municipio de San Pedro Lagunillas, Nayarit, México, a partir de la metodología multicriterio. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 43-60, dez. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

O turismo de natureza é considerado no México como uma alternativa de diversificação turística, por meio do qual é possível valorizar os recursos naturais com potencial recreativo-turístico. É o caso do município de San Pedro Lagunillas (SPL) no estado de Nayarit, no México, que tem um clima quente e corpos de água que moldaram locais suscetíveis de belezas naturais para o desenvolvimento turístico. Então, o objetivo deste trabalho é avaliar o potencial dos recursos naturais no município de SPL, a fim de propor um produto turístico focado no turismo de natureza. A metodologia envolveu a integração de um inventário dos recursos e a respectiva avaliação desses recursos, a escolha da metodologia de avaliação multicritério (EMC) como o procedimento quantitativo relevantes para a classificação e priorização. Verificou-se que o Parque Ecológico Luis Donaldo Colosio foi o recurso melhor avaliado, principalmente pelo peso dos seus valores extrínsecos.

Palavras-chave: Turismo de natureza. Avaliação dos recursos turísticos. Inventários. Avaliação multicritério.

ABSTRACT

Nature tourism is considered in Mexico as an alternative tourism diversification through which it is possible to value natural resources with recreational - tourism potential. Such is the case of the municipality of San Pedro Lagunillas (SPL) in the Nayarit State, Mexico, which has a warm climate and water bodies that have shaped natural beauty susceptible sites for tourist development. Therefore, the objective of this paper is to assess the potential of natural resources in the municipality of SPL, in order to propose a tourism product focused nature tourism. The methodology involved the integration of an inventory of resources and the respective evaluation of them, choosing multi-criteria evaluation methodology (EMC) as the relevant quantitative procedure for classification and prioritization. It was found that the Ecological Park Luis Donaldo Colosio was the best evaluated resource mainly to the weight of their extrinsic values.

Keywords: Natural tourism. Evaluation of resources tourism. Inventory. Multicriteria evaluation.

RESUMEN

El turismo de naturaleza se considera en México como una alternativa de diversificación turística a través del cual es posible poner en valor recursos naturales con potencialidad recreativo-turística. Tal es el caso del municipio de San Pedro Lagunillas (SPL), en el Estado de Nayarit, México, el cual cuenta con un clima cálido y cuerpos de agua que han conformado sitios de belleza natural susceptibles de aprovechamiento turístico. Por ello, el objetivo del presente documento es evaluar la potencialidad de los recursos naturales del municipio de SPL, con la finalidad de proponer un producto turístico enfocado al turismo de naturaleza. La metodología aplicada consistió en la integración de un inventario de recursos y la evaluación respectiva de los mismos, eligiendo a la metodología de evaluación multicriterio (EMC) como el procedimiento cuantitativo pertinente para su clasificación y jerarquización. Se encontró que el Parque Ecológico Luis Donaldo Colosio fue el recurso mejor evaluado debido principalmente al peso de sus valores extrínsecos.

Palabras clave: Turismo de naturaleza. Evaluación de recursos turísticos. Inventarios. Evaluación multicriterio.

Introdução

El turismo de naturaleza ha sido objeto de atención en México, con el interés de fortalecer este segmento para diversificar su oferta de productos turísticos (Gobierno de la República, 2013; SECTUR, 2002), dado que es uno de los factores mejor calificados para el país en el *ranking* de competitividad mundial que emite el Foro Económico Mundial (World Economic Forum, 2015), representándole una importante ventaja competitiva.

Así entonces, varios estados del país le han apostado a poner en valor sus recursos naturales potenciales localizados al interior del territorio, una vez que gran parte de los recursos costeros en México se encuentran en una etapa de agotamiento. Entre los estados interesados en esta alternativa, se encuentra el estado de Nayarit, que se limita al poniente con el océano Pacífico, y al norte, oriente y sur tiene colindancia con los estados de Sinaloa, Durango, Zacatecas y Jalisco, que concentran una importante población en el país, particularmente el último de los mencionados. El estado de Nayarit alberga una población de 1,084, 979 habitantes (INEGI, 2010), dedicada a la agricultura, ganadería, pesca y turismo como las actividades económicas más relevantes en el estado; se divide en 20 municipios, siendo su capital la ciudad de Tepic. Particularmente, el turismo ha ido creciendo en la región, debido a la dinámica que se presenta en el corredor turístico Puerto Vallarta- Rivera Nayarit, uno de los megaproyectos de sol y playa impulsados por el gobierno federal dirigido a turistas extranjeros fundamentalmente, en desatención del turismo doméstico que es numeroso en esa parte del país.

El municipio de San Pedro Lagunillas se ubica en el sur del Estado de Nayarit, localizado entre las coordenadas 20°59' y 21°20' de latitud norte y los 104°37' y 104°54' de longitud oeste, con una extensión geográfica de 446.25 Km² -lo cual representa el 1.88% del Estado- en la que se asienta una población total de 7,510 habitantes (INEGI, 2010) en ocho comunidades además de la cabecera municipal: Amado Nervo, Coastecomate, Cerro Pelón, Tequilita, Tepetitlic, Las Guasimas, Colonia Puerta del Rio, Milpillas; cuya ocupación principal se concentra en la agricultura y la ganadería. El municipio posee un rico sistema hidrológico, conformando lagunas y ríos en un territorio de clima cálido subhúmedo y semicálido-húmedo que registra una temperatura media anual de 20.4 °C, el cual favorece el disfrute de diversos sitios de belleza natural. Cuenta además con una ubicación excelente para el desarrollo turístico dado que es paso obligado para los turistas que viajan hacia el destino turístico tradicional de Puerto Vallarta, localizado a 175 km. de la ciudad de Guadalajara y a 57 km. de la ciudad de Tepic (H. Ayuntamiento de San Pedro Lagunillas, 2007). De ahí la pertinencia de desarrollar productos turísticos dirigidos al turismo nacional, que permitan el aprovechamiento de los recursos naturales con belleza escénica y potencialidad recreativa para la práctica del turismo alternativo.

Es importante señalar que en la literatura científica ha sido sumamente cuestionada la forma en que se ha hecho uso de los recursos y espacios naturales para las actividades turísticas debido, entre otros factores, a la ineficiente localización de su oferta de servicios (GARZON Y ARIAS, 2008) a los limitados criterios de zonificación (BOULLÓN, 2006) y la inadecuada gestión de los planes de manejo de las áreas naturales (TORRE Y BOSCHI, 2004), por lo que a partir de considerar que el uso de los recursos naturales debe estar fundamentado en un proceso de planificación estratégica que guíe su aprovechamiento con criterios de sustentabilidad (OSORIO *Et al.*, 2009; RAMÍREZ Y OSORIO, 2007 Y 2008), es necesario desarrollar en el municipio un proceso de planificación que contemple en primera instancia una evaluación de los recursos naturales para desvelar su potencialidad y concretar una propuesta de productos turísticos alternativos pertinentes y con calidad.

De lo anterior se desprende que el objetivo del presente documento es evaluar la potencialidad de los recursos naturales del municipio de SPL, con la finalidad de proponer un producto turístico enfocado al turismo de naturaleza. Para ello el texto se estructura en cuatro apartados: un marco conceptual-metodológico que refiere los conceptos y metodologías más aplicados para la evaluación de los recursos turísticos; un segundo apartado en el que se expone y aplica la metodología de evaluación multicriterio elegida para la valoración de los recursos naturales del municipio en estudio; un tercer apartado que presenta la propuesta de creación de un producto turístico de aventura para el aprovechamiento de los recursos naturales evaluados; y un último apartado que refiere las conclusiones de la investigación.

Marco conceptual-metodológico

Los estudios de evaluación y potencialidad de recursos turísticos cuentan con cierta trayectoria en Latinoamérica, desde que en la década de los años setentas la Organización Mundial del Turismo (2001) y la Organización de los Estados Americanos (OEA, 2009) difundieron modelos de evaluación acordes a las características de los países de la región, habiendo sido aplicados por algunas naciones como Colombia y Perú. En el contexto académico, los procesos de planificación turística elaborados por Bote (2002) y Godfrey y Clarke (2002), han aportado claridad para distinguir que una evaluación de recursos turísticos es un proceso que comprende básicamente dos fases: la elaboración de un inventario de los recursos potenciales localizados en el espacio geográfico a evaluar; y la evaluación de los recursos inventariados, la cual puede elaborarse desde una perspectiva cuantitativa (como la de Bote, 2002), o una perspectiva cualitativa (como la de Godfrey y Clark).

La Organización Mundial del Turismo OMT (2001), define al inventario como el recuento de atractivos turísticos, es decir un estado integrado de todos los recursos que existen en el país, región o zona a la que se refiera. Así, se puede decir que un inventario turístico es aquel instrumento en el que se registran datos generales como ubicación, accesibilidad, calidad del entorno, entre otros, de los recursos naturales y culturales susceptibles de aprovechamiento turístico en un determinado espacio. Desde el punto de vista turístico un inventario permite una clasificación de los recursos existentes en un lugar determinado, los datos que se recaban ayudan a identificar el tipo de turismo que atraería y los servicios que se pueden ofrecer para su disfrute.

Entre las metodologías de inventarios y de evaluación aplicadas en México se refieren la de Oscos (1990) y la de SECTUR (2009a y b) ambas dirigidas a todo tipo de recursos, tanto culturales como naturales; las metodologías de Zamorano (2002) y la de Franco *et al.* (2009), son propias para su aplicación a los recursos naturales, aunque la primera sólo considera la fase de inventario. En la tabla 1 se presentan las variables de análisis que registra cada una de las metodologías mencionadas.

Tabla 1 – Variables de Análisis de las Metodologías de Inventario y Evaluación de Recursos Turísticos.

VARIABLES	METODOLOGIAS							
	OMT	OEA	OSCO	ZAMORANO	SECTUR	BOTE	GODFREY Y CLARKE	MULTICRITERIO
Datos generales								
Localización								

VARIABLES	METODOLOGIAS							
	OMT	OEA	OSCOS	ZAMORANO	SECTUR	BOTE	GODFREY Y CLARKE	MULTICRITERO
Condiciones generales								
Accesibilidad								
Tiempo de llegada								
Calidad del entorno								
Periodo de visita								
Costo de entrada								
Tiempo de recorrido								
Tipo de visitante								
Nivel de afluencia								
Época propicia para visitar el recurso								
Horario de visita								
Actividades desarrolladas								
Propiedad del recurso								
Uso actual del recurso								
Existencia de equipamiento turístico								

Fuente: Elaboración propia.

Como se puede apreciar en el tabla No. 1, las variables de localización, calidad del entorno, actividades, propiedad y equipamiento turístico, son integradas por todas las metodologías expuestas, ya que son datos primordiales para el registro de datos de los recursos a evaluar. En cambio, las variables de condiciones generales, periodo de visita, tiempo de recorrido, tipo de visitante y nivel de afluencia, son las que se registran de manera diferenciada. Particularmente se señala que la mayoría de las metodologías solo consideran datos sobre los recursos, no así sobre los visitantes que llegan a ellos.

Cabe aclarar que las metodologías presentan diferencias en cuanto a su funcionalidad para distintos ámbitos. La metodología de la OMT (2001) se considera la más adecuada para inventariar recursos en un ámbito nacional con distintos niveles de jerarquía y consolidación. En un ámbito regional las metodologías de la OEA (2009), Bote (2002) y SECTUR (2009) son las herramientas que mejor se adecuan, ya que se pueden aplicar tanto a recursos potenciales como a atractivos ya en uso, además de ser apropiadas para

recursos de tipo cultural. Para ámbitos locales, se consideran propicias las metodologías de Zamorano (2002), Godfrey y Clarke (2002), Oscos (1990) y Franco *et al.* (2009).

De las anteriormente expuestas, en esta investigación se optó por trabajar con la metodología de Franco *et al.* (2009), en virtud de que es específica para evaluar recursos naturales y contempla tanto la fase de inventario como la de evaluación. Su formulación se fundamenta en la evaluación multicriterio, por tanto ofrece una valoración cuantitativa de la potencialidad de los recursos, aportando un resultado objetivo y jerarquizable. Esta metodología ha sido aplicada para espacios naturales locales, como en el caso del Parque Nacional Nevado de Toluca, Estado de México, (Osorio *et al.*, 2009), y del Parque Estatal Sierra de Nanchititla, Estado de México (Enríquez *et al.*, 2010), en los que ha probado ser una herramienta útil para la evaluación de los recursos y la propuesta de creación de productos turísticos alternativos.

De acuerdo a lo establecido por Franco *et al.* (2009: 212), la evaluación multicriterio (EMC) “comprende un conjunto de técnicas que permiten evaluar diversas alternativas de elección a la luz de múltiples criterios y prioridades”, teniendo como propósito apoyar la toma de decisiones entre las alternativas a elegir. La metodología consiste en la construcción de una matriz que refleja las características de un conjunto dado de alternativas de elección a partir de una serie de criterios.

El conjunto de alternativas se refiere en este caso, al conjunto de recursos o atractivos naturales, culturales o mixtos, caracterizados por una serie de atributos a los cuales se les considera criterios. La matriz expresa las cualidades (valor numérico o simbólico) de la alternativa o unidad de observación con respecto a los “n” atributos considerados (Barba y Pomerol, 1997). Una vez construida la matriz de decisiones es posible aplicar algún procedimiento de evaluación para asignar un valor que refleje la medida en que dicha alternativa cumple con el objetivo planteado en la evaluación. La tabla 2 muestra el procedimiento básico de la EMC.

Tabla 2 – Descripción de los componentes para la valoración de los recursos recreativos turísticos.

Componente	Descripción
Identificación del conjunto de alternativas posibles.	Depende del objetivo, de la escala del problema (alternativas de decisión) y de la escala a la cual operan los tomadores de decisiones.
Definición del conjunto de atributos (objetivos y atributos asociados).	Un criterio de evaluación incluye tanto al concepto de atributos como de objetivos. Un objetivo es un enunciado acerca del estado deseado de un sistema Geográfico del mundo real e indica la dirección de mejora de uno o más atributos de un elemento del sistema. La cuantificación de un objetivo es la adopción de alguna escala que, directa o indirectamente, miden el nivel de logro (atributo).
Obtención de atributos (normalizados).	La información geográfica suele expresarse en diversas escalas (nominal, ordinal, de intervalo y de razón) y debe transformarse a una escala común mediante diversos procedimientos de conversión. La construcción de la matriz de decisión implica no solamente que las variables se expresen numéricamente, sino que se encuentren en una misma escala de medida, por ello es preciso aplicar algún procedimiento de normalización.

<p>Combinación de los atributos normalizados y ponderados utilizando una regla de decisión para obtener el puntaje total para cada alternativa.</p>	<p>Métodos no compensatorios. El valor de un criterio no puede verse afectado por el valor de los demás criterios y las alternativas son evaluadas por el conjunto de criterios sin establecer una interacción entre ellos.</p> <p>Métodos compensatorios asumen que el rendimiento de una alternativa en un criterio determinado puede compensarse por su rendimiento en otro u otros criterios. Uno de los métodos compensatorios más utilizados es el de la Sumatoria Lineal Ponderada:</p> $r_i = \sum_{j=1}^n w_j v_{ij}$ <p>Siendo: r_i el nivel final de cumplimiento del objetivo de la alternativa i w_j el peso del criterio j v_{ij} el valor ponderado de la alternativa i en el criterio j</p>
---	---

Fuente: Tomado de Franco *et al.*, 2009.

El procedimiento descrito fue aplicado a los recursos inventariados en el municipio de SPL. La información fue recabada a través de una cédula de observación retomando la utilizada para la evaluación de recursos de las ANP de los Parques del Nevado y Nanchititla. Se inventariaron 8 recursos turísticos en 5 recorridos de campo realizados durante los meses de enero y abril de 2013, clasificándolos en recursos terrestres y acuáticos de acuerdo con sus principales rasgos geográficos. La cédula incluyó siete aspectos fundamentales: datos generales del sitio, localización, características específicas, condiciones generales, información sobre visitantes, observaciones adicionales y evaluación general. Con base en Bote (2002), las variables de análisis que describen las condiciones de uso del recurso como son el acceso, las posibilidades de apreciación, la infraestructura, los servicios, y la seguridad, quedaron referidos como criterios extrínsecos en la metodología; los elementos propios de cada recurso tales como su dimensión, su tipo de vegetación o de claridad de agua, y sus elementos escénicos quedaron considerados como criterios intrínsecos. El inventario obtenido y la evaluación realizada se exponen en el siguiente apartado.

Resultado de la evaluación de los recursos naturales de SPL

Con base en la metodología EMC descrito en el apartado anterior, se llevó a cabo un procedimiento de evaluación que incluyó las siguientes etapas:

- a) Definición del objetivo e identificación de alternativas
- b) Definición del conjunto de atributos
- c) Obtención de la matriz de decisión
- d) Valoración de los recursos turísticos.

A continuación se desarrolla el resultado de cada una de las etapas enunciadas para el caso de estudio.

Identificación de alternativas

Las alternativas obtenidas a partir del inventario de los recursos fueron 8: un parque ecológico, un árbol emblemático, dos lagunas, dos balnearios, una alberca natural y un río. Su localización, categorías y características se presentan en la Figura. 1 y la Tabla 3.

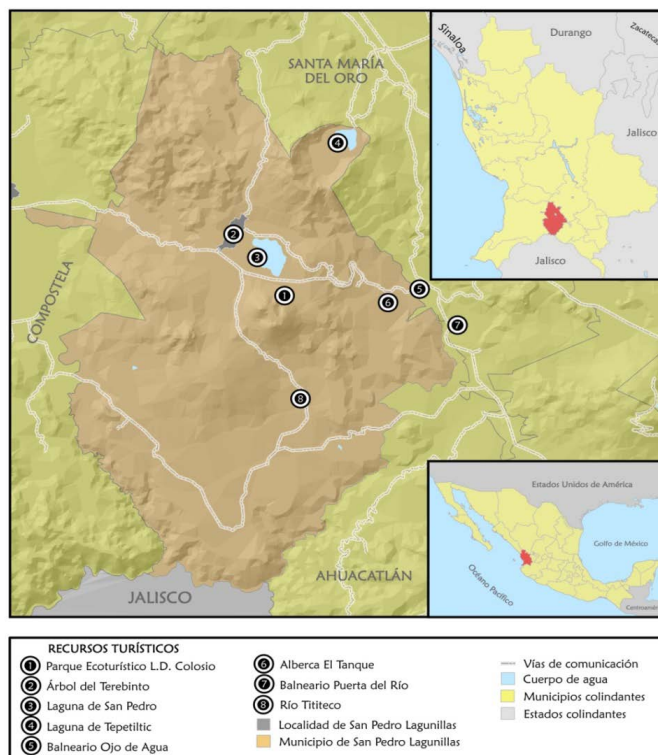




Figura 1 – Recursos Turísticos Naturales de SPL.

Fuente: Mapa elaborado por el Dr. Héctor Hugo Regil García a partir del inventario de recursos naturales de SPL.

Tabla 3 – Recursos Turísticos Naturales del Municipio de San Pedro Lagunillas

1.- Parque Ecológico Luis Donald Colosio		
Categoría	Sitio Natural	
Tipo	Terrestre	
Subtipo	--	
Características	Es un parque que data de 1998 y su característica principal es que se encuentra conformado por pinos, es visitado solo por los pobladores del municipio	

2.- Árbol del Terebinto		
Categoría	Sitio Natural y Cultural	
Tipo	Terrestre	
Subtipo	--	
Características	Es considerado el primer árbol de esta especie traído a América Latina.	
3.- Laguna de San Pedro		
Categoría	Sitio Natural	
Tipo	Acuático	
Subtipo	Laguna	
Características	Es la laguna más importante de la región, pertenece al programa turístico de Lagunas Encantadas.	
4.- Laguna de Tepetitlic		
Categoría	Sitio Natural	
Tipo	Acuático	
Subtipo	Laguna	
Características	Es una pequeña laguna donde se puede practicar la pesca y la natación.	
5.- Balneario "Ojo De Agua"		
Categoría	Sitio Natural	
Tipo	Acuático	
Subtipo	Manantial	
Características	Es un cuerpo de agua que emana del cerro cercano, la temperatura del agua es idónea para practicar natación.	
6. Alberca "El Tanque"		
Categoría	Sitio natural	
Tipo	Acuático	
Subtipo	--	
Características	Alberca ejidal, se abre una vez al año y se llena con agua desviada del manantial ojo de agua.	
7.-Balneario "Puerta del Río"		
Categoría	Sitio Natural	
Tipo	Acuático	
Subtipo	Natural	
Características	Se compone de cuatro albercas pero su atractivo principal es la parte del río San Pedro que cruza por la localidad y es la parte atractiva del sitio.	

8.- Río Tititeco		
Categoría	Sitio Natural	
Tipo	Acuático	
Subtipo	Río	
Características	Se ubica en la comunidad de Amado Nervo, en el sitio se practica la pesca y el avistamiento de fauna endémica.	

Fuente: elaboración propia.

Las condiciones generales para arribar a los sitios son muy variadas, por ejemplo, existen vialidades pavimentadas para llegar al Árbol del Terebinto y a la Laguna de San Pedro, en cambio para el Balneario Ojo de Agua, la Laguna de Tepetiltic y el río Tititeco, se llega a través de un camino de terracería y no existe señalización alguna. Cabe mencionar que el gobierno del estado ha invertido para la realización de caminos para llegar a estos sitios y que las obras están a punto de concluir. También se señala que los únicos sitios que poseen infraestructura turística son la Laguna de San Pedro y el Balneario Puerta del Río, en contraste con el Balneario Ojo de Agua y la Alberca El Tanque, que no poseen infraestructura alguna. Una mención adicional es que recursos de gran belleza escénica como el Río Tititeco, a la fecha no ha sido aprovechado turísticamente debido a la inseguridad que priva en la localidad donde se encuentran.

Así entonces, la integración del inventario permitió un acercamiento a la condición de los recursos, identificando que existen recursos de alto potencial como es el caso de la Laguna de San Pedro y el balneario Puerta del Río que sin embargo cuentan con limitada infraestructura y equipamiento.

Conjunto de atributos

En esta etapa, se definieron los atributos aplicables a cada tipo de recurso, ya fuera terrestre o acuático, tanto para los criterios intrínsecos como para los extrínsecos, describiendo con precisión los ítems clasificatorios de cada atributo. En la tabla 4 se muestra el conjunto de criterios y atributos para cada tipo de recurso.

Tabla 4 – Criterios y atributos para la evaluación de recursos turísticos de SPL

Criterios intrínsecos				Criterios extrínsecos		
Tipo de recurso	Criterio	Atributo	Descripción	Criterio	Atributo	Descripción
Terrestres (cerros, barrancas, parques, etc.).	a) Cobertura	a1) Vegetación	Abundante (A) Suficiente (S) Escasa (E)	g) Acceso físico	g1) Distancia	Kilómetros
	b) Condiciones del terreno	b1) Gradiente	Muy inclinado (MI) Inclinado (I) Algo inclinado (AI) Plano (P)		g2) Tiempo	Minutos
		b2) Superficie	Pedregosa (Pe) Terracería (T) Húmeda (H) Compacta (C) Pastizal (Pa) Otra (O)	h) Posibilidades de apreciación	h1) Estado de conservación	Excelente (E) Bueno (B) Regular (R) Malo (M)
		b3) Dificultad	Alto (A) Medio (M) Bajo (B)		h2) Calidad del entorno	Óptima (O) Buena (B) Regular (R) Baja (Ba)
Acuáticos (lagos)	c) Características	c1) Dimensión	Metros	h) Posibilidades de apreciación	h3) Interés	Grande (G) Alguno (A) Poco (P) Ninguno (N)
		c2) Transparencia	Cristalina (C) Semiturbia (S) Turbia (T)		h4) Fragilidad	Muy alta (MA) Alta (A) Moderada (M) Baja (B)
	d) Atractivo adicional	d1) Fauna	Sí (S) No (N)		h5) Contaminación	Sí (S) No (No)
	e) Características	d2) Proximidad	Directo al caudal (C) A Distancia (D)		i1) Señalización	Suficiente (S) Alguna (A) Insuficiente (I) Ninguna (N)
e1) Ancho		Metros	i2) Equipamiento		Suficiente (S) Alguno (A) Insuficiente (I) Ninguno (N)	
Acuáticos (corrientes de agua)	e) Características	e2) Transparencia	Cristalina (C) Semiturbia (S) Turbia (T)	i) Infraestructura y servicios	i3) Instalaciones recreativas	Instalaciones recreativas (A) Elementos susceptibles de recreación (M) Ningún lugar recreativo (B)
		e3) Extensión visible	1 a 3 mts. (A) 3 a 6 mts. (B) 6 a 10 mts. (C) Más de 10 mts. (D)		i4) Actividades	No. total de actividades
		f) Atractivo adicional	F1) Fauna	Sí (S) No (N)	j) Seguridad	j1) Vigilancia

Fuente: Tomado de Franco *et al.* (2009).

Una vez definidos los atributos fue posible obtener la matriz general de acuerdo a los criterios intrínsecos y extrínsecos para cada recurso. Para su mejor apreciación se presenta dividida la matriz por cada criterio, mostrando los resultados de los criterios intrínsecos en la tabla 5.

Tabla 5 – Caracterización de los criterios intrínsecos de los recursos naturales de SPL.

RECURSO		CRITERIOS						
Terrestres		Vegetación A1(1)		Gradiente B1(2)		Superficie B2(3)		Dificultad B3(4)
Parque Ecológico Luis Donaldo Colosío		E		P		Pa		B
Árbol Terebinto		E		P		C		B
Acuáticos (Lagos y lagunas)		Dimensión C1		Transparencia C2 (5)		Fauna D1 (6)		Proximidad D2 (7)
Laguna de San Pedro		1.8 Km		S		S		D
Laguna de Tepetiltic		1.2 Km		C		N		D
Balneario Ojo de Agua		5 ms		C		N		D
Alberca El Tanque		10 ms		S		N		D
Acuáticos (Ríos)		Ancho E1		Transparencia E2 (5)		Extensión visible E3 (9)		Fauna F1 (6)
Balneario Puerta del Río		8 ms		S		A		N
Río Tititeco		27 ms		C		C		S
[1] A= abundante S= suficiente E= escasa	[2] MI= muy inclinado Al= algo inclinado P= plano	[3] Pe= pedregosa C= compacta Pa= pradera	[4] A= alto M= medio B= bajo	[5] C= cristalina S= semiturbio T= turbia	[6] S= si N= no	[7] D= directo al caudal A= a distancia	[8] T= Todo el año E= Estacional	[9] 1 a 3 m (A) 3 a 6 m (B) 6 a 10 m (C) Más de 10 m (D)

Fuente: Elaboración propia.

Como se puede observar en la tabla anterior los resultados arrojan que los recursos terrestres tienen una baja dificultad en su acceso, pero poseen escasa vegetación, disminuyendo la posibilidad de su disfrute. En el caso de los recursos acuáticos, la Laguna de Tepetiltic, el Balneario Ojo de Agua y el Río Tititeco cuentan con una aceptable transparencia en el agua, ya que no han sido afectados de manera considerable por la contaminación. Por el atributo de la fauna, los recursos más sobresalientes son la Laguna de San Pedro y el Río Tititeco, que conservan especies endémicas de peces y aves.

El resultado de la caracterización de los criterios extrínsecos muestra que ninguno de los recursos se presenta de manera destacada en el conjunto de los rubros como se aprecia en la tabla 6.

Tabla 6 – Caracterización de los criterios extrínsecos de los recursos naturales de SPL.

RECURSO	CRITERIOS											
	Acceso físico		Posibilidades de apreciación					Infraestructura y servicios			Seguridad	
	G1	G2	H1 (1)	H2 (2)	H3 (3)	H4 (4)	H5 (5)	I1 (6)	I2 (6)	I3 (7)	I4	J1(8)
Parque Ecológico Luis Donaldo Colosio	57 km	70min	M	R	A	A	S	A	A	A	4	Mo
Árbol Terebinto	57km	70min	E	O	G	M	N	S	S	M	2	M
Acuáticos (lagos y lagunas)	G1	G2	H1(1)	H2(2)	H3(3)	H4(4)	H5(5)	I1(6)	I2(6)	I3(7)	I4	J1(8)
Laguna de San Pedro	57Km	50min	R	B	A	M	S	S	A	M	3	S
Laguna de Tepetitlic	50Km	40min	B	B	A	A	N	N	N	B	3	S
Balneario Ojo de Agua	55km	50min	B	B	A	B	N	A	I	B	2	M
Alberca El Tanque	55km	50min	R	B	P	B	N	I	I	B	2	M
Acuáticos (Ríos)	G1	G2	H1(1)	H2(2)	H3(3)	H4(4)	H5(5)	I1(6)	I2(6)	I3(7)	I4	J1(8)
Balneario Puerta del Río	60km	60min	B	B	A	M	S	A	S	A	4	S
Río Tititeco	77km	120min	E	O	A	B	N	N	N	B	5	I
[1] E= excelente B= bueno R= regular M= malo [8] M= muy seguro S= seguro Mo= moderado I= inseguro	[2] O= optima B= buena R= regular Ba= baja	[3] G= grande A= alguno P= poco N= ninguno	[4] Ma= muy alta A= alta M= moderada B= baja	[5] S= si N= no	[6] S= suficiente I= Insuficiente A= alguna N= ninguna	[7] A= instalaciones recreativas M= elementos susceptibles de recreación B= ningún lugar recreativo						

Fuente: Elaboración propia.

Se destaca que el Balneario Puerta del Río es el único dotado con equipamiento e instalaciones recreativas. El Río Tititeco es el único que presenta un excelente estado de conservación y no muestra elementos contaminantes, sin embargo es el recurso que se ubica a mayor distancia de la capital estatal.

Matriz de decisión

Una vez tabulados los valores de los criterios, fue posible llevar a cabo su transformación a una escala de entre 1 y 10. El valor de cada atributo representa el grado en que cada alternativa cumple con el objetivo de valoración, siendo 10 el valor máximo. Con base en esto fue posible construir la matriz de decisión que se presenta en la tabla 7.

Tabla 7 – Matriz de decisión con valores normalizados.

Recursos	Atributos																SUM
	va1	vb1	vb2	vb3	vg1	vg2	vh1	vh2	vh3	vh4	vh5	vi 1	vi 2	vi 3	vi 4	vj 1	
Terrestres																	
Parque ecológico Luis Donaldo Colosio	1	10	10	10	4	5	1	3	7	3	5	3	7	10	8	4	91
Árbol del Terebinto	1	10	5	10	4	5	10	10	10	7	10	10	10	8	7	10	127
Acuáticos (Lagos y Lagunas)	vc1	vc2	vd1	vd2	vg1	vg2	vh1	vh2	vh3	vh4	vh5	vi 1	vi 2	vi 3	vi 4	vj 1	
Laguna de San Pedro	10	5	10	10	4	5	4	6	6	6	1	10	5	5	5	6	98
Laguna de Tepetitlic	8	10	5	10	10	10	6	6	6	4	10	1	1	1	5	6	99
Balneario Ojo de Agua	3	10	5	10	6	7	6	6	6	10	10	4	6	1	3	10	103
Alberca el tanque	5	5	5	10	6	7	4	6	4	10	10	6	6	1	3	10	98
Acuáticos (Ríos)	ve1	ve2	ve3	vf 1	vg1	vg2	vh1	vh2	vh3	vh4	vh5	vi 1	vi 2	vi 3	vi 4	vj 1	
Balneario Puerta del Río	3	5	10	10	6	3	6	6	6	6	5	4	10	10	8	6	104
Río Tititeco	10	10	4	5	1	1	10	10	6	1	6	1	1	1	10	1	78

Fuente: Elaboración propia con base en Franco et. al. (2009).

Al realizar una sumatoria simple de los valores normalizados se obtiene que el Árbol del Terebentino obtiene la mayor calificación con un resultado de 127 puntos, seguido del Balneario Puerta del Río con 104 puntos y del Balneario Ojo de Agua con 103 puntos. El Río Tititeco fue el recurso con menor puntaje, no obstante los destacados atributos que lo distinguieron en la etapa anterior.

Por ultimo se realizara la valoracion de los recursos turisticos como se muestra enseguida.

Valoración de los recursos turísticos

Una vez construida la matriz de decisión, se aplicó el procedimiento de combinación lineal ponderada. Para ello se requiere la definición de los valores de ponderación de los criterios, diferenciando la importancia relativa de cada uno de los criterios. En seguimiento a la metodología elegida, se otorgó un peso de 40% a los criterios intrínsecos y un 60% para los criterios extrínsecos, obteniendo el resultado total ponderado que aparece en la tabla 8.

Tabla 8 – Resultados ponderados de los criterios.

Recurso	Suma lineal sin ponderación	Suma ponderada de Criterios extrínsecos	Suma ponderada de Criterios intrínsecos	Valor final	Orden de preferencia
Parque Ecológico Luis Donaldo Colosio	91	5.93	2.56	8.49	1
Árbol del Terebinto	127	3.83	2.26	6.09	5
Laguna de San Pedro	98	3.02	3.68	6.7	4
Laguna de Tepetitlic	99	4.09	3.32	7.41	2
Balneario Ojo de Agua	103	1.58	2.84	4.42	7
Alberca el Tanque	98	4.22	2.72	6.94	3
Balneario Puerta del Río	104	3.3	2.74	6.04	6
Río Tititeco	78	1.43	2.89	4.32	8

Fuente: Elaboración propia con base en Franco et. al. (2009)

Como se puede apreciar, el recurso que obtiene la mejor puntuación (8.49) fue el Parque Ecológico Luis Donaldo Colosio, debido a que tuvo el mayor puntaje en la suma ponderada de criterios extrínsecos (5.93). La Laguna de San Pedro resultó ser el recurso que obtuvo la mayor calificación en la suma ponderada de los criterios intrínsecos (3.68), aunque su posición desciende hasta un cuarto lugar debido al resultado de la suma de sus criterios extrínsecos (3.02).

A partir del valor final obtenido en la evaluación, se resuelve que el Parque Ecológico Luis Donaldo Colosio, la Laguna Tepetitlic, la Alberca el Tanque y la Laguna de San Pedro son elegibles para detonar la actividad turística, por lo que pueden conformar un producto recreativo-turístico que atraiga el desplazamiento de visitantes potenciales.

Propuesta de producto turístico en spl

En virtud de que el lugar de estudio tiene potencial para el desarrollo de un turismo alternativo, se propone la creación de un producto turístico de aventura, el cual es propicio para incentivar los viajes basados en actividades recreativas asociadas con desafíos impuestos por la naturaleza, buscando el beneficio de las comunidades del entorno. (SECTUR, 2008). En el producto de turismo de aventura se tomarán en cuenta actividades como caminata, ciclismo, kаяquismo y tirolesa, ya que las condiciones de los recursos evaluados son propicias para llevarlas a cabo. Con fundamento en el modelo de producto turístico realizado por Rodríguez *et al.* (2013), en la tabla 9 se expone la propuesta del producto a crearse en SPL.

Tabla 9 – Propuesta de producto turístico de aventura para SPL.

PRODUCTO DE TURISMO DE AVENTURA EN EL MUNICIPIO DE SAN PEDRO LAGUNILLAS	
Imagen a promover: Naturaleza, actividades deportivas y al aire libre, lagunas, montañas y bosque.	
Producto: Excursionismo y turismo de aventura. Actividades a considerar: ciclismo, kayakismo, caminatas, senderismo interpretativo, circuito de tirolesa, campo de gotcha, gastronomía local.	
Objetivo y Metas: <ul style="list-style-type: none"> • Objetivos: generar un producto turístico de calidad para el desarrollo del municipio de SPL. • Metas: corto plazo (1 año) creación de una cartera de proyectos y propuestas para su desarrollo; mediano plazo (3-5 años) poner en marcha los proyectos; largo plazo (10 años) consolidar el producto en la región como uno de los más importantes de turismo de naturaleza. 	
Recursos	Accesos y Tiempos
<ul style="list-style-type: none"> • Parque ecológico Luis Donaldo Colosio • Laguna de Tepetitlic • Alberca El Tanque • Laguna de San Pedro 	Tiempo de llegada al Parque Ecológico Luis Donaldo tomando como punto de partida Tepic viajando en automóvil: 70 min. Costo de recorrido: \$ 150 Tiempo aproximado: 6 hrs.
Estrategias generales:	
<ul style="list-style-type: none"> • Ordenamiento y sustentabilidad ecológica: controlar el uso de suelo y de los cuerpos de agua para el disfrute sustentable de los sitios y que el turista sea parte del cuidado ambiental. • Límite de carga aceptable: establecer cuál será el número de visitantes que permanecerán en cada recurso, esto con el fin de preservar cada espacio en óptimas condiciones. • Manejo sustentable de energía: utilización de celdas solares para generar la electricidad que se requiere en los sitios cerrados y capacitación a los pobladores para su manejo. • Manejo sustentable de agua: fomentar el cuidado responsable del agua entre los visitantes y pobladores instalando llaves ahorradoras y captación de agua de lluvia. • Manejo de residuos sólidos: separación y reciclaje de residuos (implementación de rellenos sanitarios y separación de desechos). • Guías locales: establecer rutas específicas para cada actividad, el personal encargado debe estar capacitado y certificado para dar el servicio requerido. • Zonas de descanso con mapas que indiquen su posición dentro del circuito. • Información al visitante y capacitar al personal para dar mejor atención al visitante. 	
Acciones específicas para la puesta en marcha del producto	
Limpieza de las zonas, acondicionamiento de caminos, diseño de rutas, adaptación de estacionamientos, construcción de baños y vestidores, instalación y compra de equipo para tirolesa, kayakismo y gotcha, contratación de personal, acondicionamiento y colocación de zonas de descanso, construcción de establecimientos de alimentos y bebidas. Capacitación sobre: administración de servicios, calidad de servicio, uso debido de equipo para tirolesa, kayakismo y gotcha, primeros auxilios y seguridad.	
Mercado objetivo	
Perfil: Familias, adolescentes y jóvenes entre 12 y 25 años. Segmento: Familias de nivel socioeconómico medio-medio alto, escuelas, grupos y asociaciones deportivas. Experiencias para el visitante: Práctica de deportes extremos, contacto con la naturaleza, senderismo, natación y ejercicio físico.	

Fuente: Elaboración propia con base en Rodríguez Velázquez et. al. (2013)

El producto que se propone tomará al Parque Luis Donaldo Colosio - recurso con la mayor valoración obtenida - como el punto de partida para generar un circuito turístico que incluya la visita a la Laguna de Tepetiltic, a la Alberca El Tanque y a la Laguna de San Pedro.

Conclusiones

Como herramientas de apoyo para la toma de decisiones, las metodologías de evaluación de recursos turísticos resultan útiles en tanto desvelan los atributos de valor de cada uno de ellos. Como se expuso en el texto, existen varias opciones para llevar a cabo dicho ejercicio, pero es claro que su elección corresponde al ámbito de estudio, ya sea nacional, estatal o local.

No obstante la riqueza descriptiva y analítica que otorgan las metodologías cualitativas, para esta investigación se consideró pertinente la valoración cuantitativa de los recursos que se logra con la aplicación de la metodología de evaluación multicriterio, ya que disminuyó la subjetividad de la evaluación, permitió obtener datos duros ponderados a partir de los criterios de análisis y otorgó fundamento a la jerarquización resultante.

De acuerdo a la sumatoria ponderada de los criterios intrínsecos y extrínsecos aplicada a los recursos de SPL, el Parque Ecológico Luis Donaldo Colosio, la Laguna Tepetiltic, la Alberca El Tanque y la Laguna de San Pedro, son los recursos que pueden conformar un producto turístico de “despegue” de la actividad turística en este municipio, proyectando una imagen de turismo de naturaleza que se concrete en un conjunto de experiencias de aventura. El resto de los recursos, particularmente los de carácter acuático, pueden fungir como recursos complementarios que paulatinamente se integren en circuitos cortos en torno al producto turístico base.

Finalmente, es necesario señalar que la factibilidad de que los recursos sean puestos en valor a través de la conformación de uno o varios productos turísticos, está sujeta a las posibilidades de inversión, a la cultura ecológica y a la disposición de las comunidades aledañas, para abrir la oportunidad de que en el futuro el municipio sea conocido con un importante abanico de atractivos turísticos dentro de la región.

Referencias

BARBA, S.; POMEROL, J. **Decisiones multicriterio. Fundamentos teóricos y utilización práctica.** Colección Economía, Universidad de Alcalá, Alcalá de Henares. 1997.

BOTE, V. **Planificación económica del turismo de una estrategia masiva a una artesanal.** Trillas. México. 2002.

BOULLÓN, R. Los Planes de Manejo. **Aportes y Transferencias**, v. 10, p. 35-42. 2006.

ENRÍQUEZ, M. *et al.* Evaluación multicriterio de los recursos turísticos del Parque Estatal Sierra de Nanchititla, Estado de México. **El Periplo Sustentable**, n. 18, p. 7-35. 2010.

FRANCO, S. *et al.* Evaluación multicriterio de los recursos turísticos: Parque Nacional Nevado de Toluca – México. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 18, n. 2. p. 208-226, 2009.

GARZÓN, R.; ARIAS, E. La Planificación y Ordenación del Uso Público en Espacios Protegidos Andaluces: Contextualización Global y Análisis Específico en La Sierra Norte de Sevilla. **Cuadernos de Turismo**, n. 21, p. 33-65. 2008.

GOBIERNO DE LA REPÚBLICA. **Programa Sectorial de Turismo. Plan Nacional de Desarrollo 2013-2018**. Ed: Gobierno de la República, México. 2013.

GODFREY, K.; CLARKE, J. **The tourism development handbook**. London, Ed: Continuum. 2000.

H. AYUNTAMIENTO DE SAN PEDRO LAGUNILLAS. **Plan de Desarrollo Municipal 2007-2012 San Pedro Lagunillas**. Ed: H. Ayuntamiento de San Pedro Lagunillas, Nayarit, México. 2007.

INEGI. **Censo de población y vivienda 2010**. Disponible en: <<http://www.inegi.org.mx/est/contenidos/proyectos/ccpv/cpv2010/default.aspx>> Acceso: 6 dic. 2013.

JIMÉNEZ, A. **Turismo: estructura y desarrollo**. McGraw- Hill. México. 1993

ORGANIZACIÓN DE ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Metodología de Inventario Turístico**. OEA, México. 2009.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO (OMT). **Apuntes de metodología de la investigación del Turismo**. OMT. Madrid, España. 2001.

OSCOS, J. **Metodología para la elaboración de inventarios de atractivos turísticos**. Tesis. Facultad de Turismo de la UAEM. Toluca, México. 1990.

OSORIO, M. *et al.* **Programa Turístico Sustentable del Parque Nacional Nevado de Toluca, México**. Reporte Final. UAEM, México. 2009.

RAMÍREZ, I.; OSORIO, M. "Propuesta teórico-metodológica para la planeación del turismo sustentable en el Parque Iztaccíhuatl-Popocatepetl", en Maribel Espinosa Castillo, **Tendencias de investigación turística a principios del siglo XXI**. Instituto Politécnico Nacional, México, p. 217-243. 2007.

_____. Propuesta de desarrollo recreativo-turístico para el Parque Nacional Iztaccíhuatl-Popocatepetl. In: OSORIO, M.; CASTILLO, M. **Entorno del turismo**, v. 3. Universidad Autónoma del Estado de México, p. 173-208. 2008.

RODRÍGUEZ, V. *et al.* Planificación del desarrollo recreativo-turístico sustentable en el ejido de la Peñuela, Parque Nacional Nevado de Toluca. **Teoría y Praxis**, n. 14, p. 25-58. 2013.

SECTUR. **Estudio Estratégico de Viabilidad del Segmento de Ecoturismo en México, Resumen Ejecutivo**. Centro de Estudios Superiores en Turismo (CESTUR), México. 2001.

SECTURa. **Guía para la presentación de proyectos ecoturísticos**. Disponible en: <http://www.cdi.gob.mx/ecoturismo/docs/guia_presentacion_proyectos_semarnat.pdf> Acceso en: 14 nov. 2013.

SECTURb. **Guía de apoyos federales para el desarrollo de proyectos de turismo de naturaleza**. Disponible en: <http://moodle2.unid.edu.mx/dts_cursos_mdl/lic/AET/TR/AM/02/Apoyos_Turismo.pdf>. Acceso en: 14 nov. 2013.

TORRE, M. G.; BOSCHI, A. M. Planificación y Gestión de la Recreación en Áreas Protegidas. **Anuario de Estudios en Turismo**, año 4, v. III, p. 45-61. 2014.

WORLD ECONOMIC FORUM. The Travel & Tourism Competitiveness. Report 2015. Ed: World Economic Forum. 2015.

ZAMORANO, F. **Turismo alternativo, servicios turísticos diferenciados**. Trillas. México, 2012.

Turismo de mergulho: análise do comportamento de viagem dos mergulhadores brasileiros

Dive tourism: travel behavior of Brazilian divers

*Turismo de buceo: análisis del comportamiento de viaje de los buceadores
brasileños*

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1061>

Raphael Younger Gonçalves Rowe <raphaelrowe@hotmail.com >

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), São Paulo, SP, Brasil.

Glauber Eduardo de Oliveira Santos <glauber.santos@usp.br >

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), São Paulo, SP, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do Artigo: 05-jul-2015

Aceite: 16-nov-2016

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

ROWE, R. Y. G.; SANTOS, G. E. de O. Turismo de mergulho: análise do comportamento de viagem dos mergulhadores brasileiros. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 61-75, dez. 2016.

RESUMO

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



Atualmente, milhões de indivíduos praticam o mergulho autônomo recreativo em busca de prazer na observação e interação com a flora, fauna, geologia e arqueologia submarinas. A prática do mergulho autônomo motiva inúmeras viagens com pernoite fora do entorno habitual do mergulhador, dando origem ao chamado turismo de mergulho (autônomo). Esse segmento da atividade turística tem crescido substancialmente, oferecendo oportunidades e ameaças relevantes para empresas e destinos turísticos. Portanto, entender o comportamento de viagens dos turistas do segmento de mergulho autônomo pode contribuir para o desenvolvimento social e econômico, favorecendo também a preservação ambiental. O presente artigo tem como objetivo analisar o comportamento de viagem do turista de mergulho brasileiro. A análise, de abordagem quantitativa, foi feita a partir de questionários aplicados a 171 mergulhadores do país. Com base nesses dados e na revisão bibliográfica realizada, este trabalho traz sugestões para o aproveitamento do potencial turístico de destinos com vistas a otimizar os benefícios oferecidos pela atividade.

Palavras-chave: Turismo de mergulho. Mergulho autônomo. Demanda turística. Segmentos do mercado turístico.

ABSTRACT

Millions of people currently practice recreational scuba diving, searching for pleasure in the observation and interaction with underwater flora, fauna, geology and archeology. Scuba diving motivates numerous trips including overnight stays outside the usual environment of the diver, giving rise to the so-called scuba dive tourism. This segment of tourism has grown substantially, offering opportunities and threats for companies and tourism destinations. Therefore, understanding travel behavior of scuba dive tourists can contribute to social and economic development and to the promotion of environmental protection. This study aims to analyze the travel behavior of the Brazilian dive tourists. A quantitative analysis was conducted from 171 questionnaires applied to divers in the country. Based on these data and in the literature review, the paper provides suggestions for developing the tourism potential of destinations in order to maximize the benefits offered by the activity.

Keywords: Dive tourism. Scuba diving. Tourism demand. Tourism market segmentation.

RESUMEN

Actualmente, millones de personas practican el buceo recreativo en busca del placer de la observación e interacción con la flora, la fauna, la geología y la arqueología subacuática. La práctica del buceo motiva numerosos viajes con pernoctación fuera del entorno habitual del buceador, propiciando el surgimiento del turismo de buceo. Este segmento del turismo ha crecido sustancialmente, ofreciendo oportunidades y amenazas para las empresas y destinos turísticos. Por lo tanto, entender el comportamiento de viaje de los turistas de buceo puede contribuir al desarrollo social y económico, favoreciendo también la preservación del medio ambiente. Este artículo tiene como objetivo analizar el comportamiento de los viajes de los turistas buceadores de Brasil. El análisis, que tiene enfoque cuantitativo, se hizo a partir de cuestionarios aplicados a 171 buceadores en el país. Sobre la base de estos datos y la revisión de la literatura, este estudio ofrece sugerencias para el aprovechamiento de los potenciales de los destinos turísticos a fin de optimizar los beneficios ofrecidos por la actividad.

Palabras clave: Turismo de buceo. Demanda turística. Segmentación del Mercado turístico.

Introdução

Mergulho é a atividade de submergir nas águas para explorar o mundo abaixo da linha de superfície. A atividade, que até o início do século XX era realizada de forma rudimentar, ganhou grande impulso a partir da difusão dos sistemas autônomos de respiração subaquática. O mergulho autônomo se tornou uma prática recreativa pelo menos desde os anos 1950 (GARROD, GÖSSLING, 2008). Atualmente, milhões de indivíduos praticam o mergulho exclusivamente pelo prazer de observar e interagir com a flora, fauna, geologia e arqueologia submarinas.

A prática do mergulho autônomo motiva inúmeras viagens com pernoite fora do entorno habitual do mergulhador, dando origem ao chamado turismo de mergulho (autônomo). Esse segmento da atividade turística tem crescido substancialmente (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2007), oferecendo oportunidades e ameaças relevantes para empresas e destinos turísticos.

Portanto, entender o comportamento de viagens dos turistas do segmento de mergulho autônomo pode contribuir para o desenvolvimento social e econômico, favorecendo também a preservação ambiental. As informações disponíveis sobre tal comportamento em âmbito mundial são relativamente escassas, situação que se repete de forma ainda mais acentuada no Brasil. Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar o comportamento de viagem do turista de mergulho brasileiro. A análise de abordagem quantitativa foi feita a partir de questionários aplicados a 171 mergulhadores do país. Com base nesses dados e na revisão bibliográfica realizada, este trabalho traz sugestões de estratégias para o aproveitamento do potencial turístico de destinos com vistas a otimizar os benefícios oferecidos pela atividade.

Turismo de mergulho

O mergulho subaquático alcançou ampla viabilidade técnica apenas no século XX. De acordo com Larson (1959), o mergulho até cerca de 1930 era realizado essencialmente por meio de equipamentos que permitiam a submersão de indivíduos por determinado período, mas que impediam o livre movimento debaixo da água. Foi apenas a partir dos anos 1930 que começaram a surgir soluções para o mergulho autônomo que liberaram o indivíduo submerso de sua âncora na superfície, dando assim início à chamada era do mergulhador-nadador.

No final dos anos 1940 o sistema de circuito aberto de ar comprimido desenvolvido por Emile Gagnan e Jacques-Yves Cousteau, conhecido como *Aqua Lung*, passou a ser abertamente comercializado. A prática do mergulho subaquático deixou de ser exclusividade de inventores e militares, tornando-se acessível ao público em geral. A partir desse momento, o mundo subaquático, antes pouquíssimo explorado e amplamente misterioso, se revelou para a humanidade a partir de fotografias e vídeos. Jacques Cousteau teve uma participação central também nesse âmbito. Cousteau produziu mais de 100 filmes com imagens de mergulhos que tiveram grande repercussão mundial. O filme *O Mundo Silencioso* de 1956 chegou a ganhar a Palma de Ouro do Festival de Cannes e três outros filmes do diretor ganharam o Oscar (IMDB, 2015). Ao longo da história, outros vários filmes difundiram imagens submarinas, influenciando significativamente a demanda pelo mergulho, incluindo *Homens Rãs* (1951), *Rochedos da Morte* (1953), *20.000 Léguas Submarinas* (1954), *007 Contra a Chantagem Atômica* (1965), *007 Contra Octopussy* (1983), *Imensidão Azul* (1988), *A Pequena Sereia* (1989), *O Segredo do Abismo* (1989) e *Procurando Nemo* (2003).

As informações e imagens impressionantes sobre esse ambiente pouco explorado, aliadas aos avanços tecnológicos, estimularam a prática com fins recreativos por pessoas comuns. Garrod e Gössling (2008, p. 4, tradução do autor) afirmam que “muitos mergulhadores mergulham pela simples diversão, para curti-

rem a liberdade de estarem submersos, para verem o esplendor do ambiente submarino, para socializarem com outros praticantes e para depois contarem suas histórias”. De acordo com Davis e Tisdell (1995), os principais motivos que levam pessoas a praticar o mergulho autônomo recreativo são:

- Busca por experiências próximas à natureza;
- Interesse na ecologia marinha;
- Interesse em outras características do ambiente submerso, como geologia e arqueologia;
- Imagem de ser um esporte diferenciado e especial;
- Prática de outros *hobbies*, como fotografia;
- Busca pelo sentimento de aventura e excitação;
- Simples busca pela experiência.

A partir de uma pesquisa qualitativa, Ince e Bowen (2011) identificaram os principais aspectos que satisfazem os mergulhadores recreativos. Entre os elementos objetivos se destacam a vida marinha, a visibilidade debaixo da água, os aspectos sociais, a flutuabilidade do mergulhador, os serviços disponíveis na embarcação, a segurança pessoal e os equipamentos específicos. Aspectos subjetivos relevantes para a satisfação dos mergulhadores incluem a sensação de contato com a natureza, a fuga do cotidiano, o contato com o desconhecido e a percepção de desenvolvimento de habilidades.

Szuster, Needham e McClure (2011) mostram que os mergulhadores gostam da sensação de exclusividade na exploração dos ambientes submersos. Os praticantes dessa atividade preferem que apenas seus próprios grupos de colegas estejam no local visitado, fato que oferece uma maior sensação de proximidade com a natureza. Schuhmann *et al.* (2013) estimam que os mergulhadores em Barbados e em Tobago estariam dispostos a pagar cerca US\$ 4,51 para evitar encontros debaixo da água com outros grupos de mergulhadores. Vaske *et al.* (2013) estimam que o encontro com mais de 25 pessoas no ponto de mergulho é inaceitável por parte dos mergulhadores.

Ainda que acessível a pessoas comuns, a prática do mergulho exige conhecimentos técnicos e habilidades específicas. Mergulhar sem os devidos cuidados traz grandes riscos à saúde e pode levar à morte. Vann e Lang (2010) reportam taxas de mortalidade entre 14,4 e 16,4 por 100.000 pessoas, valores similares aos da prática de outras atividades, como transporte em automóveis ou corrida a pé. Principalmente em virtude desses riscos, diferentes entidades passaram a oferecer cursos e certificações de mergulho. A enciclopédia *Wikipedia* (2015) lista mais de 140 organizações certificadoras de mergulhadores. A mais importante entidade desse tipo é a *Professional Association of Diving Instructors* (PADI). Criada nos Estados Unidos em 1966, a PADI já certificou mais de 23 milhões de mergulhadores em cerca de 200 países (PADI, 2015b).

Uma vez que o mergulho autônomo é uma atividade realizada em locais específicos, é comum que os praticantes se desloquem de seus entornos habituais para mergulhar. Muitas vezes os deslocamentos realizados são grandes e acabam exigindo pernoites fora de casa. Surge aí o turismo de mergulho, ou seja, a prática de viagens turísticas com o objetivo principal de praticar essa atividade (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2007).

Os mergulhadores recreativos usualmente têm interesse em mergulhar em locais diferentes, ainda não explorados por eles próprios anteriormente, a fim de conhecer pontos de mergulho com características distintas, fotografar novos elementos, ter experiências novas e mais excitantes. Pode-se dizer que os mergulhadores tendem a apresentar um perfil que seria classificado por Plog como alocêntrico (PLOG, 2001) ou aventureiro (PLOG, 2002). Assim, o turismo de mergulho autônomo não existe apenas como meio

para que os mergulhadores acessem pontos viáveis para a prática desse esporte. Os pontos mais próximos ou convenientes nem sempre são os escolhidos como destino. Os locais mais atraentes, com características mais interessantes, melhor clima e ainda desconhecidos estão frequentemente afastados da residência dos mergulhadores (QUEIROZ NETO, 2012).

A busca individual e coletiva por novos locais de mergulho levou à exploração de milhares de pontos ao redor do mundo. O mergulho motivou o turismo em locais pouco visitados por outros tipos de turistas, incluindo ilhas isoladas e partes inabitadas das costas continentais. O fluxo de turistas em alguns desses destinos se tornou consideravelmente grande, favorecendo o surgimento de infraestrutura e o desenvolvimento de outros segmentos do turismo. Outros locais permaneceram desconhecidos do público não mergulhador. Conforme ressalta a Organização Mundial do Turismo – OMT (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2007), a atratividade do destino turístico para esse segmento “está quase exclusivamente relacionada à prática desse esporte e, em menor grau, com a qualidade da hospedagem ou dos atrativos em terra”. Uma breve análise de um guia mundial de destinos de mergulho, como aquele da série *Eyewitness Companions* (HALLS, KRESTOVNIKOFF, 2006), revela que a lista de locais recomendados se diferencia consideravelmente das listas mais usuais de destinos turísticos comuns sugeridos pelos guias generalistas. Essa característica dos destinos de mergulho é confirmada também a partir da análise da localização dos 10 melhores pontos do mundo para a prática do mergulho autônomo segundo o Scuba Travel (2015):

1. Yongala, Cape Bowling Green, Queensland, Austrália
2. Thistlegorm, Parque Nacional Ras Muhammad, Mar Vermelho, Egito
3. Blue Corner Wall, Palau, Micronésia
4. Barracuda Point, Ilha Sipadan, Malásia
5. Shark and Yoland Reef, Parque Nacional Ras Muhammad, Mar Vermelho, Egito
6. Manta Ray Night Dive, Kailua Kona, Havaí, Estados Unidos
7. Navy Pier, Exmouth, Western Australia, Austrália
8. Big Brother, Mar Vermelho, Egito
9. Great Blue Hole, Belize
10. Liberty, Bali, Indonésia

Cabe notar que o único ponto de mergulho brasileiro incluído na lista dos 100 melhores do mundo segundo o Scuba Travel (2015) é Pedras Secas em Fernando de Noronha (PE). Esse também é o único ponto de mergulho brasileiro citado entre os 50 melhores do mundo segundo a SportDiver (2015). Entre os 50 melhores pontos de mergulho do mundo citados pela CNN, nenhum fica no Brasil (BREMNER, 2012). O mesmo ocorre com os 100 melhores pontos eleitos pela Scuba Diving (2015). No país, de acordo com o Ministério do Turismo (2005), alguns dos principais destinos de turismo de mergulho são Fortaleza (CE), Maracajaú (RN), Natal (RN), João Pessoa (PB), Fernando de Noronha (PE), Recife (PE), Porto de Galinhas (PE), Serrambi (PE), Salvador (BA), Caravelas (BA), Vitória (ES), Guarapari (ES), Búzios (RJ), Cabo Frio (RJ), Arraial do Cabo (RJ), Rio de Janeiro (RJ), Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ), Ubatuba (SP), Ilhabela (SP), Santos (SP), Bombinhas (SC), Florianópolis (SC), Bonito (MS) e Rio Quente (GO).

A organização do mercado de turismo de mergulho autônomo é bastante complexa e desenvolvida na atualidade (GRAVER, 2010). Nas grandes e médias cidades é possível encontrar empresas que prestam serviços de agenciamento de viagens especiais para a prática do mergulho autônomo. Algumas dessas

empresas são efetivamente agências de viagens, sejam elas especializadas em turismo de mergulho ou agências comuns que exploram diversos segmentos do mercado, entre eles o de turismo de mergulho. O agenciamento e operação de viagens especiais também é frequentemente feito por escolas de mergulho. Nesses casos o serviço de agenciamento é complementar aos cursos e certificações ofertadas pela empresa, ainda que muitas vezes constituam uma parcela significativa da receita.

Nos destinos, usualmente, existem empresas especializadas em operações de mergulho, prestando serviços de aluguel de equipamentos, transporte em barcos, instrução e guiamento subaquático. Em alguns destinos também existem resorts de mergulho, empresas que prestam conjuntamente serviços de hospedagem e operações de mergulho, além de usualmente oferecerem estruturas de apoio, tais como lojas de equipamentos, centros de formação de mergulhadores, salas para tratamento de fotografias e outros. Por fim, destacam-se ainda os navios de *live-aboard*, isto é, embarcações de cruzeiro que oferecem essencialmente hospedagem e operações de mergulho, além de eventualmente incluírem outras comodidades especiais.

A associação do mergulho autônomo com a questão ambiental é particularmente relevante. De um lado, a maioria dos mergulhadores busca um contato próximo com o ambiente natural preservado. Quanto mais experientes, mais preocupados e cuidadosos com o meio ambiente submarino são os mergulhadores (COTTRELL, MEISEL, 2003; ONG, MUSA, 2012). O mergulho leva muitos dos envolvidos com a atividade a se *tornarem* defensores da natureza e militantes da ecologia (TOWNSEND, 2008). A condição dos pontos de mergulho constitui uma questão fundamental para o desenvolvimento dos destinos. O mergulho tem inclusive favorecido a criação de áreas de proteção ambiental ao redor do planeta, por vezes sendo o principal motivo da delimitação destas. Além disso, o mergulho muitas vezes é fonte de receita para áreas de proteção ambiental, colaborando com a disponibilização de recursos para a preservação do meio ambiente (ASAFU-ADJAYE; TAPSUWAN, 2008; DE GROOT; BUSH, 2010; STOECKL *et al.*, 2010).

Por outro lado, a própria prática do mergulho degrada o ambiente submarino. Quanto maior a visitação, maiores são os impactos ambientais negativos, como a quebra ou abrasão de corais, a suspensão de sedimentos e as alterações no comportamento da fauna. Diversas formas de gestão desses impactos têm sido desenvolvidas (UYARRA; WATKINSON; COTE, 2009), mas a aplicação dessas estratégias ainda é problemática. Garrod e Gössling (2008) destacam também o potencial de contribuição do mergulho para a mudança climática, já que a atividade frequentemente envolve o transporte de alto consumo energético para acessar os mais afastados destinos de viagem e os pontos de mergulho mais isolados.

Segundo a OMT (2001), o turista de mergulho é geralmente jovem e tem renda acima da média. Garrod e Gössling (2008) citam vários estudos indicando que os turistas mergulhadores geralmente têm entre 30 e 50 anos, justificando que essa tendência tem relação com a disponibilidade de renda e saúde física. A renda elevada também é comprovada por uma série de pesquisas (DITTON *et al.*, 2002; GÖSSLING *et al.*, 2008; TABATA, 1992). Mergulhadores tendem ainda a ter nível de escolaridade relativamente elevado (CATER; CATER, 2001; DITTON *et al.*, 2002; MUSA; KADIR; LEE, 2006; TABATA, 1992). A maioria dos mergulhadores são do sexo masculino (GARROD; GÖSSLING, 2008; MUNDET; RIBERA, 2001; O'NEILL *et al.*, 2000; PADI, 2015b). A OMT (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2007) afirma ainda que esse público viaja ao exterior com frequência para praticar a atividade. Boa parte dos turistas desse segmento faz viagens em grupos exclusivos para mergulhadores. Turistas de mergulho em geral são experientes tanto no mergulho (COTTRELL; MEISEL, 2003; MUNDET; RIBERA, 2001; MUSA; KADIR; LEE, 2006) quanto no turismo (MUNDET; RIBERA, 2001; THAILING; DITTON, 2003), tendo mergulhado mais vezes e viajado mais que outros públicos.

As informações disponíveis sobre o segmento de turismo de mergulho autônomo no Brasil são escassas e incompletas. A PADI Brasil atualmente forma cerca de 17 mil mergulhadores anualmente, conta-

bilizando um total de mais de 180 mil mergulhadores certificados no país a partir de seus 86 centros de mergulho credenciados (PADI, 2015a). As tendências de idade reduzida, renda e escolaridade elevadas e sexo masculino observadas no âmbito mundial também se reproduzem no Brasil (PADI, 2015a). De acordo com o Ministério do Turismo (2005), em 2005 haviam no Brasil 65 mil indivíduos que realizavam ao menos 12 mergulhos por ano e o turismo de mergulho movimentava anualmente R\$ 26 milhões.

Método e resultados

Informações sobre o perfil e o comportamento dos turistas de mergulho brasileiros foram levantadas por meio de uma amostra não probabilística. A seleção dos participantes se deu a partir de comunicados veiculados em comunidades de mergulhadores existentes no Facebook e de contatos pessoais e institucionais dos pesquisadores envolvidos no trabalho. Os potenciais participantes receberam um link para o questionário disponibilizado através do sistema Google Drive. A coleta foi realizada durante os meses de outubro e novembro de 2014 e foram obtidas 171 respostas.

A maior parte (78,4%) dos entrevistados eram homens e com idade entre 30 e 50 anos (64,9%). Essa é uma participação relativamente grande, já que os indivíduos nessa faixa etária correspondem a apenas 28,6% da população brasileira (IBGE, 2015). Contudo, as faixas etárias de 26 a 30 e de 50 a 60 anos também apresentaram frequências significativas (15,2% e 12,3%, respectivamente). Apenas 4,7% dos entrevistados tinham 25 anos ou menos e apenas 2,9% tinham mais de 60 anos. A pesquisa apontou também que os turistas de mergulho apresentam nível relativamente alto de escolaridade, sendo que 53,2% possuem pós-graduação e outros 31,6% têm ensino superior completo. O total de 84,8% de mergulhadores que possuem ao menos nível superior contrasta fortemente com a participação de 7,1% desse público na população brasileira em geral (IBGE, 2015). O nível de renda familiar mensal também se revelou elevado, já que 37,1% têm renda superior a 15 salários mínimos e, ao todo, 71,8% têm renda superior a 8 salários mínimos. No total da população brasileira com 10 anos ou mais, a participação de pessoas com rendimento acima de 15 salários mínimos é de apenas 1,4% (IBGE, 2015). A maior parte dos entrevistados é dos estados de São Paulo (49,7%) e Rio de Janeiro (23,4%). As regiões Sul e Nordeste respondem cada uma por 5,3% dos entrevistados.

Os participantes da pesquisa são relativamente experientes na atividade de mergulho. A maioria (65,5%) pratica mergulho há mais de 5 anos e apenas 8,8% começaram a mergulhar há menos de 1 ano. Mais da metade dos entrevistados (53,8%) já realizaram mais de 100 mergulhos e 17,5% mergulharam entre 41 e 100 vezes. Apenas 15,8% dos entrevistados têm certificação básica, sendo frequentes os portes de certificações superiores, como avançado (29,2%), mergulhador de resgate (16,4%) e *dive master*¹ (35,1%). Dois terços dos participantes da pesquisa (66,7%) têm equipamento próprio completo para o mergulho e 21,1% têm equipamento parcial, sendo que apenas 12,3% não têm equipamento próprio ou têm apenas os itens básicos (nadadeira, máscara ou *snorkel*). As modalidades de mergulho mais praticadas são o mergulho noturno (84,8% dos entrevistados já praticaram), profundo (82,5%) e em naufrágio (73,7%). Duas modalidades menos frequentes também merecem destaque: mergulho em caverna (31,0%) e alimentação de tubarões (22,8%).

A atividade de mergulho tem forte associação com as relações sociais dos indivíduos. A forte interação social relacionada ao mergulho se revela por meio das redes de amizades formadas. Mais da metade dos entrevistados (55,6%) afirmaram que têm mais de 10 amigos mergulhadores. Além disso, grande parte dos mergulhadores entrevistados (42,7%) afirmou que suas principais influências para a prática dessa

¹ Significa "líder de mergulho".

atividade foram amigos e parentes. Contudo, deve-se destacar que a influência da mídia na motivação dos mergulhadores também é substancial, já que 19,3% dos entrevistados afirmaram que suas principais influências para iniciar essa prática foram notícias e reportagens, ao passo que 14,6% destacaram a influência dos filmes.

A prática do mergulho em viagens não motivadas majoritariamente por outras questões que não o próprio mergulho é relativamente rara. Boa parte dos entrevistados (29,8%) afirmou nunca ter mergulhado em viagens dessa natureza. Apenas 19,3% afirmaram ter realizado algum mergulho em mais de 5 viagens feitas com outras motivações. Esses percentuais podem ser considerados pequenos se comparados aos números de viagens feitas especificamente para mergulhar, conforme apresentado mais adiante. Além disso, mais da metade dos entrevistados (56,7%) afirmou que mesmo nessas viagens motivadas por outras questões, os mergulhos sempre fizeram parte do plano e tiveram influência na escolha do destino. Cabe destacar que, nessas viagens, a contratação dos serviços de mergulho foi feita majoritariamente de forma ativa, seja através da busca presencial por uma operadora de mergulho no destino (55,0%) ou por meio da reserva antecipada dos serviços (40,4%). Apenas 4,7% dos entrevistados afirmam que nessas viagens seus mergulhos foram contratados a partir do contato de promotores de vendas.

A realização de viagens motivadas majoritariamente pela prática do mergulho é bastante frequente. Apenas 2,3% dos entrevistados nunca realizaram qualquer viagem para mergulhar. Em particular, 82,5% já realizaram alguma viagem de um dia sem pernoite e 95,3% já fizeram alguma viagem com pernoite. Além disso, 19,3% dos indivíduos fizeram mais de 50 viagens de um dia e 22,2% fizeram mais de 50 viagens com pernoite. As distribuições dos entrevistados segundo os números de viagens de cada categoria realizadas com a motivação principal de mergulhar são apresentadas nas figuras 1 e 2.

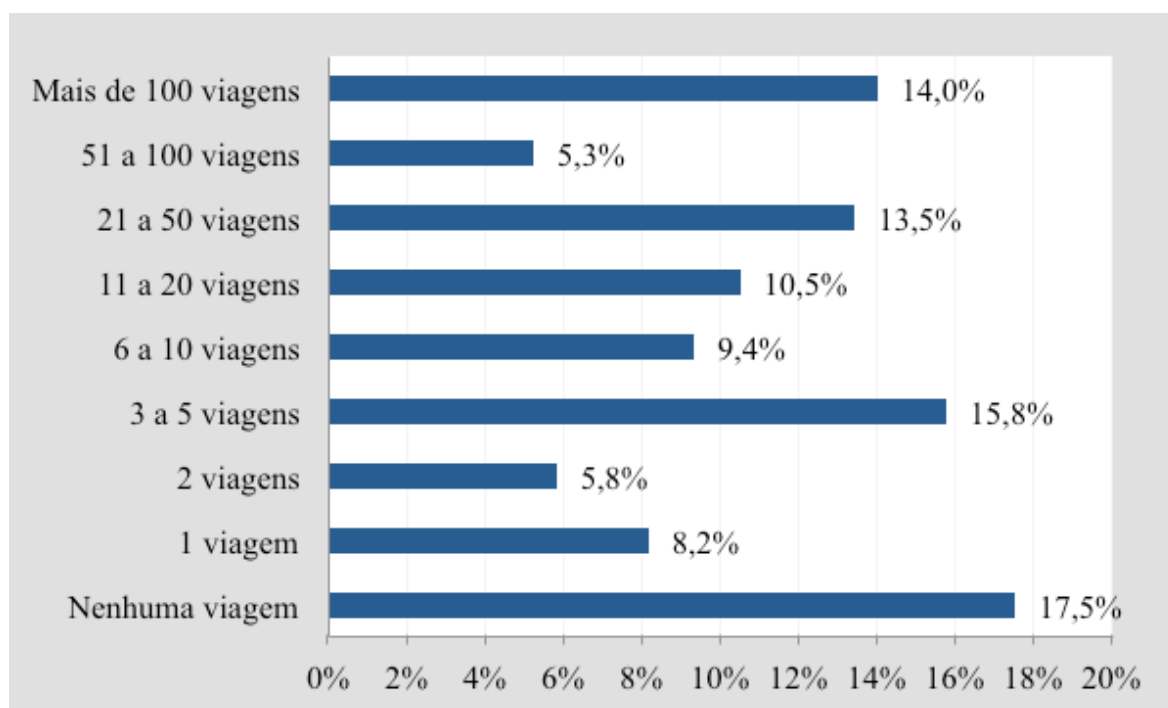


Figura 1 – Distribuição dos entrevistados pelo número de viagens de um dia realizadas motivadas pelo mergulho

Fonte: Elaboração própria.

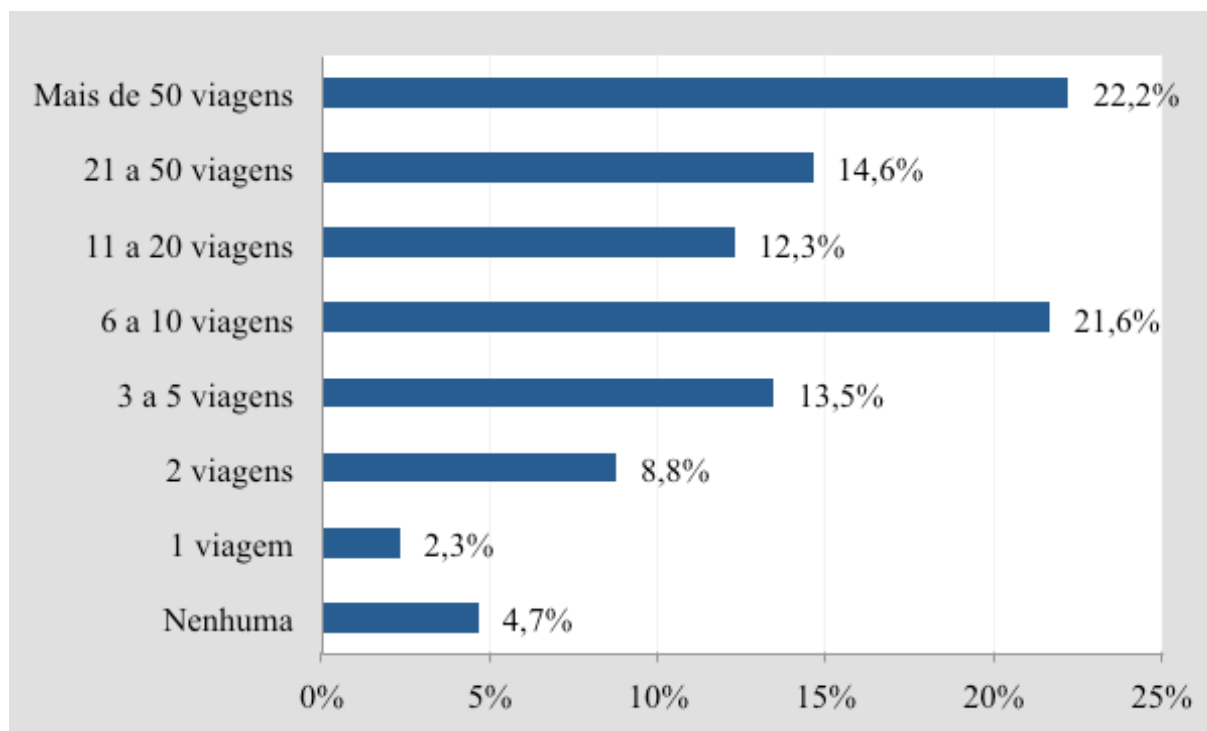


Figura 2 – Distribuição dos entrevistados pelo número de viagens com pernoite realizadas motivadas pelo mergulho

Fonte: Elaboração própria.

Muitas viagens para mergulho são organizadas por meio de escolas de mergulho ou operadoras especializadas. Quase metade (49,7%) dos entrevistados afirmou que a maioria de suas viagens com pernoite voltadas à prática do mergulho foi organizada dessa forma. Contudo, a organização independente por parte do próprio indivíduo também é frequente, sendo que 47,9% afirmaram ser essa a alternativa mais comum para suas viagens. As viagens para mergulho organizadas por meio de pacotes turísticos comuns são muito pouco frequentes. Apenas 2,5% dos entrevistados afirmaram utilizar essa alternativa com maior frequência que as demais.

Ainda que a maioria das viagens motivadas pelo mergulho seja realizada na companhia de amigos ou parentes (75,6%), uma parcela considerável destas é feita por indivíduos que viajam sozinhos (22,5%). A parcela minoritária restante (1,9%) se refere às viagens realizadas apenas na companhia de grupos organizados por escolas e operadoras de mergulho.

Os destinos de mergulho mais visitados do Brasil se concentram próximos aos principais mercados emissores: Baía de Angra, litoral norte do Rio de Janeiro, litoral norte de São Paulo e a Laje de Santos. Também se destacam alguns destinos da região Nordeste, como Fernando de Noronha, litoral de Pernambuco e Abrolhos. A Figura 3 apresenta os percentuais de entrevistados que afirmaram já ter viajado para mergulhar em cada um dos destinos destacados pela pesquisa.

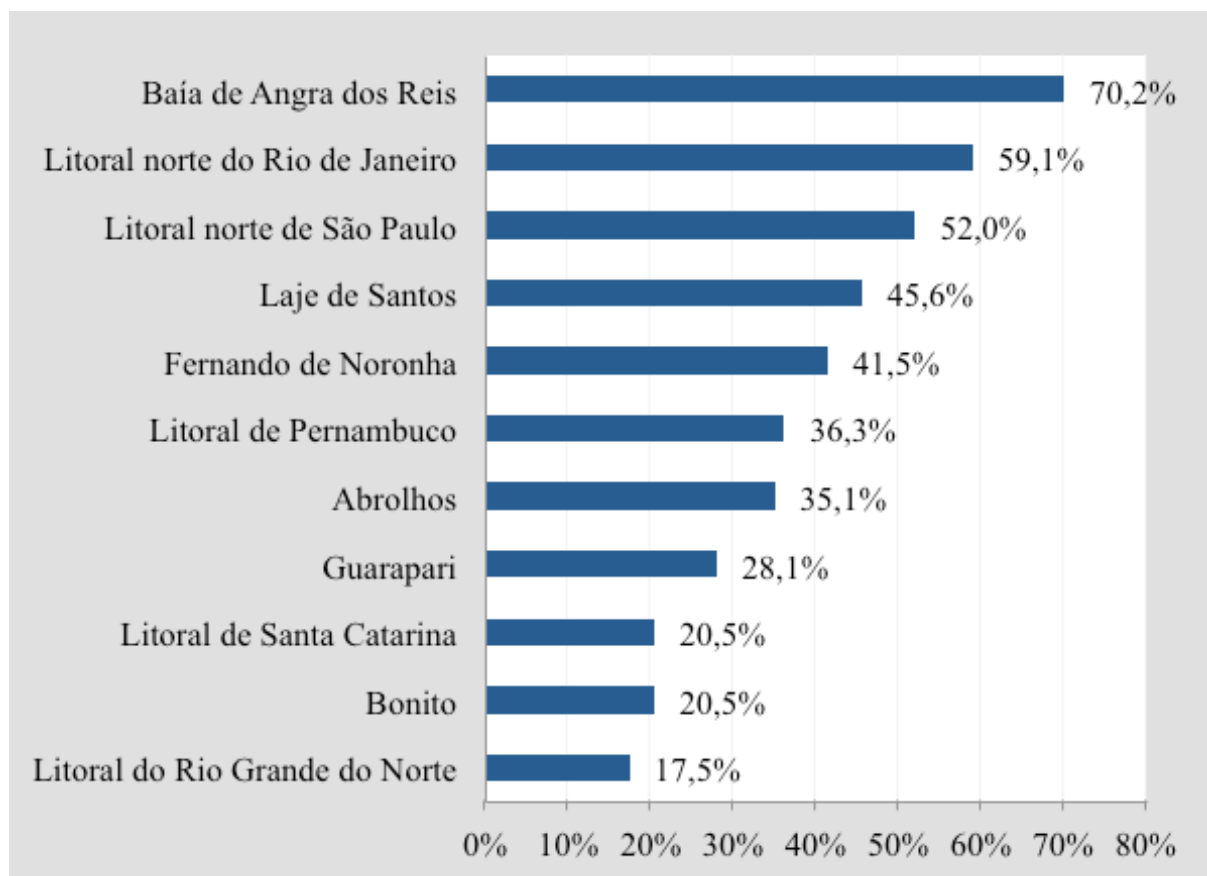


Figura 3 – Destinos nacionais de mergulho mais visitados

Fonte: Elaboração própria.

Entre os destinos internacionais, destacam-se aqueles localizados no Caribe. A região já foi visitada com motivação de mergulho por 59,1% dos entrevistados. Nota-se que esse percentual é apenas comparável aos dois principais destinos nacionais. Em segundo lugar, mas com destaque bastante inferior, estão os Estados Unidos, visitados por cerca de um terço do número que visitou o Caribe (19,9%). As demais regiões mundialmente reconhecidas pelo mergulho foram visitadas por algo em torno de 10% dos entrevistados. A Figura 4 apresenta os percentuais de entrevistados que afirmaram ter visitado cada um dos destinos internacionais destacados pela pesquisa.

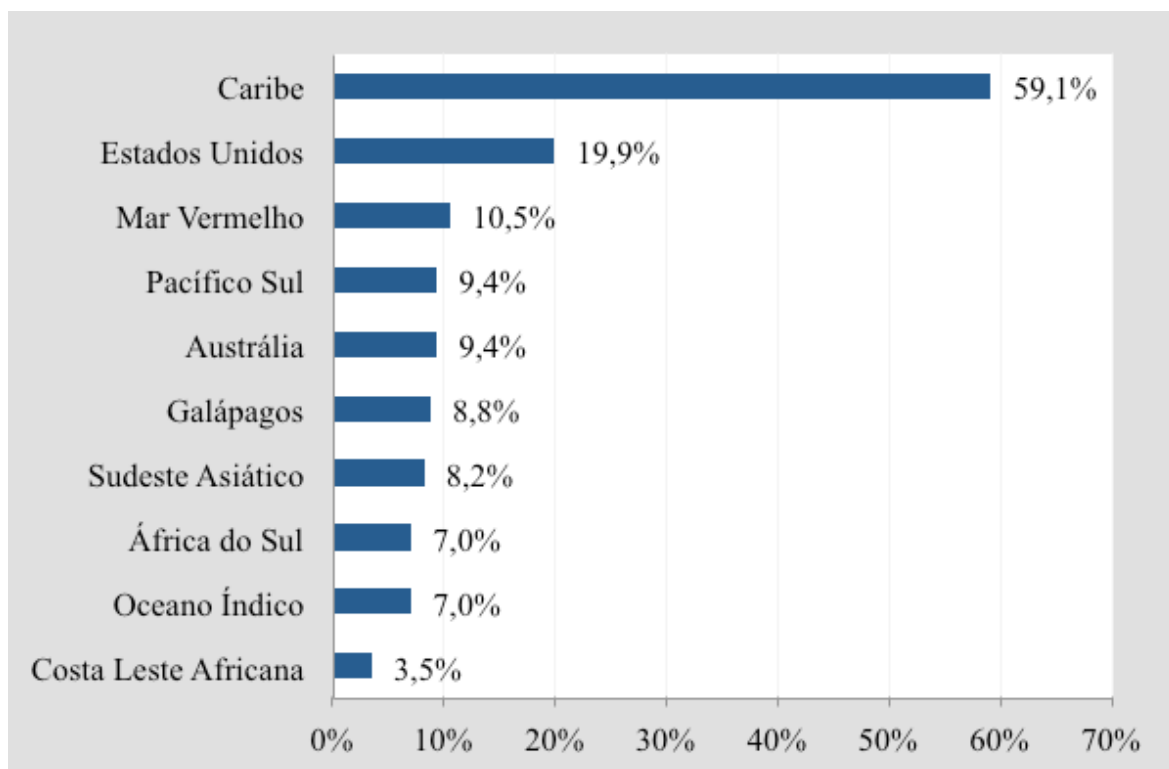


Figura 4 – Destinos internacionais de mergulho mais visitados

Fonte: Elaboração própria.

A maioria dos mergulhadores (65,6%) apontou ter preferência por viajar para destinos ainda não visitados. A minoria (22,7%) prefere retornar para destinos já visitados, enquanto uma parcela ainda menor (11,7%) não tem preferência definida nesse quesito. A decisão do destino da viagem é fortemente influenciada pelas características naturais do local, tais como a vida submersa e a geomorfologia dos pontos de mergulho. Apenas 12,3% dos entrevistados indicaram que esses fatores não têm grande influência na escolha de seus destinos de turismo de mergulho. As características da operação de mergulho, tais como barcos, dive masters e equipamentos, ocupam a segunda posição no *ranking* de aspectos mais importantes para a decisão do destino de viagem. O custo total da viagem aparece apenas na terceira posição desse *ranking*, indicando que os turistas de mergulho não se mostram muito sensíveis aos preços de diferentes destinos. A distância do destino também tem influência mediana, fato que reforça a conclusão de que esse público não se preocupa muito com os esforços necessários para chegar ao destino desejado. Por fim, aspectos turísticos comuns, como hospedagem, alimentação e outros atrativos da localidade, têm pequena influência sobre a escolha do destino da viagem de mergulho. A Tabela 1 apresenta as distribuições das opiniões dos entrevistados sobre cada aspecto de acordo com seu grau de importância na escolha do destino da viagem de mergulho.

Tabela 1 – Importância de diferentes aspectos na escolha do destino de viagem de mergulho

Aspecto	Importância extrema	Grande importância	Importância mediana	Alguma importância	Nenhuma importância	Total
Características naturais	46,0%	41,7%	6,1%	1,2%	4,9%	100%
Operação de mergulho	31,3%	42,9%	16,6%	4,3%	4,9%	100%
Serviços turísticos	10,4%	38,0%	26,4%	17,8%	7,4%	100%
Outros atrativos turísticos	4,9%	23,9%	33,1%	20,9%	17,2%	100%
Distância	14,7%	37,4%	29,4%	6,1%	12,3%	100%
Custo total da viagem	32,5%	37,4%	20,2%	4,9%	4,9%	100%

Fonte: Elaboração própria.

Considerações finais

O perfil dos mergulhadores pesquisados segue essencialmente aquele encontrado no resto do mundo. Prevalcem os indivíduos do sexo masculino e com idades entre 30 e 50 anos. A grande incidência de mergulhadores com escolaridade e renda altas parece ser ainda mais acentuada na amostra pesquisada. Portanto, os resultados obtidos oferecem indícios de que o mergulho é uma atividade bastante elitizada no Brasil. Do ponto de vista das empresas e destinos turísticos inseridos nesse mercado, a elitização traz oportunidades para a comercialização de serviços de alto valor agregado. Isso significa também um turismo de baixo impacto negativo em comparação com os benefícios econômicos gerados.

O potencial de atração dos destinos está essencialmente atrelado às características naturais dos pontos de mergulho. A preservação ambiental é requisito central para a atratividade. Nesse sentido, o turismo de mergulho não pode ser desenvolvido em locais com características naturais inadequadas. Trata-se de um segmento turístico no qual a oferta original do destino não pode ser substituída por serviços de qualidade, preços baixos ou publicidade. A vantagem competitiva nesse segmento é necessariamente dada *a priori*. As demais características da oferta turística podem apenas agregar valor a uma oferta original preexistente.

No entanto, isso não significa dizer que os destinos com grande potencial poderão automaticamente se beneficiar do turismo. Políticas públicas de preservação ambiental ineficazes constituem a principal ameaça ao potencial turístico atrativo dos destinos. Uma vez degradado o ambiente submarino, o poder de atração do destino se esvai e não deixa grandes chances de retorno.

É interessante ressaltar também as consequências do perfil aloccêntrico dos mergulhadores. Ao buscarem com frequência destinos ainda não visitados, os turistas mergulhadores formam um público com tendência de grande dispersão geográfica. Ao contrário de muitos outros segmentos que tendem a se concentrar em poucos destinos, os mergulhadores parecem fugir dos próprios mergulhadores, e principalmente de outros públicos. Conseqüentemente, o turismo de mergulho constitui um segmento com grande potencial para distribuição regional da renda, além de dispersar a pressão colocada sobre os recursos

naturais. Essa característica dos turistas mergulhadores também facilita o surgimento de novos destinos turísticos, desde que estes apresentem potencial natural para a atividade.

Mas o desenvolvimento de destinos turísticos de mergulho pode não ser tão simples quanto parece. A simples propriedade de elementos naturais diferenciados não garante a ocorrência de fluxos turísticos significativos. Sem nenhum trabalho, o destino irá atrair no máximo alguns mergulhadores com perfil explorador aguçado. Na maioria dos casos, é preciso a adoção de estratégias de desenvolvimento que assegurem a preservação ambiental e a oferta de serviços adequados. Conforme discutido, a estrutura do mercado de turismo de mergulho não é simples. As empresas que atuam nesse mercado são altamente especializadas e relativamente desconhecidas do público que não está diretamente envolvido com a atividade. O comportamento dos turistas de mergulho também é bastante específico. Em particular, deve-se destacar a importância dos relacionamentos sociais dentro desse grupo, fato que torna a comunidade de mergulhadores relativamente pouco acessível a pessoas e empresas de fora. Portanto, as estratégias de *marketing* do turismo de mergulho devem obrigatoriamente considerar formas de lidar com essa característica do público-alvo, explorando as relações sociais como forma de alcançar o sucesso de mercado.

Esta pesquisa trouxe informações que, de certa forma, abrem muitos caminhos para a realização de estudos futuros. De um lado, pode-se buscar maior detalhamento sobre os turistas de mergulho, incluindo tanto questões relacionadas ao perfil demográfico quanto ao comportamento de viagem e de mergulho. As pesquisas também devem explorar a oferta de serviços desse segmento de mercado. Em particular, parece relevante para o estudo do turismo entender a oferta de pacotes de viagens por parte das escolas de mergulho, já que estas concorrem com agências e operadoras tradicionais, mas estão geralmente excluídas das análises feitas no âmbito da turismologia. O campo de estudo dos impactos sociais, econômicos e ambientais do turismo de mergulho também deve ser mais explorado no Brasil. Por fim, a gestão dos destinos turísticos de mergulho precisa ser melhor debatida no país, especialmente se considerando que, apesar do grande potencial, o Brasil parece longe de figurar entre os principais destinos de turismo de mergulho do mundo.

Referências

ASAFU-ADJAYE, J.; TAPSUWAN, S. A contingent valuation study of scuba diving benefits: case study in Mu Ko Similan Marine National Park, Thailand. *Tourism Management*, v. 29, n. 6, p. 1122-1130, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Viagem Técnica México**: caderno de subsídios. Brasília: Ministério do Turismo, 2005.

BREMMER, J. **Into the Deep: World's 50 Best Dive Sites**. Disponível em: <<http://travel.cnn.com/explorations/escape/outdoor-adventures/worlds-50-best-dive-sites-895793>>. Acesso em: Jul. 2015.

CATER, C.; CATER, E. Marine environments. In: WEAVER, D. B. (Org.). **The Encyclopedia of Ecotourism**. Wallingford: CABI, 2001. p. 265-282.

COTTRELL, S. P.; MEISEL, C. Predictors of personal responsibility to protect the marine environment among divers. In: NORTHEASTERN RECREATION RESEARCH SYMPOSIUM, 2003, Newtown Square. **Proceedings**. Department of Agriculture, Forest Service, Northeastern Research Station, 2004. p. 252-261.

DAVIS, D.; TISDELL, C. Recreational scuba-diving and carrying capacity in marine protected areas. **Ocean & Coastal Management**, v. 26, n. 1, p. 19-40, 1995.

DE GROOT, J.; BUSH, S. R. The potential for dive tourism led entrepreneurial marine protected areas in Curacao. **Marine Policy**, v. 34, n. 5, p. 1051-1059, 2010.

DITTON, R. B. *et al.* Demographics, attitudes, and reef management preferences of sport divers in offshore Texas waters. **ICES Journal of Marine Science: Journal du Conseil**, v. 59, p. S186-S191, 2002.

GARROD, B.; GÖSSLING, S. Introduction. In: GARROD, B.; GÖSSLING, S. (Org.). **New Frontiers in Marine Tourism: diving experiences, sustainability, management**. Oxford: Elsevier, 2008. p. 3-28.

GÖSSLING, S. *et al.* Diving and global environmental change: a Mauritius case study. In: GARROD, B.; GÖSSLING, S. (Org.). **New Frontiers in Marine Tourism: diving experiences, sustainability, management**. Oxford: Elsevier, 2008. p. 67-92.

GRAVER, D. **Scuba Diving**. Champaign: Human Kinetics, 2010.

HALLS, M.; KRESTOVNIKOFF, M. **Scuba Diving**. Norfolk: Dorling Kindersley, 2006.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>>. Acesso em: Jul. 2015.

INCE, T.; BOWEN, D. Consumer satisfaction and services: insights from dive tourism. **Service Industries Journal**, v. 31, n. 11, p. 1769-1792, 2011.

LARSON, H. E. **A History of Self-Contained Diving and Underwater Swimming**. Washington, D. C.: National Academy of Sciences, 1959.

MUNDET, L.; RIBERA, L. Characteristics of divers at a Spanish resort. **Tourism Management**, v. 22, p. 501, 2001.

MUSA, G.; KADIR, S. L. S. A.; LEE, L. Layang Layang: an empirical study on scuba divers' satisfaction. **Tourism in Marine Environments**, v. 2, n. 2, p. 89-102, 2006.

O'NEILL, M. A. *et al.* Diving into service quality – the dive tour operator perspective. **Managing Service Quality: An International Journal**, v. 10, n. 3, p. 131-140, 2000.

ONG, T. F.; MUSA, G. Examining the influences of experience, personality and attitude on SCUBA divers' underwater behaviour: a structural equation model. **Tourism Management**, v. 33, n. 6, p. 1521-1534, 2012.

PADI. **PADI Dive Festival**. Disponível em: <<http://www.padifestival.com.br/sobre.aspx>>. Acesso em: Jul. 2015.

_____. **Worldwide Corporate Statistics 2015**. 2015b. Disponível em: <<http://padi.com/scuba-diving/documents/2015-WW-Statistics/>>. Acesso em: Jul. 2015.

PLOG, S. Why destination areas rise and fall in popularity: an update of a Cornell Quarterly classic. **The Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly**, v. 42, n. 3, p. 13-24, 2001.

_____. The power of psychographics and the concept of venturesomeness. **Journal of Travel Research**, v. 40, n. 3, p. 244-251, 2002.

QUEIROZ NETO, A. C. D. Dive tourism – um mergulho conceitual. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, VII, 2012, Caxias do Sul. **Anais**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012.

SCHUHMANN, P. W. *et al.* Willingness to pay to avoid high encounter levels at dive sites in the Caribbean. **Tourism in Marine Environments**, v. 9, n. 1-2, p. 81-94, 2013.

SCUBA DIVING. **2015 Reader's Choice Awards: Top 100 Gold List**. Disponível em: <<http://www.scubadiving.com/photos/2015-readers-choice-awards-top-100-gold-list>>. Acesso em: Jul. 2015.

SCUBA TRAVEL. **100 Top Dive Sites of the World**. Disponível em: <<http://www.scubatravel.co.uk/topdiveslong.html>>. Acesso em: Jul. 2015.

SPORTDIVER. **50 Best Dive Sites in the World**. Disponível em: <<http://www.sportdiver.com/photos/planets-50-greatest-dives>>. Acesso em: Jul. 2015.

STOECKL, N. *et al.* Live-aboard dive boats in the Great Barrier Reef: Regional economic impact and the relative values of their target marine species. **Tourism Economics**, v. 16, n. 4, p. 995-1018, 2010.

SZUSTER, B. W.; NEEDHAM, M. D.; MCCLURE, B. P. Scuba diver perceptions and evaluations of crowding underwater. **Tourism in Marine Environments**, v. 7, n. 3-4, p. 153-165, 2011.

TABATA, R. S. Scuba diving holidays. In: WEILER, B.; HALL, C. M. (Org.). **Special interest tourism**. London: Belhaven, 1992. p. 171-184.

THAILING, C. E.; DITTON, R. B. Demographics, motivations and participation patterns of sport divers in the Flower Garden Banks National Marine Sanctuary. In: GULF AND CARIBBEAN FISHERIES INSTITUTE, 54, 2003. **Proceedings Marathon: Gulf and Caribbean Fisheries Institute, 2003**. p. 338-348.

TOWNSEND, C. Dive tourism, sustainable tourism and social responsibility: a growing agenda. In: GARROD, B.; GÖSSLING, S. (Org.). **New Frontiers in Marine Tourism: diving experiences, sustainability, management**. Oxford: Elsevier, 2008. p. 139-152.

UYARRA, M. C.; WATKINSON, A. R.; COTE, I. M. Managing dive tourism for the sustainable use of coral reefs: validating diver perceptions of attractive site features. **Environmental Management**, v. 43, n. 1, p. 1-16, 2009.

VANN, R. D.; LANG, M. A. Recreational diving fatalities *workshop*: summary. In: Recreational Diving Fatalities *Workshop*, 2010, Durham. **Proceedings**. Durham: DAN, 2010. p. 5-10.

VASKE, J. J. *et al.* Measuring variability in encounter norms among scuba divers and snorkelers: an application of the Potential for Conflict Index. **Tourism in Marine Environments**, v. 9, n. 1-2, p. 69-80, 2013.

WIKIPEDIA. **List of Diver Certification Organizations**. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_diver_certification_organizations>. Acesso em: Jul. 2015.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Tourism: 2020 vision: global forecast**. Madrid: UNWTO, 2007.



Ser mochileiro: uma constituição social e pessoal do “mochilar”

Backpacker: a social and personal constitution of “backpacking”

Ser mochilero: una constitución social y personal de viajar con mochila

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1066>

Denise Falcão <defalcao@terra.com.br >

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, MG, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 15-jul-2015

Aceite: 31-out-2016

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

FALCÃO, D. Ser mochileiro: uma constituição social e pessoal do “mochilar”. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 76-90, dez. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

Este artigo discute e apresenta a representação social e pessoal do ser mochileiro contemporâneo, aproximando a construção histórica-social-acadêmica e a óptica dos sujeitos mochileiros, a partir dos múltiplos olhares acerca dos viajantes e do ato de viajar. Partindo da aproximação/diferenciação entre turistas e viajantes, e da mudança do foco econômico das viagens para o aspecto relacional, essa investigação adentra o universo subjetivo dos mochileiros desvelando sua constituição identitária. Essa intrínseca relação sujeito-ação, viajante-viagem, que desloca o sujeito a um tempo/espaço descontínuos e provoca, pela vivência da alteridade, um duplo estranhamento no ser e estar diferente de si mesmo e do outro, faz com que a “mochilagem”, para além de uma forma alternativa de viagem, seja uma experiência de vida e represente um jeito de ser e estar no mundo: o ser mochileiro. Para alcançar os sentidos e significados dessa experiência humana, utilizou-se a abordagem qualitativa com múltiplos métodos de pesquisa: Pesquisa bibliográfica; Pesquisa de campo com observação de campo; Entrevistas semiestruturadas; Amostragem pelo método bola de neve e análise de dados.

Palavras-chave: Mochileiro. Significado social e pessoal. Alteridade.

ABSTRACT

This article discusses and presents the social and personal representation of the contemporary backpacker, approaching the historical-social-academic construction and the backpacker's perspective, from the multiple views about the travelers and the act of traveling. Starting from the approach / differentiation between tourists and travelers, and changing the economic focus of the trips to the relational aspect, this research enters the subjective world of backpackers revealing their identity construction. This intrinsic relationship between subject-action, traveler-trip, which move the subject on discontinuous time / space and causes, by the otherness experience, a double strangeness in being different from one self and the other, makes the backpacker's practise, as well as an alternative way to travel, a life time experience and represent a way of being in the world: being backpacker. To reach the meanings of this human experience, we used a qualitative approach with multiple research methods: literature search; Field research with field observation; Semi-structured interviews; Snowball sampling and data analysis.

Keywords: Backpacker. Social and personal signification. Otherness.

RESUMEN

En este artículo se discute y presenta la representación social y personal de ser un mochilero contemporáneo, acercándose a la construcción histórico-socio-académica y la perspectiva de los sujetos mochileros, a partir de las múltiples miradas sobre los viajeros y el acto de viajar. Partiendo de la aproximación / diferenciación entre los turistas y viajeros, y del cambio de enfoque económico de los viajes al aspecto relacional, esta investigación entra en el mundo subjetivo de los mochileros que revelan su construcción de la identidad. Esta intrínseca relación sujeto-acción, viajero y viaje, que desplaza al sujeto a un tiempo / espacio discontinuo y provoca, por la experiencia de la alteridad, una doble extrañeza en el ser y estar diferente de uno mismo y del otro, hace que el viajar con mochila, además de una forma alternativa de viajar, sea una experiencia de vida y representa una forma de ser y estar en el mundo: ser mochilero. Para lograr los significados de esta experiencia humana, se utilizó un enfoque cualitativo con múltiples métodos de investigación: búsqueda en la literatura; La investigación de campo con la observación de campo; Entrevistas semiestruturadas; El muestreo del método bola de nieve y el análisis de datos.

Palabras claves: Mochilero. Significado social y personal. Alteridad.

Introdução

Este artigo discute e apresenta a representação social e pessoal do ser mochileiro contemporâneo, aproximando a construção histórica-social-acadêmica e a óptica dos sujeitos mochileiros, a partir dos múltiplos olhares acerca dos viajantes e do ato de viajar. Esta intrínseca relação sujeito-ação, viajante-viagem, que engendrou trajetórias humanas ultrapassando o lugar comum da vida cotidiana, confunde-se com a própria história da humanidade (BARBOSA, 2002).

Ao compreender a viagem como um processo para além do deslocamento tempo/espço, procura-se tratá-la como uma experiência¹ de vida, pois ao remeter o viajante a uma profunda modificação espaço-temporal, rumo a um espaço e tempo descontínuos, tem-se um duplo estranhamento provocado: a experiência do ser e do estar diferente de si mesmo e do outro (PEREZ, 2009, p. 292), que se mantém presente no imaginário das sociedades e na motivação dos sujeitos, pela vivência da alteridade.

Nesse sentido, ao deslocar o foco da pesquisa, com os mochileiros, do viés econômico e adentrar no aspecto relacional dessa forma de viajar, parte-se da diferenciação/aproximação que os termos “turista” e “viajantes” configuram na subjetividade “mochileira”, mergulha-se na vivência do jogo entre identidade e alteridade provocada pela errância, e busca-se compreender qual o significado que essa prática possui para aqueles que a praticam e para a sociedade contemporânea.

Essa subjetividade constitutiva do mochileiro aparece no que Sorensen (2003) denomina de “cultura mochileira” e se evidencia no que tange às relações entre o sujeito, sua atividade e a constituição da sua autoimagem. Essa constituição está permeada por elementos como o “estar na estrada”, a pulsão da errância (MAFFESOLI, 2001), a aventura, a não fixação no tempo e no espaço, a liberdade de escolha, o romper com imposições sociais, etc., que propiciam uma grande motivação dos mochileiros: ir ao encontro do inesperado gerador de saberes diversos e autoconhecimento.

Tendo como foco a forma pela qual os mochileiros fruem as viagens, este estudo desvela significados sociais e pessoais constituídos e constituintes desses sujeitos no âmbito da “experiência mochileira”.

Metodologia

Esta pesquisa de abordagem qualitativa utilizou múltiplos métodos para a compreensão interpretativa dessa experiência humana. Foram eles: Pesquisa bibliográfica; Pesquisa de campo e observação de campo; Entrevista semiestruturada; Amostragem pelo método bola de neve e análise de dados.

As entrevistas foram realizadas durante o ano de 2012 com oito mochileiros e seis responsáveis por *hostels*. A escolha das localidades nas quais a pesquisa foi desenvolvida não foi uma tarefa fácil. Era necessário encontrar localidades que fossem frequentadas por mochileiros. E encontrá-los. Esses desafios surgiram pelo fato de que mochileiros não se encontram em associações, em sindicatos, em catálogos ou qualquer outro tipo de corporação. Essa tarefa com alto grau de incerteza promoveu para a pesquisadora e para a pesquisa um certo grau de aventura e risco quanto à eficácia da metodologia de observação de campo. Procurando encontrar indícios que ajudassem na escolha de locais adequados, foi verificado, nas pesquisas sobre o tema e na revisão bibliográfica, que locais frequentados por mochileiros geralmente

¹ O termo experiência circunscreve uma realidade vivida por uma pessoa. É o que o próprio sujeito sente e vivencia.

apresentam natureza exuberante e/ou um acervo histórico-cultural acentuado. Assim, a pesquisa foi realizada, com sucesso, em distintas localidades: Paraty - RJ, Paraty-Mirim - RJ, Trindade - RJ e Belo Horizonte -MG, no Brasil; Córdoba e Rosário, na Argentina. Quando algum mochileiro era encontrado e se encaixava no perfil para a pesquisa, a técnica de amostragem bola de neve, que pressupõe a indicação de outros sujeitos de sua rede social com o mesmo perfil, era utilizada com intuito de ampliar o número dos sujeitos, mas o fato de tê-los encontrado durante suas viagens não garantiu a acessibilidade aos indicados. Dos oito mochileiros pesquisados, seis foram entrevistados durante suas viagens e dois foram encontrados trabalhando para conseguir recursos e voltar a viajar.

O perfil dos mochileiros para esta pesquisa se baseou nos seguintes critérios:

- Reconhecer-se como mochileiro. O entrevistado devia se autointitular mochileiro;
- Ter idade igual ou superior a 29 anos, já que, segundo o Estatuto da Juventude, aprovado na forma de um substitutivo em assembleia na Câmara dos Deputados, no dia 06 de outubro de 2011, classifica-o como um adulto;
- Ter realizado, pelo menos, uma viagem de mochila sozinho(a). Esse critério é justificado pela experiência vivida de forma singular, enfatizando o realizar só;
- Ser brasileiro.

O critério da faixa etária mais elevada (adultos) foi adotado para se pesquisar sujeitos que faziam dessa prática uma opção, eliminando, dessa forma, um grande contingente de jovens que viajam “mochilando” pelo fato de apresentarem pouco dinheiro para efetivar a viagem. Os responsáveis pelos *hostels* não possuíam nenhum perfil específico.

Após o registro das entrevistas em mídia digital, os dados foram transcritos e analisados. Este artigo é um recorte de uma investigação maior, que foi desenvolvida no mestrado do programa de pós-graduação em estudos do lazer UFMG/2013, contando com o apoio da Capes na forma de bolsa de estudos.

Entre viajantes e turistas: uma sutil diferenciação

Como ponto de partida para a representação do ser mochileiro contemporâneo, apresenta-se a tensão existente entre a utilização dos termos “turistas” e “viajantes”. Essa diferenciação, constituída socialmente, desvela possíveis implicações para o sujeito mochileiro ante a sua identificação. Desse modo, através deste levantamento conceitual bibliográfico e emocional empírico, espera-se elucidar a diferença.

Corroborando Morin (2007, p. 72), “os conceitos não se definem jamais por suas fronteiras, mas a partir de seu núcleo. [Afinal] as fronteiras são sempre fluidas, são sempre interferentes”. Essa necessidade do entendimento da diferenciação entre viajantes e turistas, ficou evidente durante a pesquisa empírica. Constatou-se que esses termos acarretavam distintos significados e provocavam singulares emoções para aqueles que foram entrevistados. No intuito de compreender essa diferenciação/aproximação, a pesquisa percorreu possíveis caminhos ante as diferentes interpretações e construções simbólicas, pois, muitas vezes, esses termos são utilizados sem distinção, como se fossem sinônimos e, outras vezes, como se contrapusessem.

Alguns autores, como Barretto (2005, p. 43), Gomes, Pinheiro e Lacerda (2010, p. 27), pontuam a origem do termo “turismo” a partir da palavra *tour*, de procedência francesa, ligada à riqueza e à classe privilegiada, que quer dizer “viagem” ou “excursão circular”. Tem seu equivalente no inglês *turn*, que quer dizer volta, e no latim *tornare*, que quer dizer “dar uma volta, voltar ao ponto inicial”. Desse modo, observa-se que o vocábulo “turismo” traz em si o “retorno” como um fato marcante.

Ainda na pesquisa bibliográfica constatou-se que uma das primeiras definições teóricas de turismo que se tem conhecimento (BARRETTO, 1995; BARBOSA, 2002; REJOWSKI, 2002; MENEZES, 2006) vem de Hermann Von Schullzu Schattenhofen (1911), um economista austríaco que explicitava que “turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado” (BARRETTO, 1995, p. 9). Essa perspectiva demonstra a força com que a economia, vinculada à produtividade e ao capitalismo industrial, se consolidava, bem como a presença de uma prática que estava em franco desenvolvimento: o turismo.

O termo *turista* foi utilizado por Stendhal (1838) quando publicou um livro chamado “Memórias de um Turista”. Nesse livro, o autor denomina o protagonista de sua obra de turista e o caracteriza como um tipo de viajante que começava a ser comum na Europa – um viajante que vai de um lugar para o outro porque quer conhecer as coisas belas que se encontram espalhadas por todos os cantos do mundo. Em sua obra, o turista é aquele que se ausenta de seu lugar de residência para satisfazer uma necessidade específica: a curiosidade, voltando depois à sua vida normal. Nesse texto, do autor citado, é possível verificar a distinção entre o turista, um viajante ilustre, com poder econômico e de “bom gosto”, e o viajante comum, pertencente às classes economicamente empobrecidas.

Fato marcante ocorre no ano de 1841. Thomas Cook fretou um trem e organizou uma viagem entre as cidades de Leicester e Loughborough (cidades Inglesas) para levar uma grande quantidade de pessoas para um congresso antialcoólico (URRY, 2001; FIGUEIREDO, 2010). Esse episódio, descrito como a “primeira” viagem de turismo de massa, gerou controvérsias, já que, se por um lado, Cook é considerado um empreendedor e pioneiro no desenvolvimento histórico do turismo, por outro lado, ele também foi ridicularizado, à época, por proporcionar a uma classe desprestigiada a possibilidade de conhecer lugares que só eram visitados pela elite (SANTOS FILHO, 2005). No entanto, observa-se um paradoxo nesse advento. Se por um lado a ampliação do segmento turístico passou a representar uma possibilidade acessível às viagens para um número maior de pessoas, em contrapartida, produziu a elitização desse mesmo processo ao diferenciar o tipo de viagem realizada.

Nessa passagem histórica, percebe-se outra ruptura entre os termos “turistas” e “viajantes”. Essa quebra se amplia à medida que “o turista” vai ganhando contornos mais definidos e seu simbolismo social vai adquirindo força e prestígio diante de uma sociedade capitalista. O avanço e o desenvolvimento da “indústria turística” ampliaram o acesso a essa forma de viajar da classe burguesa e, mais tarde, dos membros da classe média também. Como pontua Figueiredo (2010, p. 242), “intensificam-se as excursões, criam-se os pacotes turísticos. O turista começa a se transformar em estereótipo e o conceito e a prática se afastam cada vez mais do viajante”.

Essa tensão gerada pelo poder econômico está fortemente enraizada nos conceitos que tentam delinear esse campo de estudos. Desse modo, é possível “pensar o turismo como uma construção histórica que vem sendo moldada segundo o desenvolvimento das relações de produção” (SANTOS FILHO, 2007, p. 70). Como complementa Barretto (1995, p. 50), “o turismo sempre esteve ligado ao modo de produção e

ao desenvolvimento tecnológico. O modo de produção determina quem viaja, e o desenvolvimento tecnológico, como fazê-lo”.

Demarcando essa aproximação do turismo com a economia, Ferrara (1999), pesquisadora na área de comunicação e espaço urbano, faz uma abordagem distinta para a viagem e para o turismo. A autora define viagem como “o olhar que se desloca” (1999, p. 17), que pode ser interpretado como um olhar que busca algo que vai além do visível. Já o turismo é definido como “o olhar que se concentra” (1999, p. 20), ou seja, é o olhar (treinado) que já sabe o que deseja ver/conhecer (SOUSA, 2004). Para Ferrara, o que diferencia essas duas instâncias são as motivações que as impulsionam. A viagem é compreendida como uma busca do desconhecido que envolve principalmente o prazer da descoberta do espaço em todas as suas instâncias, sejam elas, sociais, culturais e/ou históricas. Já o turismo representava uma viagem organizada e institucionalizada, apresentando como motivação a utilização do tempo/espaço como uma alternativa de lazer.

Os lugares visitados, sob a égide da sociedade de consumo, tornam-se mercantilizados, produtos a serem consumidos. Nesse sentido, pela lógica do mercado, tem-se a premissa de que quanto mais exclusivo, mais valorado. Sendo assim, viajar constitui uma atividade que “não é comum a todos, mas destina-se apenas aos privilegiados que podem virar turistas” (FERRARA, 1999, p. 20). Nesse contexto, ser turista “é ter poder aquisitivo para desfrutar do conforto e da segurança de uma viagem meticulosamente planejada, com a programação preestabelecida, de tal modo que os riscos de algo dar errado ficam, pelo menos teoricamente, impossibilitados” (SOUSA, 2004, p. 2).

Pensando no sujeito viajante, uma característica apontada por Souza (2004) é que ele se mostra aberto a interagir permitindo o conhecimento do outro. Entrar em contato com o outro é perceber as diferenças e semelhanças que se estabelecem e se confrontam, representa viver a experiência de alteridade. O viajante, de uma forma geral, é movido primeiramente por um sentimento de liberdade, de vontade, por um desejo de ir em busca do dessemelhante, nos quais a “experiência de viagem permite fremir o eu excitado pelos novos panoramas e novos contatos” (FERRARA, 1999, p. 19). Diante disso, a autora, em contraposição, coloca o turista como o sujeito que procura passivamente apenas o exótico, viaja por curiosidade e ociosidade.

Diante do exposto, pondera-se que não é possível pensar dicotomicamente a relação turista/viajante, como se fosse possível uma categorização fechada em seus princípios conceituais. Torna-se necessário admitir que, para muitos estudiosos, a própria nomenclatura turista traz subdivisões capazes de aproximações e afastamentos do conceito de viajante. Nesse aspecto, a presença de nuances das atitudes e das práticas na forma de viajar produz distinções que necessitam ser reconhecidas na sua especificidade. Dentro dessa classificação encontram-se os “turistas independentes” como um exemplo de aproximação dos viajantes, já que eles, como descrito por Krippendorff (1989, p. 77), “querem ter mais contato com os nativos, renunciar à maioria das infraestruturas turísticas normais, alojar-se de acordo com os hábitos locais e utilizar os meios de transporte público do país”. De acordo com o autor, esse tipo de turista é, acima de tudo, “independente” e não aceita ser manipulado quanto aos percursos que pretende explorar. Não paga pelo serviço de guia e “ainda acredita que viver frugalmente enquanto viaja é simplesmente parte da experiência turística longe do materialismo e consumismo de sua sociedade de origem” (BASTOS, 2006, p. 36).

Os turistas de “pacote” são apontados como sujeitos “despreocupados” e “ignorantes” quanto à história e à cultura local. Nesse sentido, pagam para realização de seus sonhos. Consomem os artefatos dos lugares e os guardam como troféus a serem exibidos quando voltarem a seus lugares de origem (BASTOS, 2006;

URRY, 2001; SOUSA, 2004). Nessa mesma lógica Bauman (1997, p. 274) pontua o distanciamento que os turistas possuem da realidade local. “Os turistas pagam antecipadamente por sua liberdade: o direito de não levar em conta interesses e sentimentos nativos [...] fisicamente próximos, espiritualmente distantes.”

Mas será que é possível ser turista sem estabelecer nenhum contato com a cultura local? O turista teria a capacidade de ficar imune à convivência dos nativos? Parece que esse é um fato inevitável, o contato sempre ocorrerá. Talvez a qualidade dessa experiência represente a diferenciação social e pessoal entre os turistas e os viajantes.

Nesse ponto, destacam-se os mochileiros como viajantes, como sujeitos abertos à experiência de contato. Sujeitos que produzem trocas, realizando elos de reciprocidade, nos quais o viajante e o nativo são modificados pelo encontro e pela experiência de alteridade.

Desse modo, no próximo subitem, procura-se esclarecer, ao leitor, indícios de como os mochileiros se constituem tanto como uma subcategoria de turista quanto como um ser viajante, em uma forma de ser e estar no mundo.

Mochileiros: múltiplas configurações em um caleidoscópio² de significados

Afinal, mochileiros são turistas ou viajantes? Junto aos contornos apontados por estudiosos pesquisados para a categoria viajantes e/ou turistas, um caleidoscópio de significados é construído. Chama-se de caleidoscópio porque não se pretende fixar características rígidas, mas permitir uma relação dialógica entre a diversidade de visões encontradas. Compreende-se que, dependendo da área a qual o estudioso pertence, seu olhar é direcionado por uma tendência teórica e, diante disso, alguns aspectos específicos são enfatizados.

É importante ressaltar que as publicações nacionais encontradas são escassas em relação a esse tema. Encontra-se produções em maior escala na/sobre a Austrália (país que possui o *status* de ter o maior número de mochileiros) e na Europa (onde essa prática também é muito difundida). Pode-se inferir que essa diferença na produção de pesquisas seja um reflexo da diferença quantitativa da própria prática desse tipo de viagem entre essas localidades e o Brasil.

A maioria das pesquisas brasileiras, verificadas na revisão bibliográfica, apresenta-se vinculada à área de *marketing*, de administração, da economia e do turismo. Demonstram como foco principal as relações econômicas geradas por essa prática, e visam, sobretudo, definir o perfil desses sujeitos em um viés mercadológico, com o intuito de possibilitar a ampliação socioeconômica desse grupo no mercado turístico. Assim, por essa óptica, os mochileiros são classificados como uma subcategoria de turista, mais especificamente como turistas independentes.

Esse estudo sobre e com os mochileiros propõe uma mudança perante o foco do olhar mercantilizado dessa prática, para centrar-se na dimensão relacional estabelecida pelos mochileiros. Passa-se a destacar os aspectos referentes às características psicossociais apontadas pelos pesquisadores e ratificadas pelos sujeitos.

² Aparelho de física, para obter imagens em espelhos inclinados, e que a cada momento apresenta combinações variadas e interessantes (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa - *on-line*).

Para tanto, manter-se-á as terminologias *turista independente*, *viajante*, *mochileiro*, *vagabundo*, etc., encontradas nas bibliografias examinadas, pois, como já esclarecido anteriormente, existem diversos vocábulos que parecem descrever o mesmo viajante.

Em sua pesquisa Cohen (1970), um pesquisador marroquino, iniciou seus estudos sobre viagens independentes. O estudo trata de experiências turísticas e a distinção entre turistas institucionalizados e não institucionalizados. Por turistas institucionalizados ele se referia aos turistas de massa, e os turistas não institucionalizados foram referidos no estudo como “vagabundos” – jovens que vagavam (1972). O vagabundo/andarilho foi descrito como uma pessoa que “propositadamente viaja sem qualquer itinerário ou horário, sem destino ou propósito bem definido” (COHEN, 2003, p. 3). Em sua pesquisa, que buscava explicar as motivações para esse tipo de viagem, o autor relata que a razão encontrada para essa prática foram as grandes mudanças sociais e políticas dos anos 1960: a revolução estudantil³ (que ele entende que falhou) e a Guerra do Vietnã, que levou à alienação generalizada de jovens ocidentais, especialmente na Europa Ocidental e na América (COHEN, 1972).

Outro aspecto ressaltado por Welk (2004, p. 85), corroborando Cohen, é que as motivações que esses “vagabundos” tinham para viajar era sua rebeldia contra uma “geração de pais conformistas”. Assim, esse autor acredita que essa situação levou os jovens a várias tentativas de criação de estilos de vida alternativos por meio de viagens a outros países, na esperança de buscar a redenção pessoal, mudando e revolucionando a própria sociedade em que viviam.

Ainda no âmbito acadêmico, Welk (2004, p. 85) sinaliza que vagabundo era uma definição para a juventude nômade, no início da década de 1970, e que muitos já nomeavam de “viajante *hippie*”. Esses viajantes rumaram a muitos lugares distantes das rotas turísticas convencionais, impulsionados pela crítica à alienação produzida pela própria sociedade e pela incapacidade de encontrar autenticidade para a volta. Dessa forma, Cohen (2003) vê o vagabundo/*hippie* como um modelo ideológico que os mochileiros atuais pretendem recriar, porém, pontua que, pela atual configuração social, não é possível vincular o mochileiro à alienação, já que para o segundo o autor (2003, p. 11), “as mudanças de circunstâncias socioculturais do Ocidente contemporâneo, associadas ao surgimento do pós-modernismo, com sua maior abertura ao multiculturalismo e de múltiplas identidades [...], tornam implausível de vincular mochila com alienação”.

No final da década de 1980, Reilly (1988) descreve-os como viajantes de longo prazo e baixo orçamento. O termo *backpacker* (mochileiro) é utilizado por Pearce (1991) para descrever os “vagabundos” modernos, na literatura acadêmica. Nesse aspecto, em 1995, encontra-se uma descrição mais detalhada desses sujeitos como sendo turistas que organizam o itinerário das suas viagens de forma mais independente, flexível e econômica, por períodos longos; turistas, que enfatizam o encontro com outras pessoas (do local ou estrangeiras) e buscam conhecer vários destinos formulados por eles (PEARCE; LOCKER-MURPHY, 1995). Essa conceituação de mochileiros foi encontrada de forma recorrente nas pesquisas e, diante disso, parece representar a caracterização que tem uma maior aceitação entre os pesquisadores.

Em sua pesquisa sobre mochileiros que viajavam pela África do Norte e Oriental, Índia, Oriente Médio e sudeste da Ásia, Sorensen (2003, p. 850) aborda a cultura de viagens de turismo internacional com representantes de mochileiros. O autor evidencia que esses viajantes possuem uma “cultura de mochila”.

3 Para mais esclarecimentos ler “A Revolução Estudantil”, escrito em 1968 e publicado em 1972, por Luiz Carlos Bresser-Pereira.

Para uma análise do turismo de mochila como uma cultura – aqui faz-se um parêntese para essa explicação –, o autor entende que a complexidade de significados e diferenças dos sistemas humanos e a organização da diversidade (em vez da repetição uniforme) produzem distintos sentidos para essa atividade, que, hoje, se encontra no centro das discussões acerca do conceito de cultura. Portanto, ele considera pertinente utilizar o termo cultura *backpacker* (mochileiro), pois essa terminologia não é vista apenas como a cultura dos sujeitos categorizados como mochileiros, mas, também, é reconhecida como essencial na contínua recriação da categoria de mochileiro.

O crescimento dessa prática é apontado pelo autor a partir do crescimento das estalagens de Khao San Road (Bangkok) que, no início da década de 1980, eram apenas duas construções e hoje esse número chega a centenas na mesma região. Esse aumento quantitativo de acomodações utilizadas por mochileiros (albergues da juventude, *hostels*, pousadas econômicas, etc.) não se traduz em uma homogeneidade dos sujeitos mochileiros, mas aponta uma tendência. O autor relata a existência de um contingente complexo e multifacetado de sujeitos mochileiros, impossibilitando, assim, uma categorização distinta e homogênea. Essa heterogeneidade é manifestada, segundo Sorensen (2003 p. 2), pela diversidade de “nacionalidade, idade, finalidade, motivação, organização de viagem, ou em que parte do ciclo da vida o sujeito se encontra”. Sendo assim, Sorensen coloca o olhar sobre o fenômeno “estar na estrada”, como o “fato” que sempre se repete entre os mochileiros.

Outro olhar, elaborado por Cidade (2012), remete às construções simbólicas vinculadas ao mítico-religioso. Em sua pesquisa com mochileiros, o autor observa a relação dessa prática com a necessidade de autenticidade e com a valorização do sofrimento. O autor descreve que (2012, p. 6):

[...]é extremamente recorrente entre mochileiros, conforme observei em viagens pretéritas, a busca por “autenticidade”, de sair do “beatentrack” turístico. O autêntico exige uma elaboração de conhecimento pessoal, de busca por experiências inéditas (...). É uma aversão do que é fácil, do dado, como os serviços oferecidos pelas agências de viagens e indústria do turismo. Para ser um “verdadeiro” viajante e “ter” experiências autênticas, é preciso se esforçar.

Segundo Cidade, entre os mochileiros, o sofrimento físico seria o mais relevante e indicativo das peculiaridades desse tipo de viagem, pois essa forma de viajar prevê contenções econômicas em alimentação, alojamento e transporte. O mesmo autor (2012, p. 1) salienta que “o sofrimento não é apenas uma condição necessária filosoficamente oriunda da fome, da sede, da doença, da velhice, etc. É culturalmente valorizado, utilizado como parâmetro para a distribuição e o ordenamento de posições e bens culturais”. Nessa lógica, o sofrimento pode tornar-se prazer, principalmente quando é visto como belo, como superação, como heroísmo. A apropriação do sacrifício como valor passa a adquirir certa legitimidade ante os demais atores sociais. Nesse ponto representa uma necessidade subjetiva, enraizada no sujeito, mas oriunda da coerção social como quase todas as necessidades.

O conforto do turista se traduz em um contexto de alienação gerada pela sociedade capitalista. Conforme relata Cidade (2012, p. 13), entre turistas e mochileiros, os últimos costumam insinuar que o “excesso” de conforto e ordenamento, concomitante ao curto tempo de viagem, faz com que o turista tenha bem-estar do corpo ao preço da alienação da “alma”. Enquanto isso, as privações de conforto, gerando sofrimento do corpo, providenciam a imersão “da alma”, possibilitando vivenciar a cultura local “verdadeiramente”. Nesse aspecto, o turista, se coloca em um patamar social acima do nativo, o que anula a possibilidade de conhecimento, do encontro. “O conforto é antítese da experiência nativa” (Cidade, 2012 p. 13). E o turismo de “pacote” muitas vezes gera ambientes artificiais, em relação ao mundo compartilhado pelos nativos.

Noutra perspectiva, pautada no *marketing* turístico, Aoqui (2005, p. 5/6), em sua pesquisa, demonstra uma visão mercadológica e procura identificar os aspectos relevantes desse grupo. Sendo assim, ele descreve os mochileiros como turistas que gastam mais dinheiro do que outros em razão da longa duração de sua visita, que possuem uma natureza aventureira que se traduz em dinheiro gasto em áreas geográficas mais amplas, incluindo regiões economicamente marginalizadas; proporcionam benefícios econômicos nos quais a comunidade, com pouco capital ou treinamento, possa fornecer serviços e produtos procurados; turistas que possibilitam o desenvolvimento de habilidades, recursos, matérias-primas e *know-how* locais, que não demandam luxo, e que, portanto, gastam mais dinheiro em bens produzidos localmente (como comida) e serviços (transporte e acomodação em casa de família) e menos em artigos importados que causam a repatriação de dinheiro, que usam poucos recursos (hidromassagem, sauna, ar-condicionado, banho quente), sendo, por isso, mais gentis ao ambiente.

Esse autor aponta ainda que os mochileiros também fazem parte de um nicho de mercado já captado pela indústria turística:

[...] populares entre os jovens de diversos países desenvolvidos, especialmente nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Holanda, na Alemanha, na Austrália e no Japão, o comportamento dos viajantes dessas diferentes nacionalidades são bastante similares. Isso ocorre em função desse grupo possuir uma mídia paralela de viagem que são os guias de viagem, tipo Lonely Planet e RoughGuide. Assim, os turistas *backpackers* leem os mesmos guias, frequentam os mesmos meios de hospedagem e visitam as mesmas atrações. (AOQUI 2005, p. 80)

Essa colocação de Aoqui (2005) possui uma visão divergente em relação à necessidade de autenticidade pontuada por Cidade (2012), já que ressalta uma “massificação” dentro do próprio movimento mochileiro.

Ligada ao turismo de *marketing*, Laurie Murphy (2001) caracteriza os mochileiros como viajantes que não utilizam pacotes turísticos comerciais, que viajam com um orçamento restrito, que apresentam problemas referentes à falta de tempo quando relacionado à extensão do itinerário que pretendem percorrer e viajar para ver o máximo possível, indo além dos atrativos turísticos comuns para experimentar e aprender mais sobre o país visitado. Ela também menciona que os turistas mochileiros necessitam de certas habilidades sociais, tais como: habilidade para iniciar conversa com pessoas estranhas, na maioria das vezes estrangeiras; comportamento mais aberto do que o usual; tolerância maior diante da diversidade das atitudes dos outros, uma vez que convivem e compartilham espaços comuns como albergues da juventude e *hostels*.

É possível observar que, no final do século XX, existe um aumento nas pesquisas realizadas com esse tipo de viajante, principalmente vinculadas às ciências sociais. Ainda não é possível circunscrever as pesquisas que abordam esse tipo de viagem sobre um mesmo vocábulo. Todavia verifica-se que os estudos sobre esses viajantes emergem e, com isso, as caracterizações tornam-se diversificadas e flexíveis. Encontram-se vários estudos que demonstram pesquisar um “mesmo grupo”, porém, são utilizadas terminologias distintas, como verificado anteriormente.

A diversidade de olhares dos diferentes pesquisadores demonstra a complexa teia de inter-relações possíveis de se construir quando o objetivo é circunscrever um grupo dinâmico e aponta, também, que a singularidade do pesquisador, constituída por sua subjetividade e sua história, é parte indissociável na análise dos estudos. Assim, afirma-se que a configuração do ser mochileiro é constituída por subjetividades, sendo variada e cambiante como a maleabilidade e a potencialidade de transformação de um caleidoscópio, pois ela nunca será fechada, completa e exata.

No próximo subtítulo, a subjetividade constitutiva do mochileiro aparece de forma evidente no que tange às relações entre o sujeito, sua atividade e a constituição da sua autoimagem, a partir dos significados pessoais e sociais que emergem no âmbito da “experiência mochileira”.

A autoimagem mochileira: significados pessoais e sociais

Para a compreensão das autoimagens constituídas pelos mochileiros, um incalculável número de representações simbólicas emergiram ante os sujeitos praticantes dessa atividade. Esse tipo de fenômeno constitui uma subjetivação coletiva que habita o imaginário social compartilhado por sujeitos que produzem sentidos próprios. Assim, trata-se, nesse momento, dessas intercorrências entre o significado social e pessoal, entre o que a sociedade espera e imagina e o que o sujeito deseja e é capaz de vivenciar.

Quando indagados sobre em que tipo de viajantes se enquadravam, os entrevistados se reconheceram e se autointitularam como mochileiros. Esse reconhecimento implica um consenso que carrega um significado forte entre eles: mochileiro não é turista. Mochileiro é um viajante. Com diferentes graus de intensidade, esses sujeitos se conectam com um quadro de referência do “ser mochileiro”, por uma questão de filosofia, de identidade, de sentimento de pertença ou sentimentos de valores comuns como: liberdade, aventura, desejo de ir além, experiência de alteridade, etc.

Ser mochileiro pode ser traduzido, segundo os entrevistados, como colocar uma mochila nas costas e partir em uma viagem. Lançar-se ao desconhecido, ao novo, para no confronto com o inesperado emergir a “saborosa” superação do desafio.

O “estar na estrada”, essa necessidade de mobilidade e da busca pelo desconhecido é fator marcante entre eles. Maffesoli (2001) denomina essa necessidade de mobilidade como “pulsão da errância”. A errância, segundo o autor (2001, p. 16), “traduz bem a pluralidade da pessoa e a duplicidade da existência”. Pela pulsão da errância o viajante rompe com o tempo/espaço linear, faz a circulação de ideias, de sentimentos, de cultura e o contato com o diverso torna-se propulsor do fluxo contínuo e ininterrupto de saberes. Viajar é uma aprendizagem, apontam os mochileiros.

A aventura da errância representa parte constituinte de todas as viagens dos mochileiros. Pode-se inferir que ela representa a grande motivação, pois propicia o encontro com o inesperado e a quebra da rotina do dia a dia. A aventura para os mochileiros começa no planejamento da viagem. Esse planejamento é feito de forma metódica, cuidadosa e visa conseguir a maior quantidade de informações possíveis. O grau de aventura que o sujeito intenciona vivenciar fica explícito no tipo de roteiro que ele monta e por quais caminhos escolhe seguir.

Se colocar a mochila nas costas implica lançar-se a uma aventura, não se pode esquecer que essa aventura é recheada de imaginação e simbolismos. Mais do que objetos, a mochila de um mochileiro carrega sonhos de liberdade.

A possibilidade de ir e vir constitui um elemento presente nessa prática. “Donos do próprio desejo”, os mochileiros têm como uma das características marcantes a liberdade para a mobilidade. Eles não se fixam em lugar nenhum. A potencialidade para o movimento implica uma não fixação de tempo e de espaço. A perspectiva da troca de lugar, da variação do tempo de permanência, da possibilidade de seguir adiante ou não, depende da motivação do sujeito no momento em que se encontra. Por esse motivo, compreende-se que os mochileiros não participam de excursões agenciadas, nem compram pacotes turísticos. Essa

formatação da viagem turística “de pacote” apresenta uma estrutura rígida na organização do tempo e do espaço, tornando coletivizado o que é individual. Desse modo, a viagem agenciada turisticamente tende a anular o sujeito diante da massificação da atividade.

Elementos recorrentes em suas falas para justificar a liberdade como significado do “mochilar” foram a pré-disposição para ultrapassar limites, o desejo de transpor fronteiras e a possibilidade de quebrar regras.

Assim, ser mochileiro carrega o ideal de ser um sujeito que rompe com as imposições sociais. Além disso, a liberdade, nesse caso, se relaciona com a possibilidade do sujeito expressar-se diante o mundo. A significação de autenticidade se faz presente. A tomada de decisão, que é o ponto central na tensão entre exercer o desejo individual ou ceder à coerção social, torna-se um dos “traços mais amplos das atividades portadoras de consequências que um indivíduo leva consigo na vida cotidiana e no curso de sua existência” (GIDDENS, 2002, p. 107). Pode-se assinalar que “mochilar” representa uma prática de liberdade. Porque o tempo todo é a própria pessoa que tem que decidir o que e como fazer! Essa exclamação foi ouvida várias vezes durante o processo de entrevista com os mochileiros.

Na visão dos responsáveis pelos *hostels*, encontrou-se uma visão um pouco mais homogeneizante dessa relação mochileiro/liberdade. Na perspectiva desses pesquisados, há um entendimento de que os mochileiros têm uma relação maior com a liberdade, porque precisam de menos coisas materiais para viver, procuram hospedagens mais simples, não gastam dinheiro com excursões (fazem os passeios de forma mais autônoma), não possuem horários fixos e se alimentam no *hostel* (fazem a própria comida). Outro elemento apontado é que, apesar de realizarem muitos contatos relacionais, eles são de caráter temporário, enfatizando o não vínculo e a liberdade na relação. Outro aspecto sinalizado acerca da liberdade, abordado pelos entrevistados, indica a necessidade que os mochileiros têm de entrar em contato com a natureza. Para os responsáveis pelos *hostels*, esse parece ser um ponto marcante da condição de mochileiro: a natureza representa o cenário para exercerem a liberdade.

Esse posicionamento dos responsáveis pelos *hostels* engrossa o imaginário social de que não se consegue ser livre dentro das cidades, de que entrar em contato com a natureza propicia ao sujeito essa vivência de liberação das amarras sociais, transportando-o para outro tempo/espaço e a outra condição de existência.

Retomando o pensamento de Perez (2009), ao remeter-se a um tempo/espaço descontínuo, essa profunda modificação espaço-temporal acarreta no sujeito um duplo estranhamento: a experiência de ser diferente de si e do outro e a experiência de estar diferente de si e do outro. Nesse sentido, a experiência da viagem ao proporcionar ao viajante o contato com o diferente, o diverso, o desconhecido, propicia um momento de encontro consigo mesmo, um reencontro do sujeito diante de uma sociedade que tenta aniquilar ou confundir a própria identidade pessoal. Afirmaram os mochileiros que viajar é reencontrar-se na essência do ser.

A retórica dos mochileiros propiciou a compreensão de que a expectativa da viagem de mochila marca fortemente a motivação de ir ao encontro do inesperado e do inusitado. A possibilidade de entrar em contato com novas emoções, o reconhecer-se e o estranhar-se diante de um outro, marca o inacabado da condição humana. A metamorfose, pela qual o sujeito passa através do visto e vivido antes, durante e depois de uma “mochilada”, reflete o jogo produzido entre referenciais de identidades e alteridades constituintes da subjetividade do sujeito.

Nesse contexto de mediação entre o conhecido que se carrega (ideias, cultura, moral, etc.) e o desconhecido, com o qual o sujeito se permite entrar em contato, as mudanças, as sensibilidades e a tolerância com a diversidade se ampliam.

Lançar-se ao encontro do outro representa a aceitação do inacabamento e da dinamicidade da constituição do sujeito, pois no deslocamento, que toda viagem implica, é necessário validar a relação eu-outro, próprio-alheio, individual-social, em um jogo constante entre a identidade e a alteridade na produção do sentido e na capacidade reconstrutiva da subjetividade do sujeito.

A viagem, corroborando Kryzinski (1997), gera um significado como operador cognitivo, gerador de saberes diversos e de metadiscursos. Mede a reflexividade entre identidade-alteridade por meio da tensão dialógica entre o familiar e o estranho. Desse modo, tem-se no outro um espelho que às vezes reflete o conhecido e às vezes aponta o desconhecido. Como diz Bakhtin (2003), o olhar do outro sempre será diferente do meu, mas preciso dele para me enxergar diferente do que me vejo.

Na visão dos responsáveis pelos *hostels* tem-se a percepção da vivência da alteridade pelo convívio dentro do próprio *hostel*. Foi argumentado que as relações vividas entre as pessoas (que às vezes são muito diferentes) fazem com que cada uma seja mais tolerante e menos preconceituosa com o diverso, com o não familiar. As trocas vivenciadas e os “choques” culturais (entre todos, inclusive os responsáveis pelos *hostels*) são experiências riquíssimas que são levadas para a vida toda como aprendizagem em lidar com o inusitado, com o diferente e com o novo. E essa aprendizagem identificada tanto pelos mochileiros como pelos responsáveis pelos *hostels* propicia o autoconhecimento.

Considerações finais

Esta pesquisa, na busca de compreender a constituição dos sujeitos mochileiros e os significados das viagens de mochila, precisou adentrar no universo subjetivo dos sujeitos praticantes e no significado social existente sobre essa forma de viagem.

Constatou-se que mais do que uma forma “barata” de viajar, mochilar representa um estilo de vida, um propiciador de encontros com e pelo mundo. Esses encontros acabam gerando algo muito forte para os mochileiros: as aprendizagens, e em especial as aprendizagens que proporcionam o autoconhecimento. Essa prática configurada a partir da mediação sujeito-mundo carrega em si rastros de elementos que por afinidade ou repulsa vão aproximando ou afastando o sujeito daquilo que lhe convém: suas motivações, seus desejos, seus propósitos, desvelando a singularidade que toda atividade humana possui ao escapar de qualquer tentativa de padronização.

A viagem de mochila compreendida como uma forma alternativa de viagem diante da indústria turística tenciona valores simbólicos que são gestados pela prática turística hegemônica. Os mochileiros não compactuam com a transformação das viagens em mercadorias a serem consumidas.

Na identificação com a prática foi comum os mochileiros se caracterizarem como viajantes auto-organizados, que não utilizam os serviços de agências turísticas. Viajam para múltiplos destinos. Possuem um roteiro flexível sujeito a mudanças. Suas viagens são por tempo prolongado, gastando pouco dinheiro, conhecendo lugares que ultrapassam os divulgados nos roteiros turísticos e as pessoas que habitam a região.

Enfim, “mochilar” remete a uma espécie de ruptura do cotidiano. Representa a liberdade de opção feita pelo viajante. Representa ainda a motivação do sujeito que busca a “experiência do ser”. Desse modo, colocar uma mochila nas costas e partir rumo ao desconhecido representa para os mochileiros transformar o mundo no cenário para aprendizagens distintas e para a expressão da sua singularidade.

Referências

- AOQUI, C. **Desenvolvimento do segmento *backpacker* no Brasil sob a ótica do *marketing* de turismo**. 2005, 217 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração de Empresas) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – Universidade de São Paulo, USP.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARBOSA, Y. M. **Histórias das viagens e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002. (coleção ABC do Turismo).
- BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- _____. Relação entre visitantes e visitados: nem anfitriões nem convidados. **Revista Turismo em Análise**, n. 15, v. 2, p. 133-149, 2005.
- BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- CIDADE, E. **Em busca de experiências: o verdadeiro mochileiro é aquele que já passou por vários “perrengues”**. Intratextos. Rio de Janeiro, Número Especial 03, p. 1-16, 2012.
- COHEN, E. **Toward a Sociology of International Tourism**. *Social Research*, v. 39, p. 164-189, 1972.
- _____. The Sociology of Tourism: approaches, issues, and findings. **Ann. Rev. Sociology**, v. 10, p. 373-392, 1984.
- FERRARA, L. A. O turismo dos deslocamentos virtuais. In: YÁZIGI, E. (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, p. 15-24, 1999.
- FIGUEIREDO, S. L. **Viagens e viajantes**. São Paulo: Annablume, 2010.
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002.
- GOMES, C.; PINHEIRO, M.; LACERDA, L. **Lazer, turismo e inclusão social: intervenção com idosos**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- MAFFESOLI, M. **Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MENEZES, J. N. C. **História & Turismo cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Paris: Instituto Piaget, 2007.
- MURPHY, L. Exploring Social Interactions of *Backpackers*. **Annals of Tourism Research**, v. 28, n. 1, 50-67, 2001.

- PEARCE, P. L.; LOCKER-MURPHY, L. Young Budget Travelers: *Backpacker* in Australia. **Annals of Tourism Research**, v. 22, n. 4, p. 819-843, 1995.
- PEREZ, L. F. Festas e viajantes nas Minas oitocentistas, segunda aproximação. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 290-338, 2009.
- REJOWSKI, M. **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.
- RILEY, P. J. Road Culture of International Long-Term Budget Travelers. **Annals of Tourism Research**, v.15, p. 313-328, 1988.
- SORENSE, A. *Backpacker* Ethnography. **Annals of Tourism Research**, v. 30, n. 4, p. 847-867, 2003.
- SOUSA, M. G. Viajantes / Turistas – categoria em discussão com base no filme O céu que nos protege de Bernardo Bertolucci. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 34, 2004.
- STENDHAL, H.-M. B. **Les mémoires d'un touriste I**. Paris: Calmann Lévy, 1838.
- URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel: Sesc, 2001.
- WELK, P. The Beaten Track: Anti-Tourism as an Element of *Backpacker* Identity Construction. In: RICHARDS, G.; WILSON, J. **The Global Nomad: Backpacker Travel in Theory and Practice**, Channel View Publications, Clevedon, p. 77-91, 2004.



A paisagem da cidade histórica e turística: fenomenologia da experiência estética

The landscape of the historical and touristic city: phenomenology of the aesthetic experience

El paisaje de la ciudad histórica y turística: fenomenología de la experiencia estética

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1068>

Arley Andriolo <arley@usp.br >

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP), São Paulo, SP, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 10-jul-2015

Aceite: 22-set-2016

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

ANDRIOLO, A. A paisagem da cidade histórica e turística: fenomenologia da experiência estética. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 91-105, dez. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

Esta pesquisa trabalha com a imagem das cidades históricas e turísticas. Mais especificamente, observou-se narrativas de artistas e processos artísticos na visita aos ateliês da cidade de Paraty (RJ). Analisando o trabalho de pintores, notou-se o grande número de paisagens. Na interface entre a psicologia e os estudos do turismo, este artigo pretende desenvolver dois objetivos principais: chamar a atenção para o valor dessas pinturas enquanto objetos da experiência estética e, por meio da abordagem fenomenológica, evidenciar que tais imagens participam da constituição da paisagem e da experiência do lugar.

Palavras-chave: Turismo Cultural. Arte e Turismo. Psicologia e Estética. Comunidades de Artistas.

ABSTRACT

This research works with the image of the historical and touristic cities. More specifically, one observes narratives of the artists and artistic processes in their studios in Paraty city (Rio de Janeiro, Brazil). Through an analysis of the work of painters, we noticed the great number of landscape paintings. Between the psychology and the tourism studies, this paper attempts to develop two main goals: to draw attention to the value of these paintings as objects of aesthetic experience; and, through a phenomenological approach, to show that these images participate in the formation of the landscape and in the experience of the place.

Keywords: Cultural Tourism. Arts and Tourism. Psychology and Aesthetics. Communities of Artists.

RESUMEN

Esta investigación trabaja con la imagen de las ciudades históricas y turísticas. Más específicamente, se observó relatos de artistas y procesos artísticos en las visitas a los talleres de la ciudad de Paraty (RJ, Brasil). Al analizar las obras de los pintores, se observó la gran cantidad de paisajes. En la interfaz entre los estudios de psicología y turismo, este artículo tiene la intención de desarrollar dos objetivos principales: llamar la atención sobre el valor de estas pinturas como objetos de la experiencia estética; y, a través del abordaje fenomenológico, demostrar que estas imágenes participan en la formación del paisaje y de la experiencia del lugar.

Palabras claves: Turismo Cultural. Artes y Turismo. Psicología y Estética. Comunidades de Artistas.

Introdução

Não obstante a anunciada decadência do gênero paisagístico na pintura, estudos recentes têm focalizado a sua permanência em dois âmbitos distintos da arte contemporânea: nos espaços da arte ambiental, da Land art ou da Earth art; e em referências à “nova paisagem”, a qual, porém, está muito distante da representação da natureza. Como notou, Frederico Morais (1995, p. 10):

passado o período áureo da abstração, a figura retorna, mas a “nova paisagem” nada mais tem a ver com a observação da natureza: no máximo ela evoca sentimentos ou emoções. O pintor não se coloca mais devant la nature, mas devant la peinture, ela mesma. Suas paisagens são puras invenções. Conceitos.

Ao pesquisador que não se restrinja às classificações do campo artístico, projetando o olhar para um campo mais expandido do que aquele circunscrito pelo discurso e pelas relações de poder, encontrará uma produção pictórica instigante nas cidades turísticas. Essa pintura é descartada pela crítica especializada, por representar uma sobrevivência tardia de práticas superadas historicamente, ou meramente designada de “arte turística”; objeto destinado ao consumo no mercado do turismo.

Quando se percorre cidades turísticas como Ouro Preto, Paraty ou Olinda tem-se diante do olhar diversas manifestações artísticas, de esculturas a bordados, de mosaicos a poemas e *performances*. Em algumas delas, o grande número de pinturas salta aos olhos e, quando nos detemos sobre essas imagens, é notável a grande quantidade de paisagens. Na França, a paisagem pictórica sobreviveu na costa da Normandia, em Barbizon e Auvers sur Oise, cidades turísticas que se desenvolveram em grande medida com a atividade de artistas viajantes ou residentes.

Apesar do interesse interdisciplinar da pesquisa em turismo, particularmente em relação à psicologia (e.g. MANNEL; ISO-AHOLA, 1987; POTTER; COSHALL, 1988; ROSS, 2001; PEARCE; STRIGER, 2001; PEARCE, 2005), os estudos sobre as artes e a experiência estética permanecem raros. Muitos vêm sendo realizados por outras disciplinas, notadamente a antropologia, sem a contribuição da perspectiva fornecida pela psicologia (e.g. COHEN, 1993; GRABURN, 1994).

Este trabalho integra o conjunto de investigações sobre comunidades nas quais a atividade artística é relevante, notadamente em cidades turísticas de valor artístico, tais como Ouro Preto, Olinda e Paraty, entre outras. Neste artigo serão apresentados resultados desse projeto em três partes. Primeiro, procede-se à conceituação de paisagem e experiência estética conforme a abordagem fenomenológica. Em seguida, são sintetizadas as informações sobre a história das comunidades de artistas surgidas na confluência com o desenvolvimento do turismo no Brasil. Para concluir, os dados específicos da pesquisa de campo em Paraty conduzem à discussão acerca dos significados da paisagem da “cidade histórica”. Neste trabalho, utiliza-se o termo “cidade histórica” de modo genérico para referir ao conjunto de cidades pesquisadas, tal como são expressas em narrativas e discursos, apesar da sua imprecisão conceitual ante os núcleos urbanos de reconhecido valor patrimonial.

Na interface entre a psicologia da experiência estética e os estudos do turismo, este artigo pretende desenvolver algumas reflexões acerca do trabalho de artistas de cidades históricas e turísticas, seguindo dois objetivos principais: (1) chamar a atenção para o valor dessas manifestações artísticas enquanto objetos da experiência estética, as quais, embora pertinentes ao mercado turístico, não são unicamente destinadas ao “olhar do turista”; (2) por meio do conceito fenomenológico de engajamento, evidenciar que as imagens de arte participam da constituição da paisagem e da experiência desses lugares.

Paisagem, fenomenologia e método

De modo sintético, a designação de “paisagem” refere a um lugar e aparece em muitas línguas ocidentais, conforme Roger (2000, p. 33): *landscape*, *landschaft*, *paisaje*, *paesaggio*, *paysage*, paisagem. Na forma de *land* ou *pays*, circunscreve-se uma região conhecida daquele que percebe – na raiz latina, *pagus* refere-se a povoado. A designação aparece na forma de *landschap*, em holandês, na segunda metade do século XV. Conforme Schama (1996, p. 20), a palavra *landscape*

entrou na língua inglesa junto com *herring* (arenque) e *bleached linen* (linho alvejado), no final do século XVI, procedente da Holanda. E *landschap*, como sua raiz germânica, *Landschaft*, significava tanto uma unidade de ocupação humana – uma jurisdição, na verdade – quanto qualquer coisa que pudesse ser o aprazível objeto de uma pintura.

Segundo esse autor, os italianos trataram de modo equivalente como *parerga*, “o ambiente idílico e pastoril de riachos e colinas cobertas de dourados trigais”.

A paisagem constituiu-se na pintura em torno de temas provenientes da natureza – montanhas, planícies, florestas, cursos de água, lagos, praias –, cenas designadas pitorescas. São elementos naturais em relação à experiência cultural, sobretudo na referência às paisagens “nacionais” dos pintores, em marinas e montanhas. Muito antes, a série de referências iniciara-se com Petrarca (1336) a subir ao Monte Ventoux. Depois de 1850, as montanhas cederam lugar aos campos e arredores de Paris. Trata-se de uma passagem entre a categoria de pitoresco e a de nacional, quando relevam as terras cultivadas e vilarejos com torres de sinos. Em contraposição, falava-se em paisagens urbanas e industriais, nas quais o belo não seria a categoria da experiência estética (LAJARTE, 1995, p. 37).

Desde o século XVIII, todo o interesse para os aspectos sensíveis da natureza, porém, estava permeado por uma concepção dualista de natureza e uma percepção baseada no “olhar desinteressado” em uma nova teoria estética. Como diria o filósofo Arnold Berleant (1992), a ideia de natureza formou-se entre a proposição de Locke, na qual a natureza é “externa” ao ser humano, e a de Spinoza, em uma integração orgânica “interior”. No domínio das belas artes, instituiu-se uma teoria da estética baseada no “desinteresse” e na “autonomia da pintura”, quando a arte tornou-se um modelo para a apreciação da natureza (BERLEANT, 1995).

Estudos sobre paisagens têm recentemente circunscrito pesquisas elaboradas no cruzamento de três referências: o simbólico, o iconográfico e o ambiente geográfico. Nessa linha, por exemplo, foi organizado o volume de Cosgrove e Daniels (2000), especialmente enfocando as relações entre a representação simbólica e os usos de “ambientes históricos”. Os organizadores afirmam que a paisagem é uma imagem cultural, o meio de representar ou estruturar simbolicamente os lugares. De tal modo que a pintura, ou outros objetos icônicos, é parte importante da relação entre o observador e o ambiente.

A natureza, as montanhas, as praias, as cidades históricas, as igrejas e os casarios são objetos culturais, não apenas coisas físicas: são resultantes de processos sociais que envolvem a organização do mundo percebido. A paisagem constitui-se através da experiência, não como um objeto, mas como uma totalidade, como notaram os autores da fenomenologia (BERLEANT, 1992; BOCKEMÜHL; SOMBART, 1992; TILLEY, 1994); um fenômeno integral do qual somos parte.

Nas palavras de Ulpiano Bezerra de Meneses (2002), a paisagem forma-se como uma experiência cultural, é algo material que se dá à percepção, mas não como um dado *a priori*, dispõe-se em uma relação entre observador e objeto. Portanto, não se deve pensar a percepção de modo realista, supondo uma materialidade e objetividade morfológica da paisagem, tampouco de maneira idealista, como projeção do observador. Por essa razão, pode-se falar que a paisagem, a montanha, o casario, a cidade, têm história, pois constituem-se através da experiência sensorial, a qual poderá elevar-se ao plano da estética (p. 32).

Em diversos estudos sobre a experiência da viagem, desde as referências históricas procedentes do mundo dos viajantes até as atividades turísticas, a experiência estética aparece de modo subliminar. Notadamente, entre os tópicos fundamentais desse tipo de experiência estão: o espaço, o tempo, o outro, o eu (ou em relação a si) (e.g. ADLER, 1989; AMIROU, 1995; RAUCH, 2002). Relembrando os escritos de Johann Wolfgang von Goethe, em sua viagem à Itália, o deslocamento no espaço e no tempo possibilitou-lhe a elevação da percepção em direção ao outro, notável entre habitantes e artistas, por meio da paisagem. Para Goethe (1999), embora o olho fosse um órgão natural da percepção, era formado pela experiência e também poderia ser desenvolvido. O procedimento que conduzia o olhar era mediado pela presença constante de obras de arte e pelo convívio com outros artistas.

Nesse escritor, os atos de pesquisar, escrever e desenhar estavam unidos em uma só linguagem (ANDRIOLO, 2011). A experiência da viagem revelou-lhe o sentido estético: “a visão da paisagem magnífica à minha volta não desaloja em mim o senso poético; bem ao contrário, acompanhada do movimento e do ar livre, ela o suscita com maior rapidez.” (GOETHE, 1999, p. 26). Assim, a paisagem não é apenas um objeto exterior, mas a totalidade da experiência que emerge dos processos e das mediações entre a percepção, a emoção e a cognição em relação com o mundo sensível. A visão da paisagem suscita a experiência estética.

Para o conhecimento por meio da experiência, recorre-se à fenomenologia. Nesse âmbito, situa-se uma abordagem fenomenológica empírica e social, em atenção às narrativas, imagens e descrições de experiências. De modo geral, seguem-se os procedimentos de uma fenomenologia ligada aos processos sociais, em estreita colaboração com a psicologia em seus aspectos ligados à vida cotidiana e às formas políticas (SCHUTZ; LUCKMANN, 1974). Conforme essa abordagem, as formas e significados são apreendidos na experiência, tal como aparecem na vida cotidiana de sujeitos, em padrões, temas e categorias, identificados pelo pesquisador (LANGDRIDGE, 2008).

De modo específico, trata-se de descrever a experiência tal como aparece aos artistas, espectadores, entre outros agentes do campo estético. Na filosofia fenomenológica, a concepção de estética tem variado muito desde a formulação original em Moritz Geiger (1958), seja em Dufrenne (1967/2004) ou em Merleau-Ponty (1964), entre outros. Na pesquisa empírica interessa, sobretudo, a experiência recolhida pelo pesquisador, da qual emergem categorias próprias. Ao considerar um campo estético específico, na acepção de Arnold Berleant (1970), releva-se tanto os agentes participantes do campo – o artista, o espectador, o *marchand*, etc. – quanto os elementos constitutivos do espaço e tempo do acontecimento do objeto ou processo artístico. Desse modo, o próprio ambiente é requisitado, assim como a cultura e a natureza.

Nesta pesquisa, foi circunscrito como fenômeno a atividade dos artistas nas cidades históricas e turísticas. As cidades de Ouro Preto e Paraty têm sido observadas, e suas características descritas em relação à história do desenvolvimento do turismo (ANDRIOLO, 2008; 2014). Neste artigo, serão apresentados os resultados específicos da investigação realizada em Paraty onde foram coletadas narrativas de artistas e observados os processos e objetos artísticos em visita aos ateliês. Na pesquisa de campo, registrou-se a diversidade de grupos sociais dedicados à atividade artística, ocupando regiões significativas do espaço urbano. São índios da etnia guarani, caiçaras, quilombolas, pintores acadêmicos, aquarelistas, representantes da arte experimental, entre outros, resultando em objetos muito variados. A partir da observação direta, procedeu-se à identificação nominal de artistas e à descrição das qualidades de sua produção.

Ao final, foram 32 artistas cadastrados, dos cerca de 40 que viviam na cidade. Vinte e cinco trabalhavam com artes relacionadas à pintura, incluindo desenhistas, aquarelistas e autores de técnicas mistas, entre as quais painéis com massa de cimento, gesso ou papel machê, cujo resultado são superfícies pictóricas em relevo. O grande número de pintores, particularmente de paisagens, suscitou a elaboração deste artigo. Os pintores foram convidados para entrevistas e tornaram-se verdadeiros colaboradores da pesquisa, forne-

cendo informações preciosas sobre as relações entre a arte e a paisagem em Paraty. Foram realizadas nove entrevistas abertas e registros fotográficos nos ateliês.

A coleta de material nos ateliês possibilitou a integração de categorias surgidas das narrativas dos artistas com aquelas provenientes de fontes bibliográficas e documentais da pesquisa. A orientação fenomenológica em psicologia social procura descrever a experiência da percepção, particularmente, conforme categorias identificadas nas narrativas dos sujeitos, reconhecidas como classificações de estímulos visuais específicos no espaço social e no tempo histórico. Tais categorias expressam em palavras a experiência estética desde termos convencionais como “sublime”, “pitoresco”, “exótico”, até enunciados próprios do campo estético de Paraty.

No próximo item, uma breve história da pintura nas cidades históricas e turísticas do Brasil fornece um quadro introdutório, a partir do qual o valor artístico dessa produção mostra-se com maior clareza e os resultados da pesquisa em Paraty tornam-se mais compreensíveis. Na sequência, os dados específicos de Paraty permitem articular a imagem de arte com a percepção da paisagem, preparando a conclusão por meio da compreensão fenomenológica da experiência estética.

Imagem pictórica das “cidades históricas” brasileiras

De modo esquemático, poder-se-ia dividir a história do turismo no Brasil em quatro momentos articulados: (1) Do século XIX até a primeira década do século XX: circulação de viajantes estrangeiros pelo Brasil com fins científicos, início de viagens mais regulares de filhos das elites brasileiras para estudos no exterior; (2) Primeira metade do século XX: um “turismo eventual”, sem organização e regularidade nos pacotes, principalmente voltado para a venda de passagens de navios para o exterior, com a intensificação da prática das elites em enviar seus filhos para a Europa; viagens nacionais principalmente via marítima; (3) Entre os anos de 1950 e 1970, “organização empresarial do turismo”, com os primeiros pacotes regulares e incremento dos produtos, com a inclusão, ainda tímida, do transporte aéreo – a criação da Embratur data de 1966; (4) Dos anos 1980 aos nossos dias difundem-se as viagens rodoviárias e aéreas, notam-se a ampliação da oferta hoteleira, a seleção rígida de pontos de interesse e a padronização do consumo turístico.

O interesse pelos atrativos organizados em torno de objetos artísticos aparece nas décadas de 1950 e 1960, sobretudo, com o reconhecimento da “arte barroca” (ANDRIOLO, 2010). A procura de pacotes turísticos que tenham a arte, ou mesmo o patrimônio histórico, como atrativo primário permanece restrita no Brasil, a despeito de seu crescimento nas últimas décadas, com o incremento dos espetáculos teatrais e musicais (PIRES, 2001). A arte aparece, em grande parte, como atrativo secundário, completando a estadia do grupo mobilizado por outros motivos.

No caso das chamadas “cidades históricas”, arquitetura e artes visuais são atrativos importantes em Ouro Preto, Salvador ou Olinda, mas sabe-se da procura primeira por um ambiente distinto daquele da vida cotidiana, que seja identificado com certo bucolismo. Em menor número, encontramos os leigos interessados em ampliar seus conhecimentos sobre a história e a arte do país, ao mesmo tempo em que desfrutam de uma viagem de descanso, ou de grupos escolares. Por fim, aparece o reduzido público especializado (artistas, historiadores, arquitetos, etc.) que viaja em excursões de escolas e universidades, ou individualmente, com a finalidade primeira de conhecer aspectos culturais de seu interesse.

Convém lembrar que a articulação entre o turismo e a imagem de arte no Brasil se estabeleceu entre o modernismo e a formação da categoria de “barroco”. Como demonstrou Andriolo (2010), as viagens de intelectuais paulistas em busca de referências estéticas para a uma história da arte brasileira conduziu-os a

Minas Gerais, onde as edificações, esculturas e pinturas do século XVIII foram identificadas como origem de nossa arte. São exemplares os escritos de Mário de Andrade e Lourival Gomes Machado. Nesses dois autores, e entre tantos outros nas duas gerações do modernismo, o barroco mineiro emerge como objeto estético e atrativo turístico.

Na formação do campo turístico, as imagens produzidas com a temática das “cidades históricas” contribuíram para a ampliação da área de recepção definida pelas publicações literárias nos grandes centros urbanos da metade do século XX. Por sua vez, os poderes públicos locais, sobretudo nas antigas cidades de exploração aurífera em Minas Gerais, apropriaram-se da função social das imagens de arte.

Durand (1989) notara as inter-relações entre as práticas artísticas, o turismo e a defesa do patrimônio histórico. Em abordagem sociológica, examinou o quanto a valorização da cultura material das cidades remanescentes do século XVIII e a proposição de uma arte nacional na categoria de “barroco” fomentou o surgimento de um circuito de viagens e estimulou o comércio de obras de arte antigas e contemporâneas, notadamente a pintura. Diversos aspectos dessas cidades converteram-se em temas inesgotáveis em pinturas. Ouro Preto é o exemplo mais famoso do Brasil, a primeira cidade a estabelecer-se na articulação entre o passado artístico nacional e a prática artística contemporânea. Ali, o pintor Alberto da Veiga Guignard foi o nome de destaque (ANDRIOLO, 2008).

Embora as ligações entre essas pinturas e o desenvolvimento do turismo sejam notáveis, tratá-las unicamente como objetos destinados ao mercado turístico seria um equívoco e resultaria em incompreensão acerca do lugar das imagens na sociedade brasileira. Além da relação com o olhar do turista, os pintores propõem olhares sobre a paisagem. Carlos Bracher, por exemplo, vive em Ouro Preto desde 1971 e diversas pinturas suas transformam a cidade em imagens. Carlos Scliar morou na mesma cidade, não se limitou à temática local e tampouco destinou suas obras ao consumo do turismo. Ambos encontraram na cidade um ambiente importante de trabalho e elementos para suas composições.

Outros artistas mantêm a paisagem e o ambiente como tema, a exemplo de Fernando Lucchesi, com seu ateliê em Ouro Preto:

resgatando o imaginário popular dos objetos rituais da tradição mineira encontrado nos oratórios, candelabros, vitrais, flores, armários, mesas e baús, Lucchesi constrói um outro fragmento da paisagem mineira, recriando, com refinamento artesanal e vibração cromática, as histórias cotidianas do barroco, da colônia... (RIBEIRO, 2000, p. 303)

Poder-se-á esboçar conexões entre os artistas circulando pelas diversas cidades históricas e turísticas brasileiras, criando um imaginário artístico compartilhado. A pintora Djanira da Motta e Silva trabalhou sobre paisagens tanto em Paraty quanto em Ouro Preto. Na primeira, chegou a morar na década de 1950, quando adquiriu um sítio com o marido. Mário Barata (1985, p. 20) considerou que a pintora “encantou-se com o bucolismo e os horizontes de Paraty”. Em sua ampla produção, a experiência da arte e da arquitetura coloniais resultará em estudos de iconografia católica, seja na forma de azulejos, seja em pinturas e desenhos de figuras sacras.

A pintura de paisagens pode ser vista nas telas de Omar Pellegatta ao visitar cidades como Ouro Preto, Tiradentes, Mariana, São João del-Rei, Sabará e Paraty. Nesta última localidade, realizou trabalhos focalizando aspectos urbanos, sobretudo, destacando arquitetura religiosa e casario. As cores representam um componente importante da composição, especialmente em janelas e portas, amarelas, verdes, azuis, mas também nos detalhes desgastados dos edifícios, que em tons esverdeados ou amarronzados reforçam uma categoria temporal.

Outro exemplo, Arnaldo Navajas Filho (nascido em São Paulo) iniciou sua carreira com trabalhos no Parque do Ibirapuera, depois pintou representações das cidades de Embu e Santana de Parnaíba (SP). Navajas Filho frequentou as aulas de Ado Malagoli, no III Festival de Inverno em Ouro Preto, em 1974,

produziu uma série de óleos e aquarelas e realizou exposições em Ouro Preto e Belo Horizonte dedicadas ao “barroco”.

Márcio Franco (nascido em Lagoa Santa, MG) visitou tanto os ateliês quanto os festivais de Ouro Preto, durante a década de 1970, nos quais pôde desenvolver sua técnica. Depois, participou de atividades na escola de artes do Parque Lage, no Rio de Janeiro, e dos cursos da UFMG, para então fixar-se em Paraty, no ano de 1982. Sua linguagem elabora temas tropicais, da fauna e da flora, aplicados a grandes formatos. Nas estadas em Ouro Preto, Márcio Franco conheceu a técnica de Carlos Scliar. Face aos vínculos com as cidades históricas de Minas, poder-se-ia citar também Helen Navajas (natural de São Paulo), que viveu em Ouro Preto antes de mudar-se para Paraty.



Márcio Franco, Papagaios, acrílico sobre tela, Paraty, 2008. Fotografia do autor, 2009.

Nos guias escritos por Gilberto Freyre, dedicados às cidades do Recife e Olinda, nos anos de 1934 e 1939, respectivamente, encontra-se um tópico voltado a pintores e fotógrafos. “Recife é a cidade dos pintores”, afirma de início, e continua: “Talvez por causa de sua luz. Talvez a sua luz seja um estímulo à pintura mais do que a qualquer outra arte.” (FREYRE, 1934/1968, p. 56). Entre eles, Teles Júnior “foi

paisagista que se deliciou em pintar águas recifenses” (p. 57). Cita também Fédora do Rego Monteiro Fernandes, Mário Nunes, propriamente um paisagista, e Lula Cardoso Ayres, cujo ateliê em Boa Viagem lhe desvela a paisagem marítima. Entre outros, foram esses mesmos pintores os que se dedicaram às paisagens de Olinda em meados do século XX.

Por fim, a cidade de Paraty ingressou nesse processo de modo significativo, geograficamente estabelecida entre Rio de Janeiro e São Paulo, atualmente situada no roteiro turístico da “Estrada Real”. Na década de 1970, a pintura de paisagens que articula a imagem pitoresca ao sentido documental da arquitetura pode ser vista nas telas de Omar Pellegatta, Hiroshi Murakami e Paulo Gomes. Djanira é considerada a precursora do espaço plástico “ingênuo”, hoje praticado por Júlio Paraty e outros paratyenses, tal como João José da Silva e Lúcio Cruzz, bem como Themilton Tavares, radicado desde 1975. O tema do Divino aparece em muitos desses trabalhos, desenvolvendo elementos das festas e tradições populares, embora esse espaço visual varie muito entre os artistas, na técnica, na forma e no conteúdo dos trabalhos (ANDRIOLO, 2015).

As manifestações plásticas das últimas duas décadas em Paraty abrem-se para novas significações no espaço visual, ao mesmo tempo em que perdura um núcleo imagético tradicional. Durante a década de 1990, ocorreu grande afluxo de artistas, congregando desde paisagistas e abstracionistas até práticas propriamente contemporâneas em composições e experimentalismos, a exemplo de Sérgio Atilano e Fernando Fernandes. Conforme concluiu-se naquele estudo, as imagens continuam a movimentar-se entre dois polos: novas experiências visuais e representações de paisagem em formas diversas.

Que dizem os pintores sobre a paisagem?

Mais detalhes acerca da interpretação das imagens de arte produzidas em Paraty são encontrados no artigo acima citado, quando demonstrou-se a atualidade do conceito de *mimesis* para a compreensão

da pintura (ANDRIOLO, 2015). Trata-se de um jogo mimético não porque se detém no modelo da imitação, mas devido à combinação entre semelhança e diferença através da paisagem. Neste momento, interessam as narrativas dos pintores e o que nos revelam de suas experiências em relação à paisagem, por meio da atividade pictórica. Entre os nove pintores entrevistados, apenas dois dedicam-se à pintura abstrata. Todos os outros trabalham sobre temas figurativos, notadamente sobre elementos provenientes do ambiente local de Paraty: o casario, o mar e a serra. Dos não figurativos, um deles foi contundente em afirmar que sua experimentação não é pura composição de formas – ao contrário do outro abstracionista –, mas uma revisão das formas sensíveis do espaço urbano e natural local. Desse modo, a maioria dos pintores entrevistados dispõe-se a uma relação com o mundo paratyense cujo resultado é a sobrevivência do espaço visual da paisagem, sobre o qual elaboraram os comentários seguintes.

Durante uma estada de três meses em Paraty, Márcio Franco teve sua atenção atraída pela cor verde: “é uma região verde, você tem verde em volta, uma variedade absurda de verde”. No meio da folhagem, via brotar outra cor, o vermelho, o laranja, o amarelo, diversas florações e animais, sobretudo pássaros. O fundo verde de seus quadros deriva dessa visão, verde sobre o qual organiza as formas em cores bem demarcadas. Diferentemente do gênero paisagístico clássico, aumenta a lente, aproxima-se dos detalhes da floresta e os transforma em imagem na grande escala da pintura sobre tela. Trata do assunto apontando um de seus trabalhos onde figuram helicônias. Reforça também a observação das bananeiras, nas passagens do verde em amarelo e da inflorescência rósea. Conforme afirmou, o ponto colorido é o ponto de partida.

Marília Inke é amante das caminhadas na natureza. Descobriu a natureza de Paraty aos poucos. Comenta: “Eu sempre tive essa vontade de conseguir retratar a natureza com meus olhos, da minha forma de ver, que não é real, a ideia é ter uma característica própria para retratar a natureza.” Mas os elementos históricos também chamam sua atenção, atraem muitos turistas e artistas para o lugar, os artistas conversam, trocam ideias, o espaço do ateliê aproxima o espectador do trabalho do pintor. Os diálogos giram em torno de categorias específicas da percepção da cidade: “vista bonita”; “cidade inspiradora”; “um olhar para a arte”... São categorias compartilhadas na experiência de artistas, no olhar do turista e no imaginário da cidade. Observe-se a situação da Igreja de Santa Rita, a beira-mar com as montanhas ao fundo, uma vista privilegiada e compartilhada.

Enquanto Marília dedica-se à pintura em tinta acrílica sobre papel ou folha de bananeira, seu companheiro Ricardo Inke é aquarelista. Ele prefere falar dos efeitos de luz sobre as coisas que propriamente de paisagens. Como os impressionistas, explora as variações da luminosidade durante os dias, horários e épocas do ano. Nas palavras do artista, a relação entre luz e sombra é mais importante que a beleza plástica do lugar em si, desta rua ou daquela casa específica. Essa concepção resulta do aprendizado com outros aquarelistas, notadamente, segundo conta, do convívio com os europeus. Em suma, uma paisagem “sem graça”, “singela”, pode ser explorada nos efeitos de luz e sombra, destarte, não se pinta as “paisagens bonitas”, as coisas óbvias. O belo é extraído da imagem pelos efeitos de luz.

No trabalho de Ricardo Inke, a *mimesis* opera com o recurso ao objeto natural ou artificial, em uma recusa parcial ao objeto, reconhecido no jogo de cores que nunca abandona a figuração. Pondera sobre as técnicas: “No desenho a bico-de-pena, talvez aí sim, a busca do belo como vista bonita seja mais importante.” De outro lado, o esforço pela técnica artística não o faz abandonar as palavras acerca da expressão: “Na pintura, a ideia não é reproduzir o que a gente está vendo ali no momento, mas é passar para a pintura a emoção ou o sentimento que aquela paisagem causa e que você queira passar isso adiante”. Diferentemente do desenho e da fotografia, a pintura toma a paisagem como referência sem a copiar, “a partir daí viaja-se”.



Ricardo Inke, Vista da Igreja de Santa Rita, aquarela, Paraty, 2011. Fotografia Ricardo Inke.

Pintor esmerado na técnica clássica acadêmica, André Meurer desenvolve em toda sua narrativa uma concepção acerca da relação entre o artista e seus objetos, em termos como “dom” e “inspiração”; o gênero paisagístico está sempre em pauta. Afirma:

A paisagem, ela é o meu eu. É o meu interior. Tudo o que você queira se referir em relação à paisagem... porque a paisagem eu posso definir ela como vários caminhos. Eu posso definir ela como um prédio, uma árvore, uma cachoeira, um mar, um bosque, uma vegetação, um deserto. Até um deserto tem a sua beleza. Uma paisagem, ela está dentro de mim. A paisagem sou eu.

Atualizada no pensamento contemporâneo do artista, a concepção clássica infiltra na percepção toda a sensibilidade do observador. Pois se a paisagem é o artista, ela deve ser como ele: “A paisagem, na verdade, é o meu eu. Se eu não sou feliz comigo mesmo, eu jamais consigo ver aquela paisagem, por mais mórbida que seja, bonita. Isso é o que eu vejo, na paisagem. É o meu interior, é o meu eu”. O jogo da *mimesis* está subvertido, entre o jogo de projeções do eu sobre o mundo em comum, sem o abandono das categorias clássicas, da ideia do belo, mescla a imagem do artista e a noção de expressão.

Outro exemplo de grande habilidade técnica é José Andreas, aquarelista, originalmente formado em Desenho Industrial e também músico. Para o artista, o desenhista desenvolve uma forma de olhar diferente de outras pessoas porque percebe o mundo como desenho. Essa afirmação parece conter tanto o desdobramento de uma concepção clássica quanto uma visão política do trabalho do pintor. “Então, digamos assim, uma paisagem que tenha determinada árvore, um pedacinho de mar, um barco. Eu olho aquilo e já vejo traduzido em desenho; uma pessoa que está passando ali vê uma árvore, um mar, um barco.” Embora trabalhando sobre figurações do espaço paratyense, não está circunscrito à concepção clássica. Recordar-se do grande significado que a escola de desenho industrial cumpriu em sua vida, pela importância dessa formação nos anos 1970, instigando o debate cultural e visual. Houve para ele um aprendizado visual que o possibilita hoje compartilhar formas de perceber com outros artistas. Assim, não tratava da qualidade da pintura ou do resultado final do trabalho, mas de um “olhar aprofundado”. Esse seria o seu “ingrediente” para fazer algo “diferenciado”, depois vem a competência.



José Andreas, Igreja do Rosário, Paraty, aquarela, 2009. Fotografia do autor, 2009.

Único nativo de Paraty, entre os artistas com os quais o autor conversou, Júlio Paraty sempre trabalha sobre o tema da paisagem, no modelo ingênuo que o caracteriza. Exclama: “Paisagem porque é uma cidade linda!”. Explora o universo das festas populares, a arquitetura, dispõe o casario em volumes e sempre apresenta uma igreja. Refere-se a um de seus guaches, inti-

tulado Nossa Senhora das Dores: “Não tem uma figura, só tem a igreja e o pátio na frente”. A ausência de personagens reforçaria o valor do monumento e seu aspecto paisagístico, depois, o pintor lembra-se que retratou ali também um menino empinando pipa. Durante a conversa, está sempre a comparar os lugares como eram há 30 anos e sua situação atual. Casas, flores, a imagem da pintura o ajudam a lembrar e a converter os lugares em traços ingênuos.

A fenomenologia da experiência estética

Há duas concepções de paisagem expressas nas narrativas dos pintores: uma vincula o interior do artista ao seu projeto de criação, os elementos do mundo exterior são subterfúgios, mais ou menos necessários, para a realização de si e do trabalho manual da pintura; outra se ancora sobre as qualidades externas do meio ambiente natural e construído, a serem transformadas em imagem pictórica, para a apreciação do espectador. Essas duas posições alternam-se nos pintores entrevistados. As palavras de Deborah Col Costa são exemplares dessas concepções e suas ambiguidades: “A alma se torna paisagem na reconstrução pictórica do mundo” (FESTIVAL DOS ARTISTAS DE PARATY, 2006, p. 20).

Mesmo em artistas voltados à experimentação, as trocas com o ambiente são sensíveis. Sérgio Atilano é exemplar. Em seu trabalho, o jogo da *mimesis* é levado para fora da tela, em dois procedimentos conjugados: primeiro, na dimensão material; segundo, na forma. No primeiro procedimento, recolhe elementos da natureza, gravetos, sementes, entre outros, os quais são manipulados, reunidos, dispostos em superfícies, às vezes pintados. No segundo, o arranjo das formas entre a matéria natural e o trato artificial pode referir a ruas, montanhas, logradouros, etc. Atilano, como outros artistas estabelecidos na cidade, tem uma forte ligação com a história e os processos políticos, econômicos e ambientais da localidade. Em suas caminhadas por Paraty, recolheu caquinhos de cerâmica a beira do mar, às vezes os pintava, outras deixava na cor natural: “A aplicação disso é uma estória das pedras. A cidade, para mim, é dessa forma, ela está presente, às vezes no jeito de montar o trabalho”. Embora distante da fórmula imitativa, a referência ao lugar aparece na composição das formas e cores, articulada não à observação direta, mas à experiência do pensamento, da memória e da imaginação.



Sérgio Atilano, Ateliê Bananal, Paraty, 2009. Fotografia do autor.

As ambiguidades que emergem das narrativas discernem o dualismo entre o eu e a paisagem, dentro e fora, entre sujeito e objeto da relação, as quais podem ser compreendidas pelo conceito de engajamento, conforme a abordagem fenomenológica. Afirmou Arnold Berleant (1995, p. 238): “Engajamento, então, é a direção na qual a estética da natureza nos conduz.”

Continuando: “Uma estética do engajamento engloba ambas, arte e natureza, e é o que esperamos que qualquer boa explicação deva fazer – resolver mais problemas que criá-los.” (p. 241).

A formulação de Berleant acerca do engajamento foi originalmente redigida em 1970, em seu primeiro livro dedicado à fenomenologia da experiência estética. Na abordagem de Berleant (1970/2000), o conceito de engajamento resulta de uma revisão crítica da teoria da “arte desinteressada”, aquela que separa sujeito e objeto, além de criar categorias de distinção social e a segregação do artista e do espectador.

Particularmente, a partir das transformações artísticas da década de 1960, em *happenings* e *performances*, afirmou-se o caráter participativo do espectador. Desde então, engajamento tornou-se um conceito-chave para refletir sobre as relações entre arte e natureza e a estética ambiental.

O conceito de engajamento foi desenvolvido a partir da fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty e da retomada de Husserl, nas interfaces com a psicologia social de Kurt Lewin e a concepção de experiência estética em John Dewey. Arnold Berleant (2010, p. 19) conduziu o estudo do campo artístico para o espaço ambiental e social, atingindo o domínio do que designou estética política.

Portanto, trata-se de rever uma concepção corrente de estética, derivada do século XIX, na qual o estético é uma exceção, experiência que “transcende” a vida cotidiana. O estético e o artístico estão próximos no plano do conhecimento, mas tratam de problemas distintos nas ciências humanas. O primeiro diz respeito aos sentidos e à percepção. O segundo trata da delimitação de um campo social que classifica e hierarquiza os objetos.

Veja-se a definição original do termo estética, em sua etimologia, sobretudo, porque atualmente os usos vulgares são muito diversos. Na metade do século XVIII, Alexander Gottlieb Baumgarten (1750) forneceu a definição de estética como a ciência do conhecimento sensório. Devido à vinculação da categoria do belo, foi aproximada do debate das artes durante o século XIX (em uma concepção de arte acadêmica). Porém, tratava-se de uma ciência e não uma oposição a esta, destinada a explorar a experiência sensória. Baumgarten retomou o significado dos gregos, literalmente “percepção pelos sentidos” (*aisthesis*) (BERLEANT, 2010, p. 26 e 34). Assim, a dimensão estética é um domínio central da experiência.

Desse ponto de vista, a estética não é uma verdade universal e imutável, mas uma possibilidade de pensar a vida humana no que diz respeito à capacidade da experiência perceptiva. A percepção incorpora, além dos sentidos, as características psicológicas e culturais. A experiência estética não é pura, jamais é simples sensação; ela não é apenas mediada pela cultura, mas é inerentemente cultural (BERLEANT, 2010, p. 45). O campo da experiência estética não abandona a dimensão artística, mas expande-se pelas atividades culturais e ambientais na vida cotidiana. Em suma, a experiência estética na vida cotidiana ultrapassa os limites das diatribes do campo artístico e refere-se a tanto aquilo que é positivo quanto o que é negativo na percepção cotidiana. Toda percepção possui uma dimensão estética, invisível ou não apreendida, por vezes, notável e dominante. Desta feita, a percepção estética carrega implicações na crítica e compreensão dos julgamentos no processo social (p. 51).

Nessas reflexões sobre a experiência estética que conduzem ao conceito de engajamento, a discussão sobre a imagem da paisagem nas pinturas das cidades históricas e turísticas remete a outra chave de interpretação. As ambiguidades entre sujeito e objeto, interior e exterior, observador e paisagem, em última instância revelam uma totalidade da experiência. O sujeito se objetiva enquanto o objeto é subjetivado, o interior se exterioriza enquanto o exterior é interiorizado, o observador se manifesta na paisagem enquanto a paisagem invade o observador. Não há limites precisos entre esses polos da experiência. “A apreciação da natureza é uma experiência holística para a qual contribuem múltiplos fatores.” (BERLEANT, 2012, p. 53),

Considerações finais

Situando este artigo na interface entre a psicologia da experiência estética e os estudos do turismo, seguimos dois objetivos principais. O primeiro, colocado desde o início, chamou a atenção para o valor das pinturas nas cidades históricas e turísticas enquanto objetos da experiência estética. O segundo procurou discernir o conceito fenomenológico de engajamento para evidenciar que tais imagens participam da constituição da paisagem.

As ambiguidades daquelas narrativas encontram respaldo no trabalho do pintor, sobretudo ao reencontrarmos as palavras de Merleau-Ponty (1964, p. 16): “emprestando seu corpo ao mundo o pintor transforma o mundo em pintura”. A relação estabelecida entre o corpo e o mundo circunscreve o problema da *mimesis* no seguinte sentido: diz respeito ao objeto icônico (a pintura) e à imagem mental, através do mundo em comum. Ambos colaboram para o exercício de conversão do mundo percebido em imagem pictórica e a produção da paisagem por meio da ação do pintor.

Quando Márcio Franco enfatiza a presença de um ponto colorido sobre um fundo verde, a imagem da paisagem começa a organizar sua forma a partir do jogo das cores. Nos artistas, André Meurer e José Andreas, os olhos percorrem a natureza e o casario, cotejando os elementos em cores, luzes e sombras. Veja-se a narrativa de Ricardo Inke na qual a luminosidade parece não pertencer ao mundo das coisas, pois move-se entre o olho, as coisas e a tela pintada na experiência unificada do pintor. Marília Inke e Júlio Paraty apontam duas perspectivas sobre o belo.

No jogo de projeções do eu sobre o mundo em comum, a expressão ou a impressão, conforme cada estilo, o que se observa é o surgimento da própria paisagem. Ela surge no movimento daqueles que percebem o mundo como imagem de arte, como partes integrantes do fenômeno da paisagem. Nessa medida, a proposição de Berleant ganha mais concretude. No contexto da experiência ambiental, a arte participa do conhecimento da paisagem (BERLEANT, 2012).

Todas as formas de arte fornecem perspectivas sobre o conhecimento da paisagem. A pintura paisagística, há mais de dois séculos, possibilita recuperar essa experiência. Não obstante, o conceito de engajamento nos auxilia a evitar o equívoco de considerar a paisagem apenas um objeto visual. Berleant traduz essa questão distinguindo duas expressões: *looking at* e *looking within*. A primeira apoia-se em apenas um aspecto da experiência (o visual), enquanto a segunda insere todo o corpo do observador no movimento vivo e dinâmico da paisagem, em todas as direções e possibilidades sensíveis, como se nadássemos na paisagem (BERLEANT, 2012, p. 56). A paisagem resulta de um processo estético, cultural e histórico, entre o artista e o espectador, por meio da pintura: “um campo estético do qual os dois fatores centrais são um evento artístico e uma localização específica” (p. 57). Todos são partes de uma única experiência.

As narrativas dos pintores de Paraty possibilitam avançar em questões tradicionais do campo artístico, sobre as correspondências entre arte e natureza, imitação e *mimesis*. Mas, sobretudo, colaboram para o conhecimento da paisagem das cidades históricas e turísticas em suas múltiplas perspectivas. As palavras indicam as cores, as texturas, as formas, os volumes e os movimentos que constituem a paisagem desde sua origem na experiência dos sentidos.

Agradecimentos

Agradeço a Arnold Berleant as preciosas referências e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) o financiamento à pesquisa.

Referências

ADLER, J. **Origins of sightseeing**. *Annals of Tourism Research*, v. 16, p. 7-29, 1989.

AMIROU, R. **Imaginaire touristique et sociabilité du voyage**. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

ANDRIOLO, A. **Actividad pictórica y imagen percibida: la ciudad histórico-turística de Ouro Preto**. *Estudios y Perspectivas en Turismo*. Buenos Aires, v. 17, n. 1-2, p. 170-184, enero-abril 2008.

_____. **A percepção da “arte barroca”**: psicologia social e recepção estética. In: AJZENBERG, E.; MUNANGA, K. (Org.). *Arte, Cidade e Meio Ambiente*. São Paulo: MAU-USP/Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte, p. 76-86, 2010.

_____. **Metamorfoses do olhar na viagem de Goethe à Itália**. *ArtCultura*, Uberlândia, UFU, v. 13, n. 23, Uberlândia, p. 114-127, jul.-dez. 2011.

_____. **A pintura em Paraty: historicidade das categorias da experiência estética**. In: RIBEIRO, S. P.; ARAÚJO, A. F. **Paisagem, Imaginário e Narratividade: olhares transdisciplinares e novas interrogações da Psicologia Social**. São Paulo: Ed. Zagodoni, p. 115-135, 2015.

BARATA, M. **Djanira: época, vida e obra**. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 1985.

BERLEANT, A. **The aesthetics of environment**. Philadelphia: Temple University Press, 1992.

_____. **The aesthetics of art and nature**. In: KELMAN, S.; GASKELL, I. (Ed.). *Landscape, natural beauty and the arts*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 229-243, 1995.

_____. **The aesthetic field: a phenomenology of aesthetic experience**. Christchurch, New Zealand: Cybereditions Corporation, 2000. (edição original 1970).

_____. **Sensibility and sense: the aesthetic transformation of the human world**. Exeter (UK)/Charlottesville (US): Imprint Academic, 2010.

_____. **The art in knowing a landscape**. *Diogenes*, 59 (1-2), p. 52-62, 2012.

BOCKEMUEHL, J.; SOMBART, N. (Ed.). **Awakening to landscape**. Zurich/Freiburg: Freiburg Graphische Betriebe, 1992.

BOYER, M. **Comment étudier le tourisme**. *Ethnologie Française*, Paris, PUF, tomo XXXII, p. 393-404, juil.-sept. 2002-3.

COHEN, E. **Introduction: investigating tourist arts**. *Annals of Tourism Research*, v. 20, p. 1-8, 1993.

COSGROVE, D.; DANIELS, S. (Ed.). **The Iconography of landscape: essays on the symbolic representation, design, and use of past environments**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

DUFRENNE, M. **Estética e filosofia**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. (edição original 1967).

- DURAND, J. C. **Arte, privilégio e distinção: artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855/1985**. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- FESTIVAL DOS ARTISTAS DE PARATY. Garcia, L. A.; R. Inke (Org.). Catálogo de Exposição, 26 de maio a 4 de junho de 2006.
- FREYRE, G. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. Ils. Luís Jardim. 4 ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora José Olympio, 1968. (edição original de 1934).
- GEIGER, M. **Problemática da estética e a estética fenomenológica**. Tradução: N. Araújo. Salvador: Livraria Progresso, 1958.
- GOETHE, J. W. **Viagem à Itália**. Tradução: S. Tellaroli. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- GRABURN, N. **The evolution of tourist art**. *Annals of Tourism Research*, 11(3), p. 393-419, 1994.
- LAJARTE, I. **Anciens villages, nouveaux peintres: de Barbizon à Pont-Aven**. Paris: l'Harmattan, 1995.
- LANGDRIDGE, D. **Phenomenology and critical social psychology: directions and debates in theory and research**. *Social and Personality Psychology Compass*, 2/3, p. 1126-1142, 2008.
- MANNEL, R.; ISO-AHOLA, S. Psychological nature of leisure and tourism experience. **Annals of Tourism Research**, v. 14, p. 314-331, 1987.
- MENESES, U. B. **A paisagem como fato cultural**. In: YÁZIGI, E. (Org.). Turismo e paisagem. São Paulo: Contexto, p. 29-64, 2002.
- MERLEAU-PONTY, M. **L'oeil et l'esprit**. Paris: Gallimard, 1964.
- MORAIS, F. **Gêneros da pintura**. São Paulo: Instituto Cultural Itaú, 1995.
- PEARCE, P. L.; STRIGER, P. F. Psychology and tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 18, p. 136-154, 1991.
- PEARCE, P. **Tourist behavior: themes and conceptual schemes**. Toronto: Univ. of Toronto, 2005.
- PIRES, M. J. **Lazer e turismo cultural**. Barueri: Manole, 2001.
- POTTER, R.; COSHALL, J. Sociopsychological methods for tourism research. **Annals of Tourism Research**, v. 15, p. 63-75, 1988.
- RAUCH, A. **Le tourisme ou la construction de l'étrangeté**. *Ethnologie Française*, Paris, PUF, tomo XXXII, juil.-sept., p. 389-392, 2002-3.
- RIBEIRO, M. A. A paisagem mineira contemporânea. In: SALGUEIRO, H. A. (Org.). **Paisagem e arte: a invenção da natureza, a evolução do olhar**. São Paulo: CBHA / CNPq / Fapesp, p. 299-305, 2000.
- ROGER, A. La naissance du paysage en Occident. In: SALGUEIRO, H. A. (Org.). **Paisagem e arte: a invenção da natureza, a evolução do olhar**. São Paulo: CBHA / CNPq / Fapesp, p. 33-39, 2010.
- ROSS, G. F. **Psicologia do turismo**. São Paulo: Contexto, 2001.
- SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SCHUTZ, A.; LUCKMANN, T. **The structures of the life-world**. London: Heinemann Ed. Books, 1974.
- TILLEY, C. **A phenomenology of landscape. Places, paths and monuments**. Oxford: Berg, 1994.



O Caminho de Santiago em Gaia. Itinerário religioso – itinerário turístico

The Camino de Santiago (the Way of St. James) in Gaia. Religious Itinerary – Tourist Itinerary

El Camino de Santiago en Gaia. Itinerário Religioso – Itinerario Turístico

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1074>

Graça Nunes da Ponte < graca_np@yahoo.com >

Universidad de Vigo (Uvigo), Campus de Ourense, Espanha.

María de la Cruz del Río Rama < delrio@uvigo.es >

Universidad de Vigo (Uvigo), Campus de Ourense, Espanha.

José Álvarez-García < pepealvarez@unex.es >

Universidad de Extremadura (UEX), Campus de Cáceres, Espanha.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 28-jul-2015

Aceite: 04-out-2016

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

PONTE, G. N. da; RAMA, M. C. del R.; ÁLVAREZ-GARCÍA, J. O Caminho de Santiago em Gaia. Itinerário religioso – itinerário turístico. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 106-122, dez. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

Na atual conjuntura, o turismo religioso tem adquirido uma importância crescente, em que se registram cada vez mais peregrinações. O caminho de peregrinação de Santiago, para além da sua inegável vertente religiosa e cultural, é também uma realidade turística, assumindo uma capacidade de contribuir estrategicamente para o desenvolvimento regional e local. Um dos caminhos que conduz os peregrinos até Santiago de Compostela – o Caminho Central Português – atravessa toda a cidade de Vila Nova de Gaia, ao longo de cerca de 15 quilómetros. Esse pequeno trajeto é o objeto de estudo deste trabalho, em que a sua análise implicou não só uma pesquisa bibliográfica, mas também uma pesquisa de campo no sentido de detectar a viabilidade de revitalizar este tipo de itinerário, de forma a tornar a peregrinação mais aprazível e, simultaneamente, fornecer ao peregrino toda a informação que ele necessita tendo ainda a possibilidade de conhecer um pouco da cidade por onde está passando. São ainda apresentadas algumas ações de dinamização e promoção que podem contribuir para incentivar um turismo sustentável e responsável.

Palavras-chave: Caminho de Santiago. Turismo religioso. Peregrinações. Vila Nova de Gaia. Promoção..

ABSTRACT

Currently religious tourism has become increasingly important while we assist to a growing number of peregrination. The Way of Saint James (Caminho de Santiago) of peregrination, besides its undeniable religious and cultural aspects, it is also a tourist reality, assuming the ability to contribute strategically to the regional and local development. One of the paths that leads the pilgrims to Santiago de Compostela - the Portuguese Central Way - crosses the entire city of Vila Nova de Gaia, along about 15 kilometers. This short trip is the object of study in this work, in which its analysis implied not only a literature search, but also a field investigation in the sense of detecting the viability of revitalizing this type of itinerary so as to permit a peregrination quieter and simultaneously offer the peregrine all the information it need by allowing the possibility to know a little the city where he is to pass. Some revitalization and promotion actions that can contribute to the promotion of sustainable and responsible tourism are also presented.

Keywords: Way of Saint James. Religious tourism. Pilgrimages. Vila Nova de Gaia, Promotion..

RESUMEN

En la actual coyuntura, el turismo religioso ha adquirido una importancia creciente, en el que se registran cada vez más peregrinaciones. El Camino de Santiago de peregrinación, además de su innegable vertiente religiosa y cultural, también es una realidad turística, asumiendo la capacidad de contribuir estratégicamente para el desarrollo regional y local. Uno de los caminos que conducen a los peregrinos a Santiago de Compostela - el Camino Portugués Central - atraviesa toda la ciudad de Vila Nova de Gaia, a lo largo de unos 15 kilómetros. Este pequeño trayecto es el objeto de estudio en este trabajo, en el que su análisis implicó no solo una búsqueda bibliográfica, sino también, una investigación de campo en el sentido de detectar la viabilidad de revitalizar este tipo de itinerario de forma que permita una peregrinación más tranquila y simultáneamente ofrecer al peregrino toda la información que necesita permitiendo la posibilidad de conocer un poco la ciudad por donde está a pasar. Se presentan también algunas acciones de dinamización y promoción que pueden contribuir a la promoción del turismo sostenible y responsable.

Palavras clave: Camino de Santiago. Turismo religioso. Peregrinaciones. Vila Nova de Gaia. Promoción.

Introdução

O tema apresenta Muito se fala ultimamente nos Caminhos de Santiago, e, nos últimos anos, as entidades públicas parecem ter despertado para esse fenômeno cultural que, de ano para ano, conduz cada vez mais peregrinos a Santiago de Compostela (Galícia - Espanha).

Em Portugal, o Turismo Religioso representa cerca de 10% do total de receitas geradas em turismo, de acordo com estimativas da Confederação do Turismo Português, e, embora Fátima e Braga liderem a lista dos locais mais procurados, quer o Norte quer o Sul têm um grande potencial, em termos de patrimônio religioso, material e imaterial, que lhes conferem condições para integrar em itinerários turísticos da fé e da espiritualidade (PEDRO, 2014).

O Plano Estratégico Nacional do Turismo (Pent) de Portugal para 2013-2015, aprovado em 2007, define dez produtos estratégicos de acordo com os recursos e os fatores distintivos de Portugal tendo também em conta o seu potencial de crescimento futuro. O turismo religioso integra-se em um desses produtos – Touring – Turismo Cultural e Religioso, e para esse produto estratégico são previstas algumas ações, como reforçar os circuitos turísticos religiosos e culturais, valorizar peregrinações e itinerários religiosos, como é o caso do Caminho Português Central de Santiago, referindo ainda que “importa, igualmente, formatar itinerários que valorizem e integrem esse patrimônio e incentivar a criação de experiências de turismo rural que qualifiquem e diversifiquem as ofertas” (PENT, 2013, p. 2174).

Embora Fátima seja o produto estrela do turismo religioso em Portugal, já se nota um interesse por parte de alguns municípios¹ portugueses na dinamização do Caminho de Santiago, nomeadamente na colocação de sinalização, não só para proporcionar segurança e orientação aos peregrinos, mas também para que conheçam a sua história local e os seus atrativos turísticos.

Vários são os Caminhos de Santiago, e um desses Caminhos – o Caminho Central Português – inicia em Lisboa e passa por Vila Nova de Gaia (Portugal). E é precisamente nesse trajeto, que atravessa Gaia, que incide o objeto deste artigo, onde se pretende apurar de que forma pode um itinerário de índole religiosa, constituir simultaneamente um itinerário turístico. “O Caminho de Santiago em Gaia – Itinerário Religioso, Itinerário Turístico” constitui simultaneamente um trabalho de investigação e apresentação de uma proposta de dinamização e promoção desse trajeto, que pretende contribuir para a melhoria dos acessos percorridos pelos peregrinos, bem como da sinalização e da sua divulgação e promoção, capaz de fornecer aos peregrinos todas as informações necessárias relativas não só ao trajeto, mas também dos serviços de que dispõe ao longo do Caminho e pontos de interesse alusivos ao patrimônio cultural, histórico e ambiental.

Turismo religioso, peregrinações e itinerários

Turismo Religioso

Desde tempos remotos que a religião move multidões, pessoas crentes e devotas que se deslocam quer por devoção, quer pelo prazer de visitar patrimônio religioso ou locais ditos sagrados ou de fé. A evolução dos destinos religiosos, sobretudo aqueles que representam grandes centros de peregrinações (santu-

¹ Portugal tem uma estrutura administrativa e organização territorial dividida em 18 distritos e duas regiões autónomas, Açores e Madeira. Os distritos e as regiões autónomas se subdividem em 308 municípios ou conselhos. Normalmente um distrito tem o nome do povoado maior ou cidade, ou, pelo menos, do seu povoado ou cidade mais importante historicamente.

ários), tem revelado uma grande influência dos espaços envolventes, permitindo que a fruição de outros valores relacionados com patrimônio cultural, natureza e paisagens se combinem com os do turismo religioso (ALMEIDA, 2013).

De acordo com Jaluska e Junqueira (2012), entre os diversos segmentos turísticos, o turismo religioso caracteriza-se pelos deslocamentos motivados pela fé, por meio de romarias ou peregrinações, ou pelo interesse em adquirir conhecimento de alguma outra cultura religiosa, através de visitas a templos, santuários, lugares histórico-culturais, ou até mesmo da realização de rituais ou participação em eventos característicos de determinada religião.

Josep-Enric Parellada², citado por Marques (2010a, p. 122), dá uma definição de turismo religioso, em que considera “aquele tipo de turismo que tem como motivações a visita a lugares sagrados (santuários, conventos, mosteiros, igrejas, ermidas, capelas, catedrais) ou a participação em festas religiosas (Semana Santa em Sevilha, por exemplo) para descobrir o *genius loci*, ou seja, a essência religiosa, a mensagem transmitida, pela beleza histórica e artística. Isso não exclui, e até inclui muitas vezes, a oração e a celebração de sacramentos”.

Do resultado dessa definição, Marques (2010b) distingue três tipos de locais capazes de atrair o turismo religioso: os santuários de peregrinação; os espaços religiosos que têm um patrimônio cultural, histórico e artístico significativo; e as grandes reuniões de grupos religiosos e celebrações também de caráter religioso. Para o presente estudo, interessa o primeiro tipo, que envolve o ato de peregrinar.

Peregrinações

Conforme refere Marques (2010b), a peregrinação é uma das mais antigas tradições religiosas da humanidade. Jorge (s/d), considera que os peregrinos são pessoas que estão sempre em movimento, e que passam por territórios alheios procurando uma interação, clareza, um destino para o próprio espírito, para que este possa apontar o melhor caminho a seguir. Segundo este autor e peregrino, as peregrinações realizam-se por motivos religiosos a um lugar considerado, de certa forma, sagrado ou milagroso, e constituem uma forma de culto religioso adotado em quase todas as religiões.

Embora as peregrinações se realizem por motivos religiosos, é certo que nos dias de hoje estão integradas no contexto do turismo religioso, não só pelo fato de envolver uma deslocação, mas também pelos elementos que vão “distraindo” o peregrino ao longo do caminho, como monumentos que despertam a sua atenção e vontade de visitar, relevantes pontos de interesse em determinadas regiões, a própria gastronomia típica por onde vai passando e o levam a interagir com as populações locais e seus costumes e tradições.

Marques (2010b), considera que os trilhos de peregrinação a Santiago estão direcionados ao turista em geral, distinguindo vários tipos: o turista que peregrina movido pela fé, entendendo a caminhada como um veículo de aproximação com Deus e consigo próprio, visitando, por isso, outros santuários, orando e encarando a sua viagem como penitência, ou como modo de louvor pela sua crença; o turista aventureiro, amante da natureza, que gosta de andar a pé e vê nos Caminhos de Santiago uma oportunidade de se

² Josep-Enric Parellada é diretor do Departamento de Pastoral de Turismo, Santuários e Peregrinações da Conferência Episcopal Espanhola, e a definição referida de turismo religioso está no texto intitulado “El Turismo Religioso – sus perfiles” e que foi apresentado nas Jornadas da Pastoral do Turismo, em Ávila, em 2009.

aproximar da paisagem natural e humana, bem como de estreitar laços com velhas ou novas amizades; e o turista que pode peregrinar com devoção, mas que aproveita a viagem para sair da realidade comum e alargar horizontes, aventurar-se e tirar dessa experiência prazer pelas várias dimensões que essa “peregrinação turística” lhe proporciona.

Itinerários

A mobilidade é um conceito que está profundamente ligado ao turismo. Segundo Ferreira, Aguiar e Monteiro (s/d), os itinerários surgem como uma das respostas possíveis ao constante desafio de criação de novos produtos turísticos, dada a sua capacidade de atrair visitantes, contribuir para o aumento da visibilidade do seu patrimônio material e imaterial e para a melhoria da imagem do destino.

De acordo com a Carta dos Itinerários Europeus (ICOMOS, 2008), elaborada pelo Comitê Científico Internacional dos Itinerários Culturais (CIIC) “um itinerário cultural é uma via de comunicação terrestre, aquática, mista ou outra, fisicamente definida, com uma dinâmica e funções históricas próprias, a serviço de um objetivo concreto e determinado”. Cita também que essa via deve ser um espaço de intercâmbios culturais, multidimensionais e recíprocos, capaz de gerar uma grande riqueza patrimonial e fomentar relações históricas entre povos distintos.

Em 1987, o Caminho de Santiago foi declarado, pelo Conselho da Europa, como Primeiro Itinerário Cultural da Europa, na mesma altura que foi lançado o Programa dos Itinerários Culturais Europeus pelo Conselho da Europa, cuja promoção tem uma tripla finalidade: (1) Tornar mais visível, valorizar e pôr em prática uma identidade cultural comum aos cidadãos europeus; (2) Salvar e destacar o patrimônio cultural europeu como fator de melhoria do modo de vida e como causa de desenvolvimento social, econômico e cultural; (3) Oferecer aos cidadãos novas possibilidades dos seus tempos livres, dando um lugar de destaque ao turismo cultural e respectivas práticas (EUROPEAN INSTITUTE OF CULTURAL ROUTES, 2002).

Em 1997 foi criado o Instituto Europeu dos Itinerários Culturais, destinado a acolher o Programa dos Itinerários Culturais, acompanhar os promotores dos itinerários culturais já elegidos, ajudar os portadores de novos projetos a pôr em prática as suas iniciativas e a difundir todas as informações sobre o programa (EUROPEAN INSTITUTE OF CULTURAL ROUTES, 2002). Um itinerário cultural não é, em si mesmo, um itinerário turístico, mas pode também constituir uma forma de dinamização turística em vários níveis, desde a natureza ao patrimônio material ou imaterial, contribuindo para trazer vários benefícios para as populações nelas envolvidas (PINHEIRO, 2007).

Os itinerários culturais permitem ainda promover um turismo sustentável e responsável, canalizar os fluxos turísticos e contribuir para a conservação dos monumentos. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento de um itinerário temático não necessita de um orçamento muito elevado, nem de grandes investimentos (MAAK, 2009).

Santiago – a Origem do Culto

No Campus Stellae – de onde se crê derivar a palavra Compostela – foi erguida uma capela para proteger

a tumba do apóstolo que se tornou um símbolo da resistência cristã aos ataques dos mouros (CEG, s/d). Ao saber do sucedido, o rei Afonso II (rei das Astúrias), desloca-se àquele local e manda construir um mosteiro que cuidasse e regulasse o culto ao apóstolo. Assim, Compostela começou por ter um mosteiro, um santuário martirial, uma igreja para o culto e um batistério. Também nessa altura, a diocese de Iria Flavia transferiu-se para aquele novo local, levando à construção de edifícios episcopais. A igreja mandada construir por Afonso II, transformou-se em basílica com Afonso III, tendo sido destruída por Almançor (em 996) e reconstruída até a grande catedral românica (FERNANDES, 2014).

É a partir do ano 1000 que as peregrinações a Santiago se tornam mais populares, tornando-se essa cidade um dos principais centros de peregrinação cristã. Nessa altura, começam ainda a surgir os primeiros relatos de peregrinos a Compostela. Naquele momento, a Europa cristã apresentava um notável progresso baseado em um forte crescimento demográfico, na extensão das áreas cultivadas e no aumento da produtividade (GIL; RODRIGUES, 1990). E progressivamente ia amadurecendo em Santiago de Compostela a criação de um centro religioso capaz de concorrer em celebridade com Roma ou Jerusalém.

Otero (2009) refere que em Portugal, desde o século XII até aos dias de hoje, os peregrinos portugueses não deixaram de ir a Santiago, desde vilas a cidades, grandes ou pequenas, próximas ou distantes, como Braga, Porto, Coimbra, Lisboa, Santarém, Óbidos e Évora. Com os peregrinos vieram mercadores, feirantes, médicos e curandeiros, beneméritos, filósofos, clero, nobreza e o exército. Para recuperar essa velha forma de caminhar e esses velhos caminhos, tem que se refazê-los, inventá-los de novo, criar novas rotas, já não tanto para a peregrinação, mas também para o desporto e para o turismo.

Solla (2006) reforça essa ideia referindo que nos últimos anos as peregrinações a Compostela adquirem uma grande importância, e hoje em dia constituem um produto turístico em que a religião cada vez tem menos relevância. Canavarro (2010) refere que a peregrinação ao Túmulo de Santiago é como uma nova bandeira que desde o seu início assina a identidade europeia que se procura erguer como afirmação de apogeu ocidental na transição da Idade Média para a Idade Moderna. Ao longo dessa época e da contemporânea seguiram-se períodos de crise, voltando a ganhar mais presença no final do século passado, sendo hoje em dia, no limiar do século XXI, um caminhar de dimensão ainda mais internacional.

Os Caminhos de Santiago

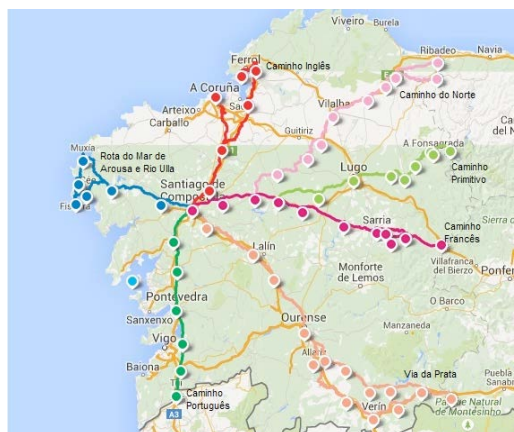


Figura 1 – Os Caminhos de Santiago na Galícia

Fonte: Xacobeu Galícia

O Caminho de Santiago não é um só caminho, mas sim um conjunto de rotas que se espalham por toda a Europa e que acabam por se entroncar nos caminhos espanhóis, até chegarem ao destino sagrado – Santiago de Compostela.

De todas essas rotas, destacam-se as mais conhecidas, localizadas na Galícia (Figura 1) e que estão

Estatísticas dos peregrinos

Quem mantém vivos os caminhos são os peregrinos, e alguns indicadores como o seu número, que meios utilizam, as suas motivações, que caminho percorreram, entre outros, ajudam a compreender a importância dos Caminhos de Santiago no âmbito do presente estudo. Os dados que se seguem foram obtidos por meio das informações estatísticas do Posto de Acolhimento de Peregrinos da Catedral de Santiago de Compostela, publicadas no seu *site* (*Oficina de Acogida al Peregrino*), tendo em conta os peregrinos que ali foram recebidos nos últimos anos até 2014.

a) Número de peregrinos

A Figura 3 demonstra que o número de peregrinos que se deslocam para Santiago de Compostela tem aumentado ao longo dos anos, não se considerando o ano de 2010 por ter sido Ano Santo e, naturalmente, os valores são diferentes, já que em anos de Jacobeu (quando o dia 25 de julho, Dia de Santiago, coincide com um domingo) o santuário de Santiago de Compostela tem uma afluência muito maior.

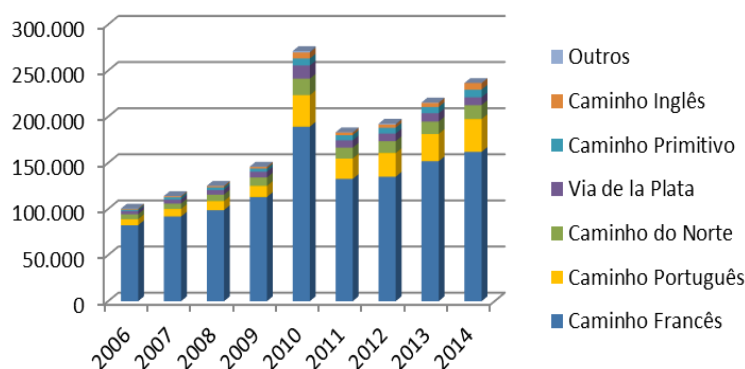


Figura 3 – Número de peregrinos que chegam a Santiago e os caminhos que percorrem

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Posto de Acolhimento ao Peregrino (Oficina de Acogida al Peregrino)

b) Caminhos mais percorridos

O Caminho Francês é claramente o itinerário mais percorrido pela maioria dos peregrinos (cerca de 70%), sendo o Caminho Português o segundo mais percorrido (cerca de 14%). Também é verdade que, nos últimos anos, se têm verificado um crescimento do número de peregrinos que chegam a Compostela por outros itinerários, embora a tendência se mantenha. Sendo cerca de 16% dos peregrinos os que escolhem os restantes caminhos para a sua peregrinação até Santiago (Figura 3).

c) Meio utilizado

O maior número de chegadas a Santiago de Compostela é a pé, que é a forma mais tradicional de se peregrinar. Essa tendência mantém-se relativamente estável ao longo dos anos.

Tabela 1 – Peregrinos que chegam a Santiago segundo o meio utilizado

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Pé	81.783	93.953	103.669	120.605	237.852	153.065	164.778	188.191	210.942
Bicicleta	18.289	19.702	21.143	24.892	32.926	29.949	27.407	26.646	25.325
Cavalo	283	364	290	341	1315	341	281	977	1.520

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Posto de Acolhimento ao Peregrino (Oficina de Acogida al Peregrino)

d) Motivações

Há um grande número de pessoas que peregrinam rumo a Santiago por motivos exclusivamente religiosos (Figura 4). Mas o maior número de pessoas são as que apresentam outras razões paralelas às motivações religiosas, ou seja, que para além da religião, outros fatores influenciam a decisão de realizar a peregrinação, tais como razões culturais, espírito de aventura e procura de sensações, de aventura e lazer. Em minoria, estão os que fazem o Caminho por motivos não religiosos, movidos por um misto de curiosidade e aventura, e vontade de conhecer esse Caminho tão conhecido e tão histórico.

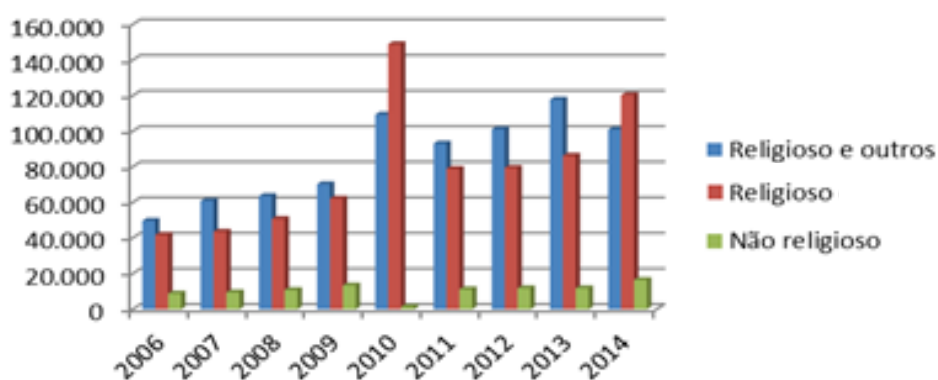


Figura 4 – Número de peregrinos que chegam a Santiago segundo o motivo

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Posto de Acolhimento ao Peregrino (Oficina de Acogida al Peregrino)

e) Proveniência

A Tabela 2 apresenta o número de peregrinos segundo o local onde iniciam a sua peregrinação até Santiago. De todos os locais apurados no relatório estatístico efetuado pelo Posto de Acolhimento ao Peregrino de Santiago de Compostela (quase 200), foram seleccionadas apenas algumas cidades portuguesas onde os peregrinos iniciam o seu percurso através do Caminho Central Português, algumas ao sul do Porto, outras ao norte (e Tui, sendo espanhola, é também um importante ponto de partida e de passagem do Caminho Central Português).

Pode, assim, observar-se que Porto é a cidade portuguesa de onde partem mais peregrinos, mas logo a seguir é Lisboa, o que, para o estudo em questão, é importante ter a noção da existência da probabilidade de um número crescente de peregrinos passar por Vila Nova de Gaia. Na verdade, não há um local definido para começar o Caminho, no caso do Caminho Português, é notória a preferência por um maior

número de peregrinos de iniciar o seu caminho em Tui e no Porto, havendo uma tendência crescente em fazer o mesmo a partir de Lisboa.

Tabela 2 – Peregrinos que chegam a Santiago segundo a proveniência

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Tui	4.169	18.121	7.720	8.436	9.394	11.816
Porto	3.236	5.694	6.539	7.641	8.859	10.395
Lisboa	449	718	647	977	1.067	1.435
Ponte de Lima	456	709	828	901	966	1.315
Rates, S. Pedro				343	635	531
Braga	228	271	255	333	399	565
Barcelos				245	544	542
Viana do Castelo				111	161	184
Guimarães				61	178	282
Póvoa do Varzim			41	54	75	60
Coimbra				47	123	157
Esposende				12	38	24
Aveiro				4	29	39
Resto de Portugal	1.563	2.984	2.832	2.660	1.602	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Posto de Acolhimento ao Peregrino (Oficina de Acogida al Peregrino)

A tutela do Caminho

Em Portugal não há uma entidade institucional responsável pela coordenação, gestão e promoção do Caminho, mas existem diversas associações e confrarias que, voluntariamente, vão fazendo esse trabalho, sobretudo em termos de levantamento, marcação e sinalização, em um trabalho mais ou menos direto com o poder local (MARQUES; FERREIRA, 2012). Essas associações também apoiam os peregrinos que pretendem realizar o percurso, providenciando mapas, credenciais e qualquer apoio logístico de que precisem. Na sua maioria tem uma lista de associados e organizam passeios anuais (CEG, s/d). Em Vila Nova de Gaia existe a Confraria de Santiago da Paróquia de S. Salvador de Grijó, fundada em 2012, sediada em Gaia.

O Caminho de Santiago em Gaia

Enquadramento geográfico

O município de Vila Nova de Gaia, em nível nacional, localiza-se no noroeste de Portugal, pertence ao distrito do Porto e faz parte da Região Norte (NUTS II) sendo o maior da Área Metropolitana do Porto ou Grande Porto (NUTS III). Situa-se à margem sul do Rio Douro, ocupa uma área de 168 km² e tem cerca de 302.295 habitantes (Gaiurb). O território municipal é limitado a Oeste pelo Oceano Atlântico

(tem uma faixa costeira de cerca de 17 quilômetros), a Norte e Nordeste pelo Rio Douro, que o separa dos concelhos do Porto e Gondomar, a Sul, junto à orla costeira, confronta com Espinho, e na zona interior, com Santa Maria da Feira.

Metodologia

A análise do percurso do Caminho de Santiago em Gaia foi realizada por meio de trabalho de campo que consistiu em uma investigação *in loco* com o intuito de fazer o levantamento dos seguintes elementos: estado das vias, o nível de dificuldade e as condições de segurança; definir o itinerário; identificar os pontos de interesse capazes de captar a atenção dos peregrinos; analisar a sinalização do trajeto; averiguar os serviços que existem ao longo do trajeto e que poderão ser úteis ao peregrino, desde cafés, restaurantes, comércio, alojamento, entre outros (neste trabalho, considerou-se apenas o alojamento direcionado a peregrinos); obter informações sobre o Albergue de peregrinos em Grijó, bem como sua taxa de ocupação; conhecer a distância e o tempo médio que o peregrino levará para percorrer o trajeto.

Além de recolher todos esses dados, foi feito um levantamento fotográfico em todo o itinerário, no sentido de registrar as condições dos acessos, o estado da sinalização e outros pontos que possam ser necessários para a investigação. O levantamento no terreno para análise dos pontos fundamentais que compõem o Caminho de Santiago em Vila Nova de Gaia foi realizado por fases ou etapas, de forma a facilitar a leitura dos dados. Assim, neste estudo, o percurso está dividido em cinco fases: C1: U.F. de Grijó e Sermonde; C2: U.F. de Serzedo e Perosinho; C3: Freguesia de Canelas; C4: U.F. de Mafamude e Vilar do Paraíso (até à Rotunda de Santo Ovídeo); C5: da Rotunda de Santo Ovídeo à Ponte Luís I (abrangendo a U.F. de Mafamude e Vilar do Paraíso e U.F. de Santa Marinha e São Pedro da Afurada).

Análise *Swot* do Caminho de Santiago em Gaia

A análise que se segue foi realizada com o intuito de compreender os fatores que podem influenciar a dinamização e implementação do Caminho de Santiago que passa por Gaia com base nas ameaças, pontos fortes, pontos fracos e oportunidades, e tendo em consideração o ambiente externo e interno a todo esse cenário. Pretende-se que a análise desses dados contribua para a elaboração da proposta de implementação e dinamização do Caminho de Santiago em Gaia, nomeadamente no que concerne à definição de ações estratégicas e operacionais.

Tabela 1 – Análise *Swot* do Caminho de Santiago em Gaia

Análise Interna
Pontos fortes
<ul style="list-style-type: none"> - Percurso sinalizado na quase totalidade - Dinamização do interior das freguesias fazendo com que o comércio local se beneficie da passagem de alguns peregrinos - Existência de um albergue de peregrinos - Existência da Confraria dos Caminhos de Santiago de S. Salvador de Grijó - Uma grande parte do Caminho passa por zonas rurais - Possibilidade de adquirir a credencial do peregrino no Mosteiro de Grijó - A Serra de Negrelos é uma Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) prevista no Plano Diretor Municipal
Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> - A sinalização existente é feita à base de setas amarelas pintadas, que se deterioram com mais facilidade - Sinalização incorreta em algumas zonas - A Serra de Negrelos, por onde passa o caminho, é bastante isolada, sem qualquer segurança, e tem lixo doméstico - Escassez de património monumental e cultural - Informação insuficiente sobre o percurso do Caminho que atravessa Gaia - Inexistência de dados estatísticos acerca do número de peregrinos que passa por Gaia
Análise Externa
Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> - Integra o Caminho Português, o segundo Caminho de Santiago mais percorrido - Depois da nova revisão do Pent, o turismo religioso passou a enquadrar um dos dez produtos estratégicos - Interesse e preocupação de Associações ligadas ao Caminho em realizar a manutenção da sinalização deste, revelando, de uma forma gratuita, uma preocupação constante em relação ao Caminho - Evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) - Interesse por parte da Autarquia em dinamizar o itinerário do Caminho de Santiago que passa em Gaia - Existência de fundos comunitários que podem ser utilizados em prol da valorização dos caminhos
Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Um grande percentual de peregrinos começa o Caminho a partir do Porto - Ausência de uma entidade responsável pela tutela do Caminho

Fonte: Elaboração própria

Proposta de dinamização

A presente proposta pretende implementar o itinerário que corresponde ao trajeto do Caminho Central de Santiago que passa em Gaia, no sentido de, não só conhecer a cidade de Gaia e o seu património natural, paisagístico, histórico e cultural, respondendo, dessa forma, às diretrizes do Plano Estratégico Nacional do Turismo, como também contribuir para a melhoria dos acessos dotando o Caminho de condições capazes de responder às necessidades dos peregrinos. Pretende-se assim, melhorar a sinalização seguindo as recomendações existentes sobre os Caminhos de Santiago, e propor a sua promoção utili-

zando as ferramentas que dispomos atualmente, de modo a reforçar o papel do município de Vila Nova de Gaia como agente de promoção e proteção do Caminho Central Português.

a) Sinalização

Em 2008 foram publicadas, na Espanha, uma série de normas por meio da Nota de Serviço 1/2008 denominada “*Señalización del Camino de Santiago*” no sentido de melhorar a qualidade, segurança e homogeneidade dos itinerários históricos transitados por meios não motorizados (a pé, de bicicleta, a cavalo), e diminuir o conflito nos pontos de contato com as estradas, e onde define critérios de implantação, as características dos sinais e dos seus materiais (DIRECCIÓN GENERAL DE CARRETERAS, 2008).

Desde que os Caminhos de Santiago foram designados como Itinerário Cultural do Conselho da Europa, em 1987, beneficiam de um logotipo específico com as cores da Europa que permite a identificação e reconhecimento dos itinerários compostelanos em escala continental. A sua função é a identificação do caminho até Compostela, sendo um logotipo posicional e não direcional. Tem acontecido por vezes a sua má colocação em alguns territórios, tornando-se confuso para os caminhantes que não sabem que caminho seguir. Para fazer face a essas incoerências, a ACIR Compostelle (*Association de Coopération Interrégionale – Les Chemins de Saint-Jacques de Compostelle*) realizou um dossier de recomendações para acompanhar projetos de marcação dos caminhos conducentes a Santiago de Compostela, de forma a dotar esses caminhos de uma sinalização europeia coerente (ACIR, 2009). Desde que o Caminho de Santiago foi eleito como Itinerário Cultural Europeu (em 1987) pelo Conselho da Europa, foi selecionado um emblema como um símbolo ser utilizado em todos os seus trajetos: a concha de vieira.

Em Vila Nova de Gaia, esse tipo de sinalização é ainda uma lacuna, o trajeto do Caminho está sinalizado com setas amarelas pintadas nos mais variados sítios, o que exige uma maior manutenção já que, ao longo dos tempos vão desaparecendo, estando algumas localizadas em locais de reduzida visibilidade. Apenas em Perosinho existe sinalização desse tipo, desde 2011, mas o logotipo está incorretamente colocado.

Assim, face a todo o exposto, e no sentido de implementar uma sinalização uniforme do Caminho Central de Santiago que passa em Gaia, propõe-se o seguinte: (1) colocação de um painel informativo na entrada do Mosteiro de Grijó (onde inicia o trajeto), com o mapa do caminho e seu itinerário, altimetria, contatos úteis e informações úteis; (2) colocação de sinais simultaneamente posicionais e direcionais, em zonas de cruzamentos, entroncamentos e bifurcações; (3) colocação de sinais posicionais e informativos de património que se localiza no Caminho.

b) Implementação de folheto informativo

Elaboração de um folheto com informações de todo o itinerário que vai desde o Mosteiro de Grijó à Ponte Luís I, com informações sobre o Concelho, localização do Albergue, pontos de interesse e contatos úteis. No fundo, um pequeno guia dirigido aos peregrinos que atravessam Gaia pelo Caminho de Santiago.

c) Implementação do carimbo do Município

Implementar o carimbo oficial do município de Gaia de modo a carimbar o passaporte do peregrino, quando solicitado, disponibilizando-o em vários pontos estratégicos, ou, uma vez que a Confraria da Paróquia de S. Salvador de Grijó também tem o seu carimbo disponível no Albergue, o do município deverá estar disponível nos dois postos de informação turística municipal (do Cais de Gaia e da Beira-Rio) e ainda no Atendimento Geral do município.

d) Utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)

Embora o itinerário do Caminho de Santiago deva ser sinalizado de forma a ser percorrido por qualquer pessoa, mesmo sem experiência ou sem recurso a técnicas ou equipamentos de orientação (GPS, bússola, mapas, guias, etc.), nos dias de hoje, e com o advento da internet, torna-se útil e conveniente criar alternativas de pesquisa e recolha de informação. A internet representa uma excelente ferramenta de desenvolvimento da atividade turística e um meio dinâmico de acesso à informação.

Também integrados às TICs estão os Sistemas de Informação Geográfica (SIGs), que, no caso concreto, constituem uma ferramenta de grande utilidade, na medida em que permitem georreferenciar dados do percurso, podendo, dessa forma, os caminhantes descarregar esses dados para o seu *smartphone* ou *tablet*, e visualizá-los de forma dinâmica, calcular distâncias, aceder a informações diversas (pontos de interesse, serviços, contatos úteis, hiperligações com outras páginas da internet) entre outras funcionalidades.

Assim, e de forma a tirar o máximo de benefício possível das TICs, de modo a tornar acessível a um maior número de pessoas todas as informações necessárias relativas ao Caminho de Santiago que passa em Gaia, propõe-se o seguinte: (1) colocação de informação no portal do município: informação histórica, descrição do itinerário, informações sobre o Albergue de S. Salvador de Grijó, outros dados que possam ser úteis ao peregrino, mapa em ficheiro kml, criação de um código QR com ligação a todas essas informações; (2) utilização das redes sociais e criação de um blog para divulgar e promover o Caminho, bem como para fornecer todas as informações de que o peregrino possa necessitar.

e) Implementação do menu do peregrino

O chamado “Menu do Peregrino” consiste em um menu com um custo muito baixo, desenhado especialmente para os peregrinos que estão em caminhada, e têm, assim, a oportunidade de comer um prato quente que em alguns casos incluem até mesmo certas especialidades locais. Para ter acesso a esse menu é obrigatório apresentar a sua credencial, evitando, dessa forma, abusos de quem não é peregrino. Em Grijó, ao lado do Albergue, já existe um local que tem esse menu. Uma vez que o percurso em Gaia tem 15 quilômetros, teria todo o sentido em existir também esse tipo de menu na fase final do trajeto, a partir da rotatória de Santo Ovídeo, por exemplo.

Considerações finais

Embora desde tempos muito antigos que a religião move multidões, o fenômeno da religião associada ao turismo é relativamente recente. A atividade turística envolve deslocamentos, assim como a religião e as peregrinações, por motivos religiosos ou não. O turismo encontrou aqui um nicho de mercado que só nos últimos anos começou a explorar a partir do momento em que existem outros elementos que interessam também a esse tipo de turista, como a visita a monumentos, determinados pontos de interesse e até a gastronomia típica de uma região.

As peregrinações podem, hoje em dia, ser integradas ao turismo religioso. O peregrino que tem como motivação exclusivamente religiosa não é aquele que propriamente contribui para um dinamismo da atividade turística, mas já vamos assistindo a uma vontade de repetir o caminho, desta vez por outras razões, para conhecer e visitar locais que não teve oportunidade de conhecer quando peregrinava com uma motivação religiosa.

Os Caminhos de Santiago integram-se no âmbito dos itinerários culturais, pois são constituídos a partir de vias preexistentes cujo tema consiste em chegar ao Santuário de Santiago de Compostela e, como tal, foi considerado, em 1987, como Primeiro Grande Itinerário Cultural Europeu, pelo Conselho da Europa.

Em termos de números, e de acordo com os dados já analisados neste estudo, distinguem-se três reflexões muito importantes:

- As peregrinações a Santiago têm aumentado, o que contribui para reforçar a importância crescente que o turismo religioso tem adquirido, e, como já foi referido, assume um papel estratégico no panorama do turismo atual. Esse dado permite prever uma viabilidade para desenvolver um itinerário turístico a partir de um itinerário religioso, nesse caso, o Caminho de Santiago em Gaia;
- O Caminho Português é o segundo mais percorrido, daqui advém a possibilidade de mais peregrinos passarem também por Gaia;
- Nos dois últimos anos houve um aumento de peregrinos que fizeram o caminho a partir de Lisboa e também de Coimbra. Esses peregrinos que vêm do sul vão, obrigatoriamente, passar por Gaia. Quanto mais informações tiverem ao seu dispor, mais curiosidade vão ter em conhecer a cidade por onde irão passar, dado que as referências que existem nos guias e meios de informação apenas se referem a “Grijó”.

Relativamente à dinamização que se pretende para o trajeto do Caminho Central Português que passa em Gaia, elaboram-se as seguintes considerações finais:

- Este trajeto tem uma grande diversidade territorial: começa em uma zona de interior e rural, passa por uma zona florestal (Serra de Negrelos), até chegar à zona urbana e terminando junto à zona fluvial, no Centro Histórico de Gaia, junto ao Rio Douro, não esquecendo que nesta última zona o peregrino passa por aquele que é considerado o ex-libris de Gaia – o Mosteiro da Serra do Pilar, até chegar à ponte Luís I, ambos monumentos classificados como Patrimônio Mundial da Unesco (incluídos na área do Centro Histórico do Porto). Constitui um percurso fácil, de 15 quilômetros que se faz em cerca de quatro horas e meia;
- Este trajeto pode ser considerado um itinerário cultural e, como tal, permite uma dinamização turística de forma sustentável. A proposta de dinamização apresentada neste trabalho inclui a implementação de sinalização de acordo com as recomendações existentes de modo uniforme ao que já se utiliza em outros Caminhos de Santiago, entre outras ações pretende implementar um itinerário que permita não só conhecer a cidade de Gaia, como também o seu patrimônio natural, paisagístico, histórico e cultural, respondendo, dessa forma, às diretrizes do Plano Estratégico Nacional do Turismo;
- Devem ser aproveitados os instrumentos de planeamento e gestão territorial disponíveis, nesse caso o Plano Diretor Municipal, que tem um papel fundamental na revitalização do espaço. Como já foi referido neste trabalho, no caso concreto da Serra de Negrelos, prevê a sua recuperação e valorização paisagística, entre outros objetivos.

Por último, dinamizar e revitalizar o trajeto do Caminho Central Português, que passa em Gaia, irá contribuir não só para relembrar a devoção jacobita, mas também para elevar a cultura, o território, as paisagens e o patrimônio, fazendo com que um novo caminho seja descoberto.

Referências

- ACIR. Association de Coopération Interrégionale. **La Signalétique au servisse dún Patrimoine** – Les Itinéraires vers Compostelle, “Préconisations pour une charte signalétique du «Grand Itinéraire Culturel du Conseil de l’Europe», Acir Compostelle, Toulouse, 2009. Disponível em: <<http://www.vialusitana.org/sinaletica/>>. Acesso em: 18 dez. 2014.
- ALMEIDA, S. P. **Projeto de Consultadoria na área de Turismo e Lazer**. Turismo Religioso – Estudo de Mercado e Comunicação, Politécnico do Porto (s/n). Prova de candidatura ao título de especialista, 2013.
- CAMINHO PORTUGUÊS DA COSTA. Disponível em: <http://www.cm-viladoconde.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=54495>. Acesso em: 27 abr. 2015.
- CANAVARRO, P. **O Caminho de Santiago e a Peregrinação**: reflexões de um europeísta, comunicação no Seminário Internacional O Caminho de Santiago e Identidade Europeia, Alvito, 2013. Disponível em: <<http://lociacobi.eu/wp-content/uploads/2010/05/Ponencia-Alvito-Pedro-Canavarro.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2014.
- CEG. Centro de Estudos Galegos. Disponível em: <ceg.fcsh.unl.pt/>. Acesso em: 27 abr. 2015.
- DIRECCIÓN GENERAL DE CARRETERAS (2008). **Señalización del Camino de Santiago**. Nota de servicio 1/2008, Ministerio de Fomento. Disponível em: <<http://www.vialusitana.org/sinaletica/>>. Acesso em: 10 nov. 2014.
- EUROPEAN INSTITUTE OF CULTURAL ROUTES. **The Cultural Routes Programme of the Council of Europe, 2002**. Disponível em: <http://www.cultureroutes.lu/php/fo_do_downld.php?ref=00000263/00000263.pdf&saveas=presentation%20-%20EN.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2015.
- FERNANDES, P. A. **Caminhos de Santiago**. Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja/Turismo de Portugal, IP (s/l), 2014.
- FERREIRA, L.; AGUIAR, L.; MONTEIRO, A. **Itinerários Turísticos**: contributos para a construção de uma oferta inovadora e para a criação de destinos sustentáveis, (s/d). Disponível em: <<https://cld.pt/dl/download/42cb39a2-9d80-4eae-8f59-a9e1713d1e70/Proceedings%20Book%20ITC'13/Papers/P80-13.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2015.
- GAIURB. **Urbanismo e Habitação**. Disponível em: <<http://www.gaiurb.pt/home.htm>>. Acesso em: 27 abr. 2015.
- GIL, C.; RODRIGUES, J. **Pelos Caminhos de Santiago**: itinerários portugueses para Compostela, Ed. Dom Quixote, Lisboa, 1990.
- ICOMOS, 2008. **Carta dos Itinerários Culturais**. Elaborada pelo Comitê Científico Internacional dos Itinerários Culturais (CIIC) do Icomos, ratificada pela 16ª Assembleia Geral do Icomos, em 4 de outubro de 2008, Québec, Canadá. Disponível em: <http://www.icomos.org/charters/culturalroutes_sp.pdf>.
- JALUSKA, T.; JUNQUEIRA, S. A utilização dos espaços sagrados pelo Turismo Religioso e suas possibilidades como ferramenta auxiliar para o estabelecimento do diálogo entre as nações. **Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica**, v. 14, n. 3, p. 337-348, 2012. Disponível em: <www.spell.org.br/documentos/download/8985>. Acesso em: 16 jan. 2015.

JORGE, W. **Pequena história de Santiago** – 14 – As Peregrinações (primeira parte), (s/d). Disponível em: <http://www.caminhodesantiago.com.br/walter_jorge/historia_santiago/phst_14.html#top>. Acesso em: 11 jun. 2014.

MAAK, K. El Camino de Santiago como posible motor turístico en zonas rurales de escasos recursos: el caso de Brandeburgo. **Cuadernos de Turismo**, n. 23, p. 149-171, 2009. Disponível em: <<http://revistas.um.es/turismo/article/view/70081>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

MARQUES, J. A. M. Caminhar e Chegar – Nota sobre peregrinações, turismo e desenvolvimento. In: **Dinâmicas de Rede no Turismo Cultural e Religioso** – Actas das II Jornadas Internacionais de Turismo, v. II, GONÇALVES, E. C. (Ed.), p. 121-135, 2010a.

MARQUES, M. M. A Peregrinação: riqueza ritual. In: **Dinâmicas de Rede no Turismo Cultural e Religioso** – Actas das II Jornadas Internacionais de Turismo, v. II, GONÇALVES, E. C. (Ed.), p. 243-263, 2010b.

MARQUES, L.; FERREIRA, R. V. O Caminho Português de Santiago: desafios de um itinerário cultural. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, n. 17/18, p. 169-170, 2012.

OFICINA DE ACOGIDA AL PEREGRINO. Disponível em: <<http://peregrinossantiago.es/esp/oficina-del-peregrino/estadisticas/>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

OTERO, F. A. Santiago y los Caminos de Santiago: un paisaje cultural, una cultura del paisaje. **Boletim de la A.G.E.**, n. 51, p. 203-218, 2009.

PEDRO, F. Turismo Religioso atrai anualmente sete milhões a Portugal. **Jornal de Notícias de 2 de Junho**, p. 12, 2014.

PENT. Plano Estratégico Nacional do Turismo de Portugal. Resolução do Conselho de Ministros n. 24/2013. **Diário da República**, n. 74, I Série, 16/04, p. 2170-2202, 2013. Disponível em: <<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%20Revisao%202011.pdf>>.

PINHEIRO, A. E. Itinerários Culturais – Viajando pela História, **Máthesis**, n. 16, p. 217-228, 2007.

SOLLA, X. M. S. El Camino de Santiago: turistas y peregrinos hacia Compostela, **Cadernos de Turismo**, n. 18. España: Universidad de Murcia, p. 135-150, 2006.

XACOBEO GALICIA. Disponível em: <<http://www.xacobeo.es/>>. Acesso em: 28 mai. 2015.

_____. Los Caminos de Santiago en Galicia – El Camino Português. **Folheto informativo**, 2013.



Diagnóstico das trilhas “Abraão – Pouso”, “Pouso – Lopes Mendes” e Apa dos Tamoios em Ilha Grande, Angra dos Reis, RJ

Diagnosis of the tracks ‘Abraão-Pouso’, ‘Pouso-Lopes Mendes’ and Apa dos Tamoios in Ilha Grande, Angra dos Reis, RJ

Diagnóstico de las rutas ‘Abraão-Pouso’, ‘Pouso-Lopes Mendes’ and Apa dos Tamoios in Ilha Grande, Angra dos Reis, RJ

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1075>

Luana de Oliveira Rodrigues < lugeo.or@gmail.com >

Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Sônia Vidal Gomes Gama < sgama.neppt@gmail.com >

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Achilles D’Ávila Chirol < achilleschirol@gmail.com >

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 30-jul-2015

Aceite: 31-out-2016

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

RODRIGUES, L.de O.; GAMA, S. V. G.; CHIROL, A. D. Diagnóstico das trilhas “Abraão-Pouso”, “Pouso-Lopes Mendes” e APA dos Tamoios em Ilha Grande, Angra dos Reis, RJ. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 123-140, dez. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

Distrito de Angra dos Reis, a Ilha Grande, situa-se no litoral sul fluminense. Protegida por diferentes Unidades de Conservação, abriga reservas naturais relativamente preservadas onde o turismo é a principal atividade econômica com destaque para a visitação por trilhas terrestres ou por rotas marítimas. O presente estudo tem como objetivo identificar as potencialidades e fragilidades ambientais no percurso entre as enseadas de Abraão e Lopes Mendes em relação ao uso atual com ênfase na prática do trekking ou caminhada cujo ponto de atração é a Praia de Lopes Mendes na costa oceânica. O diagnóstico de campo fundamentado por Santos (2004) e Ross (2006), investigou a ocorrência de impactos nas trilhas (compactação e impermeabilização dos solos, alteração do escoamento superficial, inibição do restabelecimento da vegetação nas margens da trilha, exposição de raízes, remoção dos solos, ausência de serapilheira, diminuição da cobertura vegetal ao longo do eixo da trilha, abertura de clareiras e processos erosivos) e o perfil dos visitantes e usuários (motivação da visitação). Associados à legislação e ação dos gestores, os dados apontam lacunas onde as trilhas mal conservadas são vetores de pressão antrópica, potencializam as fragilidades inerentes ao uso e causam degradação ambiental.

Palavras-chave: Impactos ambientais. Fragilidade ambiental. Unidades de conservação. Planejamento territorial.

ABSTRACT

District of Angra dos Reis, Ilha Grande is located in the south Fluminense coast. Protected by various conservation areas, home to nature reserves relatively preserved where tourism is the main economic activity highlighting the visitation trails by land or by sea routes. This aims to identify the potential environmental and weaknesses in the path between the coves of Abraham and Lopes Mendes from the current use with emphasis on the practice of trekking or hiking whose point of attraction is the beach of Lopes Mendes on the ocean coast. The diagnosis based field by Santos (2004) and Ross (2006) investigated the occurrence of impacts on the trails (compaction and sealing of soils, changes in runoff, inhibiting the re-establishment of vegetation on the track margins, exposure of roots, removal soil, absence of litter, decreased vegetation cover along the track axis, clearings opening, erosion) and the profile of visitors and users (motivation of visitation). Associated with the legislation and action of managers, the data show gaps where poorly maintained tracks are vectors of human pressure, leverage the weaknesses inherent in the use and cause environmental degradation.

Keywords: Environmental impacts. Environmental fragility. Conservation units. Territorial planning.

RESUMEN

Distrito de Angra dos Reis, Ilha Grande se encuentra en la costa sur Fluminense. Protegido por varias áreas de conservación, el hogar de las reservas naturales relativamente conservados donde el turismo es la principal actividad económica destacando los senderos de visita por tierra o por rutas marítimas. Esto tiene como objetivo identificar las posibles debilidades ambientales y en la trayectoria entre las calas de Abraham y Lopes Mendes por el uso actual con énfasis en la práctica de trekking o senderismo, cuyo punto de atracción es la playa de Lopes Mendes en la costa del océano. El campo basado en el diagnóstico por Santos (2004) y Ross (2006) investigó la ocurrencia de impactos en los senderos (compactación y sellado de suelos, cambios en la escorrentía, inhibiendo el restablecimiento de la vegetación en los márgenes de la pista, la exposición de las raíces, la eliminación del suelo, la ausencia de basura, disminución de la cobertura vegetal a lo largo del eje de la vía, la apertura de claros, la erosión) y el perfil de los visitantes y usuarios (la motivación de la visita). Asociado con la legislación y la acción de los directivos, los datos muestran brechas donde las pistas en mal estado son vectores de la presión humana, aprovechar las debilidades inherentes al uso y causar la degradación del medio ambiente.

Palabras clave: Impactos ambientales. Fragilidad ambiental. Unidades de conservación. La planificación territorial.

INTRODUÇÃO

Localizada na Baía da Ilha Grande, litoral sul do estado do Rio de Janeiro, a Ilha Grande é distrito do município de Angra dos Reis e seu território encontra-se protegido por legislação ambiental (Figura 1).

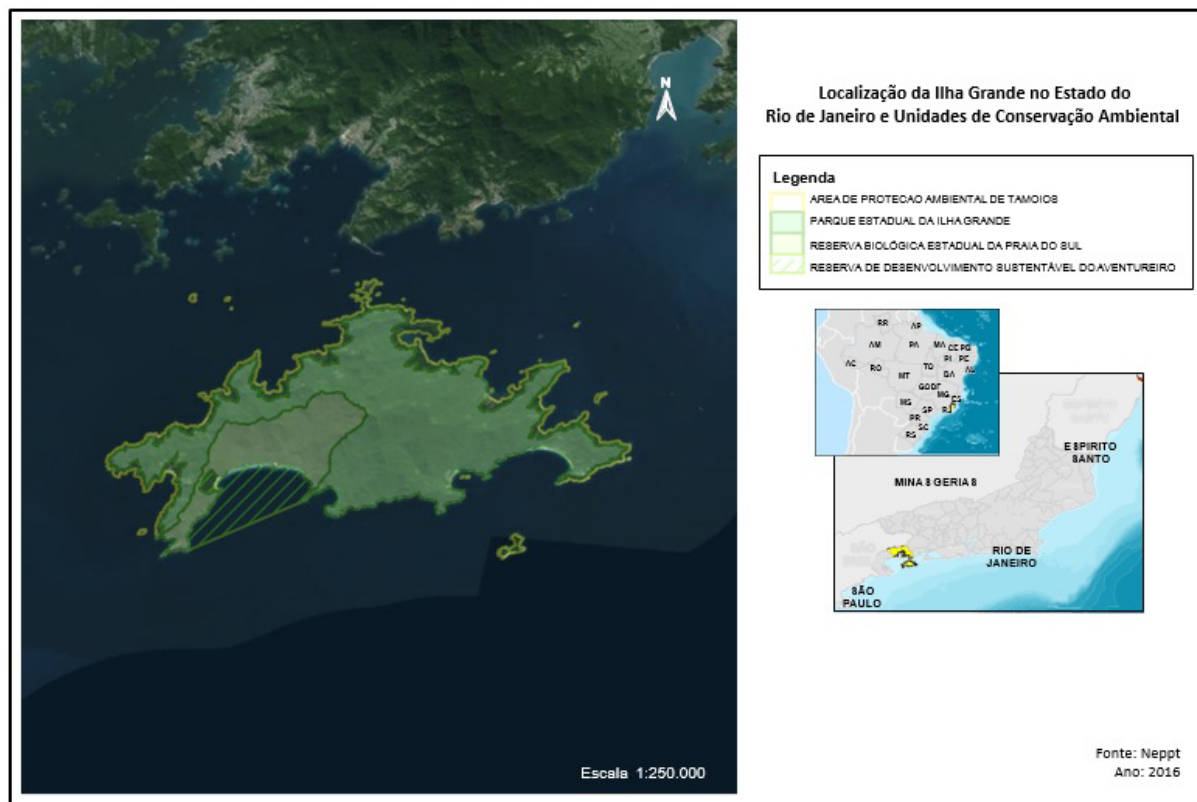


Figura 1 – Ilha Grande, Unidades de Conservação e o município de Angra dos Reis (RJ).

Fonte: Acervo NEPPT, 2016

As atividades econômicas desse território, tais como a exploração dos recursos naturais, a pirataria, os cultivos e a pesca datam dos primórdios da colonização no século XVI, destacando-se os portos que foram significativos para o povoamento, o intercâmbio comercial e o controle da costa. No século XX ocorreram as principais transformações na dinâmica espacial cujas repercussões estendem-se até os dias atuais: a instalação do Instituto Penal Cândido Mendes (que passou a exercer controle sobre a livre circulação de pessoas); a decadência econômica da indústria de salga da sardinha (que freou o crescimento populacional dos povoados de Matariz, Longa, Bananal e provocou a migração para o continente); a criação de Unidades de Conservação ambiental (que foram implantadas algumas décadas depois) e o início de uma lenta recuperação do bioma de Mata Atlântica. Mais recentemente, na década de 1990, deu-se a desativação do presídio que promoveu a intensificação do turismo. A Ilha Grande, conhecida como “Caldeirão do Diabo” à época do presídio, passa então a ser apontada como o “Paraíso Ecológico” do estado do Rio de Janeiro logo após a desativação do complexo presidiário bem como a implosão de suas principais edificações no ano de 1994.

No início do século XXI, constata-se na Ilha Grande a ocorrência de impactos ambientais de diferentes naturezas, mesmo considerando-se o fato de possuir diferentes categorias de Unidades de Conservação.

Embora pareça contraditório falar sobre degradação ambiental em áreas protegidas, com a expansão do turismo e com a configuração de novas territorialidades, cabe a discussão de como as questões ambientais se encaixam nesse novo contexto.

A ilha passou a receber um fluxo de turistas cada vez maior, o que demanda uma infraestrutura mais adequada a esse novo uso com repercussão nas condições ambientais do local. Para Leal Filha (2005), o incremento da atividade turística proporcionou uma “desordenação” do território e comprometeu os ambientes de floresta, os mananciais, as praias, a biodiversidade e a qualidade de vida da população. Vallejo (2005) também chamou a atenção para consequências diretas do crescimento das atividades turísticas na ilha, tais como o aumento da especulação imobiliária, a construção de edificações em locais não permitidos, a precarização dos serviços de transporte marítimo, a oferta de hospedagem residencial e o descompasso das políticas públicas no atendimento às demandas que se faziam presentes. De acordo com Rocha (2006), o turismo pode ser considerado a principal atividade econômica da ilha no início do século XXI e tem atraído uma quantidade expressiva de público, mas tem causado consequências negativas, entre elas, o aumento da pressão sobre os recursos naturais e sobre a própria comunidade local, além de potencializar as fragilidades já existentes.

Os conflitos de gestão analisados por Dutra (2008) e a sucessão de territórios e territorialidades observados por Xavier (2009); Amorim (2010); Freire (2011) e Amorim (2012) abrem a discussão sobre a formação de um novo território na Ilha Grande, o território do turismo e a premência na atualização de políticas voltadas para os usos proteção ambiental e turístico. O conjunto de incongruências no âmbito do uso e ocupação do solo que resultam em impactos ambientais comprometem os níveis de degradação ambiental, aumentam a vulnerabilidade do geossistema e, de outro, o planejamento apresentam-se de modo segmentado no âmbito das políticas públicas nas três esferas de gestão – município, estado e federação. Contradições sociais são identificadas entre os mais diversos atores presentes na ilha e os parâmetros legais não parecem estar em consonância com as diretrizes econômicas (e da atividade do turismo) traçadas ou implementadas pelo poder público.

Ao final da primeira década de 2000, a Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande (legislação específica de uso do solo determinada pelo Plano Diretor da cidade de Angra dos Reis) entra em vigor. Essa nova legislação indica os critérios de ocupação e o perfil do desenvolvimento das comunidades da ilha e do entorno das Unidades de Conservação, contudo, cabe salientar ainda que as Unidades de Conservação da ilha são de categorias heterogêneas e, portanto, possuem critérios específicos quanto à preservação e utilização de seu território, especialmente quanto ao uso público. Atualmente, o panorama legal não é muito diferente, à exceção da criação de Reserva de Desenvolvimento Sustentável proposta para Aventureiro (2014) e, a mais recente, a proposta de transformação da Ilha Grande em Parceria Público-Privada – PPP (2015). Essas mudanças vêm acompanhadas de discordâncias principalmente entre moradores e gestores, onde interesses econômicos estão sendo priorizados como ficou claro na última Audiência Pública (2016) em que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro participou.

Nesse complexo território insular, o planejamento encontra-se segmentado em planos orientadores do uso e ocupação do solo, tais como: o Plano Diretor Municipal em que destaca diretrizes territoriais e ambientais; o Plano de Manejo do Parque em que destaca o zoneamento ambiental; o Plano Diretor da APA com as permissões e restrições de uso e as diretrizes para a Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Os conflitos identificados até o momento são em relação ao uso e ocupação do solo, pois os interesses dos setores privados, públicos e da própria sociedade civil são divergentes, acrescidos da estrutura deficiente do

poder público em atender as demandas. Muitas vezes as ações governamentais limitam-se à fiscalização (precária) e à punição por supostos crimes cometidos. Portanto, a ocorrência de impactos de diferentes naturezas e a instalação de níveis diferenciados de degradação em ambientes protegidos estão cada vez mais associados à expansão do turismo.

Como as atividades em contato com os ambientes naturais têm aumentado nas últimas duas décadas, tanto com relação às modalidades como em relação ao número de praticantes, o estabelecimento de diretrizes, normas e regras torna-se fundamental para que a visita seja realizada de maneira adequada, respeitando um dos principais objetivos das áreas protegidas: a conservação da natureza. A *visitação pública* na ilha se dá por vias terrestres e por vias marítimas. Neste trabalho, entende-se por visita pública “atividades educativas de lazer, esportivas, recreativas, científicas e de interpretação ambiental que propiciam ao visitante a oportunidade de conhecer, entender e valorizar os recursos naturais e culturais existentes” (MMA, 2004) e, entende-se por *visitação*, “o aproveitamento e a utilização da Unidade de Conservação com fins recreacionais, educativos, entre outras formas de utilização indireta dos recursos naturais e culturais” (MMA, 2006). Por vias terrestres ou *trilhas*, Salvati (2003) explica que “são caminhos estabelecidos, com diferentes formas, comprimentos e larguras, que possuam o objetivo de aproximar o visitante do ambiente natural, ou conduzi-lo a um atrativo específico, possibilitando seu entretenimento ou educação através de sinalizações ou de recursos interpretativos”. Por *visitante*, o MMA (2006) define como “pessoa que visita a área de uma Unidade de Conservação de acordo com os propósitos e objetivos de cada área protegida. Este visitante pode ter várias motivações: lazer, conhecimento, recreação, contemplação, entre outras”.

Nesse contexto de visita de áreas protegidas e de utilização de vias terrestres para alcançar pontos e atrativos turísticos, o objetivo principal deste trabalho é a inventariação das trilhas Abraão – Pouso e Pouso – Lopes Mendes com ênfase na identificação e descrição das potencialidades e limitações do ambiente em relação ao uso público que se faz nesse percurso. Fundamenta-se nas metodologias de análise ambiental de acordo com Santos (2004), Ross (2006) e Dèpraz (2008) que priorizam a perspectiva de paradigma integrador de espaços geográficos em áreas de proteção ambiental.

As “Trilhas” na Ilha Grande: os significados históricos e a unidade de análise ambiental

As trilhas são conexões, acessos ou caminhos que garantem a mobilidade ou a circulação dos moradores e demais usuários, assumindo um papel importante no planejamento ambiental. Apresentam-se de diferentes formas, comprimentos e larguras e, em um ambiente natural, buscam aproximar o visitante ou mesmo conduzi-lo a um atrativo específico, além de possibilitar o entretenimento e a educação dos visitantes por meio de sinalizações ou recursos interpretativos.

Na Ilha Grande, as vias terrestres levam às praias, cachoeiras, picos, mirantes entre outros atrativos e observa-se que, de modo geral, o poder público não se faz presente mesmo que contempladas em planos de diferentes esferas de gestão: no Plano Diretor do Município de Angra dos Reis, de acordo com a Lei 1.754, de 21 de dezembro de 2006, e no Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha Grande, de acordo com a Resolução n. 39, de 17 de agosto de 2011, revisada e publicada em 2013 pelo Instituto Estadual de Ambiente – Inea, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Ambiente. A oferta para passeios é constante e a infraestrutura encontra-se deficiente principalmente em relação à sinalização, orientação e interpretação. A própria localização dessas trilhas no Parque e na APA, somada à visita nos pontos turísticos, pode contribuir para a transformação da paisagem e causar erosão, impactos ou degradação.

Portanto, o estudo em questão constitui-se em uma etapa da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), importante para o entendimento das dinâmicas do meio físico e para subsidiar o planejamento territorial. Essas vias terrestres, de modo geral, conectam os núcleos populacionais da ilha e conduzem os visitantes aos pontos de atrativos turísticos, mas podem ser considerados como vetores que interceptam o território insular sob diferentes perspectivas. São elas: a divisão político-administrativa da prefeitura (distrito de Angra dos Reis), a divisão em Unidades de Conservação do estado, a divisão em unidades geomorfológicas (bacias hidrográficas), a divisão em unidades fitofisionômicas e níveis topográficos (cobertura vegetal) e a divisão dos assentamentos populacionais (enseadas). Para a realização da pesquisa, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: 1) identificar as trilhas que chegam à Praia de Lopes Mendes, uma das mais procuradas por visitantes e turistas; 2) delimitar o recorte espacial para análise; 3) caracterizar o fluxo de usuários nas trilhas; 4) caracterizar o meio físico, com ênfase na ocorrência de feições erosivas e impactos; 5) elaborar diagnóstico ambiental do percurso; 6) traçar diretrizes (preliminares) para o planejamento local.

A proposta metodológica baseia-se na análise ambiental com a utilização de técnicas de avaliação de impacto ambiental para compor o diagnóstico. No inventário de campo, destacam-se: a localização geográfica; a identificação dos tipos de uso das propriedades naturais, dos processos atuantes, da ocorrência de impactos e dos aspectos da visitação. As variáveis que apontam impacto ambiental e/ou degradação ambiental nas trilhas e em seu entorno, são: largura da trilha, feição erosiva, compactação do solo e existência de bifurcações e de clareiras. As entrevistas identificam o perfil dos usuários e esclarecem os motivos que os levam a realizar o trajeto. Na medida em que se intensifica a visitação pública em ambientes de elevada fragilidade, sem planejamento adequado, coloca-se em risco a dinâmica ambiental ou a integridade ecológica dos espaços preservados.

Os significados históricos das vias terrestres: caminhos, acessos ou trilhas

Uma breve síntese sobre os caminhos, vias terrestres, trilhas ou simplesmente acessos aponta diferentes significados históricos ao longo dos séculos. De acordo com Carvalho e Bóçon (2004) e Maciel *et al.* (2011), as trilhas constituem um elemento cultural presente nas sociedades humanas desde os tempos remotos e serviram, durante muito tempo, como via de comunicação entre os diversos lugares habitados ou visitados pelo homem, suprimindo a necessidade de deslocamento, reconhecimento de novos territórios e busca por alimento e água.

No Brasil, as vias terrestres encontradas têm suas origens na tradição nativa milenar e na tradição dos colonizadores europeus que aqui chegaram no início do século XVI, sendo utilizadas para diferentes finalidades ao longo dos quase seis séculos de ocupação, como o Caminho dos Bandeirantes, Caminho do Ouro, Caminho dos Tropeiros, entre outros. Nos séculos XX e XXI, muitas dessas vias foram mantidas e incorporadas nas Unidades de Conservação, cujo objetivo é o de proteger a natureza e, quando permitido, levar o visitante aos locais mais atrativos.

Nesse sentido, as trilhas podem deixar de ser um simples meio de deslocamento e passar a ser um elo entre a natureza e o homem, proporcionando aos visitantes e turistas um espaço para desfrutar da tranquilidade e da beleza do ambiente natural. Inicia-se, então, um novo uso – o da atividade turística e suas variações: turismo de natureza, ecoturismo, geoturismo em áreas protegidas, onde essas vias são conhecidas por *trilhas*. A literatura aponta que o crescimento do turismo em áreas naturais está relacionado à necessidade de visitação de um espaço localizado fora do entorno das cidades caóticas, que possibilite

qualidade de vida perante um ambiente sereno e que alivie o estresse urbano, em uma perspectiva de fortalecimento de uma valorização ambiental. Mas essa visitação gera impactos nas trilhas e no ambiente, que entre os mais frequentes estão: o lixo deixado pelos usuários ao longo do caminho; a abertura de trilhas secundárias; a perda de vegetação e as mudanças em sua composição; o alargamento da via; a compactação e incisão do solo; o aumento de áreas com lama; exposição de raízes e a consequente erosão. As trilhas promovem o acesso à experiência recreativa e o contato com a natureza, mas concentra o trânsito de pessoas em áreas mais restritas, nem sempre resistentes e planejadas à passagem do homem. Mas para que o uso público seja sustentável, respeitando um dos principais objetivos dessas unidades que é o de proteção ambiental, torna-se urgente o estabelecimento de diretrizes e regras para os usos nesses ambientes naturais.

No Brasil, assim que uma nova área protegida é declarada, as vias existentes são liberadas ao público antes mesmo da execução de um planejamento formal, ou seja, do estudo sobre as características da área, da formatação de um plano de manejo ou diretor, da sinalização e, por fim, das restrições que essa área possa apresentar ao visitante. A intensificação desse uso sem o devido planejamento pode também ocasionar impactos e, desse modo, as trilhas se constituem como um paradoxo à conservação da natureza, pois, por um lado, é um meio pelo qual o homem pode entrar em contato com o ambiente natural e por meio da conscientização ambiental favorecer a conservação desse meio, porém, também se constitui como uma fonte de perturbação a esses ambientes.

Então, como as vias terrestres em Unidades de Conservação são muito importantes, devem ser consideradas no processo de planejamento e gestão, seja do Parque ou da APA, pois ambos permitem o acesso ao público. De acordo com Salvati (2000), as trilhas devem ser cuidadosamente localizadas, planejadas, construídas e manejadas de uma forma que permitam a conservação dos recursos naturais e a realização de contatos adequados aos visitantes. Quando isso não acontece, ou seja, falta um manejo adequado, as trilhas acabam ficando em péssimas condições e colaboram para potencializar a degradação ambiental.

No caso da Ilha Grande, segundo o depoimento de moradores (PINHEIRO, 2009:39), as trilhas foram abertas para a conexão entre núcleos populacionais, bem como para atividades de extração natural, de caça, de movimentação de mercadoria vinda do continente ou ainda para qualquer outra atividade à época do funcionamento do Complexo Penal. Há poucas décadas que essas trilhas funcionam como acesso aos atrativos naturais ou às ruínas de usos pretéritos como aqueduto, fazendas, igrejas, fábricas de sardinha e presídio. Então, as “trilhas” podem significar acessos, caminhos ou vias, pois possibilitam a locomoção, a mobilidade e a praticidade, considerando as diferentes categorias de usuários com suas finalidades distintas. Recentemente, as trilhas na ilha são utilizadas também por pesquisadores, cientistas, visitantes e turistas.

As trilhas no território protegido da Ilha Grande

Neste trabalho adota-se a terminologia “trilha” por ser de uso corrente entre a população local e os visitantes. Na ilha, as *trilhas* garantem, além da mobilidade populacional, a visitação de pontos de atrativos turísticos e são utilizadas por moradores e por milhares de visitantes sem que sofram qualquer tipo de manutenção. Portanto, essas trilhas são também vetores de pressão antrópica e se utilizadas como unidade espacial de análise, de acordo com Santos (2004:34), poderão representar “o caminho para compreender as potencialidades e as fragilidades de uma área de estudo, sua evolução histórica de ocupação e das pressões do homem sobre os sistemas naturais...”

Quanto aos aspectos legais, a *Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande*, aprovada em 30 de junho de 2008, apresenta em seu Capítulo I (Conceituação), Artigo 2º, os instrumentos de planejamento e gestão, entre os quais destacam-se “o *Plano Municipal de Circulação para as Trilhas e demais Vias Terrestres da Ilha Grande*; a Lei de Zoneamento da Ilha Grande; a Lei do Uso e Ocupação do Solo da Ilha Grande; o Plano Municipal de Transporte Aquaviário e; o Plano de Turismo da Ilha Grande”. O Capítulo V (Da Mobilidade e Transportes) aponta em seu Artigo 39 que quando não interferir com os Planos de Manejo das Unidades de Conservação da Natureza, as trilhas da Ilha Grande deverão ser utilizadas, mantidas e implantadas de acordo com as seguintes diretrizes: “considerar as trilhas e demais vias terrestres da Ilha Grande como servidão pública, de acordo com o Decreto n. 2003, de 10 de maio de 2000, que passa a integrar essa lei; estabelecer critérios para a sinalização das trilhas que deverá indicar a discriminação dos destinos e os locais de acesso definidos conforme projeto de unificação e padronização das toponímias a ser elaborado pelo poder público, as características do trecho a ser percorrido e as mensagens de educação ambiental”. E seu Artigo 40 destaca que a circulação entre os diversos Núcleos Populacionais deverá ocorrer por mar ou pelas trilhas indicadas no Plano Municipal de Circulação para as Trilhas da Ilha Grande, no qual será garantida a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade ilhéu na formulação, execução e acompanhamento do Plano.

Destaca-se, contudo, a importância do estudo do solo integrado aos outros sistemas do meio físico na ilha, onde identificamos dois ambientes distintos: Enseada e Floresta, que apresentam condições naturais e usos adversos. Existem vários tipos de degradação ambiental, porém, a degradação das condições pedológicas é muito mais crítica, por não ser facilmente reversível, já que os processos de formação e regeneração dos solos são muito lentos. No recorte espacial de análise, as trilhas de Abraão – Lopes Mendes estão em áreas protegidas e apresentam fragilidades específicas, pois são traçadas sobre formas de relevo distintas, com características também distintas. Dependendo da localização dessas trilhas no relevo (condições topográficas), teremos comportamentos diferenciados das trilhas, que mantêm forte correlação com outras características do meio físico, como as do solo. Autores como Guerra *et al.* (2005), Fernandes (2007) e Kroeff (2009) apontam a necessidade de se levar em consideração o estudo das encostas, para o entendimento da dinâmica do relevo, no sentido de prevenir e evitar que certos processos de encostas ocorram. Do ponto de vista do meio físico, destaca-se que as atividades antrópicas e as condições naturais atuam diretamente na bacia hidrográfica, uma vez que o grau de degradação, consequência das atividades desenvolvidas nesse recorte espacial, potencializa possíveis mudanças, efeitos ou impactos nessa bacia.

Geralmente, na Ilha Grande, uma trilha intercepta um eixo hídrico ou o acompanha, assim, grande parte dos impactos identificados ou feições erosivas nessa superfície está correlacionada às dinâmicas hídricas e geomorfológicas, com reflexos em toda a bacia hidrográfica onde estão localizadas essas trilhas. Os sedimentos transportados e depositados nos leitos das trilhas e nos cursos baixos das drenagens também apontam a correlação do material transportado e possível origem nas encostas. O uso que se faz dessa trilha, bem como os danos causados à cobertura vegetal vão se consubstanciar também em impactos e colaborar para o agravamento da degradação ambiental (FERNANDES, 2007). A cobertura vegetal possui um importante papel nesse geossistema por representar remanescentes do Bioma de Mata Atlântica e de seus Ecossistemas associados, como Mangues e Restingas, atualmente em estágio de regeneração no contexto de áreas protegidas e por proteger a ação direta das chuvas sobre o solo. Segundo Guerra (2005), a perda ou remoção da vegetação da encosta pode resultar no aumento das taxas de erosão ou em frequências mais altas de rupturas nas encostas. Encontram-se listadas algumas maneiras da vegetação prevenir a erosão pluvial, segundo Guerra (*Op. cit.*): – interceptação: a serrapilheira, junto com as folhagens e outros resíduos, absorvem o impacto da chuva diretamente no solo, evitando o destacamento do mesmo;

– contenção: a contenção física de partículas do solo, através das raízes, desse modo as partes superficiais filtram os sedimentos do escoamento superficial; – retardamento: a velocidade do escoamento superficial é menor, pois a água passa ainda pela superfície das folhas e dos caules e; – infiltração: a vegetação ajuda a manter a porosidade do solo, atrasando ou até impedindo o escoamento superficial. No entanto, em trilhas, a vegetação pode também apresentar impactos indesejáveis, como a obstrução dos caminhos, ou a difusão de espécies invasoras que acabam tomando lugar da vegetação local.

Na Ilha Grande são 16 trilhas nomeadas de T1 a T16 pelo poder público, cujas informações estão disponíveis no *site* www.ilhagrande.org. As trilhas estudadas pelo Núcleo de Ensino e Pesquisa em Planejamento Territorial (Neppt) até o momento foram as que ligam: Abraão ao Pico do Papagaio (T13), Abraão a Dois Rios (T14), Dois Rios ao Caxadaço (T15), Trilha (Atalho) dos Bambus, Trilha (Atalho) da Rua das Flores, Abraão a Pouso (T10), Pouso a Lopes Mendes (T11) e o Circuito Abraão – Saco do Céu: Circuito Abraão (T1) e Abraão – Saco do Céu (T2), que englobam o mirante da Praia Preta, o Aqueduto, o Poção dos Escravos, as Ruínas do Lazareto, as Enseadas das Estrelas e do Saco do Céu, além das praias Camiranga, Iguazu e Feiticeira. Os trabalhos de campo mostram que as informações divulgadas para o público (textuais e gráficas) nem sempre correspondem à realidade e colaboram para confundir o visitante. No início de cada trilha existe uma placa sinalizadora que ora está destruída, ou com informações apagadas, ora as informações não são precisas. É importante observar que as trilhas na Ilha Grande servem a grupos diferentes de atores: moradores, visitantes, turistas, instituições públicas, além de turistas nacionais e estrangeiros.

Inventário das trilhas Abraão – Pouso (T10) e Pouso – Lopes Mendes (T11)

O percurso da Vila do Abraão até a Praia de Lopes Mendes é feito pelas trilhas T10 e T11. O percurso Abraão – Lopes Mendes é fragmentado em pequenos trechos que compõem a Trilha T10 e em um único trecho que compõe a Trilha T11 conforme o Plano de Manejo do Parque (2010). São eles: Abraão – Palmas, Palmas – Mangues, Mangues – Pouso e Pouso – Lopes Mendes.

A Trilha T10: Trechos Abraão – Palmas, Palmas – Mangues e Mangues – Pouso

A Trilha Abraão – Palmas é o primeiro trecho da T10 e se estende por aproximadamente 3 km, com início na enseada de Abraão e destino final na Praia de Palmas. Percurso extenso, apresenta aclives e declives bem acentuados cujo traçado varia entre 16 m e 215 m de altitude. A largura da trilha varia de 0,67 m a 4,0 m. De acordo com Lechner (*apud* Sobral 2008:115), a largura média entre 0,60 m e 0,95 m é considerada ideal para trilhas utilizadas somente por pedestres, como é o caso da trilha Abraão – Palmas. Ao longo desse percurso foram encontradas placas de sinalização improvisadas, feitas provavelmente por visitantes ou moradores, indicando *campings*, direção das praias e de incentivo à preservação ambiental. Contudo, não foram encontradas placas informativas oficiais, como do Instituto Estadual de Ambiente – Inea, responsável pelo manejo do parque.

A Trilha Palmas – Mangues é o segundo trecho da T10 e tem início na Praia de Palmas, segue em direção à Praia de Mangues e apresenta percurso de 1,3 km de extensão. A Praia de Mangues tem cerca de 600 m de faixa de areia e um mar de baía com águas calmas, onde desembarcam turistas vindos do Abraão. No início dessa trilha, a única placa (improvisada) indica a direção da Praia de Lopes Mendes, sem informação sobre duração do percurso, grau de dificuldade, ou extensão do percurso. Habitada por pescadores, geralmente encontra-se vazia, pois na realidade é um local de passagem para chegar até a

Praia de Pouso, onde tem início a trilha para a Praia de Lopes Mendes. Essa trilha apresenta um traçado suave, com altitudes que variam entre 19 m e 75 m, sem dificuldades para os usuários. Em relação à largura da trilha, apresenta variação entre 1,50 m e 2,80 m. Encontra-se nessa área a presença de indivíduos arbóreos antigos, de grande porte e, ao mesmo tempo, de plântulas, indivíduos jovens na borda da trilha que indica o restabelecimento de espécies em diferentes estágios de sucessão.

A Trilha Mangues – Pouso é o último trecho e mais curto de todo o percurso da T10, apresenta um relevo bastante suave, com 22 m de altitude. É considerada uma simples passagem de Mangues até a Praia de Pouso, com extensão de apenas 143 m. De acordo com o sítio <http://www.ilhagrande.org/Praias-Pouso-Mangues/>, na época da colonização da Ilha Grande, essa praia teve grande importância como função de rota de produção para as fazendas de Lopes Mendes, pois, devido ao fato de se localizar na costa oceânica, as ondas não permitem o atracamento dos barcos nessa praia (ver Quadro 1).

A Trilha Pouso – Lopes Mendes

Essa trilha, também conhecida como T11, é composta por um único trecho, com extensão de aproximadamente 900 m. O destino final é a Praia de Lopes Mendes, considerada a mais bonita da ilha por sua exuberância, longa extensão coberta por areia fina, branca e mar oceânico, o que a fez ser conhecida internacionalmente por excelentes condições para a prática de *surf*. O percurso da trilha Pouso – Lopes Mendes apresenta um traçado suave, com altitudes variando entre 13 m e 81 m, facilitado em alguns trechos por escadarias feitas de madeira, cuja largura varia entre 3,10 m e 3,20 m. Nela, encontra-se uma bifurcação com uma placa oficial do Inea, indicando a direção da Praia de Santo Antônio. A vegetação encontrada nessa área é menos densa se comparada à Trilha T10, principalmente no trecho de Abraão – Palmas. Apresenta em alguns segmentos da trilha enormes bambuzais, e próximo à Praia de Lopes Mendes a vegetação característica é formada por restinga, margeando toda a praia, formando uma planície árida, com a presença de *Mimosops commersonii*, conhecidos como Abriçós. As placas de sinalização encontradas na Trilha T11 estão em péssimas condições de conservação, enferrujadas e presas por arames.

No percurso Abraão – Lopes Mendes (T10 e T11), foram registrados os principais pontos que apresentam impactos negativos e pontos considerados possíveis atrativos turísticos. Entre as trilhas deste percurso, a Trilha Abraão – Palmas, apresenta-se como a mais erodida e com maior número de impactos ambientais negativos. Apresenta uma largura média de 3,3 m considerada boa para o tipo de uso, ou seja, visitação e circulação de moradores entre os núcleos povoados (ver Quadro 1).

Resultados: As marcações de campo – potencialidades e impactos

No percurso Abraão – Lopes Mendes, foram registrados em cada trecho os principais pontos que apresentam impactos ambientais negativos e pontos que são considerados possíveis atrativos turísticos nas trilhas. Os pontos P1-P4 encontram-se no trecho entre Abraão – Palmas, os pontos P5-P7 no trecho Palmas – Mangues, os pontos P8-P9 no trecho Pouso – Lopes Mendes e representam alguns pontos, onde se evidenciam feições erosivas nos leitos das trilhas desse percurso.

O ponto P1 foi marcado na subida da trilha, onde a mata encontra-se densa, composta de indivíduos antigos e de grande porte, com presença de cipós. A erosão no local chega no máximo a 6,5 cm de profundidade. O ponto P2 foi marcado no início da descida da trilha, onde a mata apresenta indivíduos antigos e jovens, com diferentes estágios de sucessão vegetal. A largura da trilha nesse ponto é de 2,1 m e a presença de raízes expostas e sulcos aponta um solo bem erodido, com 22 cm de profundidade. O ponto P3 foi marcado na descida da trilha em direção à enseada de Palmas. Neste, o solo aparenta estar bem

compactado, com a presença de sulcos e 32 cm de profundidade de erosão. O ponto P4 foi marcado bem próximo à enseada de Palmas. Neste, a largura da trilha é de 4,0 m e apresenta erosão do solo de 40 cm de profundidade. Os sulcos erosivos estão sendo cobertos por vegetação e a presença de indivíduos jovens na borda da trilha chamou atenção. Registrou-se a presença de blocos de rochas no meio da trilha.

O ponto P5 localiza-se no final do trecho de subida, onde houve um incêndio há 12 anos. É um ambiente em regeneração, onde observa-se “tapetes” extensos formados por *Gleichenia*, impedindo que outras espécies vegetais cresçam e se desenvolvam. É uma área desprotegida em relação à incidência dos raios solares e das chuvas, que atingem o solo diretamente, podendo ser uma possível causa do estado de erosão em que se encontra. Esse ponto da trilha possui largura de 1,50 m e maior profundidade de erosão, de 23 cm.

O ponto P6, localizado no trecho de descida da trilha, encontra-se em uma área relativamente plana, sem a presença de sulcos erosivos, raízes expostas ou marcas de pisoteio, com menos serrapilheira se comparada aos outros trechos aqui analisados. Com largura de 2,8 m apresenta 9 cm no ponto de maior profundidade desse perfil. Nesse ponto a vegetação é de médio porte com presença de clareiras.

O ponto P7, com 2,40 m de largura, tem no ponto mais erodido, 20,5 cm de profundidade, acumulando serrapilheira. Esse trecho apresenta blocos de rochas e algumas raízes expostas.

Os pontos P8 e P9 encontram-se relativamente próximos um do outro, no trecho mais plano da trilha. O ponto P8 tem largura de 3,10 m e apresenta 25 cm de profundidade no ponto mais erodido. Com vegetação arbórea, apresenta-se mais intacto em relação às outras trilhas do percurso (Quadro 1 e Figura 2).

Quadro 1: O trajeto Abraão – Lopes Mendes (trechos) e as marcações de campo (pontos)

TRECHOS (T) PONTOS (P)	EXTENSÃO	LARGURA	ELEVAÇÕES	VEGETAÇÃO	FEIÇÕES EROSIVAS
T1 Abraão – Palmas	3,0 km	0,67 m-4,0 m	16 m-215 m	Sim	Sim
P1		2,2 m		densa/grande porte	6,5 cm P
P2		1,5 m		Sucessão	22 cm P
P3		2,1 m		Sucessão	32 cm P
P4		4,0 m		Sucessão	40 cm P
T2 Palmas – Mangues	1,30 km	1,5 m-2,80 m	19 m-75 m	Sim	Sim
P5		1,5 m		Sucessão	23 cm P
P6		2,8 m		densa/médio porte	9 cm P serrapilheira
P7		2,40 m		densa/médio porte	20,5 cm P Serrapilheira

TRECHOS (T) PONTOS (P)	EXTENSÃO	LARGURA	ELEVAÇÕES	VEGETAÇÃO	FEIÇÕES EROSIVAS
T3 Mangues – Pouso	143 m	-	22 m	Sim	-
T4 Pouso – Lopes Mendes	900 m	3,10 m-3,20 m	13m-81m	Sim	Sim
P8		3,10 m		semidensa/ médio porte	25 cm P
P9		3,20 m		semidensa/ médio porte	9 cm P





Figura 2 – Mosaico de Fotografias dos Pontos P1-P9 nos Trechos T1-T4

A partir de fatores que estão intimamente relacionados aos processos erosivos, Yury Vashchenko (2008) levanta três hipóteses: a primeira, quanto maior a intensidade de uso e a declividade, maior será a intensidade da erosão na trilha; a segunda, quanto menor a declividade, menor a intensidade da erosão, independente da intensidade de uso, do tipo de solo e cobertura vegetal e; a terceira, existindo cobertura vegetal, o solo é igualmente protegido da erosão, independentemente do tipo de vegetação.

A análise dos trechos percorridos aponta que a trilha Abraão – Palmas apresenta o maior grau de degradação ambiental, fato que podemos relacionar com sua intensa visitação principalmente nos períodos de alta temporada (novembro, dezembro, janeiro e fevereiro) que coincidem com a estação do verão, quando as chuvas são mais abundantes na região de toda a Ilha Grande. Essa trilha também apresenta as maiores altitudes e trechos íngremes, dessa forma, a primeira hipótese se encaixa nessa trilha, onde se apresenta com maior intensidade de erosão. A segunda hipótese levantada realmente se aplica em alguns trechos das três trilhas analisadas, onde apresenta declividade mais suave, a intensidade de erosão é menor, mesmo com visitação intensa e solo susceptível à erosão. Porém observa-se que em todos os trechos onde não existe cobertura do solo pela copa das árvores e serrapilheira, o solo apresenta-se mais erodido. Porém a terceira hipótese não pode ser comprovada pelo que foi observado em campo, uma vez que em pontos onde existe proteção pela cobertura vegetal apresentam feições erosivas e solo compactado também.

Em uma altitude de 200 m, próximo ao ponto mais elevado da trilha Abraão – Palmas foi identificado um mirante, conhecido pelos moradores como “Mirante do Deus Me Livre”, cuja vista é a enseada de Abraão e a Praia Brava, localizada na enseada de Palmas. Chamamos a atenção para o fato de que, como o acesso é uma subida em degraus, escorregadia e com declividade acentuada, pode ser enquadrada como área de risco. Outro ponto que poderia ser considerado de interesse turístico foi identificado nessa mesma trilha, são ruínas escondidas pela vegetação, próximas à margem esquerda da trilha na chegada à Praia de Palmas. Segundo os moradores da ilha, são de antigas fazendas de cana-de-açúcar e café do século XIX. Não foram encontradas placas de sinalização para o mirante ou ruínas.

Na Trilha Palmas – Mangues foi identificado um mirante, cuja vista é a Praia de Palmas. Na subida para esse mirante encontrou-se a espécie *Miconia albicans*, indicativa de clareiras e estágio inicial de sucessão. Para ter acesso ao mirante é necessário subir a encosta em direção montante por meio da vegetação, pois sua localização não é evidente ao visitante e assim como nos outros possíveis pontos turísticos não foram encontradas placas sinalizadoras. Em outro ponto dessa mesma trilha, próximo ao início da descida, foi observado mais um possível mirante, com vista para a Praia de Pouso, mais evidente que o anterior, porém, também não apresenta nenhuma sinalização indicativa.

Devido principalmente às falhas na sinalização, diversas vezes o visitante dessas áreas protegidas caminha sem perceber a biodiversidade e a geodiversidade desse ambiente, assim como passam despercebidos pelos atrativos naturais e culturais, como mirantes e ruínas. Dessa forma, uma proposta seria a instalação de placas indicativas e interpretativas, que funcionariam como um incentivo ao visitante para caminhar e observar os aspectos ambiental e histórico ao longo de todo o percurso que o leva ao objetivo final que é a praia.

Aspectos Legais e Uso Público nas trilhas Abraão – Pouso (T10) e Pouso – Lopes Mendes (T11)

De acordo com Pontes e Mello (2013), o Diagnóstico da Visitação em Parques Nacionais e Estaduais (BRASIL-MMA, 2009) em uma análise de visitação em 17 estados – 37 parques nacionais e 55 parques estaduais – a atividade mais usual é a visitação por caminhada de um dia (22,4%) e, caso sejam consideradas outras práticas que também utilizam as trilhas como acesso, esse número pode aumentar. Apesar do estado do Rio de Janeiro não ter enviado seus números, estes ressaltam a importância da malha de trilhas na gestão do uso público em Unidades de Conservação e reforça o debate sobre do mercado de turismo no Brasil em áreas naturais legalmente protegidas, principalmente da categoria parques, que vem gerando receitas de milhões de dólares.

Portanto, a visitação requer um uso adequado dos recursos naturais, a preservação dos componentes bióticos e a integração do visitante com a natureza, que são os principais objetivos previstos na Lei Federal 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000). Por definição, áreas abertas à visitação são consideradas zonas de sacrifício, onde o zoneamento territorial-ambiental prevê que podem ter seu ambiente alterado dentro de parâmetros predeterminados. Outras áreas, por sua vez, privilegiam a conservação ou a preservação de espécies *in situ*, buscando eliminar ou diminuir as interferências antrópicas e, para tanto, podem ser isoladas ou dotadas de maior controle e qualificação do fluxo de visitantes.

Diante dessas observações, o adequado zoneamento é fundamental para a conciliação da preservação ou conservação de espécies, habitats e paisagens, entre outras, e o uso público, pois o uso inadequado dessas áreas pode decorrer da ausência ou incapacidade do gestor em seguir as abordagens metodológicas previstas nos planos de manejo e de outros instrumentos de ação para as áreas naturais protegidas (PONTES; MELLO, 2013). Em geral, inúmeros impactos encontrados ao longo das trilhas não são percebidos nem pelos visitantes e nem pelos administradores ou gestores da Unidade de Conservação, e podem ser causados pelo próprio manejo.

Muitos deles podem ser encontrados na área de estudo, tais como: a) o corte raso da vegetação para o estabelecimento da zona de pisoteio e manejo da vegetação lateral para manutenção do corredor das trilhas que, *per se*, confere a condição de fragmentação de habitats, potencializa a erosão e aumenta o efeito de borda; b) a visitação em locais cujos destinos são balneários naturais causa diferentes alterações ambientais (turbidez da água, poluição, modificação do leito dos corpos hídricos, etc.); c) o trânsito por pedestres nas trilhas pode provocar a morte de vegetais herbáceos e de pequenos vertebrados terrestres; d) o lixo gerado pela visitação e não descartado pode trazer diversos problemas para a fauna; e) o uso de trilhas por caçadores provoca grandes danos às populações de animais; f) os incêndios podem estar diretamente ligados ao uso inadequado das trilhas e das demais áreas de visitação (fogueiras, pontas de cigarros ou a prática de ritos com oferendas religiosas); g) a presença de animais domésticos, apesar de proibida, leva a doenças; h) a presença de espécies exóticas em áreas naturais causa impactos.

Na área em estudo, as trilhas fazem parte da história dos núcleos populacionais da ilha e, antes mesmo de servirem aos visitantes, possibilitam a mobilidade territorial. Desde que se tornaram território protegido legalmente, na década de 1970, passaram a ter outro uso – o de promover a visitação pública, ou seja, os turistas. O descaso por décadas das autoridades para com o Parque e a APA em muito contribuiu para o estágio avançado de degradação ambiental em que se encontram as Trilhas T10 e T11 na Ilha Grande. Os estudos sobre a dinâmica ambiental são fundamentais para o entendimento da real capacidade dessas trilhas receberem esses visitantes, apesar da recomendação de “utilidade pública” dessas vias.

Recentemente, no âmbito do Instituto Estadual de Ambiente – Inea, foi anunciado um projeto denominado “Fortalecimento e implantação da gestão do uso público para o incremento da visitação nos parques estaduais do Rio de Janeiro” sob a justificativa do acontecimento da Copa de 2014, onde se enquadra o Parque Estadual da Ilha Grande. O objetivo geral é o “de incrementar a visitação segura e de qualidade nos parques estaduais do Rio de Janeiro, a partir da implantação de metas estratégicas de gestão do uso público em nível institucional, que promovam essas Unidades de Conservação como destinos turísticos e indutores do desenvolvimento local”. Entre os objetivos específicos, destacamos “Prover as UC de recursos operacionais, bem como capacitação, adequados para atingir as metas de incremento e finalidade da visitação”; “Criar um marco regulatório institucional para concessões, permissões e autorizações de serviços de apoio à visitação nos parques”; “Revisar e regulamentar instrumentos legais e elaborar manuais de procedimentos técnicos relacionados ao tema uso público em Unidades de Conservação”. Essas medidas até o momento da submissão deste artigo não foram observadas e nova proposta foi lançada: a criação de uma PPP no estado do Rio de Janeiro, tendo a Ilha Grande como projeto-modelo. O aumento da atividade turística na ilha é fato, conforme aponta a literatura, principalmente nas últimas duas décadas, onde o turismo está diretamente associado aos impactos ambientais.

Considerações Finais

O percurso Abraão – Lopes Mendes (T10 e T11) faz parte do Plano Municipal de Circulação para as Trilhas e demais Vias Terrestres da Ilha Grande que, por sua vez, faz parte do instrumento de planejamento e gestão de acordo com a Lei de Diretrizes Territoriais para a Ilha Grande que visa complementar as diretrizes gerais determinadas pela Lei n. 1.754, de 21 de dezembro de 2006, do Plano Diretor Municipal de Angra dos Reis. Faz parte, também, do Plano de Manejo do Parque Estadual da Ilha Grande e do Plano Diretor da APA Tamoios.

Atualmente o fluxo de turistas que visitam a Ilha Grande é bastante intenso, principalmente em épocas de alta temporada, que coincidem com os meses de chuvas mais fortes nessa região, fato que gera um maior número de obstáculos nas trilhas e estas podem se tornar escorregadias e perigosas. De acordo com o presente estudo, as trilhas T10 e T11 são frequentemente visitadas por servirem de acesso para diferentes pontos de atração turística (mirantes, praias e ruínas) e também como vias de circulação entre os núcleos populacionais, localizados nas enseadas, e a Vila de Abraão, que concentra os principais serviços da Ilha Grande.

Dessa forma, as vias terrestres desempenham importante papel nas Unidades de Conservação (Parque e APA), onde, por meio do uso público, deveriam ser estimuladas mudanças em relação ao comportamento dos usuários que percorrem essas trilhas, promovendo uma relação de respeito entre sociedade e natureza, tendo como prioridade a utilização do meio ambiente de forma sustentável. Mas a realidade evidencia que as trilhas estão malconservadas, não apresentam sinalização adequada e monitoramento pelo órgão ambiental responsável por seu manejo (Inea), assim como é inexistente uma política de conscientização ambiental na Ilha Grande, informando aos turistas e moradores o que é permitido ou não em cada Unidade de Conservação desse território, sendo essas trilhas consideradas vetores de pressão antrópica e causam degradação ao meio ambiente.

Os diversos impactos ambientais identificados no percurso Abraão – Lopes Mendes estão vinculados às esferas de gestão municipal e estadual e, enquanto o órgão ambiental do estado é responsável pela proteção de Unidades de Conservação, o órgão administrativo do município é responsável pela instalação de infraestrutura no Distrito Ilha Grande. Nessa perspectiva, os problemas e impactos identificados são de responsabilidade do poder público que deve zelar pela proposta de proteção ambiental, promovendo em cada uma das trilhas da Ilha Grande a segurança, o conforto, a redução do impacto ambiental e a instalação de equipamentos necessários para cada tipo de trilha e público-alvo.

Acredita-se na grande importância da utilização das ferramentas do planejamento ambiental para promover o uso público adequado, sendo sustentável e compatível com as limitações e potencialidades do ambiente natural em áreas protegidas. Dessa forma, tanto o levantamento do perfil dos visitantes, dos atrativos naturais, das fragilidades quanto da dinâmica ambiental daquele setor do território visitado são importantes ferramentas para a tomada de decisões a respeito de medidas que visam a conservação de trilhas em Unidades de Conservação, assim como ações educativas, por meio das quais o visitante é informado sobre normas e regras para poder otimizar e aproveitar da melhor maneira possível sua estadia na Ilha, minimizando impactos que podem ser causados por práticas e condutas inadequadas em áreas naturais. Estas, normalmente, são frutos de seu desconhecimento ou inobservância a respeito das características e normas das Unidades de Conservação visitadas.

Como proposta para o percurso estudado, sugere-se que seja realizada uma reformulação das sinalizações com o objetivo de atender melhor o visitante, assim como intensificar a conexão do visitante com o lugar, para que ele possa apreciar os recursos naturais e culturais e não somente usufruir desses recursos. Além disso, é muito importante demonstrar a riqueza de informação que o percurso oferece, realçando o valor da proteção ambiental na perspectiva do geoambiente, da geodiversidade, da biodiversidade, do geoturismo e da geoconservação.

Referências

AMORIM, R. R. **Um novo olhar na Geografia para os conceitos e aplicações de geossistemas, sistemas antrópicos e sistemas ambientais.** Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 13, n. 41 mar/2012 p. 80-101.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diagnóstico da visitação em Parques Nacionais e Estaduais.** Sec. de Biod. e Florestas. Brasília, 2004.

_____. **Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação.** Sec. de Biod. e Florestas. Brasília, 2006.

CARVALHO, J.; BÓÇON, R. Planejamento do traçado de uma trilha interpretativa através da caracterização florística. **Revista Floresta**, 34: p. 23-32, 2004.

DEPRAZ, S. **Géographie des espaces naturels proteges: genèse, principes et enjeux territoriaux,** Paris, AC 2008.

DUTRA, F. F. **Ensaio sobre os atores sociais no contexto das políticas públicas ambientais: o exemplo da Ilha Grande no Estado do Rio de Janeiro.** 2008, 215 fl. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ppgeo.igeog.uerj.br/dissertacoes2008.html>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

FREIRE, I. S. de M. **Transformações socioespaciais e a formação de um território do turismo na Ilha Grande, Angra dos Reis (RJ)**. 2011. Monografia de conclusão do curso de Geografia/Bacharelado. Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 77p.

KROEFF, L. L. **Contribuição metodológica ao planejamento de trilhas ecoturísticas no Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Parnaso), RJ**. 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LEAL FILHA, S. M. **Recursos Hídricos e os Desafios da Gestão Ambiental: microdrenagens da Vila de Abraão – Ilha Grande (RJ)** 2005. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, UERJ, Rio de Janeiro, 2005.

LECHNER, L. Planejamento, Implantação e Manejo de Trilhas em Unidades de Conservação. **Cadernos de Conservação**, Curitiba, Ano 3, n. 3, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2006, 125 p.

MACIEL, L. A.; SILES, M. F. R.; BITENCOURT, M. D. **Alterações na vegetação herbácea de floresta ombrófila densa decorrentes do uso em uma trilha turística na Serra do Mar em São Paulo, Brasil**. Acta Botanica Brasilica, 2011.

ROCHA, I. C. **Impactos Ambientais e o Processo de Turistificação na Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ)**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

ROSS, J. **Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental**, São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

SALVATI, S. S. **Trilhas: conceitos, técnicas de implantação e impactos**. Disponível em: <<http://sites.uol.com.br/ecosfera/trilhas.htm>>. Acesso em: 19 mai. 2015.

SANTOS, R. F. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de texto, 2004.

VALLEJO, L. R. **Políticas públicas e conservação ambiental: territorialidades em conflito nos parques estaduais da Ilha Grande, da Serra da Tiririca e do Desengano (RJ)**. Niterói, 288 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2005.

VASHCHENKO, Y. **Caracterização e proposta para manejo das trilhas de duas Unidades de Conservação localizadas na Serra do Mar – PR**. Pré-Projeto de Tese. (Doutorado em Engenharia Florestal, Setor de Ciências Agrárias) – Universidade Federal do Paraná. 2008.

XAVIER, T. F. **Do território do cárcere ao território de proteção à natureza: conflitos no Parque Estadual da Ilha Grande**. Ilha Grande, RJ, 2009, 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.



Turismo de base comunitária e patrimônio cultural imaterial no nordeste brasileiro¹

Community Based Tourism and Intangible Cultural Heritage in Northeast Brazil

Turismo de Base Comunitaria y Patrimonio Cultural Inmaterial en el Noreste de Brasil

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1168>

Cassiana Panissa Gabrielli < cassiana.gabrielli@gmail.com >

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP, Brasil.

Gabriela Nicolau dos Santos < gabrielanicolau.8o@gmail.com >

Instituto Federal de Sergipe (IFS), São Cristóvão, SE, Brasil.

¹ Este trabalho foi baseado em versões preliminares apresentadas no XI Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (Anptur), realizado em Fortaleza/CE, em setembro de 2014 e no 5º Congresso Latino-Americano de Investigação Turística (Clait), realizado em São Paulo/SP, em setembro de 2012.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 14-nov-2015

Aceite: 16-nov-2016

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

GABRIELLI, C. P.; SANTOS, G. N. dos. Turismo de Base Comunitária e Patrimônio Cultural Imaterial no Nordeste Brasileiro. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 141-154, dez. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

Este artigo pretende contribuir com a discussão acerca da complexa ligação entre Bens Culturais Imateriais e o Turismo. Para isso, em um primeiro momento, abordaremos a perspectiva da Unesco acerca da aproximação do turismo com o patrimônio cultural imaterial, contrastando-a com análises antropológicas advindas, em grande escala, da Antropologia da *Performance* (ANDERSON, 1982; SCHECHNER, 1985) e da Antropologia do Turismo (GRUNEWALD, 2003). Em um segundo momento, analisaremos a configuração de alguns roteiros de Turismo de Base Comunitária (TBC) e a utilização, por parte destes, de saberes étnicos circunscritos em modos tradicionais de vida e organização social nos estados do Ceará e Sergipe, na região Nordeste do Brasil. Na última etapa, se detalhará a metodologia adotada pelo Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação (IPTI), uma entidade privada sem fins lucrativos, quando da elaboração do Plano de Gestão Participativa do Turismo no município de Santa Luzia do Itanhy (SE), realizado em 2011, com o apoio do Ministério do Turismo. Após o estudo de alguns casos de sucesso e propostas de implantação de TBC, por meio do desenvolvimento de novos modelos de planejamento turístico na região Nordeste do Brasil, foi possível estabelecer a relação direta entre gestão do turismo de base comunitária e seu vínculo com a cultura, a identidade e o patrimônio imaterial.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural Imaterial. Antropologia. Turismo de Base Comunitária

ABSTRACT

This paper aims to contribute to the discussion about the complex link between Intangible Cultural Heritage with tourism. For this, at first, we will address UNESCO's perspective on approach tourism with the intangible cultural heritage contrasting it with anthropological analyzes resulting in large-scale, of Anthropology of Performance (Anderson, 1982; Schechner, 1985) and Tourism Anthropology (Grunewald, 2003). Secondly, we analyze the configuration of some routes of Tourism Community Based (TBC) and uses by those of ethnic knowledge circumscribed in traditional ways of life and social organization in the states of Ceará and Sergipe, in northeastern Brazil. In the last step, we will detail the methodology used by the Institute for Research in Technology and Innovation (IPTI), a private non-profit entity, when preparing the Participative Management Plan for Tourism in the municipality of Santa Luzia do Itanhy (SE), held in 2011, with the support of Ministry of Tourism. After the study of some successful cases and proposals for implementation of TBC by developing new models of tourism planning in the northeastern region of Brazil, it was possible to establish a direct relationship between community-based tourism management and its connection with the culture, identity and the intangible heritage.

Keywords: Intangible Cultural Heritage. Anthropology. Community-Based Tourism.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo contribuir a la discusión sobre la compleja relación entre el Patrimonio Cultural Inmaterial con el turismo. Para eso, en un primer momento, se abordará la perspectiva de la UNESCO sobre el enfoque del turismo con el patrimonio cultural inmaterial que contrasta con los análisis antropológicos que resulta en gran escala, de la Antropología de la Performance (Anderson, 1982; Schechner, 1985) y Antropología del Turismo (Grunewald, 2003). En seguida, se analiza la configuración de algunas rutas de Turismo de Base Comunitaria (TBC) y la utilización de los de conocimientos étnicos circunscritos en las formas tradicionales de vida y organización social en los estados de Ceará y Sergipe, en el nordeste de Brasil. En el último paso, vamos a detallar la metodología utilizada por el Instituto de Investigación en Tecnología e Innovación (IPTI), una entidad sin fines de lucro, en la preparación del Plan de Gestión Participativa para el turismo en el municipio de Santa Luzia do Itanhy (SE), que se celebró en 2011, con el apoyo del Ministerio de Turismo. Después del estudio de algunos casos exitosos y propuestas para implementación de TBC mediante el desarrollo de nuevos modelos de planificación del turismo en la región Noreste de Brasil, fue posible establecer una relación directa entre la dirección de turismo de base comunitaria y su conexión con la cultura, identidad y patrimonio inmaterial.

Palabras clave: Patrimonio Cultural Inmaterial. Antropología. Turismo de Base Comunitária.

Introdução: Turismo e patrimônio cultural imaterial

Para entender a perspectiva da Unesco com relação à conjugação do Turismo com o Patrimônio Cultural Imaterial (PCI), e sua evolução ao longo do tempo, utilizou-se como referência uma série de apostilas que foram disponibilizadas pelo Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da América Latina (Crespial), quando da oferta do Curso Virtual sobre Registro e Inventário do Patrimônio Cultural Imaterial, em 2010.

Primeiramente, se delimitou um conceito pelo que os estudos identificam ser a atividade turística. Para tanto, foi utilizada a definição de Oscar de la Torre (1992), segundo o qual o turismo deve ser compreendido como um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupo de pessoas que, fundamentalmente, por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Se para De la Torre (1992) o turismo pode ser entendido como um fenômeno social causado pelo deslocamento das massas, para Fúster (1974), essa mesma atividade envolve também os fenômenos e as relações que esta massa produz em consequência de suas viagens. Para esse autor, além de ser o conjunto das organizações privadas ou públicas que surgem para fomentar a infraestrutura e a expansão do núcleo, as campanhas de propaganda, todo o equipamento receptivo de hotéis, agências de viagens, transportes, espetáculos, guias-intérpretes, o turismo é, também, os efeitos negativos ou positivos que se produzem nas populações receptoras. Assim, é relevante destacar a atividade turística como um fenômeno e analisar as inter-relações sociais, econômicas e culturais – tão intimamente ligadas e difíceis, senão impossíveis, de serem entendidas separadamente – geradas em função do desenvolvimento do turismo em localidades estudadas pelas autoras.

Mário Beni (2004) aponta como efeitos positivos do turismo: o desenvolvimento da criatividade em vários campos; a promoção do sentimento de liberdade mediante a abertura ao mundo; estabelecimento ou extensão de contatos culturais; a promoção da difusão de informações sobre uma determinada região ou localidade, seus valores naturais, culturais e sociais; a integração social e incremento da consciência nacional e a abertura a novas perspectivas sociais como resultado do desenvolvimento econômico e cultural da região.

Entre os efeitos negativos, o citado autor destaca: a degradação e destruição de recursos naturais; mudanças nos padrões de produção e consumo da população local; precariedade na oferta de serviços à parte significativa da população local; desintegração do território / comunidade; dependência do turismo em função da substituição de outras atividades econômicas tradicionais, etc.

Problematizou-se a seguir, sob uma perspectiva antropológica, aspectos referentes ao estabelecimento ou extensão de contatos culturais, as mudanças nos padrões de produção e consumo da população local e a dependência do turismo em função da substituição de outras atividades econômicas tradicionais.

Enquanto objeto de estudo, o tema referente às interações sociais entre turistas e hospedeiros, em comunidades tradicionais, passa a interessar à Antropologia a partir das décadas de 1960 e 1970, em especial a partir da década de 1970 (GRABURN, 2009). Desde então, o interesse crescente por parte dos turistas por sociedades em recônditos da Terra, a procura pelo outro, pelo diferente, pelo exótico (que é buscado desde o início das jornadas turísticas) passou a ser objeto de análise das ciências sociais, assim como os efeitos provocados pelo encontro do turista com o “outro”.

Considerando-se as dinâmicas socioculturais contemporâneas, observa-se que o interesse pela prática turística em comunidades tradicionais tem despertado atenção pelo “exotismo” que caracteriza tais populações ante os turistas oriundos de contextos sociais urbanizados, impregnados de aparatos tecnológicos nas mais diversas esferas de produção e interação sociocultural. Junto a isso, os modos de vida “interiores”, os modos de fazer artesanais, entre outros, têm despertado a atenção não apenas de visitantes, mas também de comunidades que veem no turismo uma oportunidade de dinamizar as relações socioeconômicas locais. Uma das formas de promover tal aproximação, entre visitantes e moradores, mediada pela cultura local, é o Turismo de Base Comunitária (TBC), que será discutido no presente artigo. Sendo o objetivo deste, apresentar discussões teóricas sobre a interação entre turismo de base comunitária e o patrimônio cultural imaterial, além de apresentar alguns exemplos de localidades, situadas no Nordeste brasileiro, onde tais tipos de interação têm sido praticados nos últimos anos.

Nesse modelo de gestão do turismo, o “outro”, ou seja, o visitante se desloca com o intuito de conhecer e valorizar a cultura local, especialmente os aspectos relacionados aos bens imateriais desta. A população local, por sua vez, parte da conscientização e valorização de suas identidades culturais para a estruturação democrática das atividades turísticas que envolvem, em geral, modos de “saber fazer” tradicionais. É justamente essa relação dos bens imateriais com o turismo que discutiremos a seguir.

O Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) e sua problemática relação com o turismo

Por Patrimônio Cultural Imaterial entende-se os usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são inerentes – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos, reconheçam como parte integrante de seu Patrimônio Cultural. Transmitido de geração em geração, o PCI é *recriado* constantemente pelas comunidades e grupos em função de seu entorno, sua interação com a natureza e sua história, infundindo um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003).²

De acordo com a Unesco (2015), o PCI se manifesta em diferentes âmbitos, a saber: tradições e expressões orais;³ as artes do espetáculo, representação;⁴ usos sociais, rituais e atos festivos; conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo e técnicas artesanais tradicionais.

No Brasil, a classificação que foi adotada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) compartimenta o PCI em quatro livros. O dos Saberes: diz respeito aos conhecimentos e modos de fazer enraizados na vida cotidiana das comunidades; Formas de Expressão: envolve as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; Celebrações: inserem-se os rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social e, por fim, o livro dos Lugares: vislumbrando mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

De acordo com o conteúdo teórico presente no material fornecido pela Unesco/Crespial quando da oferta do Curso Virtual sobre Registro e Inventário do PCI, uma das principais premissas acerca do PCI diz respeito à noção de que o valor do patrimônio não radica em seu caráter expressivo formal, mas em

² Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, Paris.

³ Incluído o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial.

⁴ Manifestações coletivas que têm um caráter cênico e se executam para ser mostradas a uma comunidade e à sociedade em geral, mas que ao mesmo tempo dotam de identidade a comunidade ou o grupo ao qual estejam vinculadas.

sua *dimensão simbólica*. Nesse sentido, constituiriam o sustento e a razão de ser do patrimônio imaterial, conhecimentos e saberes ancestrais, relações sociais, usos e representações simbólicas, toda uma trama complexa de sentidos, de relações sociais e culturais.

Mediante o exposto, observa-se uma eleição clara da Unesco pela perspectiva antropológica de análise do chamado patrimônio cultural. Essa eleição se evidencia igualmente quando adota a pesquisa de campo como método privilegiado para as ações práticas de Registro⁵ dos bens inventariados, que incluem as etapas de levantamento preliminar, identificação e documentação (CASTRO, 2006).

A Unesco ressalta ainda, como características intrínsecas ao Patrimônio Cultural Imaterial, seu aspecto *mutante e dinâmico*, enfatizando, por isso, ser necessário que se atente aos diferentes fatores de transformação e que se detecte processos de mudança ou alteração, os quais não respondem à dinâmica própria das comunidades ou grupos, mas respondem a agentes externos ou imposições de fora.

Entende-se que o turismo, tal qual figura em grande parte dos textos que abordam sua inserção e expansão em comunidades tradicionais, pode ser compreendido como uma das “formas de imposição desde fora”, visto que, em muitas ocasiões, o seu desenvolvimento ocorre à revelia da comunidade local, ou sem considerá-la como parte indispensável do processo de planejamento. Perceber, entretanto, a forma de experiência turística caracterizada pela promoção do outro, nos parece de extrema relevância na medida em que se tem configurado não apenas como alternativa econômica valiosa para as comunidades turísticas, mas para a própria revitalização cultural de manifestações esquecidas ou adormecidas.

Antes de entrar no âmago dessa discussão, é plausível analisar alguns extratos encontrados no material ofertado no Curso Virtual sobre Registro e Inventário do Patrimônio Cultural Imaterial. A princípio, mais especificamente na década de 1970, como expôs a Convenção sobre Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, que ocorreu em Paris de 17 a 21 de novembro de 1972, reforçou as políticas de conservação do patrimônio e se converteu na norma de referência obrigatória para incluir as políticas de conservação – o turismo era visto como um instrumento de desenvolvimento e sua conjugação com o patrimônio cultural parecia ser vista ainda com bons olhos.⁶

O crescimento do turismo nas décadas seguintes e a incorporação de manifestações tradicionais diversas nos roteiros turísticos, no entanto, geraram um aparente receio por parte da Unesco (2010), como se verifica no extrato abaixo:

Se bem o turismo pode contribuir a reavivar as artes do espetáculo tradicionais e dar um “valor de mercado” ao patrimônio cultural imaterial, também pode ter um efeito deformante, já que frequentemente as representações se encurtam para mostrar uma série de “cenas culminantes” adaptadas para responder à demanda turística. Com frequência as formas artísticas tradicionais se convertem em produtos de diversão, com a conseguinte perda de importantes formas de expressão comunitária.⁷

Em que medida a adaptação de formas artísticas tradicionais para o consumo turístico implica em perda de importantes formas de expressão comunitária? Em todos os lugares em que o turismo se apresente, o risco seria o mesmo para cada manifestação encontrada pela massa? O que a Unesco entende como “efeito deformante”, aparentemente, encontra paralelo com o que alguns autores da literatura sobre Antropologia

5 A Lei de Registro para a salvaguarda do PCI foi estabelecida pelo Decreto N. 3.551, de 4 de agosto de 2000.

6 Módulo I, Sessão 1, p.10.

7 Módulo I, Sessão 2, p.11.

do Turismo⁸ chamam de “teatralização da cultura”, artifício não necessariamente recriminável, uma vez que, contemporaneamente, diversos agentes sociais se utilizam do turismo para sua sobrevivência, ou para a sobrevivência de sua renovada forma de expressão.

No extrato a seguir percebemos a “importância” do turismo a partir de seu viés econômico ou a inestimável “ajuda financeira” oferecida pelos visitantes aos organizadores de festas e bailes populares:

Muitas comunidades registraram uma participação crescente de turistas em seus acontecimentos festivos e, ainda que essa participação possa ter aspectos positivos, as festividades sofrem muitas vezes as mesmas consequências que as artes tradicionais do espetáculo. A viabilidade dos usos sociais e os rituais, e em particular dos acontecimentos festivos, pode depender também do contexto socioeconômico geral. Os preparativos, a elaboração de fantasias e máscaras e os gastos com os participantes costumam ser muito caros, e em momentos de crises econômicas nem sempre podem ser custeados.⁹

Verificou-se que em grande parte da literatura acerca do tema em questão encontra-se, por parte dos autores, uma visão negativa sobre as transformações ocorridas em manifestações locais em função de sua exploração ou utilização pelo turismo. De acordo com essa perspectiva, o desenvolvimento turístico levaria os nativos de pequenas cidades hospedeiras a abandonarem um modo de vida tradicional e independente do capitalismo global para inserir-se em negócios locais incrementados pelo turismo. Sem negar a importância desses estudos para a construção de um olhar crítico acerca do fenômeno turístico em toda sua complexidade, Grunewald (2003) destaca uma “perspectiva mais produtiva” que reforça a etnicidade promovida entre certas populações como um reforço de certas tradições que passaram à condição de chamariz turístico, participando da perspectiva do desenvolvimento local do turismo. No entanto, “alentar-se-á todas as partes a zelar especialmente para que as atividades de sensibilização não tenham como consequência [...] fomentar uma comercialização excessiva ou um turismo não sustentável, que poderia pôr em perigo o devido patrimônio cultural” (UNESCO, 2010, p. 11-12). Mais uma vez, em meio a outros fenômenos ou “efeitos da mundialização”, como as emigrações, o desenvolvimento do individualismo, a generalização da educação formal, a influência crescente das grandes religiões mundiais, o turismo é destacado.

Note-se que ao mesmo tempo em que valoriza e enfatiza a dinamicidade do patrimônio e sua resignificação, a Unesco se mostra conservadora em perceber ou admitir que as mudanças de significado sofridas por algumas manifestações tradicionais em lugares específicos podem ter surtido efeitos positivos, ao menos em uma parte dos atores sociais envolvidos com tais práticas.

Não se percebe no discurso oficial da organização, igualmente, nenhuma menção à etnicidade como lugar ou espaço necessário a partir do qual as pessoas falam (GRUNEWALD, 2003). De forma semelhante, passam ao largo do conteúdo teórico dos textos oferecidos no curso, perspectivas oriundas dos estudos culturais como os de Stuart Hall (2004) acerca das identidades fragmentárias, que emergem com segmentações internas, não conseguindo operar como totalidades. Em nenhum momento as transformações vivenciadas pelas manifestações tradicionais são pensadas como novas etnicidades em comunidades com posições subalternas que tentam expor a si mesmas contra o mundo formalizado por forças globalizadas e presentes no prisma do mundo pós-moderno (HALL, 2004).

Ao mesmo tempo em que privilegia o método antropológico em todas as etapas do Registro (inventário e documentação), a organização ignora algumas das premissas básicas da Antropologia da *Performance*, encabeçada por autores como Victor Turner (1988) e Richard Schechner (1985), que, igualmente, iden-

8 Grunewald (2003) e Yáziği (2009).

9 Módulo I, Sessão 2, p.15.

tificam: audiências turísticas estão modificando *performances* em todos os lugares do mundo. A pergunta mais apropriada a ser feita diante do exposto nos parece ser: Como? De forma bastante simplificada, os antropólogos que se dedicaram a estudar eventos performáticos em todo o mundo atribuem as mudanças sofridas pelas *performances* à mudança na audiência, e problematizam: O que acontece quando *performances* são apresentadas para uma audiência que não sabe nada do contexto social e religioso que está vendo? Segundo entendem-se, as respostas podem ser tão variadas quanto o contexto específico em que cada uma delas se desenrola. Daí a importância de que cada caso seja estudado levando em consideração o contexto histórico, social, político e econômico local, assim como os diferentes graus de interação com o turista.

Podemos usar como exemplo o competente trabalho realizado por Michelle Anderson (1982) no Haiti. Ao estudar o *voodoo* naquele país,¹⁰ a antropóloga percebeu que, em resposta ao interesse turístico pela manifestação religiosa local, a comunidade havia adaptado o ritual original que, se mantendo o mesmo, era apresentado em três formas distintas: *Mariani*, *Jacmel* e *Nansoucri*. Anderson constatou que a primeira forma, teatral/comercial, observada em Porto Príncipe, onde o fluxo de turistas é alto, era apresentada “apenas” para turista. A segunda forma, social/teatral, foi observada em Jacmel, uma cidade pequena no sul do país, onde o fluxo turístico havia apresentado um *boom* recente, tinha um caráter mais comercial e era apresentada tanto para haitianos quanto para os turistas. Já a terceira forma, entendida pela pesquisadora como ritual/social, se desenvolvia em uma cidade onde o fluxo turístico era quase inexistente, e era apresentada “apenas” para haitianos.

Anderson (1982, p. 51) concluiu que as três formas, tomadas juntas, compunham o autêntico *vudu*: “o que faz estas mudanças e o que mantém o *vudu* ‘vivo’ é a audiência cambiante”. “É o que pode vir a matá-lo também”, acrescenta Schechner (1985, p. 32), que reconhece o fato de que pode haver mais mudança do que pode absorver um gênero antes que deixe de ser ele mesmo.

Cabe aqui alinhar o que pontuam os autores acima – Schechner e Anderson – com o que Grunewald (2003) descortina: quando uma etnicidade se alavanca em face do turismo, isso não quer dizer que os limites da comunidade sejam coincidentes com os da arena turística. Ou seja, nem todos os nativos estão engajados na etnicidade para o turismo. Na visão do autor anteriormente citado, os que estão, acabam formando outra comunidade: a turística. Constituída e apresentando linhas étnicas, essa comunidade pode ser chamada de etnoturística.

São as nuances particulares de cada encontro entre o turismo e as manifestações culturais e tradicionais locais que deveriam importar aos antropólogos interessados em estudar o fenômeno turístico em sua complexidade. Em cada local em que o turismo se configurar como uma realidade social e oportunidade econômica será necessário entender como a comunidade participa, de maneira diferenciada, do processo. Além disso, e talvez ainda mais importante, seja a compreensão de que a seu modo, e em cada local de maneira diferenciada, os agentes culturais tradicionais negociarão com o turismo e turistas o que poderá ou não ser compartilhado de seu acervo cultural, em que momento e a que preço.

Veremos a seguir como as identidades étnicas, ou não, vêm se apropriando do turismo no Brasil, de forma a favorecer interesses sociais, em uma perspectiva de inclusão, associativismo e desenvolvimento sustentável, dialogando com o patrimônio cultural imaterial de tais comunidades.

¹⁰ Principal religião do Haiti, o Voodoo, Vodou ou *Vudu* teve origem na África e foi trazido pelos escravos que vieram para a América, na época da colonização.

O Turismo de Base Comunitária (TBC) e os Roteiros Cearenses

De maneira geral, o turismo comunitário pode ser entendido como uma atividade turística que apresenta gestão coletiva liderada pela comunidade, transparência no uso e destinação dos recursos e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local. Nesse tipo de turismo, geralmente, a comunidade é proprietária dos empreendimentos turísticos e há a preocupação em minimizar o impacto ambiental e fortalecer ações de conservação da natureza.

Segundo Maldonado (2009, p. 31), especialista da Organização Internacional do Trabalho e coordenador da Rede de Turismo Sustentável da América Latina (RedTurs),

Por Turismo Comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com os visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida.

Segundo o Ministério do Turismo brasileiro (2007), as experiências de Turismo de Base Comunitária no país datam de meados dos anos 1990, e foram organizadas independentemente de ações públicas. Com a criação do Ministério do Turismo, em 2003, as iniciativas de TBC são reconhecidas pelo órgão como um fenômeno social e econômico em algumas regiões do território nacional, por meio de organizações não governamentais e pesquisadores do tema, como porta-vozes dessas iniciativas.

Nos anos de 2006 e 2007, tanto representantes das iniciativas de TBC, como pesquisadores do tema, demandaram do poder público uma ação mais articulada, com o reconhecimento do Turismo de Base Comunitária. A intensificação do diálogo entre órgãos do governo federal, academia e iniciativas de TBC resultou na decisão de apoiar o desenvolvimento da atividade no país por meio de um processo seletivo de projetos via Edital de Chamada Pública. Este foi lançado em 2008, com o objetivo de conhecer e apoiar o desenvolvimento das iniciativas com esse perfil em todo o Brasil.

Essa decisão, do ponto de vista da oferta, considerou a expansão de bens e serviços e a gestão da atividade turística nos territórios, sob a responsabilidade das comunidades locais. Do lado da demanda, pesquisas nacionais e internacionais apontavam o interesse crescente dos turistas pela vivência de experiências, convívio com culturas diferentes, ambientes preservados, crescente segmentação e fragmentação das viagens, que indicavam para a potencialidade das iniciativas de TBC no país.

Por meio do edital, 50 projetos distribuídos em 19 estados brasileiros foram aprovados, embora nem todos tenham sido executados. O Projeto da Rede Tucum foi um deles, pioneiro na área de turismo comunitário no Ceará. Abrangendo diversas comunidades do estado, que se localiza no nordeste do Brasil, a Rede oferece para os mercados nacional e internacional um produto turístico projetado para a interação entre povos distintos, atento a proteger e valorizar culturas e territórios, economicamente integrados às atividades tradicionais e com a finalidade de produzir recorrentes benefícios a toda a comunidade.

Atualmente, a Tucum conta com a participação de dez comunidades costeiras, entre indígenas, pescadores e moradores de assentamentos rurais, dois pontos de hospedagem solidária em Fortaleza, além de duas ONGs que fazem o apoio institucional à rede – Instituto Terramar (Brasil) e Associação Tremembé (Itália).

A Rede busca o fortalecimento da proposta de turismo comunitário, oferecendo belas paisagens aliadas ao compromisso social. Juntas, cada comunidade se fortalece, fomentando a troca de experiências e a cooperação, tendo em vista o compartilhamento de saberes e a construção de estratégias coletivas de superação dos desafios a serem enfrentados. Lembrando que o TBC se diferencia justamente por ser

[...] uma oportunidade para as populações locais possuírem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento, sendo diretamente responsáveis pelo planejamento e gestão das atividades, das estruturas e dos serviços turísticos propostos. [...] dialogando com os princípios que orientam e fortalecem relações solidárias entre homens e mulheres construtores/as de uma sociedade comprometida com a sustentabilidade em seus aspectos políticos, socioculturais, ambientais e econômicos (BRASIL, 2010, p. 8).

Interessa-nos, neste momento, destacar a relevância que a etnicidade assume nos roteiros da Rede Tucum, assim como o protagonismo que, de certo modo, é dado às minorias e causas sociais diversas no desenvolvimento dos produtos turísticos. No material utilizado para levantamento de dados referentes aos destinos oferecidos pela Rede Tucum,¹¹ sobressaem-se os termos *exploração, resistência, luta e desigualdade*. O que pretendemos nesta última etapa do artigo é apresentar casos concretos em que o turismo, diferentemente do que geralmente se destaca no material acadêmico sobre o tema, tem sido desenvolvido conscientemente por comunidades que se apropriam e valorizam aspectos étnicos e identitários para compartilhá-los com seus visitantes.

Para além da preocupação com o bem-estar do turista e oferta de cenários paradisíacos – já amplamente conhecidos e comercializados aos turistas internacionais –, no Ceará, em cada roteiro comercializado pela Tucum, uma luta, uma vitória, um conflito se descortinam, transformando-se em repertório a ser defendido, lembrado e contado aos visitantes.

Em Ponta Grossa, um dos destinos de TBC do Ceará, por exemplo, conta-se que o direito de permanecer na terra foi conquistado ainda nos anos 1990 e que a venda das propriedades ali é terminantemente proibida, revelando uma importante luta travada entre a reforma agrária e as atividades econômicas ligadas à especulação imobiliária e à carcinicultura.

Em Tremembé, outro destino cearense, os serviços turísticos são gerenciados por uma ONG que utiliza a renda gerada com a pousada no fomento de projetos sociais na região. No assentamento Coqueirinho, hortas orgânicas, sistemas agroflorestais, apiário e bancos de sementes são atrativos turísticos. Em quase todas as comunidades a história se repete: conquista de reservas extrativistas, criação de cooperativas, utilização do meio tradicional de vida como principal atrativo, pesca artesanal, agricultura familiar, artesanato e folclore.

É interessante, ainda, apresentar a experiência de turismo comunitário realizada em Nova Olinda, na região do Cariri cearense. Diferentemente das demais comunidades, relacionadas à rede Tucum, Nova Olinda se localiza no sertão semiárido, em uma localidade até então pouco explorada turisticamente. Lá, o TBC surgiu pela necessidade de se operacionalizar o receptivo turístico no município que passou a receber muitos visitantes por conta das atividades desenvolvidas pela Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri (FCG/MHK) e pelo interesse científico pelos geossítios lá presentes.

Fundada com o intuito de valorizar e preservar o patrimônio cultural e geológico local, por meio de formação social e cultural de jovens e crianças da comunidade, na FCG/MHK são oferecidos diversos cursos e atividades contando com oficinas técnicas, laboratórios, bibliotecas, teatro, além do Museu do

11 Série Turisol de metodologias. Turismo comunitário rede cearense de turismo comunitário. Tucum.

Homem Kariri e da rádio comunitária Casa Grande. Fundamentada em um modelo de gestão participativo diferenciado, no qual as crianças são as coordenadoras de toda a estrutura da fundação, a ONG passou a atrair diversos visitantes e parceiros. Esses, quando em visita ao município, tinham que se hospedar em cidades vizinhas, pois não havia meios de hospedagem na localidade.

Desse modo, iniciou-se a oferta de hospedagem nas casas dos pais das crianças que frequentam a Fundação. No intuito de aproximar ainda mais a comunidade, os pais foram convidados também a gerirem o refeitório da FCG/MHK, produzindo e comercializando refeições e lanches para os visitantes e também a produzirem artefatos artesanais para serem vendidos na loja lá encontrada.

Desde 2010, um dos “meninos” da Fundação criou e gerencia a Agência de Turismo Comunitário Fundação Casa Grande, que oferece serviços como marcação de passagens, *transfer* rodoviário, roteiros e passeios por toda a região, além de hospedagem domiciliar. Após a consolidação da estrutura receptiva, egressos da fundação organizaram roteiros na cidade que priorizam visitas a oficinas de artesãos que trabalham com couro, pedra cariri, renda, entre outros. Na área rural o destaque é a propriedade de Seu Zé Arthur, na qual se desenvolve a técnica de agrofloresta, tendo uma flora, atualmente, totalmente diferenciada das demais da região, e sendo também uma das casas a ofertar hospedagem domiciliar na zona rural.

O saber e o fazer se sobrepõem como atrativos aos próprios materiais produzidos na localidade. A Fundação Casa Grande se tornou uma referência atraindo visitantes de diversas cidades do Brasil e do mundo, estando diretamente relacionada à valorização dos saberes e fazeres locais, possibilitando a inserção de diversos agentes beneficiários na cadeia produtiva do turismo. Esse projeto tem sido desenvolvido por iniciativa particular, contando com apoio de editais públicos e privados, além de doações, apoios e patrocínios para projetos específicos.

Em meio a municípios com vocações turísticas diferenciadas, especialmente o turismo religioso em Juazeiro do Norte e Crato; o turismo científico em Santana do Cariri e o turismo cultural em Barbalha, Nova Olinda se destacou, sendo inclusive escolhida como destino indutor do turismo na região pelo MTUR, justamente por conta do trabalho relacionado ao turismo de base comunitária que lá tem sido desenvolvido.

Metodologia de Implantação do Turismo de Base Comunitária no Estado de Sergipe

Finalmente, abordaremos a experiência de implantação do Turismo de Base Comunitária no estado de Sergipe, que aconteceu entre os meses de fevereiro e dezembro de 2011, em dois municípios situados no litoral sul de Sergipe: Santa Luzia do Itanhy e Estância.

De maneira semelhante ao projeto da Rede Tucum, a experiência em Sergipe aconteceu graças ao convênio firmado, em 2010, entre o Ministério do Turismo e o Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação (Ipti), uma entidade privada sem fins lucrativos, em parceria com a Secretaria de Turismo do Estado de Sergipe. Nessa ocasião, foi proposto ao Ministério a elaboração do chamado Plano de Gestão Participativa do Turismo do Município de Santa Luzia do Itanhy.

Inicialmente, utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e o trabalho de campo. As visitas *in loco* realizadas ao longo de uma semana foram utilizadas como método para entender aspectos da dinâmica local do município de Santa Luzia do Itanhy. Com o suporte do material bibliográfico foram identificados 14 coletivos, que configuraram a chamada “rede de agentes beneficiários do plano”. Entre estes se encontravam pescadores; agricultores; líderes comunitários; assentados rurais; chefes e integrantes de

grupos artísticos (Reisado e Samba de Coco); Associação das Mulheres; Sindicato de professores; agentes do poder público; agentes de saúde; proprietários de fazendas históricas; líderes religiosos; representantes/líderes dos povoados mais distantes da sede; representantes da Reserva Ambiental da Mata do Crasto e representantes do *trade* (donos de restaurante, meios de transporte e meios de hospedagem).

Como meio de aproximação dos coletivos identificados, foi elaborado um questionário que buscava identificar, entre outros aspectos, a qualidade de vida dos agentes; as atividades desenvolvidas por esses agentes; aspectos positivos e negativos do local onde viviam; o que eles consideravam ser importante para a cultura local, portanto, patrimônio cultural; a ideia que possuíam acerca do cooperativismo e de sua importância; sugestões para melhorar as condições em que viviam; abertura e predisposição para trabalhar com o turismo e, finalmente, o grau de interesse em participar das oficinas e a disponibilidade de tempo para frequentá-las. O questionário serviu de suporte para a realização de 31 entrevistas semidirigidas direcionadas a dois membros de cada um dos coletivos acima mencionados.

Aproveitando a oportunidade de contato com esses atores, a cada entrevistado era entregue um convite com informações básicas acerca das oficinas de sensibilização e mobilização que seriam realizadas na etapa seguinte, com uma breve descrição do conteúdo programático, datas, horário e o local de realização. Como parte da metodologia desenvolvida para a etapa inicial, uma câmera fotográfica descartável foi entregue a cada entrevistado, ao qual se solicitava que fotografasse três coisas “boas” e três coisas “ruins” de seu dia a dia. As câmeras fotográficas foram recolhidas pela equipe poucos dias depois. Após reveladas, as fotografias foram utilizadas na oficina em uma dinâmica que pretendia diagnosticar os principais pontos fortes e fracos existentes na região (culinária, danças e folguedos, arquitetura colonial e religiosa, embarcações, etc.) e que, possivelmente, exerceriam influências diretas ou indiretas no desenvolvimento do turismo na localidade.

Uma vez analisados os dados levantados nesta primeira etapa, teve início o processo de elaboração dos conteúdos técnicos para as oficinas, que ocorreram ao longo do mês de abril de 2011. O conteúdo técnico obedeceu aos temas propostos no Termo de Referência: turismo e desenvolvimento local; turismo de base comunitária; programas e projetos de turismo (nacional e estadual) relacionados à região turística do projeto; governança no turismo local; iniciativas de sucesso no desenvolvimento turístico local (participativo, cooperado) e organização local para o desenvolvimento turístico.

Após as oficinas, teve início a etapa de diagnósticos participativos e *workshops* de roteirização. A metodologia utilizada incluiu visitas, análise e avaliação dos principais pontos turísticos levantados na oficina por parte dos beneficiários do projeto na etapa de sensibilização e mobilização. A participação da comunidade local nos *workshops* de roteirização era gratuita e não houve nenhum tipo de restrição à entrada de interessados.

De forma geral, o público, composto por aproximadamente 20 pessoas, era formado por agricultores familiares, pescadores, donos de restaurantes, artesãos, gestores públicos e líderes comunitários em geral. Ao todo, foram destacados 15 atrativos no município de Santa Luzia do Itanhhy, que se encontravam distribuídos por quatro povoados distintos.

A ideia dos diagnósticos participativos, alicerçada na visita a cada um dos atrativos levantados pela comunidade com os participantes das oficinas de sensibilização e mobilização, adveio da metodologia suge-

rida por Thaise Guzzatti, que foi uma das idealizadoras do Projeto Acolhida na Colônia, no Sul do Brasil.¹² No caso desse projeto, que serviu como referência e inspiração para a implantação das etapas iniciais do Plano de Gestão Participativa do Turismo do município de Santa Luzia do Itanhy, cada empreendimento (pousadas domiciliares e restaurantes) era visitado e avaliado pelos próprios participantes ou beneficiários, que assim começavam a vislumbrar as necessidades de aperfeiçoamento dos serviços prestados.

Para a execução da etapa dos *workshops* de roteirização utilizou-se também a ficha de Avaliação e Hierarquização de Atrativos Turísticos, metodologia sugerida no Módulo Operacional 7 (Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo). A ficha classifica os atrativos em naturais, culturais, atividades econômicas, realizações técnicas, científicas e artísticas e eventos programados. Por meio dela é possível analisar critérios indispensáveis à roteirização, ligados a cada atrativo, separadamente, tais como: grau de atratividade, acesso, infraestrutura, representatividade, interesse comunitário e estado da paisagem circundante. Levando em consideração essa metodologia, as fichas eram preenchidas conjuntamente pelos agentes beneficiários. A última etapa consistiu em inserir no roteiro apenas os atrativos que obtiveram as maiores notas atribuídas pelos participantes dos *workshops*. Tratavam-se, em geral, de atrativos que reuniam condições de ser visitados imediatamente e/ou em um curto prazo de tempo, tendo em vista um valor baixo e/ou médio de investimento.

Após a sistematização de todas as informações referentes a cada atrativo visitado e avaliado, adotou-se a Análise *Swot* (metodologia que observa forças e oportunidades, fraquezas e ameaças). Esse procedimento levou à elaboração de um plano de ações que destacou as iniciativas que deveriam ser tomadas em curto, médio e longo prazo, visando à regulamentação e qualificação dos serviços, equipamentos, mão de obra e infraestrutura que compunham o roteiro elaborado. Finalmente, o Plano Estratégico, entendido como a compilação e sistematização de todas as fases do projeto, resultou em um relatório final, entregue ao Ministério do Turismo.

Desse modo, destacamos o caráter participativo, inerente aos princípios do turismo de base comunitária, não apenas no processo de operacionalização, ou gestão dentro da própria comunidade, mas, também, a importância de se considerar e tratar como relevante a participação dos atores locais nas etapas do planejamento de planos e projetos turísticos, oriundos de todas as esferas que venham a intervir na localidade.

Considerações finais

Como pudemos vislumbrar ao longo das discussões aqui propostas, o turismo diante de uma perspectiva antropológica, por algum tempo foi visto como um elemento de descaracterização de manifestações culturais, especialmente aquelas tradicionais que, ao se popularizarem e serem encenadas em um contexto turístico, foram perdendo, em alguns casos, seus elementos identitários mais representativos. Porém, por meio do desenvolvimento de novos modelos de planejamento turístico, como as iniciativas de turismo de base comunitária, por exemplo, foi possível estabelecer novas relações entre cultura, especialmente relacionada ao patrimônio imaterial, e o turismo.

¹² A Associação Acolhida na Colônia originou-se a partir do modelo *Accueil Paysan*, surgido no sul da França nos anos 1980, na região de Grenoble. No Brasil, a experiência de desenvolvimento do agroturismo iniciou-se em 1999, nas encostas da Serra Geral (Santa Catarina).

Como exemplos, trouxemos alguns casos de TBC desenvolvidos no estado do Ceará, através da rede Tucum, em que a articulação da população é tomada como essencial e representativa da cultura local, visando a manutenção dos seus territórios ante a assédios e especulações de diversos tipos. Além disso, grande parte de tais comunidades se situa em locais de grande beleza cênica do litoral cearense.

Para além das experiências desenvolvidas em redes de cooperação entre comunidades com potencial ou que já desenvolvem o TBC de modo consolidado, existem outras comunidades que têm trabalhado para a articulação do Turismo de Base Comunitária baseado em seu patrimônio cultural imaterial partindo de iniciativas particulares. No Ceará, como vimos, tem-se a experiência da Fundação Casa Grande, que tem levado milhares de turistas por ano para a comunidade, contando com oferta de meios de hospedagem na área urbana do município e também na área rural. Fugindo, de certo modo, da relação com paisagens litorâneas paradisíacas, Nova Olinda se destaca pelo modo de viver da comunidade, assim como pelas ações da ONG FCG/MHK. Nesse contexto, o que se pôde observar é que, diferentemente de muitos destinos turísticos nacionais, lá o turismo serviu como um instrumento de apoio à valorização da cultura e das identidades culturais locais, sendo positiva sua contribuição para a manutenção do patrimônio cultural imaterial local.

Além disso, na última seção do artigo, apresentamos a metodologia de planejamento turístico de Santa Luzia do Itanhê e Estância, localizadas em Sergipe. Tal descrição foi feita com a finalidade de ilustrar não apenas como foi desenvolvido, mas, sobretudo, a importância da participação da população local ao longo de todo esse procedimento a fim de contemplar, durante o processo de desenvolvimento, a importância (tanto da conservação quanto da dinamização) do patrimônio cultural imaterial da comunidade junto às atividades.

Os exemplos da forma como o TBC tem sido planejado e desenvolvido nos estados do Ceará e de Sergipe, no Nordeste brasileiro, visam demonstrar como a cultura, por meio do patrimônio imaterial, pode ser utilizada como um recurso turístico sustentável, possibilitando a integração de diversos setores da sociedade na atividade turística. E essa, por sua vez, pode, e deve, ser um agente ativo no processo de valorização das identidades culturais.

O apoio do governo, em diversas esferas, seja federal, estadual ou municipal, é, sem dúvida, necessário para que o turismo possa atingir sua plena capacidade de desenvolvimento e integração com a comunidade local. Porém, como é sabido, há limitações tanto de ações quanto de financiamentos públicos. Desse modo, iniciativas particulares também podem ser incentivadas, lembrando sempre que não devem, em nenhuma hipótese, serem tomadas como única alternativa ao desenvolvimento local. Tampouco devem ser restritas a pequenos grupos, lembrando que o ideal do turismo de base comunitária é seu caráter democrático e participativo.

Referências

ANDERSON, M. **Authentic Voodoo is Synthetic**. *The Drama Review*. In: TDR, v. 26, n. 2, *Intercultural Performance*, Summer, 1982. p. 89-110.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

CASTRO, M. L. V. de. **Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais**. Brasília: Unesco, Educarte, 2008.

DE LA TORRE, O. **El turismo, fenómeno social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

FERNÁNDEZ FÚSTER, L. **Teoría y técnica del turismo**, v. I e II. Madrid: Nacional, 1974.

GRABURN, N. Antropologia ou Antropologias do Turismo? In: GRABURN, N. *et al.* **Turismo e antropologia: novas abordagens**. Campinas: Papirus, 2009.

GRÜNEWALD, R. de A. **Turismo e Etnicidade**. Horizontes Antropológicos, ano 9, n. 20, Porto Alegre: 2003. p. 141-159.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MALDONADO, C. O Turismo rural comunitário na América Latina. In: BARTHOLO, R. SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SCHECHNER, R. **Between theater and anthropology**. Philadelphia: The University of Pennsylvania Press, 1985.

_____. **Performance theory**. New York and London: Routledge, 1988.

TurnER, J. H. **A theory of social interaction**. Stanford: Stanford University Press, 1988.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>> Acesso em: 12 set. 2015.

_____. **Curso virtual sobre registro e inventario del patrimonio cultural inmaterial**. s/n, 2010.

YÁZIGI, E. To be or not to be: sobre o autêntico e o falsificado nas construções do turismo. **Cultur – Revista de Cultura e Turismo**, ano 3, n. 3, Ilhéus: 2009.



Turismo de Base Comunitária:

uma possibilidade pensada com moradores do Bairro Alto do Cruzeiro, em São Luiz do Paraitinga/SP

Community Base Tourism: a possibility thought with the residents of Alto do Cruzeiro neighborhood, in São Luiz do Paraitinga/SP

Turismo de Base Comunitaria: una posibilidad pensada junto a los habitantes del barrio Alto do Cruzeiro, São Luiz do Paraitinga/SP

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1175>

Mariana Tomazin <mariana_tomazin@hotmail.com >

Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB), Brasília, DF, Brasil.

Patrícia Alves Ramiro <patriciaalvesramiro@gmail.com >

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 16-nov-2015

Aceite: 05-ago-2016

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

TOMAZIN, M.; RAMIRO, P. A. Turismo de Base Comunitária: uma possibilidade pensada com os moradores do Bairro Alto do Cruzeiro, em São Luiz do Paraitinga/SP. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 155-171, dez. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

São Luiz do Paraitinga, estância turística localizada no estado de São Paulo, é conhecido por seus casarões do século XIX e suas festas populares. Em 2010, o município sofreu com a maior enchente de sua história, quando viu parte de seu patrimônio arquitetônico ruir. Doravante, o período de reconstrução pós-enchente reforçou o olhar de gestores públicos e de alguns segmentos sociais locais para a relevância do turismo para o desenvolvimento local. Em consonância com o contexto vivido, o presente trabalho teve como objetivo pensar com os moradores do bairro Alto do Cruzeiro suas potencialidades para o planejamento de um turismo mais sustentável, visto que vivem em condições mais precárias no que se refere ao acesso a bens e serviços. Com base na metodologia da história oral e na realização de um diagnóstico rápido participativo pode-se constatar a existência de um bairro com fortes vínculos de amizade e portador de um sentimento enraizado de pertencimento ao lugar, características que, somadas às manifestações culturais identificadas, poderão servir de suporte para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no bairro.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária. Alto do Cruzeiro. São Luiz do Paraitinga.

ABSTRACT

São Luiz do Paraitinga, tourist resort, located in the state of São Paulo, is known for its mansions of the nineteenth century and its popular festivities. In 2010, the city suffered with the biggest flood in its history, when it saw part of its architectural heritage fall apart. From now on, the post-flood reconstruction period reinforced the look of public officials and some local social groups towards the importance of the tourism to local development. According to the lived context, this study aimed to think together with the inhabitants of Alto do Cruzeiro neighborhood, about their potential for planning a more sustainable tourism, since they live in precarious conditions and with limited access to goods and services. Based on the methodology of oral history and conducting a participatory fast diagnosis it was possible to observe the existence of a neighborhood with strong bonds of friendship and carrying a rooted sense of belonging to the place, features, together with the identified cultural events, may provide support for the development of community-based tourism in the district.

Keywords: Community Base Tourism. Alto do Cruzeiro. São Luiz do Paraitinga.

RESUMEN

São Luiz do Paraitinga, estância turística ubicada en el estado de São Paulo, es conocida por la arquitectura de las casas del siglo XIX y también por sus fiestas populares. En 2010, el municipio sufrió con la más grande inundación de su historia, cuando vio parte de su patrimonio arquitectónico desaparecer. De ahora en adelante, el periodo de reconstrucción después de la inundación reforzó la visión de gestores públicos y de algunos segmentos sociales locales para la importancia del turismo para el desarrollo local. En consonancia con el contexto vivido, el presente trabajo tuvo como objetivo pensar con los habitantes del barrio Alto do Cruzeiro sus potencialidades para la planificación de un turismo más sustentable, dado que, visiblemente, viven en condiciones más precarias referente al acceso a bienes y servicios. Con base en la metodología de la historia oral y en la realización de un diagnóstico rápido participativo se puede constatar la existencia de un barrio con fuertes vínculos de amistad y portador de un sentimiento enraizado de pertenencia al lugar, características que, sumadas a las manifestaciones culturales identificadas, podrán servir de soporte para el desarrollo del turismo de base comunitaria en el barrio.

Palabras clave: Turismo de Base Comunitaria. Alto do Cruzeiro. São Luiz do Paraitinga.

Introdução

São Luiz do Paraitinga, município localizado na região conhecida como Vale do Paraíba paulista, a apenas 170 quilômetros da capital do estado de São Paulo, é conhecido por seus casarões do século XIX, sua paisagem natural junto a áreas de Mata Atlântica e por suas festas populares, especialmente, seu carnaval e Festa do Divino. Em 2010, teve grande parte de seu patrimônio arquitetônico destruído por uma enchente. Naquele momento, segundo dados do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possuía uma população de 10.397 habitantes, sendo 6.180 residentes na zona urbana. Assim como outras cidades da região, São Luiz do Paraitinga teve seu apogeu econômico e social com a cafeicultura no século XIX, o que justifica o fato de algumas casas térreas e sobrados terem sido tomados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (Condephaat) em 1982¹. O reconhecimento desse patrimônio como atrativo turístico rendeu ao município o título de Estância Turística em 2002, o qual, como esclarecem Campos e Delamaro (2011, p. 78) “[...] lhe garante a possibilidade de receber aportes financeiros voltados especificamente para fomentar o turismo”.

Todavia, do ponto de vista geográfico, observa-se que a maior parte do patrimônio material concentra-se no perímetro urbano da cidade, visto que o local teve seu ordenamento iniciado a partir da praça central². Essa concentração dos atrativos materiais incide nitidamente nas práticas de turismo no centro histórico. Grande parte dos olhares (e, conseqüentemente, dos incentivos) é direcionada para a área. Manifestações populares, eventos, museus, restaurantes e muitas pousadas e hotéis ali estão. Esse cenário de concentração nos mostra a fragmentação estabelecida no território como um todo, gerando uma população de excluídos dos benefícios do turismo que irão compor aquilo que chamamos de entorno, ou seja, uma área que tangencia o local de reprodução do capital e que se apresenta “esquecida” perante as políticas de incentivo.

Pensando nisso, este trabalho tem como propósito discutir o turismo de base comunitária como uma alternativa para os moradores do bairro Alto do Cruzeiro, morro do qual se vê (e se é visto) do centro histórico de São Luiz do Paraitinga. Essa proximidade física entre os espaços, em oposição à distância quanto ao acesso aos benefícios da atividade turística, serviu de inquietação inicial para o desenvolvimento desta pesquisa. Composto por um número representativo de casas, o bairro Alto do Cruzeiro é parte integrante da paisagem local, embora apareça como se fosse o fundo de um cartão-postal do centro histórico. Ainda que perceptível, aparece distante por não dialogar com a realidade apresentada no centro histórico, deixando transparecer uma situação econômica de características díspares entre o morro e centro.

Diante desse cenário, e pensando na possibilidade de construção de maior diálogo entre os espaços, questionamos se o turismo, entendido como um fenômeno social e complexo, não poderia, dentro de uma perspectiva de planejamento integral, superar essa distância estabelecida entre centro e morro?

Para melhor compreensão desta pesquisa, há que se considerar a excepcionalidade do momento de sua realização. Em 2011, quando as autoras estiveram no local, o município de São Luiz do Paraitinga estava no auge do momento de reconstrução pós-enchente. A destruição total de parte de seu patrimônio

¹ Em 2010, ocorreu o tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, o que corroborou a relevância patrimonial da cidade (cf. CAMPOS, 2011).

² Relatos históricos escritos por Mário Aguiar que narram esse início da cidade foram publicados na forma de crônicas sobre São Luiz do Paraitinga na primeira metade do século XX. Republicados após a enchente pela Associação dos Amigos para Recuperação e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de São Luiz do Paraitinga (cf. AGUIAR, 2011).

arquitetônico conseguiu chamar atenção da mídia, de políticos, de órgãos públicos e pesquisadores. Mas, principalmente, como Santos (2015), morador e historiador, deixou transparecer de maneira bastante interessante em sua tese de doutorado, gerou um sentimento de pertencimento e de luta nos moradores locais ansiosos por reconstruir a cidade. Este período reforçou o olhar de gestores públicos e de alguns segmentos sociais para a relevância do turismo para o desenvolvimento local. Além de buscar os reparos aos danos materiais causados pela força da água, foi também o momento ideal para se repensar em propostas que solucionassem problemas antigos ainda vigentes, como a exclusão social dos moradores do Alto do Cruzeiro das práticas turísticas locais.

Foi nesse contexto que, em uma parceria entre o poder público e a universidade, surgiu o “Programa Unesp para Desenvolvimento Sustentável de São Luiz do Paraitinga” (BIZELLI; ALVES, 2011)³, por meio do qual pôde-se realizar esse trabalho coletivo com moradores do Alto do Cruzeiro com o intuito de pensar com eles (e não para eles) a potencialidade do bairro para a implantação do turismo de base comunitária. Para tanto, foram adotadas diferentes estratégias de ação conforme objetivos a serem alcançados. Em um primeiro momento, interessou-nos conhecer a história do bairro e sua formação. E, assim, o uso da metodologia da história oral foi de fundamental importância para a reconstrução das trajetórias, individuais e coletivas, de seus moradores. Posteriormente, realizou-se um diagnóstico rápido participativo para construção de um panorama da realidade vivida pelos moradores e identificação dos potenciais atrativos do bairro.

A metodologia adotada pelas autoras atuou em conformidade com as ideias de Paulo Freire (1983), que considera tarefa fundamental do “educador/extensionista”, educar e educar-se. Não cabe, nessa perspectiva, a postura unilateral de transmissão do conhecimento, mas, sim, a valorização de uma construção dialógica, que permita a troca e valorize as diferentes formas de conhecimentos. Acreditamos que com o uso de abordagens baseadas em metodologias participativas garantimos a existência de relações mais humanizadas, com a alteração necessária na postura do educador/mediador, o qual garante que o grupo social envolvido na proposta tenha um papel ativo durante todo o processo de reflexão. Obviamente, não defendemos que o educador/mediador seja alguém neutro durante esse processo. O principal ponto reside na capacidade de construção coletiva em um ambiente de troca de conhecimentos, a qual se, por um lado, não impõe formatos “corretos” aos interessados, por outro, informa-os e dialoga com eles sobre as possibilidades existentes. Assim, como esclarece Brandão (1999), nessa perspectiva surge a necessidade da participação do outro para construção do resultado.

A enchente de 2010: um marco na memória coletiva do município

As enchentes fazem parte da vida do povo luizense nos períodos de chuva, em função da proximidade da cidade com as águas do Rio Paraitinga, as quais, geralmente, atingem somente as casas do lado baixo da cidade (CAMPOS, 2011; AB’SABER, 2011). Inclusive, conforme alertam Souza (2010) e Silva (2011), a cidade foi erguida em áreas de risco, crescendo perto da margem do rio. O município possui registros de enchente desde o século XIX, quando, em 1863, alguns prédios foram destruídos com a força da água. Em 1967, ocorreram duas enchentes no começo do ano, sendo que, em ambas, o rio subiu 5,80 metros. A partir dessas ocorrências as inundações da cidade se tornaram periódicas na parte baixa e, entre 1980 a

³ O presente trabalho é parte do referido programa composto por equipe multidisciplinar, coordenado pelo prof. Dr. José Xaides de Sampaio Alves, professor do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo da Unesp, Campus de Bauru.

2011, a prefeitura decretou por três vezes estado de calamidade pública (CAMPOS, 2011). Mas, a pior de todas elas ocorreu recentemente.

No dia 31 de dezembro de 2009 choveu praticamente o dia inteiro na cidade e, no dia seguinte, 1º de janeiro, as águas subiram muito e, à tarde, quase toda praça da Igreja Matriz, localizada no centro histórico, já estava inundada. A partir da noite e na madrugada do dia 2 de janeiro de 2010, o volume de água do rio ficou cerca de 12 metros acima do nível normal, conforme ilustra a Figura 2. O acúmulo de chuvas intensas no município por quatro dias e o represamento do Rio do Chapéu, o qual deságua no Rio Paraitinga, foram, segundo Souza (2010), fatores determinantes para a enchente.



Figura 1 – Enchente de 1967

Fonte: (Coleção Nenê Coringa)



Figura 2 – Enchente de 2010

Fonte: (Foto de Irene Ferreira)

Para serem salvas, as pessoas da parte inundada foram para as partes mais elevadas do município, entre elas, o bairro Alto do Cruzeiro. Como expõe Ab'Saber:

[...] um dos acontecimentos solidários foi a ajuda dos habitantes mais pobres dos morros para os mais bem-aquinhoados, residentes na baixada central. [...] Um bom número de pessoas foi para o patamar de morro da casa de Oswaldo Cruz, outras subiram pelas ladeiras de terraços e colinas, asilando-se em casas de parentes e amigos (AB'SABER, 2011, p.172).

A solidariedade naquele momento difícil aproximou as diferentes classes sociais de São Luiz do Paraitinga que, juntas, vivenciaram a destruição de um imenso patrimônio arquitetônico. Um de seus moradores descreve em entrevista concedida às autoras como o desespero assolou a cidade inteira:

Ah eu vi a enchente desde o comecinho até o final. Daqui de cima a gente via tudo, casa caindo, barulho de água... só água mesmo, como se fosse o mar, não dormia... não tinha água, não tinha luz, quando chegava a noite era um desespero, era berro, era choro, sabe? (André L. C., 41 anos, morador do Alto do Cruzeiro, 2011).

Muitos moradores ficaram ilhados em suas casas, com a esperança da água parar de subir, o que não aconteceu, pois a enchente só se agravava e chegou ao segundo andar dos sobrados. O corpo de bombeiros demorou a chegar, então as operadoras de *rafting* da cidade colocaram seus equipamentos na água e começaram a realizar o resgate das pessoas, com a ajuda de voluntários. Isso foi determinante para que todos sobrevivessem a essa tragédia, pois nenhuma vida foi deixada para trás (SANTOS; RICCI, 2010; CAMPOS, 2011). A cidade ficou destruída, praticamente todo o comércio local e os casarões do centro

histórico; cheiro ruim, muito barro, móveis destruídos, entulho e uma enorme quantidade de lixo foram as consequências da passagem avassaladora das águas do rio na cidade. Totalizando em 83 imóveis danificados pelas águas, 18 que desabaram e 65 que ficaram com as estruturas afetadas. Além do grande marco simbólico que foi a queda da Igreja Matriz (SANTOS, 2015; SOUZA, 2010).

A solidariedade dos munícipes uns com outros foi tamanha que rompeu algumas barreiras que separam, física e simbolicamente, pobres e ricos. Como narrou uma entrevistada⁴, foi “todo mundo muito solidário com o povo daqui, não queria saber se o outro era mais do que o outro, todo mundo ficou igualado, todo mundo se serviu”. Por ouvirmos repetidas vezes esse tipo de depoimento, acreditamos que o momento histórico vivido, apesar da tragédia material causada, poderia ser percebido como uma oportunidade excepcional para início da discussão de um novo planejamento do turismo em São Luiz do Paraitinga. A solidariedade vigente naquela situação poderia, ao menos do ponto de vista hipotético, servir de estímulo para a construção de um cenário turístico mais equitativo, em consonância com a heterogeneidade dos atores sociais do município.

Turismo, planejamento e inclusão social

O turismo, assim como toda e qualquer atividade humana, proporciona impactos. Desse modo, necessita de planejamento minucioso a fim de potencializar os de cunho positivos e minimizar os negativos, o que implica no entendimento do turismo como algo complexo, amplo e dinâmico, que abrange aspectos sociais, políticos, culturais, econômicos e ambientais. Levando em consideração que o turismo surge no mundo moderno e, portanto, capitalista, é frequente vermos sua redução à óptica econômica, que valoriza os recursos financeiros oriundos de suas práticas sem a devida preocupação aos possíveis impactos negativos, quer sejam ao meio ambiente ou às culturas locais. Assim, o turismo praticado sem planejamento sustentável pode significar agravamento de desigualdades e destruição ambiental, ainda que possa ser considerado como significativo do ponto de vista econômico de um município, região ou país. A concentração de renda que pode ser gerada pelo turismo, resulta, na maioria dos casos, em exclusão social de muitos que, em decorrência do planejamento inadequado (ou até mesmo ausente), vêem-se isolados do desenvolvimento promovido.

Na prática, isso significa que são obrigados, conforme cada contexto vivenciado, a migrarem para locais mais afastados e/ou a se submeterem a empregos temporários, geralmente com baixa remuneração, nos empreendimentos do *trade* turístico. É por esse motivo que Beni (2006, p. 45) coloca que “um dos grandes desafios do turismo é proporcionar aos núcleos receptores não somente desenvolvimento econômico, mas também social”. Todavia, cada vez mais, cresce a perspectiva alternativa que defende a possibilidade de uma prática do turismo mais justa e, portanto, menos concentradora dos benefícios. A consolidação na década de 1980, ainda que tardia, de uma consciência ambientalista que se posiciona de maneira intensa contra impactos devastadores ao meio ambiente, soma-se à defesa da tese de que são as populações locais, quer sejam comunidades tradicionais ou não, as que melhor expressam modos de vida mais sustentáveis, pois carregam em sua cultura o sentimento da preservação dos bens materiais e simbólicos em prol das futuras gerações. Como consequência, atualmente, vemos uma fase de valorização das culturas locais, entendidas como um conjunto de práticas culturais de grupos historicamente marginalizados.

⁴ Depoimento dado por Maria J., 42 anos, moradora do Alto do Cruzeiro, 2011.

Se, no início da prática do turismo, tudo (ou quase tudo) poderia parecer exótico ao olhar dos viajantes, o mundo globalizado de hoje apresenta uma homogeneização dos espaços das grandes cidades, o que requer, por sua vez, a descoberta de subculturas que foram capazes de se manterem, ainda que por meio de grande potencial de invenção das tradições, para usar expressão de Hobsbawm (1984). A diversidade de espaços passíveis ao recebimento de turistas no mundo contemporâneo impõe que para se pensar no desenvolvimento do setor deve-se evitar uma visão fragmentada do turismo. Como mostram Gastal e Moesch (2007, p. 45):

Uma política pública de Turismo deve ter como concepção o Turismo como um sistema aberto, orgânico e complexo que se coloque como atividade multissetorial, cuja execução deve, necessariamente, incorporar visões multidisciplinares, multiculturais e multissociais.

Será através dessa incorporação de visões diferenciadas que os diversos atores sociais que compõem um determinado lugar poderão construir uma proposta de recepção de turistas capaz de deixar transparecer sua heterogeneidade cultural e, assim, alcançar uma distribuição mais justa dos benefícios, materiais e simbólicos, do fenômeno turístico. Entendemos que o turismo, conforme a tese de humanização apresentada por Krippendorf (2009), deve ser visto como uma possibilidade de inclusão social no processo de desenvolvimento humano e, assim, necessita de uma política que tenha o ser humano como sustentáculo. O turismo não deve centrar-se exclusivamente nas finalidades econômicas e técnicas, mas deve respeitar todas as necessidades postas pelos atores sociais envolvidos, não se restringindo apenas a uma parcela seletiva.

Nesse sentido, defendemos a ideia de que o turismo tradicional e o turismo de base comunitária podem ser percebidos como complementares, afinal, atendem às necessidades de diferentes grupos das sociedades receptoras. Até mesmo porque, como veremos a seguir, o turismo de base comunitária é um dos modelos possíveis e depende de determinadas características socioculturais para ser efetivado com sucesso.

O turismo de base comunitária

Como, geralmente, há a exclusão de comunidades locais em participar das decisões e do planejamento do turismo, embora sejam direta e indiretamente afetadas em seu cotidiano, um novo eixo de turismo surge. Denominado de turismo de base comunitária, esse modelo de turismo é:

Aquele no qual as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, e está baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária (TUCUM, 2008 *apud* SANSOLO; BURSZTYN, 2009, p. 147).

Nesta proposta, mais do que um segmento, podemos dizer que sua diferenciação em relação ao turismo “tradicional” reside no fato de serem os residentes os responsáveis pelo controle e gestão do turismo praticado. São os próprios moradores de determinado local que devem se encarregar de todo o planejamento até a gestão dos arranjos produtivos. O turismo de base comunitária se inicia, portanto, como uma possibilidade de conquista de melhorias para grupos comumente excluídos do *trade* turístico. Melhorias que podem ser alcançadas tanto sob o aspecto econômico, via geração de renda, quanto pelo cultural, por meio do fortalecimento de identidades ameaçadas pela modernidade e/ou no aspecto ambiental, pela abertura de novas possibilidades para a preservação ambiental de territórios.

O turismo de base comunitária visa o encontro de novas oportunidades para o lugar por meio do envolvimento participativo dos moradores em uma abordagem coletiva, não individualista. Nesse tipo de turismo, as gestões integradas dos arranjos produtivos são comunitárias. Segundo Coriolano (2009), os projetos de turismo de base comunitária devem garantir melhorias das condições de vida local e oferecer a visitados e turistas uma forma mais digna de interação social. Por essa característica, ainda que não possamos afirmar que o turismo de base comunitária seja associado somente à pobreza e exclusão social, visto que é mais uma maneira alternativa de gestão dos empreendimentos, é mais facilmente encontrado em comunidades tradicionais, como em aldeias indígenas e comunidades quilombolas, além de locais habitados por grupos sociais marginalizados, como algumas comunidades rurais e favelas nos centros urbanos⁵.

Concordamos com Irving (2009) quando afirma que a palavra comunidade utilizada nesse caso aproxima-se do sentido de *comum*, de *coletivo* e, dessa maneira, não apresenta necessariamente um caráter de classe social. Todavia, são os atores sociais menos favorecidos na sociedade que permanecem naquilo que convencionou-se chamar de entorno do desenvolvimento turístico e os que parecem possuir maior capacidade de atuação em prol de um objetivo comum, coletivo. Do ponto de vista geográfico, podem estar fisicamente separados do lugar turístico, como é o caso das periferias urbanas ou de pescadores que são expropriados de suas terras em consequência da especulação imobiliária para instalação de estabelecimentos do turismo “sol e praia”, ou podem conviver lado a lado com a região turística, como é o caso das favelas cariocas e do bairro de Alto Cruzeiro desta pesquisa, por exemplo.

Doravante, é importante frisar que o turismo de base comunitária deve significar encontro e oportunidade de experiência compartilhada e não deve ser visto através de uma interpretação simplista e estereotipada, que o reduz a um grupo social desfavorecido que recebe “*outsiders*” curiosos e ávidos pelo exotismo em seu convívio cotidiano (IRVING, 2009). Como esclarece Jovchelovitch (1998 *apud* Irving, 2009, p. 111) “é no encontro que saberes sociais se produzem e são renovados laços de diferença e solidariedade, que envolvem o sentido de comunidade e pertencimento”.

De todo modo, cabe reforçar que o turismo, em qualquer de suas formas de expressão e intervenção, é responsável por interferir na dinâmica socioambiental de seu destino. O que diferencia o turismo de base comunitária de outros formatos reside no fato de que o turismo comunitário visa o desenvolvimento local a partir de uma vontade coletiva de recebimento de visitas que seja capaz de atender aos anseios da população local, com potencialidade para fortalecimento dos vínculos sociais do lugar, valorização da identidade e, portanto, da cultura local, além de viabilizar uma oportunidade de desenvolvimento econômico. Pessoas que geralmente são objetos de atração turística ofertada por outros empreendedores, passam, nesse modelo, a ser sujeitos dentro desse novo cenário. Isso não significa que não possa haver a participação ativa de atores sociais exógenos, os quais atuam (ou deveriam atuar) de maneira colaborativa para o planejamento e gestão dos projetos em andamento. Como nos alerta Irving:

Evidentemente que o turismo de base comunitária resulta de uma demanda direta dos grupos sociais que residem no lugar turístico, e que mantêm com esse território uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica. Assim, não é possível imaginar uma iniciativa de turismo de base comunitária resultante de uma decisão externa, de uma intervenção exógena à realidade e aos modos de vida locais. Nesse caso, embora frequentemente atores externos funcionem como “indutores” do turismo de base comunitária, se a iniciativa não tiver

⁵ Ainda que incipientes e em busca dos conhecimentos teóricos mais adequados para seu entendimento, diversos pesquisadores vêm tentando compreender os formatos existentes e suas possibilidades e limitações para esses grupos. Entre alguns, podemos citar os estudos de Grünwald (2000) sobre o turismo étnico na aldeia Pataxó na Bahia, as pesquisas de Schneider (2006) e Ramiro (2015) sobre a abertura de propriedades rurais da agricultura familiar para turistas, e Freire-Medeiros (2009) sobre o turismo em favelas no Rio de Janeiro.

motivação endógena e expressar o desejo dos grupos sociais locais, ela certamente não atenderá às demandas de desenvolvimento local e nem contribuirá para o protagonismo social, condição essencial para esse tipo de turismo (IRVING, 2009, p. 112).

Geralmente, no caso brasileiro, o que vemos são organizações não governamentais nacionais e estrangeiras, projetos de extensão universitária e alguns funcionários do setor público atuando em parceria com os grupos sociais para a execução do turismo comunitário. Mas, para que seja bem-sucedida, uma proposta de turismo comunitário precisa ocorrer por meio de um processo ativo e autônomo que permita que a própria comunidade discuta e decida o caminho a percorrer. Para tanto, como defende Ramiro (2012), faz-se necessário que sejam capazes de refletirem coletivamente sobre seu passado, de entenderem seu presente e, assim, terem condições para planejarem seu futuro.

Embora do ponto de vista econômico esse modelo de turismo não deva ser tratado de forma utópica ou como meio de expressão revolucionária contra os padrões econômicos atuais (RIBEIRO, 2008), ele aproxima-se dos valores propagados pela economia solidária, onde a união entre pessoas consideradas “iguais” visa a conquista de uma vida melhor. Para Singer (2002, p. 09), “a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais”. Importante destacar que essa *vida melhor* não se resume apenas ao sentido de que “possam consumir mais”, mas também pela construção mais saudável de laços de sociabilidade intra e interdoméstico, na liberdade de escolha por um trabalho que dê mais satisfação; no direito à maior autonomia na esfera produtiva e na obtenção de maior poder de decisão e controle sobre os anseios para a vida.

Por fim, cabe destacar que para que o turismo comunitário seja possível é preciso que, em um primeiro momento, as pessoas envolvidas tragam à tona as potencialidades de seu local de vida para a atração de visitantes. O autoconhecimento é, dessa maneira, a primeira etapa para o planejamento turístico comunitário. Com esse intuito, este trabalho traz o processo de identificação do potencial que foi realizado pelos moradores do bairro Alto do Cruzeiro em São Luiz do Paraitinga com a intermediação das autoras deste trabalho.

Potencialidades e necessidades do Bairro Alto do Cruzeiro

O bairro Alto do Cruzeiro, localizado na estância turística de São Luiz do Paraitinga/SP, possui como característica marcante seu local de formação, em cima de um morro. Assim, é possível visualizar o bairro com muita facilidade quando se passa pela estrada que liga o município de Taubaté ao litoral paulista de Ubatuba. Mesmo aos turistas que visitam o município sua presença é marcante, pois compõe o cenário físico da área do centro histórico, onde se concentra a maioria dos serviços turísticos ofertados, especialmente no setor de gastronomia, eventos culturais e hospedagem.



Figura 3 – Mapa da localização

Fonte: Google Maps, 2016

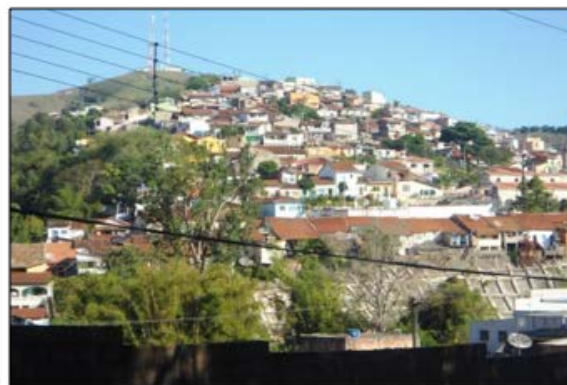


Figura 4 – Foto do Alto do Cruzeiro

Fonte: Acervo das autoras, 2011

Reconstruindo a memória do bairro por meio de entrevistas com moradores mais antigos do local foi possível perceber vários momentos diferentes: um início marcado pela existência de poucas casas, quando a pobreza e as dificuldades de acesso à água e à energia elétrica estiveram muito presentes. Em oposição, atualmente, tem-se um bairro populoso composto por casas bastante próximas e ruelas que formam verdadeiras ladeiras enfrentadas diariamente por seus moradores. Segundo estimativa do Posto de Saúde da Família – Núcleo Oswaldo Cruz⁶, em 2011, somente o bairro Alto Cruzeiro possuía, aproximadamente, 1.054 habitantes entre os 6.180 da área urbana.

A história de formação do local está intrinsecamente atrelada à história do êxodo rural do município. A partir da década de 1950, em virtude do processo de industrialização e devido às dificuldades de modernização e mecanização da agricultura, em razão da topografia acidentada da região, muitos pequenos agricultores viram a migração para a área urbana como uma forma de escapar da situação de pobreza rural⁷. Sem condições financeiras para adquirirem, por meio da compra, terrenos e/ou casas na cidade, alguns migrantes tiveram seus novos locais de moradia concedidos pelo poder público da época, outros, como o morro onde hoje é o bairro Alto do Cruzeiro, foram ocupados.

Com o objetivo da construção coletiva de um panorama geral da situação do bairro sob a óptica de seus moradores, durante a execução do que denominamos de diagnóstico rápido participativo (DRP) pudemos destacar quais são as qualidades positivas e as necessidades sentidas para a melhoria do local. A reunião ocorreu na Associação de Moradores e Amigos do Bairro Alto Cruzeiro (Amabac), existente desde o ano de 1999, cuja sede fica no morro⁸. Estiveram presentes 19 moradores do local, além do secretário de Turismo. Devido ao fato de possuírem graus de escolaridade variados, tendo inclusive pessoas mais idosas sem domínio da escrita, optamos pelo uso de metodologias participativas que privilegiassem as falas e que pudessem permitir que todos os presentes tivessem voz ativa durante todo o processo.

⁶ Devido à enchente, grande parte dos documentos e acervos municipais foi perdida. O posto de saúde foi o único local capaz de fornecer alguns dados sobre o bairro naquele momento.

⁷ Ainda que muitos tenham migrado do campo para cidade, interessante destacar que o município de São Luiz do Paraitinga já foi denominado como “o último reduto caipira” do estado de São Paulo, visto que ainda mantém alguns grupos sociais tradicionais no meio rural. Embora, atualmente, o plantio de eucalipto seja, segundo Silva (2006), o maior empregador da zona rural.

⁸ Casa pequena com uma sala ampla, cozinha e banheiro que funciona como espaço comunitário para realização de reuniões, ensaios e afins. No momento da pesquisa, possuía cinco computadores que atendiam à comunidade, oferecia aulas de capoeira e servia como ponto de atendimento do Posto de Saúde no bairro.



Figuras 5 e 6 – Realização do DRP na Amabac

Fonte: (Acervo das autoras, 2011).

O DRP iniciou com cada participante recebendo seis papéis de duas cores previamente recortados onde deveriam anotar até três aspectos positivos sobre o bairro e até três necessidades de melhorias no local. Feito isso, iniciando pelos aspectos positivos, um a um, à frente do grupo, lia e esclarecia aos presentes sua opinião para, em seguida, colar seu papel em cartolina previamente preparada e pregada na parede (Figura 5). Importante frisarmos que a escolha dessa atividade se deu justamente para permitir que todos, sem exceção, tivessem a oportunidade de falar, evitando, assim, a concentração do poder da fala em uma única pessoa, o que poderia ocorrer, quer devido à posição social privilegiada na comunidade, ou mesmo por alguma característica da personalidade de cada um, como a ausência de inibição para falar em público. Essa pluralidade de vozes é indispensável para que se reduza ao máximo a possibilidade de futuras discordâncias entre as pessoas. Quando refletem unidas, consonâncias e discordâncias vêm à tona e, sempre que possível, consegue-se chegar a um consenso sobre o que seria uma visão coletiva sobre determinado assunto. Para tanto, é preciso saber deixar as falas fluírem, ou seja, faz-se necessário saber ouvir. Não é raro, durante esse processo, alguns mudarem as posições iniciais. Cabe ao educador/moderador deixar que isso flua, estimulando a reflexão individual e do grupo. Como as pessoas já se conheciam há bastante tempo, nesse caso, a interação e a participação fluíram bem durante a atividade, o que enriqueceu a construção do painel sobre a realidade do bairro.

Os aspectos positivos do bairro apontados pelos participantes apareceram traduzidos em palavras como: local de amizade, convívio entre as pessoas, vizinhança, honestidade, povo bom, comunidade, simplicidade, dignidade, união e solidariedade. Tais palavras reproduziram a existência de vínculos sociais fortalecidos entre os moradores, cuja convivência resultante do compartilhamento do lugar de moradia aparece como construída por vínculos de amizade e reciprocidade. Por outro lado, aspectos negativos como a necessidade de maiores investimentos em questões básicas como segurança, acesso ao bairro, limpeza, policiamento e manutenção foram apontados como expressão de descaso do poder público para com o local. Do ponto de vista simbólico, ressentiram-se do preconceito vivenciado quando circulam em outros espaços da cidade. Afirmaram que muitos olham para o bairro de maneira estigmatizada, principalmente por se tratar de um local com pessoas de baixa renda. E, por ser a questão econômica um desafio para essas pessoas, a ênfase do discurso recaiu sobre a necessidade da geração de novos empregos no município. Muitos moradores compartilham o sentimento da difícil separação entre membros da família, que se veem obrigados a migrar em busca de trabalho. Os municípios próximos, Taubaté e São José dos Cam-

pos, por serem mais industrializados, atraem os jovens em busca de trabalho. A geração de novos postos de trabalho no município é ensejada tanto como condição para melhoria de qualidade de vida individual e familiar, quanto em uma perspectiva mais ampla e coletiva do espaço do bairro, capaz de melhorar as condições de vida de todos.

Ainda que neste dia o assunto da enchente não tenha surgido, importante destacar que durante diversas conversas informais com os moradores do bairro Alto do Cruzeiro, pudemos perceber que, embora tenham a dimensão da tragédia ocorrida, sob o ponto de vista de oportunidade de geração de emprego a enchente teve um significado positivo para aqueles que antes tinham pouco e cujas casas não foram alagadas⁹. Isso porque muitos dos trabalhos gerados pós-enchente, referem-se à área da construção civil, o que requer mão de obra pouco especializada, tendo empregado muitos dos moradores que antes estavam sem trabalho ou atuando fora do município, longe da família.

Após esse panorama do lugar, coube refletir sobre o turismo enquanto opção para auxiliar a reduzir os problemas visualizados. Longe de tratar o turismo como panaceia, não se pode negar que, atualmente, é o setor que mais cresce em São Luiz do Paraitinga. Tanto na zona urbana, quanto rural, pequenos comércios, pousadas e restaurantes são locais diretamente relacionados ao desenvolvimento turístico. Partindo do desejo manifesto de serem incluídos de forma mais efetiva no setor, visto que esta parece ser a opção mais cabível naquele contexto de ausência de empregos em outros setores, partimos para a construção coletiva de quais são, sob a óptica dos habitantes do lugar, seus potenciais para atração de turistas. Nesse aspecto, a vista contemplativa do centro histórico e da natureza que o circunda foi consenso entre os moradores presentes. Uma das moradoras expressou o desejo de ter o bairro como um cartão-postal da cidade, afinal, segundo ela, é a primeira paisagem que chama atenção dos turistas ao chegarem ao município.



Figuras 7, 8 e 9 – Vistas contemplativas do Alto do Cruzeiro

Fonte: (Acervo das autoras, 2011).

A cultura popular¹⁰ também foi um aspecto muito reconhecido, pois, no bairro, encontram-se mestre de jongo¹¹, cantadores de brão, responsáveis por folia de reis, grupo de congada e um contador de histó-

9 Diferente do caso de moradores do bairro que devido à sua localização em área de risco de desabamento tiveram que mudar para outra localidade construída com verba emergencial recebida pós-enchente. Para estes, a mudança parece indicar desenraizamento, mas tal questão daria outro artigo.

10 Como todo o Vale do Paraíba, São Luiz do Paraitinga também possui uma tradição de danças populares (o Moçambique e o Jongo) de profundas raízes na cultura local. Berço de grandes músicos, tem exatamente nessa arte um dos seus mais expressivos patrimônios culturais manifestado no festival de marchinhas carnavalescas estruturado na cultura do povo luizense, por meio de mitos, das lendas, da tradição na construção de bonecos gigantes e no imaginário de poetas e músicos da história da cidade (CUNHA, 2007, p. 45).

11 Espécie de samba de roda, comum nos Estados Sudoestes brasileiros. O Jongo costuma acontecer próximo de uma fogueira. A

rias. Além disso, muitos foram os mitos e as lendas que ali nasceram, os quais, até hoje, são de grande importância para a cidade e estão representados por meio da tradição dos bonecões dos grupos do carnaval luizenses que atraem uma multidão de turistas todos os anos. Segundo Santos (2008), as festas de São Luiz do Paraitinga são marcadas por serem na rua, pelo improviso e pela possibilidade de inversões sociais, possuindo os luizenses uma identidade muito forte com a cultura local durante toda sua história.



Figura 10 – Bonecões no carnaval de 2008

Fonte: Foto de Cássio Ribeiro em Santos, 2008



Figura 11 – Congada do Alto do Cruzeiro

Fonte: Acervo das autoras

O artesanato realizado no local também foi um ponto de destaque reconhecido pelos moradores do bairro, a exemplo, citaram produtos confeccionados com tecidos, produtos em madeira, balaios de cipó, peneiras, cestarias e também ícones da cultura local, como os sacis em garrafas. A gastronomia típica representada por pratos como o afogado¹², cozido de carne com batata, e o pastel caipira, feito de farinha de milho, também foram mencionados, possuindo no bairro várias cozinheiras que também fazem biscoitos, pães, bolachas artesanais e doces caseiros.

A praça Benedito Alves Godoi, conhecida como “Didi”, emblemática do bairro e onde há uma grande cruz e um pequeno coreto, também foi apontada como um potencial para eventos culturais e contemplação do município. Além disso, ao pé do morro encontra-se a casa onde nasceu Oswaldo Cruz, famoso médico sanitarista brasileiro, hoje transformada em museu.

participação é livre e não há necessidade de indumentária especial. O canto tem papel importante, ao desafio versificado dão o nome de “ponto” e o cantador seguinte precisa “desatar o ponto” nos versos que improvisar. A coreografia é simples, uma dança de roda que se movimenta no sentido lunar (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA, 2016).

¹² Ver Monteiro; Oliveira, 2006; Pelegrini, 2011.



Figuras 12 e 13: Cruz e Praça Didi

Fonte: (Acervo das Autoras, 2011)

Figura 14: Casa Oswaldo Cruz

Fonte: (Prefeitura Municipal, 2011)

A organização comunitária, representada pela Amabac, é reconhecida pelos moradores do bairro como um importante espaço. Do ponto de vista cultural, é lá que ocorrem alguns ensaios de grupos populares e também é a Amabac a responsável pela organização de festas no bairro, sendo a principal a Festa de Santa Cruz, que foi criada com o propósito de reivindicar a negligência do poder público, uma vez que este não se importava com o bairro. Embora não se tenha o registro de quando a festa teve início, sabe-se, por meio dos relatos, que durante alguns anos ela deixou de existir e foi retomada como uma das ações da Amabac. Durante a festa, percebida como um espaço de confraternização dos moradores, ocorrem apresentações culturais, vendas de comidas e bebidas e, geralmente, tem-se a entrega gratuita ou do café com paçoca ou do afogado, pratos típicos escolhidos conforme o festeiro que a organiza.

Quando o assunto era o turismo, nas necessidades sentidas os moradores relataram a vontade de aproximação entre as atividades do centro histórico local com o bairro. Em vez de serem esporadicamente convidados para se apresentarem nos eventos na parte baixa, acreditam que o próprio bairro poderia ser palco de algumas manifestações encenadas para turistas, o que atrairia os olhares e incentivos públicos e/ou privados para a comunidade.

Considerações finais

Como demonstrado neste trabalho, a principal reclamação dos moradores do bairro Alto do Cruzeiro é a de que as práticas de turismo ocorrem, principalmente, no centro histórico. Ficou nítido durante a atividade de diagnóstico participativo que os moradores do bairro Alto do Cruzeiro carregam um sentimento de exclusão referente ao restante da cidade quando se trata de investimentos turísticos. Alguns possuem consciência de sua riqueza cultural, valorizam suas danças, lendas e festas, mas se ressentem da ausência de empregos no município e de políticas de melhorias de infraestrutura urbana. Noutros casos, o sentimento de exclusão dos moradores era tão notório que, alguns, ao primeiro contato conosco se surpreendiam quando dizíamos estar interessadas em conhecer suas histórias. A interiorização de sua

negação enquanto sujeitos e do estigma de pobreza a eles associados fazia com que alguns acreditassem não ter nada a contar. De todo modo, quando narravam suas trajetórias, apesar das dificuldades vividas, manifestaram um forte desejo de permanência no bairro. Morar no Alto do Cruzeiro significa, para eles, ampliar o espaço da casa para o bairro e que o transforma em um local repleto de vínculos de parentesco e amizade.

As características evidenciadas em relação aos vínculos afetivos, a riqueza cultural existente no bairro e as potencialidades apresentadas são elementos de grande valia no processo do desenvolvimento endógeno para decisão de sua inclusão (ou não) no turismo do município, vislumbrando a possibilidade (caso assim desejem os moradores locais) a partir do turismo de base comunitária.

Importante destacar que em nenhuma das falas apareceu o desejo de atuar com o segmento de hospedagem doméstica, o que do ponto de vista teórico poderia parecer oportuno, visto que, em momentos de festas locais, o setor de hospedagem costuma lotar e/ou ter preços elevados. Na realidade, o espaço privado das casas aponta para local de morada e não de negócio. Quando desejam fazer da casa um negócio, o mais comum é saírem das residências enquanto as alugam, fato mais recorrente durante o período de carnaval, quando os valores cobrados são altíssimos.

Já o bairro, enquanto espaço público, sob a óptica de seus moradores, poderia ser compartilhado com turistas na condição de fortalecimento de suas manifestações culturais locais, o que poderia trazer benefícios materiais e simbólicos. Desde que tenham respeitados seus anseios e limitações sobre o tipo de turismo e de turista desejado, acreditam que a organização comunitária, somada ao planejamento responsável do turismo, poderia proporcionar a geração de melhoria de qualidade de vida local, tanto no sentido individual, como no sentido coletivo do espaço do bairro, melhorando as condições de vida de todos.

Todavia, é nítido que apenas a vontade comunitária não é o suficiente para a inclusão dos moradores do Alto do Cruzeiro no turismo de São Luiz do Paraitinga, afinal, muitas são as dificuldades que dependem de políticas públicas que garantam desde melhorias básicas no local, como água e esgoto, até o reconhecimento da necessidade de investimentos voltados para o desenvolvimento turístico com responsabilidade e inclusão social. De acordo com os projetos apresentados no Plano Diretor Participativo do município, sancionado em 2010, a intervenção do poder público para aquela localidade é impulsionar, de alguma forma, o desenvolvimento do turismo. Algumas ações foram realizadas como o caso de melhorias na praça Didi e também nas vias de acesso do bairro. Mas, para que ocorra o efetivo desenvolvimento endógeno no local, é necessário, além do fortalecimento das políticas públicas locais, uma maior aproximação entre moradores e planejadores e gestores públicos.

Assim, esperamos que este trabalho contribua ao vislumbrar uma possibilidade de desenvolvimento do turismo de base comunitária, que respeite os anseios dos moradores e contribua para romper as barreiras de inclusão social. Afinal, ao que tudo indica, os vínculos afetivos com o espaço de moradia somados à riqueza cultural existente vislumbram a possibilidade de uma prática turística mais solidária e menos competitiva entre os moradores, transpondo de uma cultura de isolamento para uma cultura de cooperação.

Referências

- AB'SABER, A. **O sítio urbano de São Luiz do Paraitinga e a tragédia das grandes cheias do rio**. In: BIZELLI, J. L.; ALVES, J. X. S. (Org.). *Gestão em Momento de Crise: programa Unesp para desenvolvimento sustentável de São Luiz do Paraitinga*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 163-177.
- AGUIAR, M. **São Luiz do Paraitinga (usos e costumes)**. 2. ed. São José dos Campos: JAC, 2011.
- BENI, M. C. **Políticas e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BIZELLI, J. L.; ALVES, J. X. S. (Org.). **Gestão em Momento de Crise: programa Unesp para desenvolvimento sustentável de São Luiz do Paraitinga**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.
- BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- CAMPOS, A.; DELAMARO, M. C. **Pesquisa, extensão e parcerias em São Luiz do Paraitinga: refletindo sobre passados e futuros carnavais**. In: BIZELLI, J. L.; ALVES, J. X. S. (Org.). *Gestão em Momento de Crise: programa Unesp para desenvolvimento sustentável de São Luiz do Paraitinga*. São Paulo: Cultura Acadêmica - Unesp, 2011, v. 1, p. 75-95.
- CAMPOS, J. T. **A imperial São Luiz do Paraitinga: história, cultura e educação**. Taubaté: Resolução Gráfica, 2011.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. O turismo comunitário no Nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, 2009. p. 277-288.
- CUNHA, J. S. R. **Turismo em cidades com patrimônio histórico tombado: estudo de caso da cidade de São Luiz do Paraitinga**. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Turismo, Universidade Estadual Paulista, Rosana, 2007.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE-MEDEIROS, B. **Gringo na Laje: produção, circulação e consumo da favela turística**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- GASTAL, S.; MOESCH, M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.
- GRÜNEWALD, R. **Os índios do descobrimento: tradição e turismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- HOBBSAWN, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=355000>>. Acesso em: 19 set. 2011.
- IRVING, M. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, 2009. p. 108-121.
- KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2009.
- MONTEIRO, P. C.; OLIVEIRA, E. R. **O prato do Divino: um estudo sobre a culinária na Festa do Divino Espírito Santo, em São Luís do Paraitinga**. XVIII Encontro Regional de História, Assis, 2006. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVIII/pdf/PAINEL%20PDF/Paula%20Camila%20Monteiro.pdf>>.

PELEGRINI, S. C. A. **Tradições e histórias locais**: as esperanças nas bandeiras do Divino em São Luiz de Paraitinga (São Paulo/Brasil). *Patrimônio e Memória*, v. 7, n. 1, p. 231-256, jun. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. **A cidade**: manifestações culturais. Disponível em: <<http://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/site/a-cidade/manifestacoes-culturais/>> Acesso em: 2 jul. 2011.

RAMIRO, P. A. O turismo na agricultura familiar. TRAF: uma análise do conceito. **Anais da 53ª Reunião da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, João Pessoa, 2015. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.5/1/5397.pdf>>.

_____. Unesp em Campo: o papel da universidade para o (re)conhecimento local. In: SAGAWA, R. (Org.). **Os Enlaces da Economia Solidária**. Curitiba: CRV, 2012.

RIBEIRO, G. Turismo de base comunitária. **Revista Global Tourism**, v. 4, n. 2, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicodeturismo.com.br/site/artigo/pdf/Turismo%20Comunit%C3%A1rio.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2011.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária**: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. p.142-161. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, 2009.

SANTOS, J. R. C. **A festa do divino de São Luiz do Paraitinga**: o desafio da cultura popular na contemporaneidade. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação de História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo: 2008.

_____. **A cultura como protagonista do processo de reconstrução da cidade de São Luiz do Paraitinga/SP**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade de São Paulo, 2015.

SANTOS, M. J.; RICCI, F. **Memória e patrimônio cultural**: a reconstrução de São Luiz do Paraitinga. In: XX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E LIBERDADE. Franca, 2010.

SCHNEIDER, S. Turismo em comunidades rurais: inclusão social por meio de atividades não agrícolas. In: MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo social**: diálogos do turismo. Uma viagem de inclusão. Rio de Janeiro: IBAM, 2006. p. 264-293.

SILVA, F. F. **Identidade cultural, culturas subalternas e o patrimônio arquitetônico**: a experiência de São Luiz do Paraitinga. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo: 2006.

SILVA, M. J. D. Soluções hidráulicas para a proteção de áreas de riscos urbanos. In: BIZELLI, J. L.; ALVES, J. X. S. (Org.). **Gestão em Momento de Crise**: programa Unesp para desenvolvimento sustentável de São Luiz do Paraitinga. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 03-17.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, A. S. **São Luiz do Paraitinga**: reconstrução de uma cidade e de um patrimônio. Projeto experimental (Conclusão de Curso) – Habilitação em Jornalismo, Curso de Graduação em Comunicação Social, Faculdades Integradas Rio Branco, São Paulo, 2010.

TOMAZIN, M. **O umbigo foi plantado dentro de casa**: história e memória do Alto do Cruzeiro. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Turismo, Universidade Estadual Paulista, Rosana, 2011.



Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas

Community Based Tourism: a discussion regarding its concepts and practices

Turismo de base comunitária: una discusión acerca de sus conceptos y prácticas

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1178>

Nathalia Hallack Fabrino < nathalia.hallack@gmail.com >

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Elimar Pinheiro do Nascimento < elimarcds@gmail.com >

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

Helena Araújo Costa < helenacosta@unb.br >

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 16-nov-2015

Aceite: 20-jul-2016

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P. do; COSTA, H. A. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 172-190, dez. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) traz uma proposta de desenvolvimento de turismo na escala local e centrado nos recursos endógenos das comunidades. A literatura ressalta seu potencial de promover a conservação ambiental, a valorização da identidade cultural e a geração de benefícios para as comunidades receptoras. Este artigo tem como objetivo verificar a aderência entre a discussão teórico-conceitual do TBC e as suas práticas. A revisão teórica do tema permitiu elaborar seis elementos-chaves (dominialidade, organização comunitária, democratização de oportunidades e repartição de benefícios, integração econômica, interculturalidade e qualidade ambiental), desdobrados em critérios e subcritérios. Este quadro de análise teórico foi aplicado empiricamente em três iniciativas da Rede Tucum no Ceará (Brasil): Ponta Grossa, Assentamento Coqueirinho e Prainha do Canto Verde. Concluiu-se que dos seis elementos-chaves inicialmente propostos, apenas dois devam ser considerados como aspectos constituintes do TBC na teoria e na prática: dominialidade e organização comunitária. Os outros quatro elementos foram identificados como possibilidades ou desdobramentos desejáveis do TBC.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária (TBC). Rede Tucum. Turismo sustentável. Brasil.

ABSTRACT

The Community-based tourism (TBC) presents a tourism development proposal on a local scale and centered on the endogenous resources of the communities. The literature emphasizes its potential to promote environmental conservation, cultural identity and to enhance benefits to host communities. This work aims to analyze the adherence between the literature conceptual discussion about TBC and their actual practices. The theoretical framework led to the development of six key elements (dominion, community organization, democratization of opportunities and benefits sharing, economic integration, intercultural exchange and finally environmental quality), which were divided into criteria and sub-criteria. The analysis took place on three Initiatives linked to Tucum Network in Ceará (Brazil): Ponta Grossa, Settlement Coqueirinho and Prainha do Canto Verde. It was concluded that only two of the six key elements initially proposed should be considered as constituent aspects of TBC: dominion and Community Organization. The other four elements were identified as possibilities or aimed aspects of TBC.

Keywords: Community-based tourism (TBC). Tucum Network. Sustainable tourism. Brazil.

RESUMEN

El turismo de base comunitária (TBC) trae una propuesta de desarrollo turístico en el ámbito local, y centrado en recursos endógenos de las comunidades. La literatura destaca su potencial de promover conservación ambiental, la identidad cultural y mayorar beneficios en las comunidades de acogida. Este trabajo tiene como objetivo verificar la adherencia entre una discusión conceptual del TBC y sus prácticas. La revisión del tema teórico permitió el desarrollo de seis elementos claves (dominio, organización de la comunidad, democratización de oportunidades y beneficios, integración económica, interacción intercultural y calidad ambiental), desglosado en los criterios y subcriterios. Este marco de análisis se aplicó en tres experiencias de la Red Tucum en Ceará, Brasil: Ponta Grossa, Coqueirinho y Prainha do Canto Verde. Se concluyó que dentre los seis elementos claves propuestos inicialmente, sólo dos se deben considerar como aspectos constitutivos de TBC: el dominio y la organización comunitaria. Los otros cuatro elementos fueron identificados como posibilidades o aspectos deseados del TBC.

Palabras clave: Turismo de base comunitária (TBC). Red Tucum. Turismo sostenible. Brasil..

Introdução

O turismo de base comunitária (TBC), ou turismo comunitário, consiste em um modelo de desenvolvimento turístico centrado nos recursos (humanos, naturais e de infraestrutura) endógenos de determinada localidade. Assim, carrega em sua essência o protagonismo das comunidades receptoras na gestão e oferta de bens e serviços turísticos (COSTA, 2013). Na literatura específica e programas oficiais de fomento, o TBC é apresentado como uma proposta fortemente associada ao turismo sustentável e ao desenvolvimento local (CORIOLANO, 2009; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009; IRVING, 2009).

A reflexão sobre o TBC no Brasil, durante muitos anos, trouxe consigo um sentido periférico, distante da realidade e das tendências políticas nacionais e internacionais. Nesse período, poucos profissionais mergulharam no campo de investigação do TBC. Tal realidade perdurou até meados da década de 1990, quando um movimento de pesquisadores de diferentes inserções do país levou essa discussão para o Encontro de Turismo de Base Local (ENTBL). O encontro demonstrou a demanda por fóruns dessa natureza e viabilizou a consolidação de redes não formais de pesquisas. O engajamento de pesquisadores em torno do TBC possibilitou o desenvolvimento de pesquisas, projetos e publicações sobre a temática. No entanto, esta produção acadêmica permaneceu nos “bastidores” até recentemente (IRVING, 2009).

Para Irving (2009), um novo olhar sob o TBC ocorre a partir da convergência de uma série de fatores surgidos em âmbito nacional e internacional, a saber: (i) a interpretação política do turismo como uma alternativa para a inclusão social; (ii) o fortalecimento de temas como a participação social e a governança democrática; (iii) a existência do capital social e o compromisso de “*stakeholder engagement*” como elementos fundamentais nas ações empreendidas por projetos internacionais; (iv) a inclusão do turismo nas pautas de ONGs de alcance internacional, associado a temáticas sociais e ambientais; (v) a mudança sutil no perfil dos turistas, agora mais comprometidos com a responsabilidade social e ambiental; (vi) a exigência de novas demandas na seara do planejamento, fruto da constatação de que o desenvolvimento do turismo, por vezes, não favorece as populações locais, contribuindo para a exclusão social; (vii) a emergência dos debates sobre o “turismo e sustentabilidade”.

Embora o tema tenha alcançado maior visibilidade, autores como Blackstock (2005) consideram a literatura do TBC ingênua e irrealista. Fica evidenciado que essa produção acadêmica ainda carece de aprofundamentos e de debates mais criteriosos que aproximem seus fundamentos teóricos das iniciativas em curso.

Assim, este trabalho dedicou-se ao objetivo de verificar a aderência entre a discussão teórico-conceitual do TBC e as suas práticas, considerando como *locus* de pesquisa três iniciativas integrantes da Rede Tucum¹ no Ceará (Brasil). A partir desse objetivo, o artigo foi estruturado em quatro partes, além desta introdução. A primeira retrata, de forma sucinta, a revisão teórica do tema que permitiu embasar uma proposta de quadro referencial de análise de elementos-chaves, constitutivos do TBC, desdobrados em critérios e subcritérios que serviram para a verificação empírica. A segunda parte apresenta a metodologia do estudo e o campo de pesquisa; em seguida, na terceira, discutem-se os resultados encontrados nas experiências em relação aos elementos-chaves. Por fim, na quarta parte, as considerações finais apresentam o alcance e as adequações necessárias ao quadro de análise inicialmente proposto.

¹ Rede Cearense de Turismo Comunitário.

Turismo de Base Comunitária (TBC) e seus elementos-chaves: uma proposta de quadro referencial para análise de iniciativas

Embora não haja uma definição amplamente aceita do TBC, a literatura específica considera, como elemento comum, a interpretação da comunidade como sujeito de seu próprio avanço, participando da concepção, desenvolvimento e gestão do turismo (LTDS, 2011; CORIOLANO, 2003, 2009; SANSOLO; BURSZTYN, 2009; IRVING, 2009).

O MTur (BRASIL, 2010) traça como princípios comuns ao TBC: a autogestão; o associativismo e cooperativismo; a democratização de oportunidades e benefícios; a centralidade da colaboração, parceria e participação; a valorização da cultura local e, principalmente, o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística.

Dixey², por sua vez, adotou a definição proposta por Mike Fabricius, para quem o TBC ocorre sempre que: (i) a comunidade local tem o uso e/ou direitos de propriedade dos recursos (tangíveis e intangíveis) utilizados para fins turísticos; (ii) a comunidade local, por meio de uma entidade (representante legal), desempenha um papel direto na tomada de decisão, direção e gestão dos recursos turísticos; (iii) o objetivo seja que a comunidade receba benefícios líquidos diretamente e/ou indiretamente de iniciativas de turismo.

Para Sansolo e Bursztyn (2009), a conservação ambiental, a valorização da identidade cultural e a geração de benefícios diretos para as comunidades receptoras são os componentes sustentadores desta proposta de turismo. Segundo esses autores, o turismo comunitário não representa apenas mais um segmento do mercado, e sim a possibilidade de um novo paradigma para o turismo. O potencial da atividade não se restringe aos benefícios econômicos, contribuindo também para o processo de revalorização da identidade cultural e para a manutenção do modo de vida das populações tradicionais³.

Contudo, o desenvolvimento do turismo comunitário (ou de base comunitária) só poderá ocorrer se os protagonistas dos destinos forem sujeitos e não objetos do processo, afirma Irving (2009). Na tentativa de delinear uma conceituação para o turismo comunitário, a autora apresenta algumas premissas que emergem como elementos centrais dessa atividade: (i) base endógena da iniciativa e desenvolvimento local; (ii) participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos; (iii) escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados; (iv) geração de benefícios diretos à população local; (v) afirmação cultural e interculturalidade; (vi) compartilhamento e aprendizagem mútua entre o turista e os atores locais.

A geração de benefícios diretos para as comunidades receptoras representa um componente de destaque no TBC. Algumas definições, no entanto, vão além, defendendo que o turismo comunitário deve se comprometer a dividir os benefícios advindos do turismo entre os membros da comunidade (MALDONADO, 2009). Há ainda aqueles que associam o TBC às práticas da economia solidária, que tem como princípios a autogestão, a democracia, a participação, a cooperação e a distribuição igualitária (SINGER, 2010; SAMPAIO *et al.*, 2009). Logo, espera-se que o TBC seja impulsionador do desenvolvimento local. Aspecto confirmado por Aref *et al.* (2010), para quem o turismo é visto como uma ferramenta-chave para

² Conteúdo retirado da entrevista de Dixey, concedida ao Instituto Virtual de Turismo - IVT (sem data), disponível em <<http://www.ivtrj.net/ivt/indice.aspx?pag=n&id=11623&cat=%C2%Ao&ws=0>>. Mike Fabricius, consultor internacional desde 2004, é um experiente gerente e empresário, que desempenhou um papel de liderança no desenvolvimento da indústria do turismo sul-africano.

³ As comunidades tradicionais, segundo Diegues (2004), estão relacionadas com uma forma de organização econômica e social baseada na reduzida acumulação de capital. Caracteriza-se por produtores independentes envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como a pesca, a agricultura, a coleta e o artesanato.

o desenvolvimento comunitário. Os autores indicam que muitas comunidades se voltaram para o turismo em busca de desenvolvimento econômico, social, cultural e geral da localidade. No entanto, ressaltam que existe uma via de mão dupla, pois “o processo de desenvolvimento do turismo em uma comunidade é o processo de desenvolvimento comunitário em si” (2010, p. 157).

Lima (2002), entretanto, alerta haver um caráter potencial, e não automático, na relação entre o turismo e o desenvolvimento. Ao contrário de outras atividades econômicas que podem ser analisadas de uma perspectiva estritamente local – como é o caso da pesca, da agricultura de subsistência, da caça coletiva e de atividades voltadas para as necessidades de um pequeno grupo social em geral – o turismo tem a peculiaridade de ser um sistema local-global, que exige, ao mesmo tempo, um forte enraizamento local e um dinâmico enredamento global das atividades turísticas integradas às demais atividades e setores. Ou seja, o turismo sempre depende de um contexto externo para desenvolver-se “internamente”. Dessa forma, duas questões são apontadas como sendo de grande relevância: a integração entre as escalas dos fenômenos (local, regional, nacional e global e vice-versa) e, de forma associada, a integração intersetorial das atividades econômicas e sociais (por exemplo: turismo, agroindústria, infraestrutura, educação, cultura, segurança, etc.).

A proposta de um desenvolvimento local alavancável por meio do turismo, para Benevides (1997), enseja a equalização de cinco objetivos, cuja compatibilização tende a ser problemática: preservação/conservação ambiental; identidade cultural; geração de ocupações produtivas e de renda; desenvolvimento participativo e qualidade de vida.

Dessa forma, fica evidente que a busca pelo desenvolvimento por meio do turismo comunitário impõe reflexões acerca dessas questões. Com base nos princípios, premissas, objetivos e componentes do TBC encontrados na literatura, delinear-se-iam como os elementos-chaves do turismo comunitário os seguintes aspectos:

- **Dominialidade:** refere-se ao grau de domínio da comunidade sobre os aspectos de controle, propriedade e gestão da atividade turística;
- **Organização comunitária:** diz respeito ao modelo e processo de gestão consolidado em torno do TBC, além de sua interação com o ambiente externo;
- **Democratização de oportunidades e repartição de benefícios:** refere-se à existência de mecanismos/acordos que contribuem para a repartição dos benefícios advindos da atividade turística na localidade e para a democratização de oportunidade no acesso de seus membros às atividades relacionadas ao turismo;
- **Integração econômica:** evidencia a integração do turismo com as outras atividades econômicas da localidade, identificando novos arranjos surgidos a partir do seu advento;
- **Interculturalidade:** relaciona-se com o intercâmbio cultural e a troca de referências e experiências estabelecidas entre os turistas e a comunidade local;
- **Qualidade ambiental:** refere-se às condições da comunidade com relação ao saneamento ambiental e, ainda, as formas de manejo dos recursos naturais locais.

Para cada elemento-chave foram atribuídos critérios correspondentes e o elemento “qualidade ambiental” recebeu, ainda, um grupo de subcritérios. Esses critérios e subcritérios foram definidos como parâmetros de análise, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Quadro referencial de análise para iniciativas de TBC

Elementos-chaves	Critérios	Objetivos/Subcritérios
Dominialidade	1. Propriedade	Identificar se a população local é proprietária dos empreendimentos/serviços turísticos ofertados
	2. Gestão	Verificar se a gestão dos empreendimentos/serviços turísticos é realizada pela população local
	3. Mão de obra	Verificar se a mão de obra alocada nos negócios turísticos é oriunda da comunidade
Organização Comunitária	1. Organização Interna	Identificar e qualificar as formas de organização interna à comunidade que atuem em prol do turismo comunitário. Se constatada a existência de Organização, levantar: modelo de gestão, formalização e frentes de atuação.
	2. Articulação Externa	Verificar a existência de apoio externo técnico e financeiro voltados para o desenvolvimento do turismo comunitário.
Democratização de Oportunidades e Repartição de Benefícios	1. Mecanismos Financeiros	Verificar a existência de mecanismos financeiros/acordos comunitários que contribuam para a repartição dos benefícios advindos da atividade turística na localidade e para a democratização de oportunidade no acesso dos membros da comunidade às atividades relacionadas ao turismo.
	2. Acordos Comunitários	
Integração econômica	1. Fornecimento de Insumos	Identificar se a população local é fornecedora de insumos para a operação dos empreendimentos turísticos da comunidade.
	2. Comercialização de Produtos	Identificar se a comunidade comercializa produtos locais para os visitantes.
Interculturalidade	1. Compartilhamento do Espaço	Verificar se o visitante e a comunidade dividem o mesmo lugar, e este representa um espaço de encontro e convívio.
	2. Participação Cultural	Identificar o acesso do visitante ao patrimônio material e imaterial da comunidade
Qualidade Ambiental	1. Saneamento Ambiental	Identificar como se dá a gestão/acesso da comunidade em relação a três aspectos: 1.1 Resíduos sólidos; 1.2 Efluentes; 1.3 Abastecimento de água
	2. Manejo dos Recursos Naturais	Identificar o manejo dos recursos naturais locais sob duas perspectivas: 2.1 Institucional, refere-se às ações de caráter administrativo, legal e/ou político para salvaguarda dos recursos naturais locais. 2.2 Técnico, relaciona-se ao manejo específico adotado na gestão dos recursos naturais locais (técnicas, petrechos e ofícios).

Abordagem metodológica e campo de estudo

A problemática definida exigiu, inicialmente, um trabalho de caráter analítico-descritivo, com abordagem essencialmente qualitativa, que foi desenvolvida em cinco etapas: i) pesquisa bibliográfica; ii) desenvolvimento do quadro de análise (elementos-chaves, critérios e subcritérios), com seleção das comunidades de estudo e elaboração dos questionários e formulários; iii) pesquisa de campo, envolvendo observação direta, pesquisa documental, diário de campo e aplicação dos questionários e dos formulários; iv) sistematização e análise das informações; v) confrontamento entre a revisão de literatura e os resultados obtidos em campo.

O quadro de análise apresentado na seção anterior foi aplicado para estudo de iniciativas integrantes da Rede Tucum. Lançada em maio de 2008, a Rede promove a articulação de comunidades que se propõem realizar o turismo de base comunitária (TBC) no Ceará. Das 13 iniciativas que compõem a Rede, três foram escolhidas para a pesquisa de campo deste estudo: Assentamento Coqueirinho, Ponta Grossa e Prainha do Canto Verde.

A Prainha do Canto Verde foi escolhida por sua notoriedade na prática de TBC. As outras duas comunidades por sua diversidade: Coqueirinho por ser um assentamento rural e Ponta Grossa por ser uma localidade de sucesso econômico. Assim, buscaram-se experiências que, embora estejam geograficamente próximas, possuem características peculiares, o que permite a análise do desenvolvimento do turismo comunitário em diferentes realidades e contextos.

O Assentamento Coqueirinho, localizado em Fortim, foi criado em 23 de agosto de 1995, ocupando uma área total de 1.473 hectares, dos quais 294,6 hectares são destinados à reserva legal. Logo após a sua criação, o Assentamento recebeu um total de 29 famílias, que foram instaladas em dois galpões e em 05 casas, já existentes no imóvel, além de barracas improvisadas pelos assentados. Atualmente, 63 famílias vivem no local, que conta com uma estrutura fundiária dividida em três agrovilas (sede, Agrovila II e Agrovila III). Por ser o único destino da Rede Tucum que não está localizado no litoral, ou seja, sem atrativos apoiados no modelo de sol e praia, o turismo no Assentamento relaciona-se ao dia a dia da vida rural.

A organização territorial do Assentamento, o modo de vida dos assentados e seus aspectos culturais constituem-se nos principais atrativos. A gestão da infraestrutura turística é realizada por um núcleo familiar, que lidera a Acoopac⁴, associação responsável pela captação de projetos para a melhoria da qualidade de vida dos moradores, com atuação direta sobre o turismo. A dinâmica do turismo baseia-se na convivência muito próxima do visitante com os assentados. A hospedagem e o restaurante estão integrados às residências. Os atrativos e as vivências têm a presença constante de membros da comunidade, que recebem e acompanham o turista durante toda a sua estada.

A Praia de Ponta Grossa abriga uma das comunidades litorâneas de Icapuí. A comunidade é um núcleo pesqueiro, caracterizado pela pesca da lagosta, formado por aproximadamente 214 pessoas (64 famílias). A maioria da população é descendente de holandeses e pertence a uma mesma família, de sobrenome Crispim. A paisagem do local, com cerca de 700 m de extensão, é composta por praias, dunas fixas e móveis e falésias coloridas.

⁴ Associação Cooperativista do Projeto de Assentamento Coqueirinho

Em Ponta Grossa o turismo representa uma importante atividade econômica, mas é inexpressivo o número de turistas que visitam a comunidade pela sua proposta de turismo comunitário. A demanda turística local é formada, predominantemente, por turistas oriundos de Canoa Quebrada, que são atraídos pelas belezas naturais e pela tradição culinária local. Os três restaurantes locais – negócios privados, de propriedade de nativos e com capacidade de atendimento que varia entre 90 a 140 pessoas – representam o principal vetor do desenvolvimento turístico de Ponta Grossa. A partir da demanda turística nos restaurantes, a comunidade busca ampliar as possibilidades de ganhos, por meio da oferta de hospedagem, pontos de venda na praia e passeios na trilha ecológica e nas jangadas. No entanto, se comparado aos restaurantes, essas iniciativas ainda são pouco expressivas em retorno financeiro.

A Prainha do Canto Verde é uma comunidade pesqueira marítima que tem na pesca artesanal uma atividade de grande relevância socioeconômica e cultural. Localizada no distrito de Paripueira, situa-se em uma planície litorânea à beira-mar, em meio a campos de dunas (fixas e móveis), lagoas temporárias (interdunares) e planícies alagáveis. O início da ocupação na região se deu em 1860 e, hoje, a comunidade é formada por cerca de 1.100 habitantes, estabelecidos em uma área de 749 hectares com uma praia de 5 km de extensão.

Referência nacional no TBC, o turismo na Prainha do Canto Verde é explorado de forma sistemática desde 1997, ano de criação do Conselho de Turismo. A realidade encontrada, no entanto, revelou-se diferente das produções acadêmicas desenvolvidas, em sua maior parte, entre 2002 e 2004⁵. Atualmente, a localidade vivencia a polarização e os conflitos internos estabelecidos em função do decreto da Resex⁶, que enfraqueceu a coesão e a atuação do grupo comunitário e, conseqüentemente, da proposta de TBC.

Apresentação e discussão de resultados

A partir do quadro de análise conceitual construído neste trabalho, as iniciativas foram observadas, dando origem aos resultados aqui apresentados. A seção está estruturada ao redor dos seis elementos-chaves, sendo que cada tópico apresenta um quadro que sistematiza as observações empíricas, seguido por uma discussão comparativa entre as iniciativas.

Dominialidade

Dominialidade refere-se ao grau de domínio da comunidade sobre três dimensões: propriedade, gestão e mão de obra. O objetivo foi analisar: (i) se os nativos são proprietários dos empreendimentos e serviços turísticos ofertados; (ii) se a gestão do empreendimento é realizada por membros da comunidade; (iii) se a mão de obra é oriunda da comunidade.

⁵ Almeida (2002), Bursztyn *et al.* (2003), Lima (2002) e Mendonça (2004)

⁶ Em 05 de junho de 2009.

Quadro 2 – Síntese dos resultados – Dominialidade.

Critério	Comunidades		
	Ponta Grossa	Assentamento Coqueirinho	Prainha do Canto Verde
Propriedade	- População local - Todos estão associados à Astumac e vinculados à proposta do TBC.	- População local - Todos estão associados à Acoopac e vinculados à proposta do TBC	- População local: parte dos empreendimentos turísticos está associada ao Conselho de Turismo e vinculado à proposta do TBC. Outros atuam independentes da proposta do turismo comunitário. - Histórico de imóveis vendidos para pessoas de fora da comunidade.
Gestão	- População local	- População local	- População local
Mão de obra	- População local	- População local	- População local

Fonte: Elaborado pelos autores

De acordo com a literatura, o TBC tem como princípio norteador o controle efetivo da população local sobre as atividades econômicas associadas ao turismo. As realidades verificadas em Ponta Grossa e no Assentamento Coqueirinho convergem com este princípio: todos os empreendimentos e serviços existentes são de propriedade e gerenciados por nativos, assim como todos os empregos gerados são destinados aos membros da comunidade. Tal realidade é corroborada pelos entrevistados, pois muitos expuseram a importância da atividade turística ser desenvolvida apenas por nativos, combatendo qualquer possibilidade de participação, e ganho, de agentes externos.

A Prainha do Canto Verde apresentou um cenário mais diversificado: moradores envolvidos com a atividade turística, associados ao Conselho de Turismo e vinculados à proposta de turismo comunitário; moradores envolvidos com a atividade turística, integrantes da Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e desvinculados do turismo comunitário e, ainda, um número pequeno de imóveis vendidos para pessoas de fora da comunidade.

Organização comunitária

A organização comunitária subdivide-se em dois critérios: (i) organização interna e (ii) articulação externa. O primeiro critério almeja identificar a existência de alguma forma de organização interna que atue em prol do turismo comunitário. Constatada a existência de organização, segue-se para a qualificação de sua forma de gestão, formalização e frentes de atuação. Em um segundo momento, objetivou-se analisar como essas iniciativas se articulam externamente, verificando a existência de apoio financeiro e técnico voltados para o desenvolvimento do turismo comunitário.

Quadro 3 – Síntese dos resultados – Organização Comunitária

Critério	Subcritério	Comunidades		
		Ponta Grossa	Assentamento Coqueirinho	Prainha do Canto Verde
Organização Interna	Presença de Organização	Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura – Astumac	Associação Cooperativista do Projeto de Assentamento Coqueirinho – Acoopac	Conselho de Turismo – Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde
	Formalização da Organização	CNPJ ativo/regular	CNPJ ativo/regular	CNPJ ativo/regular
Articulação externa	Apoio financeiro e técnico	- Rede Tucum - Fundação Brasil Cidadão - Instituto Terramar - Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde	- Rede Tucum - Tremembê Onlus - Cáritas Diocesana Limoeiro do Norte - Associação Caiçara de Promoção Humana - Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde	- Rede Tucum - Instituto Terramar - Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde

Fonte: Elaborado pelos autores

Os resultados de campo das três iniciativas evidenciaram os seguintes aspectos:

(i) Presença de Organizações com o modelo de gestão baseado no associativismo. Estas estão formalizadas (CNPJ ativo e regular) e com mecanismos de gestão (estatutos, regimento interno, atas, etc.) instituídos;

(ii) A centralidade da Associação com relação à atividade turística no território pode variar. No caso do Assentamento Coqueirinho, a Acoopac representa o principal vetor para o desenvolvimento do turismo. Em Ponta Grossa, o desenvolvimento turístico independe da atuação da organização local. Nesse caso, a Associação concentra-se na organização de uma demanda já existente e na ampliação das oportunidades de ganhos para a comunidade;

(iii) As associações possuem aporte externo (técnico e financeiro) de diferentes atores/instituições. Não obstante, conforme apontado na literatura, as ONGs⁷ representam as maiores incentivadoras da proposta de turismo comunitário;

(iv) As ações desenvolvidas por agentes externos focam não apenas no turismo, mas em uma melhoria ampla da qualidade de vida das comunidades. Aqui, também se percebe uma convergência entre a literatura e as iniciativas analisadas no que se refere à relação do TBC com as outras dimensões da vida comunitária, integrando um processo voltado para o desenvolvimento da comunidade como um todo.

⁷ Organizações não Governamentais.

Democratização de oportunidades e repartição de benefícios

Este elemento-chave buscou identificar a existência de (i) mecanismos financeiros e (ii) acordos comunitários que contribuem para a repartição dos benefícios advindos do turismo e para a democratização no acesso da população às oportunidades geradas por essa atividade

Quadro 4 – Síntese dos resultados – Democratização de Oportunidades e Repartição de Benefícios.

Critério	Comunidades		
	Ponta Grossa	Assentamento Coqueirinho	Prainha do Canto Verde
Mecanismos Financeiros	- Fundo de Reserva/Fundo Rotativo (não instituído)	- Fundo de Reserva/Fundo Rotativo (não instituído)	- Fundo de Reserva/ Fundo Rotativo - Fundo Social (sem atuação nos últimos anos)
Acordos Comunitários	- 1 negócio por pessoa - As pousadas não oferecem café da manhã. O café é ofertado por lanchonetes locais.	- Não há acordos comunitários formalizados, mas há uma dinâmica de solidariedade estabelecida entre o grupo envolvido com a atividade turística.	- Sistema de Rotatividade (Indícios que não há uma rigidez no rodízio)

Fonte: Elaborado pelos autores

Embora a verificação de campo tenha apontado a existência de mecanismos financeiros e acordos comunitários empreendidos pelas organizações locais, percebe-se que a operacionalização de tais iniciativas ainda representa um desafio. A coordenadora do turismo da Acoopac, no Assentamento Coqueirinho, por exemplo, sinalizou que os ganhos advindos do restaurante e dos chalés ainda são poucos e a maior parte é destinada para a melhoria dos próprios negócios, o que compromete o repasse de recursos ao Fundo Rotativo.

O fortalecimento desses mecanismos e acordos depende dos fluxos financeiros dos empreendimentos turísticos. Somente a partir de um retorno financeiro sustentado é que os proprietários poderão assumir e honrar os compromissos e acordos com as suas respectivas Associações e comunidade. Enquanto estiverem ocupados com o atendimento de necessidades básicas, será difícil destinar parte de um ganho, já limitado, para outros fins.

Integração econômica

O elemento-chave integração econômica visa evidenciar a relação do turismo com as outras atividades econômicas da localidade e foi analisado a partir de dois critérios: (i) se a população local é fornecedora de insumos para a operação dos empreendimentos turísticos e (ii) se a comunidade comercializa produtos locais para os visitantes.

Quadro 5 – Síntese dos resultados – Integração Econômica

Critério	Comunidades		
	Ponta Grossa	Assentamento Coqueirinho	Prainha do Canto Verde
Fornecimento de insumos/ operação dos empreendimentos turísticos	- Aquisição do pescado por meio de atravessadores. - Oferta restrita de produtos locais.	- O restaurante só compra nas comunidades vizinhas os insumos que não são produzidos no Assentamento.	- Produção de frutas e verduras nas próprias pousadas. - Preferência na aquisição de insumos e produtos na própria localidade. - Aquisição do pescado direto com os pescadores (caso do Restaurante Sol e Mar).
Comercialização de produtos/ turista	- Inexpressivo	- Cosméticos naturais, artesanato de biscuit e produtos provenientes da agricultura familiar.	- Grupos de artesanatos locais. - Ponto de comercialização de artesanato na Pousada e Restaurante Sol e Mar. - Ponto de comercialização da Bodega (espaço de comercialização de produtos da região).

Fonte: Elaborado pelos autores

Os empreendimentos analisados privilegiam a aquisição de insumos e produtos para a operação de seus negócios na própria comunidade. Os proprietários compram as mercadorias diretamente dos moradores ou no comércio local. A opção de adquirir produtos locais apresenta-se mais vantajosa, pois poupa tempo e custos de deslocamento. Não obstante, a restrita disponibilidade de insumos e produtos na comunidade obriga alguns empreendimentos a buscarem mercadorias em outros locais.

Com relação à comercialização de produtos locais para o visitante, embora a Prainha do Canto Verde e o Assentamento Coqueirinho ofereçam algumas mercadorias, essa oferta ainda é restrita, inconstante e está condicionada à pouca disponibilidade de recursos financeiros dos envolvidos em investirem nos seus negócios. Esse cenário converge com alguns pontos levantados por Lima (2002) em seu trabalho sobre a Prainha do Canto Verde. Embora a autora tenha apontado uma diversificação na produção de artesanato (artesanato de madeira, de quenga de coco, pintura em tecidos e estamparia), também registrou algumas dificuldades: os cursos de profissionalização de pequena duração, realizados por entidades não governamentais, não criam a tradição do fazer – “não é porque uma pessoa fez um curso de pintura que estará, necessariamente, habilitada para pintar produtos vendáveis” (2002, p. 134); falta articulação entre os grupos de produção locais; o *marketing* é insuficiente, e falta capital de giro para sustentar a comercialização.

Interculturalidade

A Interculturalidade teve como intenção averiguar o intercâmbio cultural promovido pelas experiências de TBC, a partir da troca de referências e experiências entre os visitantes e a comunidade local. Esse elemento-chave foi analisado por meio de dois critérios: (i) o compartilhamento do espaço, que almejou verificar se o visitante e a comunidade dividem o mesmo lugar, e se este representa um espaço de encontro e convívio; (ii) a participação cultural, que objetivou identificar o acesso do visitante ao patrimônio cultural material e imaterial das comunidades.

Quadro 6 – Síntese dos resultados – Interculturalidade

Critério	Comunidades		
	Ponta Grossa	Assentamento Coqueirinho	Prainha do Canto Verde
Compartilhamento do espaço	- Visitante e comunidade compartilham o mesmo espaço.	- Visitante e comunidade compartilham o mesmo espaço.	- Visitante e comunidade compartilham o mesmo espaço.
Participação cultural	- Acesso irrestrito do turista ao patrimônio cultural material e imaterial da comunidade.	- Acesso irrestrito do turista ao patrimônio cultural material e imaterial da comunidade.	- Acesso irrestrito do turista ao patrimônio cultural material e imaterial da comunidade.

Fonte: Elaborado pelos autores

As evidências desse elemento-chave foram bastante semelhantes entre as três comunidades de estudo. A conformação das iniciativas de TBC oferece um ambiente propício para a interação entre o visitante e a comunidade receptora. Destaque para o Assentamento Coqueirinho, onde esse ambiente conforma-se de maneira mais orgânica aos modos de vida locais, permitindo, assim, mais intensidade na interação turista-comunitário. Logo, no turismo comunitário não existe uma paisagem construída para o turismo, o visitante se integra a uma paisagem social preexistente que independe de sua presença. Conforme apontado por Irving (2009), as práticas de TBC representam um lócus de encontro, que promove, ao mesmo tempo, a afirmação das identidades do destino e o compartilhamento de múltiplas identidades, que se expressam e são intercambiadas.

Qualidade ambiental

A qualidade ambiental foi analisada a partir de dois critérios: (i) saneamento ambiental, subdividido em (a) gestão de resíduos sólidos, (b) gestão de efluentes e (c) abastecimento de água e (ii) manejo dos recursos naturais, subdividido em (a) institucional, referente às ações de caráter administrativo, legal e/ou político para salvaguarda dos recursos naturais da comunidade; e (b) técnico, relacionado ao manejo específico dos recursos naturais locais – técnicas, petrechos e ofícios.

Quadro 7 – Síntese dos resultados – Saneamento Ambiental

Critério	Subcritério	Comunidades		
		Ponta Grossa	Assentamento Coqueirinho	Prainha do Canto Verde
Saneamento Ambiental	Resíduos Sólidos	- Coleta Pública - Lixo orgânico para criações	- Lixo seco enterrado/queimado; - Lixo orgânico para criações/compostagem	- Coleta Pública (insuficiente) - Lixo orgânico para criações/compostagem (menor prevalência)
	Efluentes	- Fossa biosséptica	- Fossa séptica	- Fossa séptica
	Abastecimento de Água	- Fornecimento público - Cisternas de ferrocimento - Ponto público de água potável	- Poços artesianos	- Poços artesianos

Nos três critérios avaliados a comunidade de Ponta Grossa apresentou os melhores resultados, sendo também o local com o maior apoio externo no financiamento de ações relativas ao saneamento ambiental. A comunidade conta com aporte do município para a coleta de lixo e fornecimento de água, além de ter sido contemplada por um projeto do terceiro setor (Fundação Brasil Cidadão) que, com recursos privados (Petrobras Ambiental), implementou alternativas mais sustentáveis para a gestão de efluentes e captação de água.

No Assentamento Coqueirinho, o aporte externo é inexistente e na Prainha do Canto Verde é insuficiente. Embora essas iniciativas sejam “exemplos” de comunidades que buscam o desenvolvimento por meio de ações sustentáveis, há evidências de práticas degradadoras subjacentes às atividades diárias das comunidades, a exemplo da disposição inadequada dos resíduos – fator comprometedor do meio ambiente e da saúde pública.

Quadro 8 – Síntese dos resultados – Manejo dos Recursos Naturais

Critério	Subcritério	Comunidades		
		Ponta Grossa	Assentamento Coqueirinho	Prainha do Canto Verde
Manejo dos recursos naturais	Institucional	- Criação da APA. - Respeito ao defeso da lagosta (lei federal).	- Áreas destinadas a APP e Reserva Legal. - Acordos internos. - Conflitos internos (divergências entre as Associações).	- Criação da Resex. - Acordos internos. - Militância. - Conflito interno (Resex Terrestre).
	Técnico	- Pesca artesanal. - Projeto “Minifazenda Marinha” (extinto).	- Produção orgânica e manejo integrado de recursos.	- Pesca artesanal.

Fonte: Elaborado pelos autores

As comunidades de Ponta Grossa e da Prainha do Canto Verde vislumbraram, na transformação de seus territórios em Unidades de Conservação (UC), estratégias para a conservação dos recursos naturais locais e coerção da especulação imobiliária. Essas localidades têm na pesca artesanal uma das principais fontes de renda. Segundo Almeida e Pinheiro (2004), a pesca artesanal representa uma atividade que carrega alguns elementos da sustentabilidade, a saber: uso predominante de recursos naturais renováveis (inclusive com propulsão eólica ou a remo); captura de uma grande diversidade de espécies, incidindo sobre diferentes elos da teia alimentar marinha; reduzido impacto ambiental (baixo poder de captura); conhecimento aprofundado sobre o meio ambiente, recursos e limites naturais, e orientação da pescaria de acordo com condições ambientais e de abundância de espécies.

O Assentamento Coqueirinho, por sua vez, apresenta um cenário polarizado entre aqueles que estão envolvidos com o turismo comunitário e comprometidos com acordos e práticas que promovam o bem-estar coletivo e a conservação dos recursos naturais e produtivos, e os membros das outras Associações, que priorizam sistemas de produção individuais com tendências ao esgotamento dos recursos locais.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi verificar a aderência entre a discussão conceitual do TBC e as suas práticas, a partir da elaboração e aplicação de um quadro referencial de análise em três experiências ligadas à Rede Tucum. Com a revisão teórica, foi possível levantar seis elementos-chaves (dominialidade, organização comunitária, democratização de oportunidades e repartição de benefícios, integração econômica, interculturalidade e qualidade ambiental), subdivididos em critérios e subcritérios. A aplicação desse quadro nas iniciativas de turismo comunitário selecionadas possibilitou a verificação da efetividade de cada um e, por conseguinte, a sua real relevância como um aspecto constituinte para o TBC. Desse encontro entre a teoria e a prática foi possível concluir que:

A **Dominialidade** se destaca como a principal característica do TBC, e se faz presente nos locais estudados. O trabalho de campo evidenciou, no entanto, que apenas uma parcela dos membros das comunidades visitadas está envolvida nas atividades relacionadas ao turismo. Ressalta-se que a literatura associa o TBC a uma proposta de desenvolvimento turístico que envolve a comunidade como um todo.

Este é um ponto importante: o turismo de base comunitária não necessariamente envolve toda a comunidade, mas grupos, eventualmente pequenos, de moradores. O controle efetivo das atividades relacionadas ao turismo pela comunidade local é uma condição *sine qua non* dessa proposta. Logo, sem a dominialidade não há turismo de base comunitária. É esse elemento-chave que garante o estabelecimento dos direitos de propriedade⁸ nas diversas dimensões da atividade. Também é dele que decorre a criação de uma reserva de mercado em favor da comunidade e o desenvolvimento de uma cadeia produtiva do turismo.

A **Organização Comunitária** também representa um elemento constitutivo do turismo comunitário. Não há um modelo predeterminado para essa organização (forma e gestão), mas ela deve estar presente como uma representação legal dentro da própria comunidade e na sua interação com o ambiente externo. Não obstante, é necessário aprofundar as pesquisas sobre esse elemento, buscando um melhor entendimento da influência e importância dessas organizações para os seus membros, para a comunidade como um todo e, principalmente, o seu impacto no desenvolvimento turístico local.

Acredita-se que a forma de atuação dessas organizações esteja menos relacionada a modelos de gestão coletiva e cooperativa, e mais próxima de um mecanismo regulatório cuja finalidade é organizar, regular e/ou fiscalizar a atividade turística no território, por meio da instituição de diretrizes e normas de convivência e operação da atividade turística. Caberão a essas organizações o estabelecimento de acordos comunitários e instituições sociais que ampliem as oportunidades de inserção e fixação de membros da comunidade na atividade turística.

Segundo a literatura, o TBC surge em contextos em que as comunidades já estão mobilizadas em outras frentes de resistência ou de agregação, como a luta pela posse da terra, pela conservação dos recursos naturais, pelo direito à educação e saúde, etc. O presente trabalho corrobora esse entendimento, considerando que as três comunidades estudadas possuem um histórico de mobilização, organização e ações coletivas anteriores ao surgimento das propostas de TBC.

Com relação à **Interculturalidade**, embora se reconheça que a conformação das iniciativas de TBC ofereça um ambiente singular e propício para a interação e a troca entre a população local e o turista, acredita-se que esse elemento deva ser analisado a partir de uma perspectiva não *determinista*, deixando, assim, de representar um aspecto constituinte do turismo comunitário.

Não conferir à interculturalidade um *status* de elemento-chave parte do entendimento que a demanda que consome esse produto não deve se reduzir ao movimento do turismo responsável. Ponta Grossa, por exemplo, entre as três iniciativas estudadas, é o local que recebe o maior fluxo de turistas, se beneficiando diretamente da demanda de Canoa Quebrada – um destino turístico consolidado e com projeção internacional. Mitchell e Muckosy (2008) ressaltam a importância de ligar comunidades “pobres” aos grandes fluxos turísticos, citando como exemplo a Ilha Taquile, no Lago Titicaca, que inseriu comunidades locais em uma das mais importantes rotas de turismo da região, capturando, assim, uma pequena parcela do

⁸ Segundo Bromley (1993, p.15), “rights are not relationships between me and an object, but are rather relationships between me and other with respect to that object. Rights can only exist when there is a social mechanism that gives duties and binds individuals to those rights.”

turista convencional. Tais realidades demonstram que uma iniciativa de TBC não precisa estar voltada apenas para o movimento do turismo responsável, podendo também se beneficiar de uma inserção diferenciada no mercado convencional.

A **Qualidade Ambiental** assume relevância nos territórios onde se desenrolam as práticas de TBC. Grande parte dessas iniciativas tem relação direta com áreas protegidas, o que reforça o vínculo entre o turismo comunitário e a conservação ambiental. No entanto, embora se reconheça uma preocupação ambiental entre os grupos envolvidos com o TBC, as observações no terreno mostram que nem sempre esta se traduz em práticas focadas na conservação do ambiente natural local. O percurso para se alcançar a qualidade ambiental está condicionado a uma série de variáveis (apoio externo, recursos financeiros e presença do Estado) que não estão sob o controle dos grupos comunitários. Em decorrência dessa complexidade, defende-se que essa dimensão não deve assumir o *status* de elemento constituinte, e sim ser interpretada como uma intenção das práticas de TBC.

O elemento **Democratização de Oportunidades e Repartição de Benefícios** baseou-se na perspectiva de alguns autores apresentarem o turismo comunitário como uma proposta associada à distribuição equitativa de renda na comunidade; vinculada à economia solidária; comprometida com a gestão coletiva, e pautada em práticas democráticas e solidárias. As iniciativas analisadas, entretanto, não apresentaram qualquer experiência inovadora com relação à propriedade, gestão e repartição de benefícios que se contraponham ao mercado convencional. Os resultados dos fundos de reserva e rotativo geridos pelas Associações locais são tímidos e passíveis de questionamentos. De um lado, constata-se uma fragilidade institucional e de gestão nas Associações; de outro, uma dificuldade dos proprietários e prestadores de serviços honrarem os acordos e compromissos assumidos com as suas respectivas organizações, em função do retorno financeiro limitado de seus negócios.

Acredita-se que trabalhar a temática do TBC a partir de uma perspectiva de contraposição ao mercado convencional é limitante. Estes dois pontos (democratização e repartição) devem ser analisados e reconhecidos como desdobramentos da dominialidade (criação de uma reserva de mercado e a estruturação de uma cadeia produtiva do turismo), que poderão ser potencializados pela atuação da organização local (“agência reguladora”). Defende-se, assim, um redirecionamento da abordagem teórica desse elemento, menos apoiada em ideologias “não mercantis”, e mais focada na garantia da dominialidade e do fortalecimento das instituições locais.

A **Integração Econômica** também foi percebida como uma consequência direta dos efeitos da dominialidade, que pode ser fortalecida por meio da atuação da organização local (que deverá incentivar, promover e fortalecer essa integração). Nota-se que os empreendimentos turísticos estudados privilegiam, por princípio e por facilidade de logística, o consumo dos produtos locais, buscando externamente apenas aquilo que não se encontra na comunidade.

Logo, dos seis elementos-chaves propostos inicialmente, conclui-se, ao se confrontar teoria e prática, que apenas dois sejam realmente constitutivos do TBC: “Dominialidade” e “Organização Comunitária”. Sugere-se que dois deixem de representar elementos-chaves e passem a receber outro *status*: “Interculturalidade” apresenta-se como uma *possibilidade* e “Qualidade Ambiental” como uma *intenção*. E, por fim, “Democratização de Oportunidades e Repartição de Benefícios” e “Integração Econômica” também deixam de configurar aspectos constituintes e passam a representar desdobramentos, efeitos e intenções dos elementos-chaves da “Dominialidade” e da “Organização Comunitária”.

A partir das evidências empíricas levantadas, observa-se que o arcabouço teórico do TBC tende a descrever um cenário adjetivado e idealizado, dificilmente condizente com as realidades encontradas. A resistência em tratar questões vinculadas à economia, ao mercado e à lucratividade dentro do TBC pode ser explicada por suas origens ideológicas, mas representa um aspecto que precisa ser debatido quando se trata da comercialização de produtos e serviços inerentes ao turismo.

Ressalta-se, por fim, que o volume das publicações acadêmicas brasileiras, além de limitado, tende a não consolidar dados que permitam aferir o desempenho do TBC – quanto ao fluxo turístico, taxa de ocupação dos meios de hospedagem, processos de gestão e, principalmente, como a atividade turística de base comunitária tem de fato contribuído para a melhoria das condições de vida dessas comunidades. Debruçar esforços de pesquisas sobre esses aspectos é importante, uma vez que trabalhos internacionais (MITCHELL; MUCKOSY, 2008; SIMPSON, 2008) apontam que a dificuldade de acesso ao mercado e a má governança têm levado essas iniciativas ao colapso financeiro.

Referências

ALMEIDA, H. L. P. S. de. **Indicadores de Qualidade de Vida, instrumento para o monitoramento participativo da qualidade de vida de comunidades costeiras tradicionais: o caso Prainha do Canto Verde, Beberibe/CE.** 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

ALMEIDA, H. L. P. S.; PINHEIRO, J. C. V. **A arte da sustentabilidade da pesca na comunidade da Prainha do Canto Verde, Beberibe/CE.** XLII Congresso da Sober. Cuiabá-MS. 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/05P306.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2013.

AREF *et al.* Tourism Development in Local Communities: as a Community Development Approach. **Journal of American Science.** 6(2). p. 155-161, 2010.

BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e Desenvolvimento Local.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 23-41.

BLACKSTOCK, K. A critical look at community based tourism. **Community Development Journal**, v. 40, n. 01, p. 39-49, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública.** Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BROMLEY, D. W. **Environment and Economy: Property Rights e Public Policy.** Cambridge: Blackwell, 1993.

BURSZTYN, I. *et al.* Benchmarking: Prainha do Canto Verde. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 3, n. 3, p. 18-32, 2003.

CORIOLOANO, L. N. M. T. O Desenvolvimento voltado às condições humanas e o turismo comunitário. In: CORIOLOANO, L. N. M. T.; LIMA, L. C. (Org.). **Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental.** Fortaleza: Eduece, 2003. p. 26-44.

_____. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 277-287.

- COSTA, H. A. **Destinos do turismo: percursos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- DIEGUES, A. C. **O mito da Natureza Intocada**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária – inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-119.
- LIMA, M. C. **Comunidades Pesqueiras Marítimas no Ceará: território, costumes e conflitos**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- LTDS. Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social. **Relatório Técnico: Marco Referencial Teórico para o Turismo de Base Comunitária**. Rio de Janeiro: PEP/COPPE/ UFRJ, 2011.
- MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.
- MENDONÇA, T. C. M. **Turismo e participação comunitária: “Prainha do Canto Verde, a ‘Canoa’ que não quebrou e a ‘Fonte’ que não secou?”**. 2004. Dissertação (EICOS – Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MITCHELL, J.; MUCKOSY, P. **A misguided quest: community-based tourism in Latin America**. Overseas Development Institute. 2008, p. 102-103.
- SAMPAIO, C. A. *et al.* Perspectiva do turismo comunitário, solidário e sustentável. In: SAMPAIO, C. A. C.; HENRIQUEZ, C.; MANSUR, C. (Org.). **Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática**. Blumenau: Edifurb, 2011. p. 23-30.
- SANZOLO, D.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142-161.
- SIMPSON, M. C. Community benefit tourism initiatives – A conceptual oxymoron? **Tourism Management**, v.29, p.1-18, 2008.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.



As dinâmicas das redes no campo do turismo: uma aposta na diversidade

The dynamics of networks in the field of tourism: a bet on diversity

Dinámica de la red en el campo del turismo: una apuesta en la diversidad

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1181>

Rafael Ângelo Fortunato <fortrafa@hotmail.com >

Instituto de Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Marília Lima Garcez <marilia.garcez@hotmail.com >

Instituto de Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 17-nov-2015

Aceite: 17-jul-2016

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

FORTUNATO, R. A.; GARCEZ, M. L. As dinâmicas das redes no campo do turismo: uma aposta na diversidade. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 191-202, dez. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

Este artigo pretende estabelecer reflexões sobre as dinâmicas e a importância das formações de redes para organização e promoção da atividade turística. Estudamos a rede Brasilidade Solidária. O objetivo da rede é divulgar ações que se aproximem do conceito de turismo solidário e contribuir com a gestão da atividade. Trabalhamos com a observação participante e com a pesquisa-ação. Atuamos em todos os processos de desenvolvimento do turismo nas localidades (reuniões, conhecimento dos territórios e produção de novos roteiros). Os dados de pesquisa foram organizados em seis categorias de análises: disputas e divergências; indicações e não linearidades; rede e política; redes sociais virtuais; rede e visibilidade e densidade da rede. Consideramos que a formação de redes é fundamental para o desenvolvimento da atividade turística, mas que a sua dinâmica precisa ser pensada de forma crítica e requer uma abordagem complexa capaz de superar os desafios e contribuir para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária. Redes. Complexidade.

ABSTRACT

This article aims to establish reflections on the dynamics and the importance of training networks for the organization and promotion of tourism. We study the rede Brasilidade Solidária. The network's objective is to promote actions that align themselves with the solidarity concept of tourism and contribute to the management of the activity. We work with the participant observation and action research. We operate in all tourism development processes in places (meetings, knowledge of the territory and production of new routes). The research data were organized into six categories of analysis: disputes and disagreements; indications and nonlinearities; network and policy; virtual social networks, and network visibility and network density. We believe that the formation of networks is essential for the development of tourism, but their momentum needs to be thought critically and requires a complex approach that can overcome challenges and contribute to local development.

Keywords: Community Based Tourism. Networks. Complexity.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo establecer reflexiones sobre la dinámica y la importancia de las redes de formación a la organización y promoción del turismo. Estudiamos la rede Brasilidade Solidária. El objetivo de la red es promover acciones que se alinean con el concepto de solidaridad de turismo y contribuyen a la gestión de la actividad. Trabajamos con la observación participante y la investigación-acción. Estamos presentes en todos los procesos de desarrollo turístico en lugares (reuniones, conocimiento del territorio y la producción de nuevas rutas). Los datos de la investigación fueron organizados en seis categorías de análisis: conflictos y desacuerdos; indicaciones y no lineales; la red y la política; redes sociales virtuales y visibilidad de la red y la densidad de la red. Creemos que la formación de redes es esencial para el desarrollo del turismo, pero su impulso necesita ser pensada de manera crítica y requiere un enfoque complejo que puede superar los desafíos y contribuir al desarrollo local.

Palabras clave: Turismo de base comunitaria. Redes. Complejidad.

Introdução

O tema das redes está cada vez mais presente na contemporaneidade e ele aparece nos mais diversos campos do saber popular e científico. Fala-se em redes sociais, redes de computadores, redes de televisão, redes de eletricidade e redes de transporte. Uma das ideias por trás da palavra “rede” está mais relacionada à questão da infraestrutura, outro aspecto se relaciona mais com uma abstração, um conceito, uma ideia, políticas, inclusive as relações familiares podem ser pensadas utilizando o modelo de redes. Para Barnes (2010, p. 173), a “rede social pode ser útil no exame de vários tipos de situações sociais”.

A palavra “rede” é utilizada, também, para referir-se a tudo que é entrelaçado, assim como: redes de pesca e redes para dormir. Apesar dos múltiplos significados atrelados a essa palavra, recentemente, está crescendo o uso dessa nomenclatura para pensar em uma nova forma de planejamento e organização do turismo denominada de “redes de turismo”.

Tendo em vista esse novo cenário, decidimos refletir sobre as dinâmicas, os desafios e as potencialidades para formação de redes no turismo. Para isso, analisamos o trabalho da rede Brasilidade Solidária, que atua no estado do Rio de Janeiro há dois anos. A atuação da rede ocorre, predominantemente, com a aplicação de cursos de extensão universitária e reuniões para o desenvolvimento de novos produtos turísticos a partir do conceito de turismo solidário (FORTUNATO; NEFFA, 2014).

A pesquisa está em andamento e não tem prazo para terminar, pois trabalhamos com foco na pesquisa-ação e na observação participante para tentar entender um conceito abstrato e seu funcionamento nos processos de trabalho. Utilizamos, também, o método etnográfico, visto que as descrições dos casos ocorridos durante as reuniões e os trabalhos da rede revelam as dinâmicas das redes.

A pesquisa-ação está ocorrendo em três localidades do Rio de Janeiro (Rocinha, Barra de Guaratiba, Morro do Borel) e três localidades em Teresópolis (Santa Rita, Caleme e Granja Guarani). O bairro dos Três Picos, em Nova Friburgo, também já recebeu uma versão do curso e completa os casos influenciados pela rede. O artigo não irá se concentrar na apresentação de cada um dos casos de modo específico. Nosso foco está no funcionamento de um conceito que perpassa por todas as localidades mencionadas e podem ocorrer nos mais diversos casos, tendo, inclusive, desdobramentos nas redes sociais virtuais.

Para apresentação desse tema, considerado atual e de grande relevância para o desenvolvimento do turismo no Brasil, apresentamos no segundo item algumas considerações sobre as redes e as redes no campo do turismo e, no terceiro item, destacamos os desafios e as oportunidades desse modelo para o planejamento da atividade turística. Vale ressaltar que o turismo é fundamentalmente uma atividade que envolve redes, sua comercialização e estruturação dependem de diversos setores econômicos para funcionar, no entanto, o foco deste trabalho está na criação de novas redes de gestão e comercialização da atividade, que não estão posicionadas nas grandes redes de distribuição responsáveis por operar o turismo de massa.

Redes no campo do turismo

Para falarmos da cooperação e criação de redes precisamos entender as relações abstratas que existem entre as pessoas. Para Elias (1994), no seu livro “A sociedade dos indivíduos”, a sociedade pode ser pensada em termos de uma rede e está “em constante movimento, como um tecer e destecer ininterrupto das

ligações. É assim que efetivamente cresce o indivíduo, partindo de uma rede de pessoas que existiam antes dele para uma rede que ele ajuda a formar” (ELIAS, 1994, p. 35).

Cada indivíduo, ao estabelecer relações, participa de algo intangível, mas, em muitos casos, produzem materializações que se expressam na produção do espaço. O conceito de rede é complexo e aplicável a todos os ramos da atividade humana e, por isso, possui diferentes significados. Para Musso (2004), a rede é onipresente e onipotente em todas as disciplinas. Em seu texto “Filosofia da Rede”, o autor afirma que a rede é uma ligação entre membros que constituem uma unidade.

A proposta da organização em rede aparece com força em vários aspectos da vida em sociedades, assim como nas relações entre parentes. A família pode ser entendida como uma estrutura que se organiza em rede, pois os indivíduos encontram no convívio elementos que garantem uma vida significativa. Por meio da busca de relações significativas formamos redes de amigos, de times de futebol, de amigos, de instituições, etc. Todos esses grupos podem ser interpretados como uma estrutura em redes.

Uma das principais características da rede é sua capacidade de criar momentos significativos para os indivíduos que a compõem, criam-se, portanto, solidariedade entre iguais. Uma crítica deve-se ao fato de que solidariedade entre os iguais, entre pessoas que participam de um grupo de reconhecimento recíproco, é uma atitude mais simples do que nutrir um nível de solidariedade suficiente para lidar com redes de significados diferentes.

Viajando desde a mitologia com a tecelagem e o labirinto, passando pela antiguidade, com a medicina de Hipócrates, Musso (2000) apresenta várias metáforas para explicar o conceito de redes e, com base em Castells, define a rede como um conjunto de nós interconectados, na qual cada nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta e cada nó é um ponto de ligação para que as curvas existam.

Castells (1999, p. 02) faz referência à sociedade em rede e destaca que

O resultado foi a descoberta de uma nova estrutura social que estava se formando, que conceituei como sociedade em rede por ser constituída por redes em todas as dimensões fundamentais da organização e da prática social. Além disso, embora as redes sejam uma antiga forma de organização social na experiência humana, as tecnologias digitais de formação de redes, características da Era da Informação, alimentaram as redes sociais e organizacionais de formação de redes quanto à gestão da complexidade de redes acima de certa dimensão.

As redes são um meio através do qual se desenvolvem e se manifestam os diferentes tipos de fluxos, conforme o tipo de rede e seus nós e transformam as relações socioespaciais e territoriais, por isso, apresentam grande complexidade.

A complexidade, por sua vez, é caracterizada por relações não lineares. Trabalhamos, portanto, com a ideia de que as relações das redes, por exemplo, ocorrem de modo não linear, pois não é possível determinar exatamente qual o próximo nó que irá se formar devido às múltiplas variáveis existentes nesse processo. Para Tomaél (2005), o conceito de rede é uma estrutura não linear, descentralizada, flexível, dinâmica, sem limites definidos e auto-organizável, que se estabelece por relações horizontais de cooperação.

Musso (2004) compara o corpo humano a uma teia de aranha, dizendo que é como uma rede que se forma, cresce, se estende e lança milhares de fios imperceptíveis. Os fios estão em toda parte do corpo, não havendo um ponto único. Essa comparação remete à rede controlada por seu centro e submetendo a periferia, ou seja, basta se deslocar do centro à periferia como a aranha sobre a teia.

Sain-Simon estabeleceu que, quanto mais um corpo é organizado, mais ele tem ação sobre seu ambiente. Por analogia, ele afirma que, quanto mais uma sociedade está organizada, melhor ela é organizada e mais ação ela produz sobre a natureza: quanto mais sua organização interna é feita de redes, mais ela as estabelece sobre o território (MUSSO, 2004, p.15).

De acordo com Tomaél (2005), as redes estão em qualquer tipo de relacionamento e estão ligadas à natureza humana. Influenciam na organização dos espaços e nas relações de poder para determinar características importantes do território.

Se pensarmos nos relacionamentos que possuímos, percebemos como indivíduos levam-nos a outros indivíduos; fatores ou interesses levam-nos a outros indivíduos; e indivíduos levam-nos a interesses, geralmente, em comum. Nós construímos nossas próprias redes; nossos círculos pessoal e profissional comprovam que fatores ou interesses nos conectam a outras pessoas. Edgar Morin, em seu vídeo “A complexidade e Eu”, do canal do YouTube: Fronteiras do Pensamento, afirma que existem três aspectos para se tornar um indivíduo completo: o primeiro é o Eu da subjetividade, o egocentrismo, que se preocupa apenas com o interesse pessoal; o segundo é um antagonismo ao primeiro Eu, pois a necessidade de se envolver com o próximo aparece, o indivíduo passa de “eu” para “nós”; e o terceiro marca essa transição, liga o eu ao nós, unindo os indivíduos, transformando em um todo que podemos chamar de sociedade, como o filósofo afirma nesse mesmo vídeo: “não somente os indivíduos estão na sociedade, mas a sociedade está no interior deles. Não somente os indivíduos estão no espaço, mas o espaço está no interior deles”.

As relações no interior de uma rede podem ser pensadas de forma analítica, temos, portanto, redes nas quais as relações entre os participantes podem variar em seu grau de intensidade. Geralmente, quando o grau de intensidade é elevado, temos um “padrão de regulação” dos grupos muito bem definido. Em redes com menos regulação, ou seja, mais abertas, as relações ocorrem de maneira mais informal e não há nenhum tipo de obrigação mútua, apenas relações de confiança marcadas por interesses comuns. Reconhecemos que essa demarcação da intensidade das relações faz parte de uma concepção subjetiva, pois alguns indivíduos estão mais propícios a se dedicar à manutenção dos nós do que outros e isso é muito difícil de se medir, pelo menos antes da rede se consolidar.

Martim Buber em seu livro “Eu-Tu”, afirma que a palavra “eu” só faz sentido quando acompanhada da palavra “tu”. Tal concepção marca certa disposição dos indivíduos para viver em redes, em sociedade. Elias (1994), na mesma direção de Morin e Buber, destaca que cada pessoa só é capaz de dizer “eu” se e porque pode, ao mesmo tempo, dizer “nós”. Até mesmo a ideia “eu sou”, e mais ainda a ideia “eu penso”, “pressupõe a existência de outras pessoas e um convívio com elas” (ELIAS, 1994, p. 57).

A proposta das redes está diretamente relacionada à questão da formação de grupos que compartilham, minimamente, ideologias e políticas. No entanto, tais grupos, na visão de Latour (2012, p. 55), “não são coisas silenciosas, mas o produto provisório de um rumor constante feito por milhões de vozes contraditórias sobre o que vem a ser um grupo e quem pertence a ele”. Para Latour (2012, p. 49), “não há grupos, apenas formação de grupo”. Tal abordagem retira da proposta de formação de redes os aspectos ingênuos de que a formação de redes é a solução para todos os nossos problemas.

Assim como a ideia de comunidade, a rede é um ideal a ser alcançado e não algo concreto, preexistente, romantizado. Os “nós” das redes se fortalecem mediante atividades de interesse mútuo e reciprocidade. A solidariedade é o elo que unem pessoas para prestar serviços de qualidade, quando pensamos, por exemplo, nas experiências de produção e consumo no campo do turismo.

Dessa maneira é possível verificarmos que a rede gera abertura de novos caminhos. A rede nos permite também ultrapassar barreiras e limites à comunicação entre os continentes. Ela consegue unir povos através de sistemas de rápido e fácil acesso.

A rede permite a comunicação, a comunhão e a democratização pela circulação igualitária da informação e do conhecimento. A redução geográfica das distâncias físicas por intermédio das vias de comunicação significa redução das distâncias sociais, tem-se, portanto, uma chance de construirmos relações mais democráticas e significativas. Fato que afeta diretamente o trabalho de planejamento da atividade turística.

Em 2007, o Ministério do Turismo lançou, com o Plano Nacional de Turismo (PNT 2007-2010), o *Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil* (PRT 2007) com diversos cadernos, como “Promoção e apoio à Comercialização do Turismo”, e um deles a temática era “Formação de Redes” para descentralização dos roteiros turísticos visando à inclusão social, redistribuição dos lucros e fortalecimento de territórios.

Esse documento apresenta o conceito de rede da seguinte forma:

A organização em Rede tem enorme poder de promover a divulgação de informações e a troca de experiências de forma descentralizada. Essa estrutura e sua forma de organização induzem à colaboração, à cooperação, ao trabalho conjunto, à gestão compartilhada e à ação autônoma individual integrada a uma visão coletiva. [...] O processo se apoia justamente nessa propriedade especial das Redes, que é o fortalecimento das articulações. A aproximação e a troca de conhecimento entre os participantes fortalecem a ação local/regional, transformando, assim, uma iniciativa localizada numa prática disseminada, que se espalha para outros lugares, e cujos resultados ultrapassam os limites geográficos de um município, região, estado, ou país.” (BRASIL, p. 13)

O documento mostra como a descentralização pode ser uma solução para os impactos negativos que o turismo gera em destinos massificados, por exemplo. A disseminação da proposta seria entre as redes de cooperação de cada destino. Com o objetivo de “promover e apoiar a construção de relações e parcerias entre os diversos agentes envolvidos com a regionalização do turismo no Brasil, por meio da troca de experiências e informações, e de modo a contribuir para o desenvolvimento ordenado da atividade turística do país”, o PRT 2007 – Formação de redes, tentaria promover a conectividade, a criação de parcerias e a troca de informação.

Embora os resultados do PRT 2007 não tenham sido divulgados, talvez por falta de monitoramento ou transparência, em 2013 o Ministério do Turismo divulgou as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo 2013-2016, com foco no monitoramento e descentralização dos destinos turísticos, mas com mais clareza sobre as responsabilidades do governo em âmbitos nacionais, estaduais e municipais.

A ideia de regionalizar com formação de redes é fundamental para o Brasil, país multicultural, contudo, sabemos das dificuldades e barreiras que o turismo sofre por falta de planejamento e falhas na gestão. No entanto, a disseminação dessa ideia pode induzir pessoas a formarem suas próprias redes, consolidando seus próprios territórios.

A necessidade, a busca e o uso da informação fazem com que a rede social seja um importante recurso profissional e pessoal, pois as redes “são virtuais, mas também reais, são técnicas, mas também sociais, portanto, são por vezes estáveis, mas também dinâmicas” (ACIOLI, 2007, p. 23), sendo

influenciada pelo seu contexto e esse por ela. [...] A interação constante ocasiona mudanças estruturais e, em relação às interações em que a troca é a informação, a mudança estrutural que pode ser percebida é a do conhecimento, maior será nosso estoque de informação, e é esse o poliedro de significados que inserimos as redes sociais. (TOMÁ-ÉL, 2005, p. 15)

As redes são formas de unir objetivos comuns por meio de pequenos elos. O reconhecimento da importância das redes é um agente facilitador para compreensão dos processos de mobilização, como também dos “caminhos” percorridos pelas informações desses movimentos. Redes consolidadas geram autovalorização e fazem com que os conhecimentos contribuam para o desenvolvimento da atividade turística.

As dinâmicas das redes no campo do turismo

Nesse item decidimos enumerar quais as potencialidades e dificuldades do trabalho em redes. Focando nas dinâmicas e transformações da rede Brasilidade Solidária, começamos analisando o desejo dos indivíduos de serem reconhecidos como parte do grupo, mas, ao mesmo tempo, de serem reconhecidos enquanto sujeitos individuais. Da arte de combinar esses dois elementos depende o sucesso de uma rede.

- Disputas e divergências

Em um dos casos trabalhados pela rede constatamos problemas devido ao uso ou não de logomarcas em convites para realização de mutirões. Todos queriam estar presentes, mesmo aqueles que pouco se envolveram na atividade. A rede, de alguma forma, tornou-se uma vitrine para instituições e projetos e provocou disputas entre seus membros.

Constatamos certa concorrência para saber quem indicaria as melhores diretrizes a serem seguidas nos trabalhos dos mutirões. Realizamos quatro mutirões, três no “Mirante da Colina” (importante ponto turístico do município de Teresópolis), no qual promovemos uma revitalização (limpeza, pintura e plantio) e um na Praça Taumaturgo, com plantio de hortaliças, também em Teresópolis. Pessoas que em algum ponto conversam e ajudam a compor uma rede, acabam divergindo em suas posições políticas, principalmente quando algumas delas ligam-se aos poderes constituídos, tanto econômicos quanto políticos. Gera-se um conflito de interesse.

Com o passar do tempo houve uma diminuição na capacidade de mobilização do grupo que participou dos mutirões. Assim como propõe Mafessoli (1998), junção e dispersão fazem parte da configuração atual dos movimentos sociais. Nesse ponto dialogamos também com Bauman (2007), quando apresenta a categoria da “liquidez” para pensar as relações sociais no mundo contemporâneo.

Em se tratando dos mutirões, o fator midiático teve papel decisivo na coesão ou dissolução do grupo, vejamos alguns fatos: no segundo encontro dois veículos de comunicação do município de Teresópolis fizeram a cobertura e, por esse motivo, no terceiro encontro as ações ganharam uma adesão maior de entidades organizadas, mostrando uma capacidade de crescimento. Por outro lado, a exibição na mídia local promoveu certo grau de estranhamento entre os participantes da ação, pois alguns acusavam que determinadas pessoas estavam querendo “se aparecer” mais do que outras.

Devido à grande exposição na mídia local, constatamos um grande risco dos trabalhos da rede serem apropriados indevidamente por partidos políticos ou por pessoas que pretendem candidatar-se a algum cargo político.

- Indicações e não linearidades

Outro ponto que merece destaque é a indicação de referências, pois dela depende o crescimento da rede, no caso da rede Brasilidade Solidária esse é o principal mecanismo para o aumento de sua influência. Todas as ações da rede ocorrem a partir da indicação. Receber uma indicação é fundamental para que o processo de desenvolvimento turístico tenha continuidade. O trabalho torna-se muito mais eficaz quando ocorre uma indicação. O processo ganha maior credibilidade no território. Existe uma grande diferença entre ser indicado e oferecer os serviços.

Um fato interessante é que, em alguns casos, as pessoas que fazem a indicação, ou seja, que dão início à relação com a rede, saem de cena, deixam de estar à frente das negociações, das diretrizes tomadas para o desenvolvimento do turismo. Constatamos, portanto, que a rede está inserida em um campo de múltiplas possibilidades e que a tentativa de um controle excessivo acaba comprometendo sua espontaneidade, sua não linearidade e imprevisibilidade. Trabalhar em redes é trabalhar com o imprevisível.

- Rede e Política

Trabalhar em rede é trabalhar no campo da política, visto isso, torna-se difícil pensar em uma rede muito grande, pois uma rede muito grande acabaria minando a própria força que a criou, sua capacidade de pensar com autonomia e inovação; redes muito grandes correm o risco de eliminar a diversidade e pasteurizar o conhecimento.

As pequenas redes formam elos de ligação entre ideias, fato que garante a autonomia de uma rede, bem como sua originalidade, além do reconhecimento advindo do reconhecimento recíproco, afinal, a proposta filosófica das redes está baseada nos valores da solidariedade, se não for dessa forma, talvez não faça sentido utilizar o termo “redes” para se referir a uma organização da sociedade, pois todas as organizações humanas poderiam utilizar tais nomenclaturas.

Nesse ponto faremos uma crítica à execução da proposta de formação de redes por meio dos entes federativos brasileiros, que, em alguns casos, atuam de forma centralizadora. São propostas novas redes, mas elas se fecham e apresentam dificuldades para formação de redes com diversas instituições importantes, pois trabalham com o pressuposto de redes nas quais os participantes precisam se submeter a critérios muito rigorosos, em vez do reconhecimento e aproveitamento dos trabalhos de redes menores. Nesse cenário, ocorrem trabalhos sobrepostos. Os órgãos públicos precisam mapear as experiências de redes, dar visibilidade para elas e não apenas fomentar uma rede e dar subsídios para que elas cresçam indiscriminadamente.

- Redes sociais virtuais

As redes sociais virtuais são essenciais, tanto para organização e gestão da atividade turística quanto para sua comercialização. Atualmente a rede Brasilidade Solidária influencia dois grupos nas redes sociais virtuais. O primeiro, denominamos de “Turismo solidário em Barra de Guaratiba”. Esse grupo conta com 89 membros.

Iniciamos os trabalhos em Barra de Guaratiba e Pedra de Guaratiba, a partir de um curso de extensão universitária da UERJ e da realização de um documentário etnográfico denominado “Guaratiba Solidária” (https://www.youtube.com/watch?v=pSg6eedujfQ&index=2&list=PLAFB_IfpPfb9yjpN2_m_etYEcyDA-brwvn). Foram realizadas diversas reuniões e atualmente produzimos um livro de receitas com bases antropológicas na região.

A formação de redes procura ser potencializada por meio da tentativa de dar visibilidade para pessoas que tendem a ter suas vozes silenciadas pelo aparato de comunicação hegemônico, e as redes sociais virtuais são imprescindíveis para que isso ocorra.

O segundo grupo nas redes sociais virtuais denominamos de “Turismo solidário em Teresópolis” e possui 153 membros. O trabalho em Teresópolis-RJ vem sendo concretizado depois da realização de um curso de extensão universitária no município.

Atualmente trabalhamos com o roteiro “Turismo solidário em Santa Rita”, que está sendo promovido por um grupo que concluiu o curso. O roteiro demonstra a força do trabalho organizado em rede, pois sua concretização envolve uma grande trama de variáveis, como, por exemplo: a preparação dos sítios que vendem produtos orgânicos, a preparação do sítio para receber os turistas, os monitores que precisam captar os visitantes, os processos para garantir um transporte adequado, a qualidade das informações transmitidas e os pontos a serem visitados. Essas características do produto fazem dele um agregador de diversos tipos de saberes e pessoas, temos, portanto, na formação de redes as possibilidades para enriquecer cada vez mais os produtos, pois à medida que a troca de informações ocorre, tanto entre os proponentes do turismo, como entre eles e os turistas, o capital simbólico da atividade turística aumenta gradativamente.

- Rede e visibilidade

O trabalho de Santa Rita mostra as potencialidades promovidas pela rede no sentido de dar visibilidade às ações e gerar frutos até então inimagináveis antes dos encontros pautados no reconhecimento recíproco.

Depois de ter reclamado da dificuldade de escoar sua produção, um proprietário, que recebe visitantes em seu sítio por meio do roteiro “Turismo Solidário em Santa Rita”, começou a fazer suas entregas às quartas-feiras para um grupo de compras coletivas formado por pessoas que conheceram a horta. Novamente vimos um novo elo se formando. Constatamos, nesse fato, que o trabalho em redes, no viés do turismo solidário, ajudou os negócios sustentáveis a ganharem maior visibilidade.

O trabalho no Morro do Borel demonstra como as redes têm um papel importante para a promoção do turismo nas favelas cariocas, a partir do envolvimento dos moradores locais, e ilustra, também, os processos não lineares e as dinâmicas de formação de redes.

O trabalho da rede Brasilidade Solidária no Borel começa com a iniciativa de uma moradora de acompanhar nosso trabalho no Complexo do Alemão (primeiro caso de turismo influenciado pela rede). Depois desse dia, o vínculo com a moradora se fortaleceu e fizemos uma visita para (re)conhecermos as potencialidades turísticas do Morro do Borel. Decidimos realizar um curso de extensão na localidade. Formamos nove moradores e eles deram início ao roteiro “Borel Tour: tradição e vivência no morro carioca”, que pode ser visualizado no canal Retrato Brasil, no portal da rede Brasilidade Solidária.

Os moradores do Morro do Borel já receberam alguns grupos de turistas. O roteiro já foi realizado, inclusive, por um grupo de estudantes do curso de Geografia da Unicamp. No entanto, não estão conseguindo fazer o roteiro com certa regularidade.

Atualmente, alguns moradores do Morro estão trabalhando com proposta de ecoturismo no Parque Nacional da Tijuca. Desta vez, o roteiro está sendo pensado por moradores que fizeram o curso e outros que não fizeram. Um professor do Departamento de Turismo da UERJ que se interessou pela proposta está acompanhando essa ação.

O formato do trabalho no Borel talvez seja um exemplo de como manter um projeto ativo, mesmo quando pessoas que começaram o processo deixaram de participar. É um bom exemplo do funcionamento da rede como uma organização que, por meio da troca de informações e da solidariedade entre os membros, permite que o processo avance, sem que percamos a linha central, nesse caso, o turismo como um instrumento de reflexão crítica sobre a vida nas favelas cariocas.

A questão do reconhecimento ou não dos indivíduos, ou melhor, do sentimento de ser ou não reconhecidos no seio de um grupo volta novamente como eixo central das tentativas de tecer redes de colaboração para planejamento e organização do turismo e dela depende a “densidade da rede”.

Densidade da rede

As densidades das relações sociais na rede variam quanto à intensidade dos encontros entre indivíduos, pois em alguns momentos conseguimos reunir um grande número de pessoas. No entanto, depois de certo tempo, as relações permaneceram fortes apenas entre um grupo reduzido de indivíduos.

Entretanto, vale ressaltar, que é muito difícil determinar o grau de influência da rede nos trabalhos cotidianos das pessoas ou nas instituições que pouco se relacionaram entre si.

A rede Brasilidade Solidária é mais uma aposta de trabalhos em redes do que uma rede consolidada com alto grau de regulação por meio de normas e “leis”, apesar de ter nos “6Vs do turismo solidário” suas diretrizes de atuação (FORTUNATO; NEFFA, 2014).

As relações e os vínculos ocorrem de forma informal e espontânea, e a visibilidade dada aos “simpaticizantes” da rede para os seus projetos, tanto por meio de matérias jornalísticas como por meio de documentários etnográficos, contribui para que se consolidem relações de confiança.

Considerações: uma aposta na diversidade

Os trabalhos da rede Brasilidade Solidária (www.brasilidadesolidaria.com.br) estão envoltos por uma gama de variáveis, o que torna a manutenção e o crescimento da rede uma tarefa complexa, pois nossos trabalhos cotidianos ocorrem com indivíduos e indivíduos estão sujeitos a alterações de humor, valores, ideologias, filosofia de vida, personalidade e crenças, portanto, é preciso uma grande atenção à questão do respeito à diversidade.

Um dos principais pilares da rede é o trabalho com objetivos comuns, com um grupo que pensa de modo semelhante, mas semelhante não quer dizer igual e é justamente nos espaços de diversidade que se encontram os elementos capazes de proporcionar transformações significativas no interior de uma rede. Apostamos nos diálogos e nas convergências.

No trabalho em rede pretendemos construir novas formas de organização na sociedade contemporânea, pois tal modelo oferece certo grau de autonomia e emancipação aos indivíduos, na medida em que esses indivíduos trocam informações relevantes independentemente das instituições que possuem “maior poder” para realizar tais construções, como o Estado e o capital financeiro. As redes, portanto, podem ser pensadas como formas alternativas de organização popular a partir de novas lógicas. Santos (2002) faz referência a uma lógica do Sul, na qual poderíamos encontrar modos de vida que ofereçam um contraponto ao “*status quo*”, apostando em uma lógica pautada na solidariedade e no reconhecimento recíproco.

No entanto, vale ressaltar que estamos imersos na cultura da reprodução do capital pautado no consumo, fato que produz relações humanas pautadas em objetos. Um modelo que “atrofia” tudo que é humano. Por outro lado, relações de dádiva aparecem como estruturantes do comportamento dos indivíduos em sociedade, nos quais se baseiam no dar-receber-retribuir (MOUSS, 1974).

Honneth (2003) traz a questão do reconhecimento recíproco e advoga a favor do reconhecimento segundo a legislação, no amor e na solidariedade. Temos, portanto, dois grandes campos distintos de interpretação da sociedade contemporânea: uma oferece mais impulsos para divisão; outro para aproximação. Em um quadro com tendência a divisão, promovemos a criação de redes entre iguais, fechadas ideológica e politicamente ao diálogo. Propomos redes abertas, pequenas redes, que se conectam a outras pequenas redes.

No quadro com tendências para o viver juntos, baseados em relações do tipo Eu-Tu e dialógicas (BUBER, 2001) existe uma possibilidade maior de pensarmos redes baseadas na diversidade e nas potencialidades dos encontros. Assim como nos apresenta Boaventura de Souza Santos (2000), que propõe um manifesto contra a experiência desperdiçada.

Redes de colaboração no campo do turismo podem oferecer aos destinos e produtos turísticos um grande diferencial no mercado, na medida em que confiam na importância do diálogo e dos encontros como oportunidades de inovação e constante aprendizado.

O resultado do trabalho em redes no campo do turismo apresenta uma sinergia advinda das conexões da rede. Criam-se elementos que emergem do encontro com a diversidade e que não poderiam se fazer presentes sem a conexão. Surge a inovação fruto da sinergia. A organização do todo possui qualidades ou propriedades novas em relação às partes isoladamente (MORIN, 2013).

As redes aproximam pessoas no campo e nas cidades, nos grandes centros urbanos e mantêm a utopia dos movimentos coletivos em permanente transformação. Acreditamos que os avanços na construção de redes estão intimamente relacionados à tentativa de tentar ceder menos ao impulso de nos diferenciarmos e mais aos nossos impulsos de vivermos juntos e nos reconhecermos no outro para compartilharmos nossa humanidade comum, em um caminho aberto e evolutivo.

Referências

- ACIOLI, S. **Redes sociais e teoria social**: revendo os fundamentos dos conceitos. Londrina, v. 12, n. esp., 2007.
- BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 2010. p. 171-204.
- BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo – **Roteiros do Brasil**: formação de redes. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, 55p. 2007.
- BUBER, M. **Eu e tu**. São Paulo: Centauro, 2001.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. A Era da Informática: economia, sociedade e cultura. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Vida, 1999.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FORTUNATO, R. A.; NEFFA, E. M. Abordagem Complexa e Desenvolvimento Local por meio do Turismo Solidário: o caso da rede “Brasilidade Solidária”. **Turismo em Análise**, v. 25, n. 1, p. 51-74, 2014.
- HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- LATour, B. **Reagregando o Social**. Bauru, SP: Edusc/Salvador, BA: EDUFBA, 2012.
- MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo na sociedade de massa. Coleção Ensaio & Teoria. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2. ed., 1998.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e Antropologia**, v. II. São Paulo: Edusp, 1974.
- MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- MUSSO, P. A Filosofia da Rede. In: PARENTE, A. (Org.). **Tramas da Rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Editora Sulina, 1. ed., 2004.
- REDE BRASILIDADE SOLIDÁRIA. Disponível em: <www.brasilidadesolidaria.com.br>. Acesso em: 11 nov. 2015.
- SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. Para uma sociologia das ausências e das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, p. 237-280, 2002.
- TOMAÉL, M. I; ALCARÁ, A. R; DI CHIARA, I. G. Das redes sociais à inovação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 34, n. 2, p. 93-104, maio/ago, 2005.

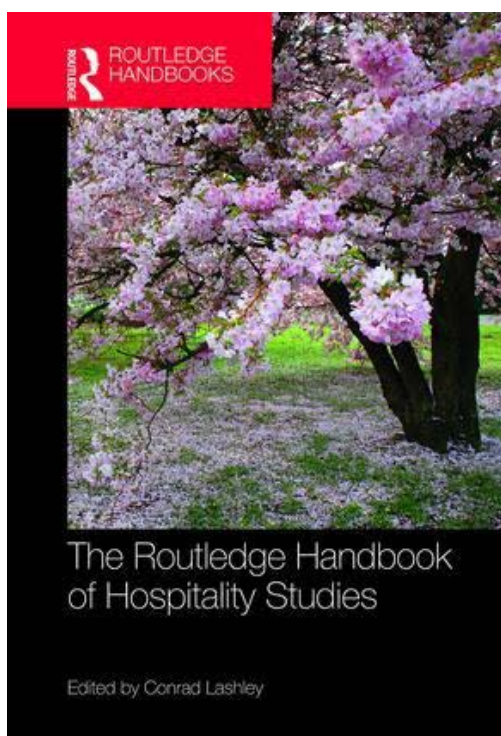
Manual de hospitalidade, na prática:

resenha do livro *The Routledge Handbook of Hospitality Studies* de Conrad Lashley

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1411>

Ana Paula Garcia Spolon <anapaulaspolon@gmail.com >

Docente e pesquisadora para as áreas de Hospitalidade e Estudos Urbanos, junto à Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.



LASHLEY, Conrad (ed). *The Routledge Handbook of Hospitality Studies*. New York: Routledge, 2017. 442 p. ISBN: 9781138931121.

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

SPOLON, A. P. G.; Manual de hospitalidade, na prática: resenha do livro *The Routledge Handbook of Hospitality Studies* de Conrad Lashley. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 203-210, dez. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



Gosto sempre de me lembrar dessa história. Era 2010 e eu iria à Europa para um congresso. Havia sido convidada por Eduardo Sanovicz, por recomendação do Marcelo Vilela de Almeida, para participar do grupo que traduziu e adaptou publicações internacionais da Elsevier para o contexto brasileiro e a mim tinha cabido uma obra sobre hospitalidade. Quis traduzir Conrad Lashley. No portfólio da editora constavam sete títulos dele, entre os quais *In search of hospitality: theoretical perspectives and debates*, de 2000, que eu havia conhecido em 2004 a partir da tradução realizada pela Manole.

A Elsevier brasileira nos orientava a escolher obras mais voltadas para a realidade do mercado, em função do objetivo do projeto, que era, nas palavras de Sanovicz, construir “uma coleção de livros técnicos, [...] um diálogo entre autores estrangeiros e autores nacionais, [...] que começam a apresentar o que há de mais inovador ao redor do mundo [...]. A coleção abre espaço para a divulgação de uma produção intelectual de autores jovens brasileiros” (MASETTO, 2011, *online*).

Escolhi o livro *Hospitality retail management*, um guia com orientações para a gestão de pequenos negócios de hospitalidade. Aprovada a escolha pela editora, comecei a tomar consciência da responsabilidade que havia assumido e pensei em aproveitar a viagem acadêmica para conversar – eventualmente, se possível fosse – com o autor, a fim de obter dele as recomendações para tratamento do texto, adaptação dos estudos de caso e exemplos e garantia (ou tentativa) de manutenção dos objetivos primeiros da obra que, afinal de contas, haviam sido definidos por ele.

Enviei um *email* para um endereço aberto da Universidade de Nottingham pedindo a oportunidade de nos encontrarmos e conversarmos a respeito da tradução. E devo confessar que não esperava receber resposta, simplesmente por estar muito acostumada a procurar professores, pesquisadores e estudiosos brasileiros e, muitas, muitas vezes, não receber deles retorno algum. A vaidade individual e o isolacionismo, na academia, são mesmo (e ainda) como que pecados capitais.

Mas, contrariando minhas parcas expectativas, recebi uma resposta dois dias depois. Conrad Lashley propunha encontrarmos-nos na British Library em uma segunda feira chuvosa, 29 de junho. Adiantei-me para chegar antes e logo veio ele, com andar compassado e rosto sereno e simpático, carregando uma mochila pesada. Fez questão de pagar o almoço, conversamos, ele contou histórias, quis ouvir sobre mim e meu trabalho e, ao final, perguntou: “E para você, o que é hospitalidade”? Por óbvio, fugi da resposta.

Ao final do encontro, despedimo-nos e antes de ele sair para a estação St. Pancras, entregou-me a tal bolsa. Abraçou-me, desejou-me uma boa estada em Londres e se foi. Ele havia viajado horas para me encontrar na capital inglesa, desde Nottingham, onde morava. Surpreendente. Fiquei parada na Euston Rd., encantada, com a bolsa na mão. Caminhei alguns metros e entrei na Starbucks. Comprei um café, sentei-me e, curiosa, abri o zíper da sacola. Lá dentro estavam nove livros de autoria de Conrad Lashley.

Em 15 de julho de 2011 foi lançada a Coleção Eduardo Sanovicz, durante a sexta edição do Salão do Turismo Roteiros do Brasil, em São Paulo. Neste dia, muito mais por questões legais do que técnicas, tornei-me co-autora de um livro com Conrad Lashley. É claro que tenho a mais absoluta consciência de que minha colaboração para a edição brasileira do livro é pequena e se limita à adaptação dos estudos de caso e exemplos para a realidade brasileira. Somente por acaso é que também traduzi o conteúdo. E foi só. Para mim, é muito. Será sempre.

Nos anos seguintes, continuamos a conversar por *e-mail* e sempre me surpreendeu a postura do professor de promover de fato o diálogo. Ele se interessava pelo Brasil, por saber como vínhamos

estudando hospitalidade, por ouvir meus relatos muitas vezes feitos com um inglês precário, cheio de erros. Isso nunca foi problema para ele.

Em 2013, morando em Barcelona para a realização de um programa de pós-doutoramento, tive a oportunidade de realizar uma visita a Nottingham. Fomos, meu marido e eu, recebidos por Conrad na estação, sem que ele nos desse a chance de recusar o convite para hospedarmo-nos na casa aconchegante e simples que ele então dividia com a esposa Nicola. Foram três dias encantadores. Contamos muitas histórias, ouvimos outras tantas, compartilhamos a mesa, alegrias e projetos. Passeamos pela terra de Robin Hood e caminhamos à beira-rio, imersos em intermináveis conversas. E nos separamos com o desejo de organizar um evento que reunisse pesquisadores britânicos e brasileiros dedicados à hospitalidade, o que aconteceu em dezembro de 2014 e é narrado na edição de número 5(1), de abril de 2015, da *Research in Hospitality Management* e na Edição Especial de maio de 2015 da *Revista Hospitalidade*¹, que tive o prazer de editar. Neste encontro, ao conhecer o escritório do Prof. Lashley, notei nas estantes que havia poucos livros dele em autoria individual. A maioria dos títulos assinados por ele é compartilhada com outros autores. Perguntei a ele se sempre tivera esse hábito de escrever com outras pessoas e o que pensava disso e ele me respondeu: “Junto é sempre melhor”.

É no editorial no primeiro número da revista científica *Hospitality & Society*², lançada em 2011 por um grupo de pesquisadores britânicos, que Conrad Lashey (o nome dele em último lugar), junto com Paul Lynch, Jennie Germann Molz, Alison McIntosh e Peter Lugosi, fala sobre a interação limitada entre pesquisadores que se dedicam à hospitalidade, bem como sobre a falta de conexão entre a academia e o mercado. Os autores criticam o distanciamento característico do mundo acadêmico e dizem que a ausência dessa colaboração entre pares traduz exatamente a perda da oportunidade de atribuição de relevante significado ao tema da hospitalidade e de sua inserção em muitas das questões sociais, culturais e políticas do nosso tempo.

Para Lynch, Molz, McIntosh, Lugosi e Lashley (2011, p. 4), “um dos problemas com o estado atual dos estudos de hospitalidade é que diferentes disciplinas e setores falam da hospitalidade de diferentes formas”. Na opinião dos autores, surgiram muitos estudos sobre o tema, mas ainda não há uma definição consensual do que seja hospitalidade, assim como não há um quadro referencial teórico que possa ser dado como comum a todas as áreas que tratam do tema. E não é preciso que os haja. Dizem eles que o debate é que deve continuar, no sentido de continuarmos buscando respostas para diversas perguntas: o que é hospitalidade, qual é o significado deste conceito, o que devemos estudar, como devemos praticá-la, como abordar o tema pela perspectiva crítica?

Os autores concluem o editorial dizendo que o estudo da hospitalidade tem sido, até agora, fragmentado, realizado por diferentes comunidades de pesquisadores de acordo com seus próprios parâmetros institucionais (associações temáticas, conferências e revistas) e interações locais (LYNCH, MOLZ, MCINTOSH, LUGOSI, LASHLEY, 2011). Com base nessa assertiva é que os autores propõem a quebra de barreiras e o acolhimento de novas ideias (hospitalidade do conhecimento), nos termos do proposto por Phipps and Barnett (2007): o exercício pleno da hospitalidade acadêmica.

¹ Os números de ambas as revistas estão disponíveis na íntegra em <http://www.ajol.info/index.php/rhm/issue/view/14463> e <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/issue/view/63>.

² *Hospitality & Society*. 2011. Intellect Ltd. English Language. ISSN: 2042-7913. URL: <http://www.intellectbooks.co.uk/journals/view-Journal,id=194/>.

É dando cumprimento a este propósito que Conrad Lashley assume, em 2015, desta vez sozinho, o hercúleo objetivo de reunir 34 autores espalhados por todo o mundo, para escrever sobre hospitalidade, desta vez tendo como perspectiva norteadora quatro eixos, a saber, (a) estudos disciplinares sobre hospitalidade, com o objetivo de pensar sobre o corpus teórico e os procedimentos metodológicos usados por cada área de conhecimento no tratamento do tema da hospitalidade, (b) experiências de hospitalidade, com o fim de analisar narrativas, vivências, práticas sociais e expressões da hospitalidade no mundo contemporâneo, (c) a hospitalidade no tempo e no espaço, seção que registra experiências de hospitalidade na história e nas culturas e (d) a hospitalidade vista desde a perspectiva da sustentabilidade.

Questionei-o sobre por que motivo, desta vez, optava por organizar sozinho o *The Routledge Handbook of Hospitality Studies*, obra de 442 páginas, com um espectro tão amplo de temas, autores, gerações, epistemes, culturas e marcos temporais. Respondeu-me que este era o maior desafio editorial até hoje experimentado por ele e que não seria justo imputar a outros os riscos a que ele mesmo se havia exposto, por vontade própria.

Ele me procurou em março de 2015, dizendo que esta obra precisaria contar com a colaboração de brasileiros, que ele gostaria que eu convidasse. Eventualmente, eles poderiam contar histórias que não fossem tão comuns e que ajudassem o leitor estrangeiro a perceberem um Brasil que não é o dos cartões-postais e dos grandes eventos.

Esta tônica seria dada a toda a obra e o pedido seria feito a todos os autores de outros continentes: que olhássemos para nossas realidades procurando retratá-las de um jeito distinto do retratado pelo senso comum, buscando uma hospitalidade implícita, circunscrita nas entrelinhas, escondida atrás das portas, esquecida nas sombras.

Era a tentativa de atender ao disposto por Lashley, Lynch e Morrison na introdução de *Hospitality: a social lens*, publicado em 2007. No texto, os autores, ao reconhecer o movimento de expansão dos estudos de hospitalidade, em âmbito mundial, nos dez anos desde 1997 (quando pela primeira vez se reuniu o chamado grupo de Nottingham, dando origem à coletânea *In search...*), destacavam o amadurecimento da área de conhecimento, o avanço intelectual, a amplitude dos estudos e o aumento no número de pesquisadores dedicados ao tema, mas apontavam a necessidade do desenvolvimento de estudos mais críticos, desde espectros mais amplos. Era preciso romper as barreiras linguísticas, geográficas e culturais dos estudos de hospitalidade, buscando a essência da hospitalidade nos mais distintos e distantes espaços acadêmicos. Era preciso exercitar de fato a hospitalidade acadêmica referenciada por Phipps e Barnett (2007) e também vencer a ignorância epistêmica nos termos propostos por Kuokannen (2003, 2008). Compreendemos o proposto pela autora interpretando que

embora a academia seja o espaço relacional em que existem as condições mais adequadas para a integração e compartilhamento de ideias, as práticas acadêmicas soem vincular-se a tradições intelectuais e abordagens epistêmicas hegemônicas que, em uma situação limite (e bastante comum) pode conduzir à ignorância epistêmica, ou à condição em que pesquisadores se mantêm presos a conceitos que julgam superiores ou sacralizados, abstenendo-se de conhecer e absorver saberes que não os de seu domínio (SPOLON, PANOSSO NETTO, BAPTISTA, 2015, p. 211).

Entendemos que Conrad Lashley acaba de dar um primeiro e gigantesco passo no sentido de vencer esses desafios. O pesquisador demonstra, neste seu mais recente trabalho de edição, enorme respeito por acadêmicos espalhados pelo mundo, por seus diferentes pontos de vista, pelas culturas expostas em seus textos, em histórias simples e, ao mesmo tempo, profundas. E esta postura respeitosa pode ser claramente identificada na lista de conteúdos do recém-lançado *The Routledge Handbook of Hospitality Studies*.

Em sua experiência, Conrad Lashley mostra ainda o quanto está, nesta altura da vida, livre da “tirania da relevância” criticada por ele mesmo (LASHLEY, 2015), dedicando-se a assumir, como editor, a divulgação de pesquisas que não estão voltadas para assuntos que estejam em evidência, mas para diferentes pontos de vista, temas inovadores e perspectivas inesperadas, muitas vezes dadas por autores jovens e desconhecidos. Com isso, atende, de fato, ao sugerido por Boterill (2004), que apontava já em 2000 a necessidade de olharmos para fora, de não nos fecharmos em nós mesmos ou nos muros institucionais a que estamos vinculados. Para ele “tal reação de se voltar para dentro seria contraproducente para o futuro da pesquisa da hospitalidade” (BOTERILL, 2004, p. 275). O autor diz:

[...] afirmo, vivendo muito próximo do desconforto da incerteza e olhando para fora em busca de soluções, os pesquisadores da hospitalidade podem começar a se reposicionar em relação à comunidade da ciência social mais ampla. Em vez de depender dessa comunidade no que se refere à segurança e à legitimidade, o convite é para que imaginem que a atual pesquisa da hospitalidade pode contribuir na busca de uma melhor solução epistemológica e de uma voz científica social mais vigorosa na sociedade.

Em minha leitura, Lashley atende a este convite e, pela pena firme e destemida pena de 34 colegas, apresenta textos que nos desafiam a rever nossas posturas enquanto pesquisadores, com a coragem de dar a público nosso pensamento e de iniciar diálogos e debates que somente servirão para nos levar a todos nós mais adiante em nosso caminho rumo ao fortalecimento e amadurecimento dos estudos em hospitalidade.

Em que pese o objetivo de uma resenha ser apresentar o conteúdo de um livro, detalhar cada um dos textos que compõem o *The Routledge Handbook of Hospitality Studies* seria uma tarefa impossível em um momento tão próximo de seu lançamento, simultâneo nos Estados Unidos e na Europa, mas em atraso no Brasil, onde, como estamos acostumados a ver, as boas obras científicas demoram um pouco a chegar. Além disso, tiraria a surpresa de uma leitura que acredito verdadeiramente prazerosa. *Spoiler* literário. Chato. Limito-me, por isso, a apresentar os textos em blocos, buscando incitar a curiosidade de potenciais leitores.

Para brasileiros, conhecer o conteúdo a fundo impõe ainda alguns desafios. Um deles é de natureza econômica: o livro físico custa a partir de US\$ 136,40 por envio por diversos distribuidores de *e-commerce* (este valor mais baixo é dado pela Basís International e não inclui despesas de importação). Pela Amazon, sai por US\$ 192,00 em versão eletrônica para Kindle e por US\$ 240,00 na versão física em capa dura. Jogo duro. A Livraria Cultura já opera a venda do exemplar eletrônico. Por R\$ 701, 29. Em promoção. Dá para pagar em dez vezes.

Depois do choque monetário, vem ainda o desafio linguístico. Sim, esses preços são para a versão em inglês e esperar por uma tradução pode ser o equivalente a abrir mão da leitura. A única obra relevante da área de hospitalidade em inglês a ser traduzida para o português foi exatamente o primeiro livro sobre o tema, editado por Lashley e Morrison em 2000 e traduzido por aqui em 2004. Em francês, só o famoso *De l'hospitalité*, escrito por Anne Dufourmantelle e Jacques Derrida em 1997 e traduzido por cá, pela Escuta, em 2003. Depois veio a tradução do *Le Livre de l'hospitalité: accueil de l'étranger dans l'histoire et les cultures* (MONTANDON, 2004), traduzido pela Editora SENAC em 2011. Fora isso, mais nada. E seguimos trabalhando o tema de maneira indireta, por *apud* das poucas pessoas que leem os originais mundo afora e nos dão esses conteúdos a conhecer, via sua própria produção. Triste. Podemos torcer para que este cenário mude. Não creio. Ficamos, por ora, com pitadas do que, em terras anglófonas, já está na estante.

A primeira seção do livro organizado por Conrad Lashley traz interpretações disciplinares do conceito de hospitalidade, dadas por autores vindos da Sociologia, da Geografia, da Filosofia, da Psicologia, da Teologia, dos Negócios e da Linguística, em ensaios que tratam dos fundamentos da relação entre anfitriões e hóspedes e também entre comunidades e visitantes, entre empregadores e empregados, tratando da troca, de pertencimento, de laços sociais, de questões de gênero, de economia colaborativa e de práticas sociais ancestrais e de práticas discursivas.

Na segunda seção, são apresentadas experiências de hospitalidade no âmbito do consumo de produtos e serviços e também no ambiente laboral, nos contextos dos movimentos migratórios e da construção da identidade no turismo comunitário. A própria literatura serve como pano de fundo para a análise da hospitalidade pelo viés do racismo, na obra *Adventures of Huckleberry Finn*, de Mark Twain.

A terceira seção do livro traz ensaios que abordam a hospitalidade em lugares ou em tempos determinados, indo desde estudos sobre colheita e caça no continente africano até a hospitalidade dada pela intimidade, em motéis e no entretenimento urbano oferecido aos turistas nas grandes cidades brasileiras. Passa-se ainda por discussões sobre a cerimônia ritualística do *potlatch* nas tribos indígenas da América do Norte, pela hospitalidade dada nos leprosários e hospedarias de imigrantes do século XIX e sobre a filoxenia (ou a generosidade espiritual grega) no Monte Athos, a montanha sagrada.

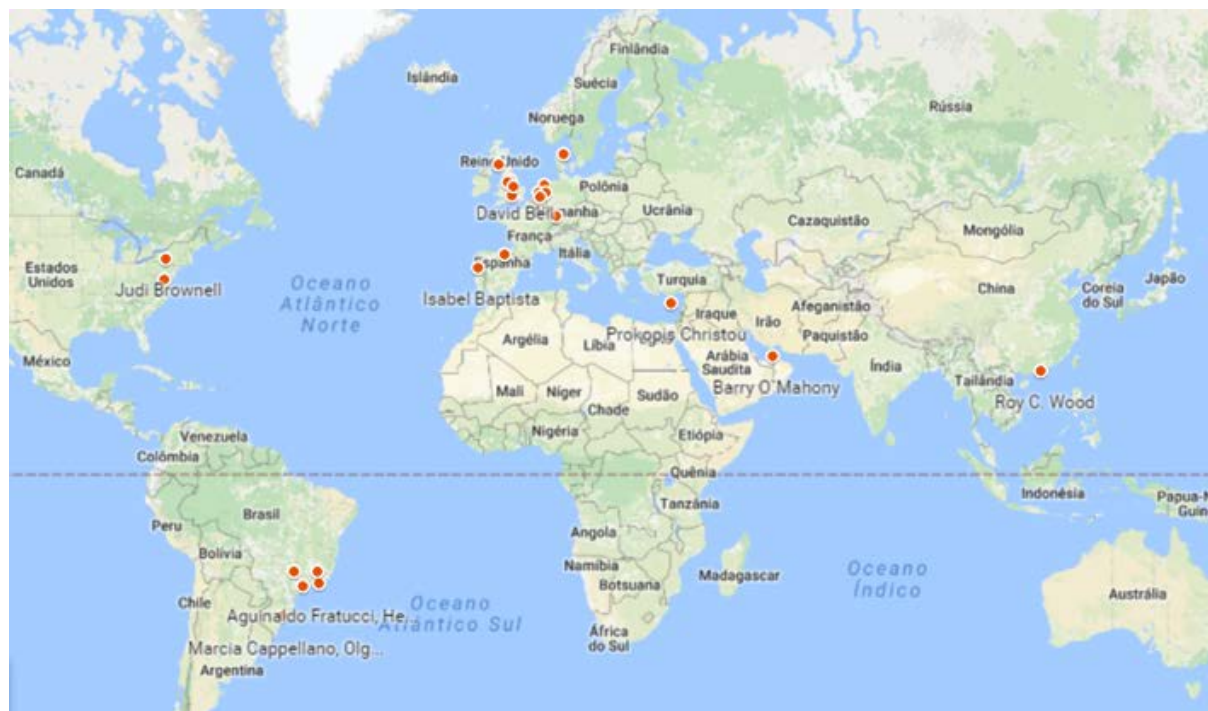
A sustentabilidade é o tema da quarta seção, na qual se fala sobre a criação de valor na hospitalidade, a partir do conceito de sustentabilidade e também sobre práticas sustentáveis de empregabilidade, inclusive no combate ao trabalho escravo.

Conrad Lashley, no papel de autor, escreve dois capítulos e ainda a introdução e a conclusão da coletânea. *Introduction - research on hospitality: the story so far/ways of knowing hospitality e Conclusion: hospitality and beyond...* são textos que podem (e, talvez, devam) ser lidos em conjunto. Falam de desafios, do que foi feito até agora, dos caminhos seguidos e das possibilidades que se apresentam para a continuidade dos estudos sobre hospitalidade. Uma reflexão necessária, para todos nós.

Theodore Zeldin, em *Uma história íntima da humanidade*, diz que não podemos nos considerar plenamente livres se não conseguimos nos relacionar com os outros e lidar com o diferente. Para o autor (ZELDIN, 2014, p. 530),

Começa uma nova fase da história, em que a antiga e simples hospitalidade vem a ser sucedida por uma hospitalidade mais profunda, que muda o rumo da ambição humana. Isso ocorre quando as pessoas se tornam hospitaleiras a ideias estranhas, a opiniões que jamais ouviram falar antes, a tradições que lhes parecem totalmente estranhas, e quando encontros com o desconhecido modificam opiniões acerca de si próprios. Quando [...] o que acontece em outro lugar se torna um ingrediente crucial na modelagem da vida da pessoa. Fica impossível decidir o que fazer, a menos que se conheça a experiência do outro. Trata-se de uma hospitalidade mais funda porque não vale apenas pela polidez, porque envolve a entrada de novas emoções e ideias temporariamente em nossa mente. Para que tal aconteça, a mente tem que trabalhar por meios incomuns.

São 34 autores, mais Conrad Lashley, reunidos neste manual de hospitalidade. Pessoas vindas das Américas, do Oriente Médio, do Oriente distante, de vários lugares da Europa.



Mapa 1: Localidades (22) às quais estão institucionalmente vinculados os 35 pesquisadores participantes da obra recém-editada por Conrad Lashley para a Routledge

Fonte: elaborado pela autora

No processo de edição, sou testemunha do aprendizado que nos foi proporcionado e que, desejamos que seja estendido aos leitores. Pela caneta de Desmond Wee e Ko Koens aprendo sobre os motéis coreanos, mas são Luiz Trigo e Ricardo Lanzarini a nos ensinar sobre o sexo nas grandes cidades – ambos os pares de autores olhando para suas realidades específicas, com os óculos da hospitalidade. Saberes locais, compartilhados.

Mas é também Leandro Brusadin, do interior das Gerais, que nos ensina sobre o ritual do potlatch norte-americano e Martine Berenpas, dos Países Baixos, que nos fala da ética asiática da hospitalidade, enquanto Victoria Ruitter também desde os Países Baixos, discute as práticas sociais da hospitalidade da África. Não, não há mais saber localizado.

O que une esses autores, na obra organizada por Lashley, é algo muito simples: a crença no desejo do editor de ir além nos estudos tradicionais e hegemônicos sobre hospitalidade, promovendo o compartilhamento de saberes e a cooperação entre estranhos.

Zeldin (2014, p. 557) talvez tenha inspirado Lashley, fazendo-o ver que “a cooperação funciona melhor entre os que possuem apenas poucos objetivos em comum, [...] que não se atormentam pensando quem controlará quem”. Para o autor, “não é a proximidade o que possibilita uma aliança, [...] e tampouco a similaridade” (ZELDIN, 2014, p. 558). Concordamos. Lashley nos misturou a todos, sem se importar com nossas diferenças. E o valor do livro por ele organizado está justamente na pluralidade e na diversidade.

Referências

- BOTTERILL, David. Social scientific ways of knowing hospitality. In: LASHLEY, Conrad; MORRISON, Alison (eds.). *In search of hospitality: theoretical perspectives and debates*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2007(2000). (Hospitality, Leisure and Tourism Series). p. 177-197.
- LASHLEY, Conrad. Hospitality studies: escaping the tyranny? *Quality Assurance in Education*, Vol. 23(4), p. 364-377. DOI: <http://dx.doi.org/10.1108/QAE-04-2015-0014>.
- KUOKKANEN, Rauna. Toward a New Relation of Hospitality in the Academy. *The American Indian Quarterly*, 2003, Volume 27, Number 1&2, Winter/Spring, pp. 267-295. DOI: 10.1353/aiq.2004.0044.
- KUOKKANEN, Rauna. What is hospitality in the academy? Epistemic ignorance and the (im)possible gift. *The Review of Education, Pedagogy, and Cultural Studies*, 2008, 30:60-82. Taylor & Francis Group, LLC. DOI: 10.1080/1071441071821297.
- LASHLEY, Conrad, LYNCH, Paul, MORRISON, Alison (eds.). *Hospitality: a social lens*. Oxford: Elsevier, 2007. (Advances in Tourism Research Series).
- LASHLEY, Conrad, MORRISON, Alison (eds.). *Em busca da hospitalidade: perspectivas teóricas para um mundo globalizado*. Barueri: Manole, 2004(2000).
- LASHLEY, Conrad, MORRISON, Alison (eds.). *In search of hospitality: theoretical perspectives and debates*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2000. (Hospitality, Leisure and Tourism).
- LASHLEY, Conrad, SPOLON, Ana Paula. *Administração de pequenos negócios de hospitalidade: guia do gestor*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011(2000). (Coleção Eduardo Sanovicz).
- LASHLEY, Conrad. *Hospitality retail management: a unit manager's guide*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2000. (Hospitality, Leisure and Tourism).
- LYNCH, Paul, MOLZ, Jennie Germann, McINTOSH, Alison, LUGOSI, Peter, LASHLEY, Conrad. Editorial: Theorizing hospitality. *Hospitality and Society*, Intellect Limited, 2011,1 (1), p. 3-24.
- MASETTO, Anderson. Coleção Eduardo Sanovicz de Turismo ganha mais três títulos. *Mercado & Eventos*, 14/09/2011. Disponível em <http://www.mercadoeventos.com.br/multimedia/fotos/colecao-eduardo-sanovicz-de-turismo-ganha-mais-tres-titulos/>.
- PHIPPS, Alison, BARNETT, Ronald. Academic Hospitality. *Arts and Humanities in Higher Education*, 2007, vol 6(3), p. 237-254. DOI: 10.1177/1474022207080829
- SPOLON, Ana Paula G., PANOSSO NETTO, Alexandre, BAPTISTA, Isabel. Interação em pesquisa e a importância do exercício da hospitalidade em ambiente acadêmico. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, v. XII, n. especial, p. 179 - 217, mai. 2015.
- ZELDIN, Theodore. *Uma história íntima da humanidade*. 2 ed., 4 reimp. São Paulo: BestBolso, 2014(1994).

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO

